GOVERNO MUNICIPAL

TOLEDO

SECRETARIA DO AGRONEGÓCIO, DE INOVAÇÃO, TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Relatório de Transição

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS....4
INTRODUÇÃO....7
1. ESTRUTURA DA SECRETARIA....9
1.1. Visão geral....9
1.2. Organograma....11
1.3. Quadro de Servidores....11
2. LEGISLAÇÕES DA SECRETARIA....16
2.1. Leis....16
2.2. Decretos....19
2.3. Portarias....21
2.4. Projetos de Lei em Trâmite até 06/12/2024:....22
2.5. Conselhos Municipais que a Secretaria indica membros ou estão sob sua responsabilidade....23
3. DEPTO. ADMINISTRATIVO E COMPRAS....25
4. AGRONEGÓCIO....26
4.1. Inovação e Tecnologia no Agronegócio....26
4.3. Apoio ao Desenvolvimento Rural com Investimentos em Equipamentos Agrícolas....28
4.4. Parcerias e Articulação Institucional....31
4.5. Apoio e Fomento à Pecuária Leiteira....34
4.6. Programa de Controle de Formigas....38
4.7. Adesão e emissão da CAF....39
4.8. Feira do Produtor....40
4.8. Parcerias e Convênios:....41
4.9. Serviço de Inspeção Animal de Produtos de Origem Animal (SIM/POA)....42
4.10. Apoio a Olericultura....45
4.11. Imóveis cedidos à cooperativas....47
5. INOVAÇÃO....50
5.1. Fortalecimento da Inovação e Empreendedorismo....50
5.2. Centro de Inovação....50
5.3. Modernização da Gestão Pública com a Implantação do SEI....54
5.4 PigData e Fórum de Inovação....55
6. TURISMO....56
6.1. Estudo sobre o Impacto das políticas de festividades, e de Decoração de Páscoa e Natal pelo Município....58
6.1.1. Investimentos Municipais em Decoração e Festividades....59
6.1.2. Impacto na Arrecadação....60
6.1.3. Conclusões....63
6.2. Centro de Eventos....63

6.3. Reforma e Reabertura do Parque das Águas: Um Espaço Renovado para o Lazer e Convivência em Toledo..... 67
6.4. Eventos em Comemoração ao Aniversário de Toledo..... 69
❖ Páscoa Encantada..... 73
❖ Dia do Trabalhador..... 73
❖ Porco no Rolete..... 73
❖ Natal Encantado de Toledo..... 74
❖ Aniversário do Município..... 74
❖ Réveillon Popular..... 74
6.5. Outras ações:..... 75
7. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO..... 76
7.1. Lotes e Parques Industriais disponíveis com Autorização Legislativa..... 79
7.2. Loteamentos Industriais para implantação..... 79
7.3. Fortalecimento do Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Econômico em Toledo..... 82
7.4. Credenciamento para Pequenos Reparos..... 83
7.5. Toledo Compra Toledo: Política Pública Impulsiona Desenvolvimento Econômico e Fortalece Empresas Locais..... 84
8. TRABALHO..... 86
8.1. Nova Sede da Agência do Trabalhador..... 88
8.2. A Agência do Trabalhador como um Centro de Oportunidades..... 90
8.3. Qualifica Toledo!..... 93
8.4. SINE Itinerante!..... 95
8.5. Programa Municipal de Aprendizagem – Aprendiz, Borá Lá!..... 96
8.6. Projetos em andamento..... 97
9. AEROPORTO..... 100
10. Empreendedorismo..... 113
10.1. Modernização e Agilidade no Licenciamento Empresarial em Toledo..... 114
10.2. Fortalecimento do Acesso ao Crédito através da Sala do Empreendedor..... 116
10.3. Programa “Crédito Garantido”..... 117
10.4. Serviços Prestados pela Sala do Empreendedor..... 118
ANEXOS - PROJETOS DE LEGISLAÇÕES..... 120
Minuta de Projeto de Lei - Programa Municipal de Aprendizagem..... 120
Minuta de Projeto de Decreto Regulamentador - Programa Municipal de Aprendizagem..... 124
Minuta do Projeto de Lei - Programa Jovem Empreendedor Inovador..... 128
Minuta de Projeto de Regimento Interno da Junta de Recursos Fiscais..... 130
Minuta de Projeto de Lei - Alteração do Programa de Desenvolvimento da Agropecuária de Toledo para subsídio financeiro no semen e vacinas para brucelose e tuberculose..... 149
Minuta de Projeto de Lei - Autoriza a concessão de direito de uso, a título oneroso, mediante licitação, para exploração do Parque Temático das Águas..... 152
Minuta de Projeto de Lei - Instituição do Programa "Crédito Garantido"..... 154

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha mais sincera e profunda gratidão a todas as pessoas, entidades e parceiros que fizeram parte dessa jornada tão rica e transformadora. Foi um privilégio servir ao município de Toledo, e cada dia à frente da Secretaria do Agronegócio, de Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico me trouxe aprendizados inestimáveis e momentos que ficarão para sempre na memória.

Agradeço de coração à ACIT - Associação Comercial e Empresarial de Toledo, pela indicação que possibilitou esta experiência, e às entidades parceiras que se somaram ao nosso trabalho: Sindicato Rural de Toledo, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Toledo, Associação dos Avicultores do Oeste do Paraná - AAVIOPAR e Associação Regional de Suinocultores do Oeste do Paraná - ASSUINOESTE. A parceria de vocês foi essencial para promover grandes avanços no setor produtivo, consolidando Toledo como um polo econômico.

A integração da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, de Inovação e Turismo, resultando na criação da Secretaria do Agronegócio, de Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico, foi um desafio enfrentado com coragem e colaboração. Essa unificação reforçou nossa capacidade de impactar positivamente o setor produtivo e de construir políticas públicas mais sólidas e eficientes.

Estendo meu mais sincero agradecimento ao prefeito Beto Lunitti e ao vice-prefeito Ademar Dorfschmidt pela confiança depositada em mim para desempenhar este papel, bem como ao Poder Legislativo de Toledo, que sempre foi um parceiro fundamental na construção e no fortalecimento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do município. Agradeço ainda a todos os meus pares secretários, cujas contribuições e esforços conjuntos foram indispensáveis para o sucesso de nossas iniciativas.

Aos servidores que trabalharam ao meu lado, meu reconhecimento por um período de intenso trabalho, produtivo e desafiador. Foi um privilégio estar em um ambiente onde o formalismo necessário convivia em harmonia com momentos de descontração, criando uma atmosfera leve e colaborativa. Essa combinação única foi a base de grandes realizações e de um espírito de equipe inspirador.

Aprendi muito sobre as dificuldades do setor público, compreendi a razão de muitos processos burocráticos e, ao mesmo tempo, enxerguei como podemos inovar e melhorar continuamente as políticas públicas.

Não poderia deixar de reconhecer o apoio incondicional da minha família, minha esposa Maria Isabel e meus filhos Eduardo e Leonardo. A ausência e o estresse que me acompanharam nesses quatro anos foram desafios superados graças à compreensão, paciência e amor deles, que sempre me deram forças para seguir em frente.

Saio dessa experiência com um profundo senso de gratidão e a certeza de que juntos, com dedicação e diálogo, construímos um futuro mais promissor e eficiente para Toledo. Muito obrigado a todos!

Diego Bonaldo

Secretário do Agronegócio, de Inovação,
Turismo e Desenvolvimento Econômico

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da Secretaria do Agronegócio, de Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico reflete os desafios e conquistas do Município de Toledo, em um cenário nacional e internacional marcado pela superação de uma crise sem precedentes. No início de 2021, o Brasil enfrentava as consequências econômicas e sociais da pandemia de COVID-19, que desencadeou uma ruptura nas cadeias de suprimentos, aumento da inflação e retração econômica. Nesse contexto desafiador, a Secretaria teve um papel fundamental na criação e execução de estratégias que contribuíram para reaquecer o mercado local e impulsionar a economia regional.

A partir de uma gestão integrada e inovadora, Toledo implementou iniciativas que uniram esforços em áreas estratégicas, como agronegócio, tecnologia, turismo e desenvolvimento econômico. A unificação das secretarias municipais relacionadas à economia, consolidada pela Lei nº 2.344/2021, foi decisiva para potencializar ações voltadas ao empreendedorismo rural e urbano, à inserção de trabalhadores no mercado formal e à promoção de negócios. Programas como Toledoé+Negócio!, investimentos em qualificação, participação em feiras nacionais e internacionais, além de iniciativas voltadas para a valorização da produção rural e industrial, evidenciam o compromisso do município com um desenvolvimento sustentável e integrado.

Essas ações, que se destacaram pelo planejamento e pelos resultados alcançados, consolidaram Toledo como referência em indicadores econômicos, mesmo em meio às adversidades. Reconhecido como o maior produtor de aves e suínos do Brasil, o município também liderou rankings estaduais nacionais neste quadriênio 2021-2024, evidenciando a capacidade de adaptação e inovação de sua gestão pública. Além disso, o foco na integração entre campo e cidade, por meio de projetos como estruturação do SIM/POA, com a adesão ao SUSAF e equivalência ao SISBI, o convênio com a EMBRAPA e sua nova unidade em Toledo, grandes eventos como INOVAMEAT, Natal Encantado de Toledo e ações de desburocratização, demonstrou que o desenvolvimento econômico é um ciclo interdependente, beneficiando toda a comunidade.

Este relatório apresenta uma visão ampla das atividades realizadas pela Secretaria, destacando a gestão administrativa, financeira e operacional, bem como

os avanços estruturais e humanos alcançados. Alinhado aos princípios da transparência e da eficiência, o documento tem como objetivo não apenas evidenciar os resultados da gestão e desafios futuros, mas também proporcionar uma transição organizada e clara entre as equipes de governo, assegurando a continuidade do progresso conquistado pelo Município de Toledo.

1. ESTRUTURA DA SECRETARIA

1.1. Visão geral

Inicialmente cumpre apresentar que a gestão eleita em 2020, Beto Lunitti e Ademar Dorfschmidt, em conjunto com as entidades produtivas tomaram a decisão de unificar as estruturas do poder público municipal que lidam com a economia, ou seja, houve a unificação da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, de Inovação e Turismo, na Secretaria do Agronegócio, de Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico (Lei nº 2.344/2021).



A Secretaria do Agronegócio, de Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico está inserida na estrutura organizacional do Município de Toledo como um Órgão de atividades fins, ou seja, ela atua voltada ao atendimento e desenvolvimento direto da sua finalidade, no que tange a satisfação do interesse público, cumprindo os objetivos constitucionais. Para tanto, atua diretamente com os interessados (*stakeholders*) de cada área/setor econômico abrangidos pela competência deste Órgão, a saber, produtores rurais, empreendedores, empresários, indústria, serviços, comércio, entre outras.

De acordo com a Lei Ordinária "G" nº 2.344/2021, dispõe sobre a estrutura de órgãos e cargos em comissão da Administração Direta do Poder Executivo do

Município de Toledo e define as respectivas atribuições específicas. O inciso VIII, do art. 3º, e inciso IX, do art. 4º, traz, respectivamente, a estrutura interna da Secretaria e os cargos em comissão que a compõem.

> Art. 3º - A estrutura interna dos órgãos da administração direta do Poder Executivo do Município de Toledo é a seguinte:
> [...]
> VIII - SECRETARIA DO AGRONEGÓCIO, DE INOVAÇÃO, TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:
> a) Gabinete;
> b) Departamento de Desenvolvimento Agropecuário e Abastecimento;
> c) Departamento de Indústria e Comércio.
>
> Art. 4º - Ficam criados/mantidos em virtude da nova estrutura administrativa de que trata a presente Lei, os seguintes cargos em comissão:
> [...]
> IX - na Secretaria do Agronegócio, de Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico:
> a) Secretário do Agronegócio, de Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico - Símbolo CC-1;
> b) Diretor do Departamento de Desenvolvimento Agropecuário e Abastecimento - Símbolo CC-2;
> c) Diretor do Departamento de Industria e Comercio - Símbolo CC-2;
> d) Diretor de Políticas de Emprego e Relações do Trabalho - Símbolo CC-2;
> e) Diretor do Aeroporto Municipal - Símbolo CC-2;
> f) Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação - Símbolo CC-2;
> g) Coordenador dos Centros de Eventos - Símbolo CC-3;
> h) Coordenador de Turismo e Eventos - Símbolo CC-3;
> i) Coordenador de Parques - Símbolo CC-3

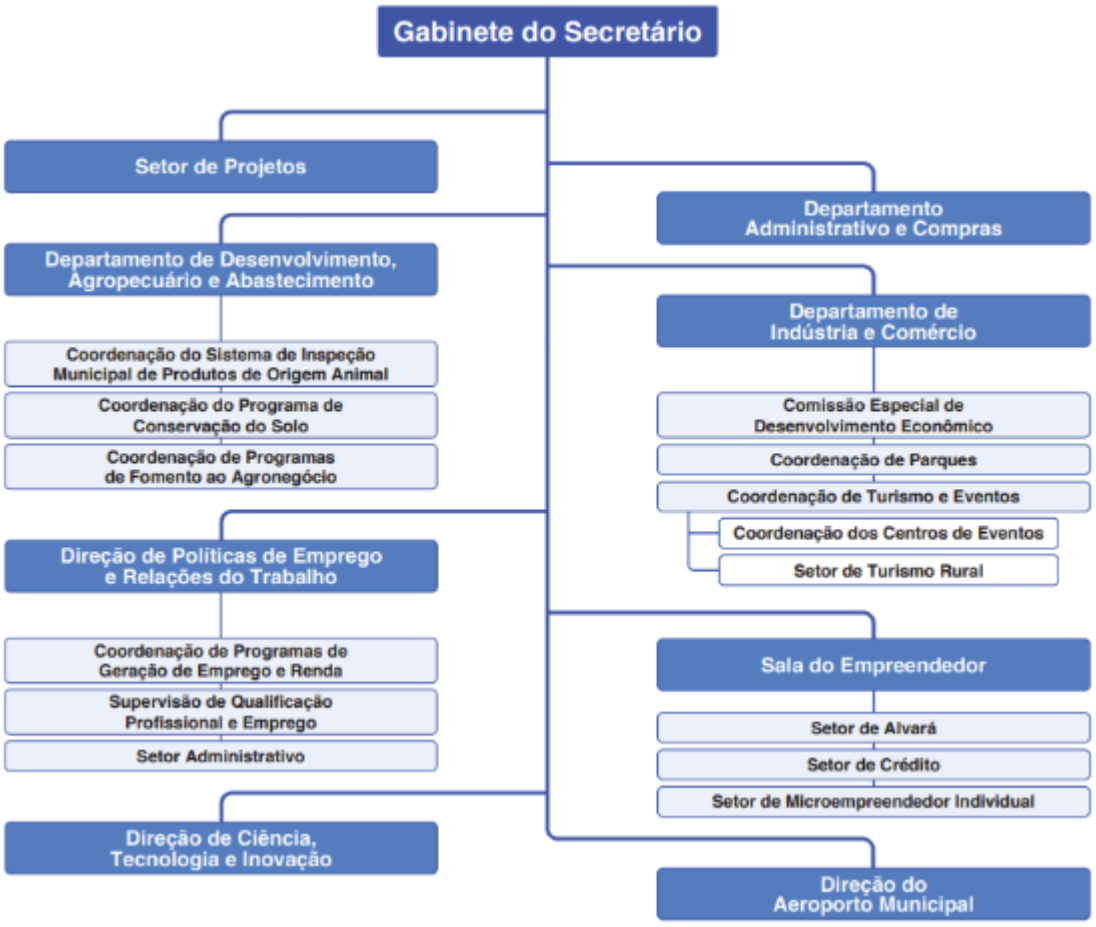
Cabe a Secretaria as seguintes atribuições, conforme versa o inciso XI, do art. 6º, da Lei Ordinária “G” nº 2.344/2021.

> Art. 6º - São atribuições básicas dos órgãos da administração direta do Município de Toledo:
> XI - da Secretaria do Agronegócio, de Inovação, turismo e Desenvolvimento Econômico:
> a) viabilizar o desenvolvimento socioeconômico e turístico do Município;
> b) desenvolver programas de incentivo aos setores industrial, comercial e de prestação de serviços do Município;
> c) executar programas de ampliação e conservação da base agroindustrial do Município;
> d) promover e executar programas e projetos de turismo urbano e rural no Município;
> e) incentivar o associativismo, como forma de redução de custos e aumento da renda;
> f) elaborar e desenvolver políticas voltadas ao desenvolvimento e ao aprimoramento da agropecuária do Município;
> g) realizar estudos, pesquisas e avaliações, visando à diversificação e à melhoria da produção agrícola e pecuária do Município;

h) desenvolver e viabilizar programas e projetos que visem a conservação e a produtividade do solo do Município;
i) incentivar e prestar assistência técnica a melhoria da qualidade genética dos rebanhos;
j) auxiliar na programação e na realização de eventos relacionados à agropecuária do Município;
k) organizar feiras livres e estimular a associação de pequenos produtores rurais, visando a colocação de sua produção no mercado;
l) exercer a administração do Aeroporto Municipal "Luiz Dalcanale Filho";
m) desempenhar outras atribuições correlatas.

1.2. Organograma

Abaixo segue o organograma da Secretaria:



1.3. Quadro de Servidores

Inicialmente, deve-se ressaltar que o quadro de servidores ao final de 2020 na Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento era de 10 servidores e um estagiário, sendo 3 cargos em comissão. Já na Secretaria de Desenvolvimento

Econômico e Tecnológico, de Inovação e Turismo eram 22 servidores, sendo 7 cargos comissionados. Atualmente a estrutura de pessoal da Secretaria está composta por 40 servidores e 8 estagiários, sendo 33 servidores efetivos, 7 servidores em comissão, conforme disposto na tabela abaixo:

Servidor	Tipo Cargo	Nome Cargo	Local
Ademir Evaristo De Freitas	Comissionado	Coordenador(a) dos Centros de Eventos	Gabinete da Secretaria
Aline Bonetti Rubini	Efetivo	Assistente em Administração I	Departamento de Emprego e Relações do Trabalho
Alisson Maricato Teixeira	Efetivo	Assistente em Administração I	Departamento de Emprego e Relações do Trabalho
Amanda Carolina Ribas Correa	Efetivo	Assistente em Administração I	Departamento de Industria e Comercio
Ana Paula Silveira	Efetivo	Assistente em Administração I	Departamento de Industria e Comercio
Andressa Paula Gea Da Silva	Efetivo	Assistente em Administração I	Gabinete da Secretaria
Angela Karina Machke Da Silva	Efetivo	Analista em Administração e Planejamento I	Gabinete da Secretaria
Antonio Da Silva Almeida	Efetivo	Analista em Administração e Planejamento I	Aeroporto Municipal Luiz Dalcanale Filho
Antonio Moraes Neto	Efetivo	Operador de Equipamentos I	Departamento de Desenvolvimento Agropecuário e Abastecimento
Bianca Dos Santos Soares	Efetivo	Analista em Administração e Planejamento I	Gabinete da Secretaria
Cristian Diego Carpenedo	Efetivo	Analista em Administração e Planejamento I	Gabinete da Secretaria
Cristiano Jose	Efetivo	Diretor de Políticas de	Departamento de Emprego e

Da Silva		Emprego e Relações do Trabalho / Assistente em Administração I	Relações do Trabalho
Deisy Piazza	Efetivo	Assistente em Administração I	Gabinete da Secretaria
Diego Bonaldo	Comissionado	Secretário do Agronegócio de Inovação Turismo e Desenvolvimento Econômico	Gabinete da Secretaria
Diomedes Cupertini	Efetivo	Técnico Agropecuário I	Departamento de Desenvolvimento Agropecuário e Abastecimento
Fernanda De Oliveira Moreira	Efetivo	Analista em Administração e Planejamento I	Sala do Empreendedor
Fernanda Schmitz Martins	Efetivo	Médico Veterinário I	Gabinete da Secretaria
Francielly Torres Carpenedo	Efetivo	Agente de Inspeção Municipal I	Departamento de Desenvolvimento Agropecuário e Abastecimento
Graciela Leoes Da Silva	Efetivo	Assistente em Administração I	Gabinete da Secretaria
Guilherme Augusto Dillenburg Destri	Efetivo	Médico Veterinário I	Gabinete da Secretaria
Igor Antonio Colla Januario	Comissionado	Diretor do Aeroporto Municipal	Aeroporto Municipal Luiz Dalcanale Filho
Isaac Braga	Efetivo	Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação / Assistente em Administração I	Gabinete da Secretaria
Joao Luis Raimundo Nogueira	Comissionado	Diretor(a) do Departamento de Desenvolvimento	Departamento de Desenvolvimento Agropecuário e Abastecimento

		Agropecuário e Abastecimento	
Joziane Grasiela Trento Lazzaretti	Efetivo	Analista em Administração e Planejamento I	Gabinete da Secretaria
Juliana Gabriela Buchs	Comissionado	Diretor(a) do Departamento de Indústria e Comércio	Gabinete da Secretaria
Karine Zachow	Efetivo	Engenheiro Agrônomo I	Departamento de Desenvolvimento Agropecuário e Abastecimento
Liane Pietrobelli	Efetivo	Médico Veterinário I	Gabinete da Secretaria
Luana Mabel Rivas Vallejos	Comissionado	Coordenadora de Turismo e Eventos	Gabinete da Secretaria
Marcell Hideki Koshiyama	Efetivo	Médico Veterinário I	Gabinete da Secretaria
Marcos Junior Chabovski	Efetivo	Auxiliar em Operação e Manutenção I	Aeroporto Municipal Luiz Dalcanale Filho
Maria Da Penha Dos Santos Manhaes	Efetivo	Assistente em Administração I	Departamento de Emprego e Relações do Trabalho
Mateus Rodrigues Pontes	Efetivo	Assistente em Administração I	Departamento de Emprego e Relações do Trabalho
Moacir Teixeira Lopes	Efetivo	Analista em Administração e Planejamento I	Departamento de Emprego e Relações do Trabalho
Odir Andre Lourenzzetti	Efetivo	Assistente em Administração I	Departamento de Emprego e Relações do Trabalho
Rafael Gustavo Cavalli	Efetivo	Analista em Administração e Planejamento I	Departamento de Emprego e Relações do Trabalho
Teresinha Dick	Efetivo	Auxiliar em Serviços Gerais I	Departamento de Turismo e Eventos
Thiago	Efetivo	Assistente em	Gabinete da Secretaria

Vinicius Wutzke		Administração I	
Vanessa Janaina De Oliveira Campos	Efetivo	Auxiliar em Serviços Gerais I	Gabinete da Secretaria
Victor Hugo Cortez Dias	Efetivo	Médico Veterinário I	Gabinete da Secretaria
Aniele Piveta	Estagiário	-	Gabinete da Secretaria
Carla Simich Ordonez	Estagiário	-	Gabinete da Secretaria
Josué Vasconcelos Dourado Jordão	Estagiário	-	Gabinete da Secretaria
Genilson Massaneiro	Estagiário	-	Gabinete da Secretaria
Giovana Maria Jacoby Stuany	Estagiário	-	Gabinete da Secretaria
Heloisa Caroline Pretto	Estagiário	-	Gabinete da Secretaria
Keila Carolina Gouveia Pavanatto	Estagiário	-	Gabinete da Secretaria
Maria Clara Silverio Mors	Estagiário	-	Gabinete da Secretaria

2. LEGISLAÇÕES DA SECRETARIA

Segue, abaixo, lista das Leis, Decretos, Portarias e demais normativas que regem os programas geridos pela Secretaria e as que foram elaboradas e implementadas no período:

2.1. Leis

1. Lei “R” nº 53/2009 - Institui o Programa de Desenvolvimento da Agropecuária do Município de Toledo;
2. Lei Complementar nº 14/2009 - Estatuto da Micro e Pequena Empresa;
3. Lei “R” nº 123/2015 - Aporte na Garantioeste;
4. Lei nº 2.242/2017 - Dispõe sobre a reestruturação do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Toledo e que institui o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico de Toledo;
5. Lei “R” nº 93/2018 - Autoriza associação a ADETUR;
6. Lei “R” nº 75/2019 - Lei de Incentivo à Inovação e institui o COMCITI;
7. Lei Complementar nº 7/2021 - Alteração da Lei Complementar nº 9/1990, com a instituição da Comissão Especial de Avaliação;
8. Lei "R" nº 9/2021 - Aporte de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na Garantioeste, totalizando R$ 1.125.000,00 (um milhão de cento e vinte e cinco reais);
9. Lei Complementar nº 24/2021 - Alteração da Lei Complementar nº 9/1990;
10. Lei “R” nº 31/2021 - Altera a legislação que instituiu o Programa de Desenvolvimento da Agropecuária do Município de Toledo - Fundo de Estábulo;
11. Lei “R” nº 75/2021 - Autoriza o Executivo municipal a efetuar o credenciamento do Município de Toledo na Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR);
12. Lei “R” nº 78/2021 - Altera a legislação que autoriza o Executivo municipal a firmar e a cumprir acordo para indenização de área destinada à implantação do Centro Agropecuário de Serviços e Negócios no Município de Toledo;
13. Lei “R” nº 106/2021 - Institui o Programa Toledoé+Negócio!;

14. Lei nº 2.348/2021 - Institui o Conselho Municipal de Desenvolvimento do Agronegócio - CMDAT;
15. Lei nº 2.349/2021 - Altera a Lei n 2.323/2020;
16. Lei nº 2.393/2022 - Dispõe sobre o procedimento para a instalação de infraestruturas de suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR e equipamentos afins, autorizados e homologados pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.
17. Lei nº 2.404/2022 - Lei de Desafetação e autorização de venda, através do Toledoé+Negócio!;
18. Lei nº 2.478/2022 - Altera a Lei nº 2.393/2022;
19. Lei nº 2.468/2022 - Institui o Concurso de Decoração Natalina no Município de Toledo;
20. Lei nº 2.523/2022 - Autoriza a concessão administrativa para a construção de quiosques;
21. Lei nº 2.505/2022 - Autoriza o Executivo municipal a custear despesas para a realização do evento INOVAMEAT Toledo 2023 – Inovação na Produção de Proteína Animal;
22. Lei nº 2.541/2022 - Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Turismo de Toledo - COMTUR e do Fundo Municipal do Turismo de Toledo - FUMTUR.
23. Lei nº 2.706/2022 - Autoriza o Executivo municipal a custear despesas para a realização do evento INOVAMEAT Toledo 2024 – Inovação na Produção de Proteína Animal;
24. Lei Complementar nº 29/2023 - Altera a legislação que institui tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e às empresas de pequeno porte, no âmbito do Município de Toledo;
25. Lei nº 2.445/2023 - Autoriza o Executivo municipal a conceder incentivos ao Clube Caça e Pesca de Toledo, visando à realização da Festa Nacional do Porco no Rolete, e a efetuar investimentos no imóvel de propriedade da entidade;
26. Lei Complementar nº 29/2023 - Programa Toledo Compra Toledo;
27. Lei nº 2.571/2023 - Autoriza o Executivo municipal a outorgar concessão, a título oneroso, mediante licitação, para a instalação, manutenção e utilização, para

exploração publicitária, de elementos do mobiliário urbano no Município de Toledo;

28. Lei nº 2.584/2023 - Regulamenta uso e ocupação de áreas para Foodtrucks e similares;
29. Lei nº 2.640/2023 - Autoriza o Executivo municipal a conceder incentivos ao Clube Caça e Pesca de Toledo, visando à realização da Festa Nacional do Porco no Rolete, e a efetuar investimentos no imóvel de propriedade da entidade;
30. Lei nº 2.646/2023 - Doação de imóvel com encargos, ao Centro Internacional de Energias Renováveis - CIBiogás;
31. Lei nº 2.650/2023 - Altera o Código de Posturas para aplicar as regras da Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019);
32. Lei nº 2.651/2023 - Altera a legislação que dispõe sobre o zoneamento do uso e da ocupação do solo urbano para aplicação das regras da Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019);
33. Lei nº 2.652/2023 - Altera a Lei “R” nº 44/2008, incluindo a área do Sítio do Recreio 5-A, matrícula nº 15.262, na área de urbanização específica chamada Tecnoparque;
34. Lei nº 2.654/2023 - Doação de imóvel, com encargos, ao Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR/EMATER;
35. Lei nº 2.657/2023 - Altera do Código Tributário para a aplicação do tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas e simplificar a abertura de empresas conforme as regras da Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019);
36. Lei nº 2.659/2023 - Doação de imóvel e equipamentos, com encargos, à Cooperativa dos Produtores de Ovinos e Caprinos do Oeste do Paraná - COOVICAPAR;
37. Lei nº 2.638/2023 - Autoriza associação ao POD;
38. Lei nº 2.703/2023 - Lei de Desafetação e autorização de venda, através do Toledoé+Negócio!;
39. Lei nº 2.791/2024 - Altera a Lei n 2.323/2020;
40. Lei nº 2.800/2024 - Altera a legislação que institui o Código Municipal de Proteção aos Animais, no âmbito do Município de Toledo;

41. Lei nº 2.817/2024 - Altera a legislação que dispõe sobre a reestruturação do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Toledo e que institui o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico de Toledo (Lei nº 2.242/2017);
42. Lei nº 2.835/2024 - Alteração da Lei “R” nº 106/2021.

2.2. Decretos

1. Decreto nº 19/2021 - Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda - COMTER;Decreto nº 430/2022 - Uso dos Centros de Eventos;
2. Decreto nº 171/2021 - Altera o Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – SIM/POA, no âmbito do Município de Toledo, aprovado pelo Decreto nº 913/2020;
3. Decreto nº 177/2021 - Comitê Gestor das Micro e Pequenas Empresas - CGMT;
4. Decreto nº 243/2021 - Conselho Municipal de Desenvolvimento do Agronegócio de Toledo – CMDAT;
5. Decreto nº 258/2021 - Altera o Decreto nº 397/2014, que outorgou a permissão de uso de dependências do Centro de Eventos “Ismael Vicente Sperafico” à Sociedade Rural de Toledo;
6. Decreto nº 304/2021 - Conselho de Desenvolvimento Econômico de Toledo - CODET;
7. Decreto nº 426/2022 - Fixa preço público para serviços não submetidos à disciplina jurídica dos tributos, relacionados à inspeção sanitária e industrial permanente em estabelecimentos de produtos de origem animal;
8. Decreto nº 435/2022 - Altera o Decreto nº 397/2014, que outorgou a permissão de uso de dependências do Centro de Eventos “Ismael Vicente Sperafico” à Sociedade Rural de Toledo;
9. Decreto nº 463/2022 - Doação de pedra britada à Associação dos Avicultores do Oeste do Paraná (AAVIOPAR);
10. Decreto nº 524/2022 - Regulamenta a Lei “R” nº 15/2019 e disciplina a intensidade de pressão sonora permitida para o uso e disparo de fogos de artifício, artigos pirotécnicos e demais Produtos Controlados pelo Exército (PCEs), do tipo pirotécnico de emprego civil, no Município de Toledo;
11. Decreto nº 535/2022 - Altera o Decreto nº 524/2022;

12. Decreto nº 554/2022 - Altera o Decreto nº 397/2014, que outorgou a permissão de uso de dependências do Centro de Eventos “Ismael Vicente Sperafico” à Sociedade Rural de Toledo;
13. Decreto nº 558/2022 - Doação de equipamento à Associação dos Avicultores do Oeste do Paraná (AAVIOPAR);
14. Decreto nº 657/2022 Doação de barracas tipo feira à Associação dos Feirantes de Toledo (AFERTOL);
15. Decreto nº 820/2023 - Doação, com encargo, de bens móveis e equipamentos a viticultores integrantes do Programa de Revitalização da Viticultura do Paraná - REVITIS PARANÁ;
16. Decreto nº 989/2023 - Aprova o detalhamento e a codificação para as atividades comerciais, de prestação de serviços ou industriais, através de Tabela de Atividades Econômicas por Zona de Uso, e define o procedimento de Consulta Prévia Locacional do Município de Toledo;
17. Decreto nº 932/2023 - Conselho Municipal de Turismo - COMTUR;
18. Decreto nº 996/2023 - Altera o Anexo II, integrante do Decreto nº 989/2023;
19. Decreto nº 1.010/2023 - Altera o Anexo II, integrante do Decreto nº 989/2023;
20. Decreto nº 1.074/2024 - Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Municipal, dispositivos da Lei Federal nº 13.874/ 2019, da Lei Estadual nº 20.436/2020 e do Decreto Estadual nº 3.434/2023, que tratam da liberdade econômica, e dispõe sobre a regulamentação da classificação de risco das atividades econômicas para fins de licenciamento municipal;
21. Decreto nº 1.087/2024 - Altera o Anexo II, integrante do Decreto nº 989/2023;
22. Decreto nº 1.124/2024 - Altera o Decreto nº 989/2023;
23. Decreto nº 1.137/2024 - Regulamento Toledo Compra Toledo;
24. Decreto nº 1.172/2024 - Atualiza valores da taxa associativa anual da ADETUR;
25. Decreto nº 1.226/2024 - Denomina vias marginais da Rodovia BR-163, no trecho compreendido entre os viadutos com a Avenida Parigot de Souza e com a Avenida Ministro Cirne Lima, nesta cidade de Toledo;
26. Decreto nº 1.267/2024 - Estabelece procedimentos para o licenciamento empresarial condicionado à classificação de risco das atividades econômicas, no âmbito do Município de Toledo;

27. Decreto nº 1.230/2024 - Altera o Decreto nº 913/2020 e o Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – SIM/POA, no âmbito do Município de Toledo, aprovado pelo Decreto nº 913/2020;
28. Decreto nº 1.334/2024 - Dispõe sobre as regras para a constituição e normas gerais de funcionamento de ambiente regulatório experimental no Município de Toledo;
29. Decreto nº 1.335/2024 - Estabelece princípios e diretrizes para a implementação e o uso da inteligência artificial no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta de Toledo.

2.3. Portarias

1. Portaria nº 130/2021 - Nomeia os membros do Conselho Consultivo do Serviço de Inspeção Municipal – Produtos de Origem Animal (SIM/POA);
2. Portaria nº 386/2021 - Designa servidores para auxiliarem em atividades de fiscalização, inspeção e outras realizadas por médicos veterinários no Serviço de Inspeção Municipal – Produtos de Origem Animal (SIM/POA) e dá outras providências;
3. Portaria nº 474/2021 - Altera a Portaria nº 130/2021, que nomeou os membros do Conselho Consultivo do Serviço de Inspeção Municipal – Produtos de Origem Animal (SIM/POA);
4. Portaria nº 92/2022 - Designa servidores municipais para exercerem funções de Agente Municipal de Inovação e estabelece as respectivas competências;
5. Portaria nº 258/2022 - Altera a Portaria nº 96/2022, que designou servidores para desempenharem atividades no Serviço de Inspeção Municipal – Produtos de Origem Animal (SIM/POA);
6. Portaria nº 382/2022 - Altera a Portaria nº 96/2022, que designou servidores para desempenharem atividades no Serviço de Inspeção Municipal – Produtos de Origem Animal (SIM/POA);
7. Portaria nº 399/2022 - Altera a Portaria nº 96/2022, que designou servidores para desempenharem atividades no Serviço de Inspeção Municipal – Produtos de Origem Animal (SIM/POA);

8. Portaria nº 611/2022 - Designa servidor para compor equipe de apoio a atividades de inspeção no Serviço de Inspeção Federal;
9. Portaria nº 643/2022 - Designa servidor para compor equipe de apoio a atividades de inspeção no Serviço de Inspeção Federal;
10. Portaria nº 346/2023 - Altera a Portaria nº 96/2022, que designou servidores para desempenharem atividades no Serviço de Inspeção Municipal – Produtos de Origem Animal (SIM/POA);
11. Portaria nº 374/2023 - Altera a Portaria nº 96/2022, que designou servidores para desempenharem atividades no Serviço de Inspeção Municipal – Produtos de Origem Animal (SIM/POA);
12. Portaria nº 671/2023 - Comissão Especial de Desenvolvimento Econômico;
13. Portaria AGRODESECO nº 1/2024 - Mitigação de conflitos de interesses – SIM/POA;
14. Portaria nº 202/2024 - Designa servidora para compor equipe de apoio a atividades de inspeção no Serviço de Inspeção Federal;
15. Portaria nº 392/2024 - Designação de servidor para exercer as funções de Agente Municipal de Desenvolvimento na Sala do Empreendedor de Toledo;
16. Portaria nº 530/2024 - Institui, no âmbito do Município de Toledo, a Comissão Permanente de Acessibilidade;

2.4. Projetos de Lei em Trâmite até 06/12/2024:

1. Projeto de Lei nº 144/2024 - Inclui a Páscoa Encantada e o Natal Encantado no Calendário Oficial de Eventos do Município de Toledo;
2. Projeto de Lei nº 154/2024 - Altera a legislação que estabelece regras para o uso e a ocupação de áreas públicas para o exercício de atividade econômica de comercialização de alimentos diretamente ao consumidor, de modo itinerante ou estacionário;
3. Projeto de Lei nº 159/2024 - Altera a legislação que dispõe sobre o zoneamento do uso e da ocupação do solo urbano no Município de Toledo;
4. Projeto de Lei nº 160/2024 - Autoriza o Executivo municipal a custear despesas para a realização do evento INOVAMEAT Toledo 2025 – Inovação na Produção de Proteína Animal, na cidade de Toledo.

5. Projeto de Lei nº 165/2024 - Altera a legislação que dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal no Município de Toledo;

As normativas citadas poderão ser elencadas no decorrer deste relatório, conforme sua finalidade e setor de atuação dentro da Secretaria. Ademais em anexo, estão as minutas de projetos de lei que estão em estudo na secretaria.

2.5. Conselhos Municipais que a Secretaria indica membros ou estão sob sua responsabilidade

Diversos conselhos municipais desempenham papeis cruciais na formulação e implementação de políticas públicas, incluindo aquelas relacionadas ao agronegócio, inovação, turismo e desenvolvimento econômico. Abaixo, apresentamos uma lista dos conselhos que possuem representantes da secretarias:

- Conselho de Desenvolvimento Econômico de Toledo - CODET, em razão da Lei nº 2.242/2017;
- Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, em razão da Leinº 2.541/2022;
- Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação - COMCITI, em razão da Lei “R” nº 75/2019;
- Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda - COMTER, em razão da Leinº 2.330/2020;
- Conselho Municipal de Desenvolvimento do Agronegócio de Toledo - CMDAT, em razão da Lei nº 2.348/2021;
- Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, em razão da Lei nº 2.145/2014;
- Conselho Municipal do Meio Ambiente e Saneamento, em razão da Lei nº 1.881/2004;
- Conselho Municipal da Juventude - COMJUVE, em razão da Lei nº 2.210/2015;
- Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR, em razão da Lei nº 2.848/2024;
- Conselho Municipal da Cidade de Toledo – CONCIDADE TOLEDO, em razão da Lei nº 2.268/2018;
- Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em razão da Lei nº 2.003/2009;

- Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Toledo – COMSEA, em razão da Lei nº 2.186/2014;
- Conselho de Administração da Empresa de Desenvolvimento Urbano e Rural de Toledo, em razão do Decreto nº 419/2022;
- Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Toledo – COMSEA, em razão da Lei nº 2.186/2014;
- Comitê Gestor de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Comitê Gestor), em razão da Lei Complementar nº 14/2009;
- Comitê Municipal de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – CMETP, em razão do Decreto nº 831/2023;
- Comissão Permanente de Acessibilidade, em razão da Portaria nº 530/2024;
- Comissão Especial de Desenvolvimento Econômico, em razão da Lei “R” nº 106/2021;
- Comissão Municipal de Urbanismo – COMURB, em razão da Lei nº 1.979/2008;

Esses conselhos são fundamentais para a integração e coordenação de políticas públicas que abrangem as áreas de agronegócio, inovação, turismo e desenvolvimento econômico, garantindo a participação da sociedade civil e de diversos segmentos governamentais na construção de estratégias para o crescimento sustentável de Toledo.

3. DEPTO. ADMINISTRATIVO E COMPRAS

O Departamento Administrativo e de Compras da Secretaria do Agronegócio, de Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico desempenha um papel estratégico e multifuncional, sendo responsável por planejar, organizar, dirigir e controlar diversas atividades fundamentais. Suas funções incluem a gestão da folha de pagamento dos servidores públicos municipais, a direção das atividades administrativas e o suporte às equipes de trabalho da Secretaria e às atividades por elas realizadas. Além disso, o departamento colabora diretamente com o secretário da pasta, atendendo demandas específicas e contribuindo para o alinhamento institucional.

No âmbito das compras e finanças, o departamento coordena o planejamento de compras, licitações e execução orçamentária, bem como realiza o acompanhamento dos contratos de serviços e aquisições. Também é responsável por operar, controlar e monitorar a aplicação dos recursos vinculados ao Fundo Municipal do Turismo e ao Fundo Municipal do Desenvolvimento Econômico, garantindo o uso eficiente e transparente desses recursos.

Outra função essencial é a fiscalização e supervisão dos processos administrativos e financeiros da Secretaria, incluindo a elaboração e aplicação de sanções administrativas quando necessário. O departamento também responde a ofícios oriundos da Promotoria e do Judiciário e direciona protocolos aos departamentos competentes, assegurando o cumprimento de prazos e obrigações legais.

Para apoiar a atividade administrativa, há também o desenvolvimento interno de aplicações no-code, para complementar os sistemas de gestão como ferramentas para inteligência de dados, para agilidade de processos, e documentação de procedimentos.

Adicionalmente, o departamento participa de comissões e conselhos relevantes, contribui com a execução de estudos estatísticos e relatórios sobre despesas, receitas e projeções orçamentárias, e acompanha o planejamento e execução das atividades de fiscalização de licitações. Dessa forma, o Departamento Administrativo e de Compras desempenha um papel crucial para o funcionamento eficiente e integrado da Secretaria, assegurando a gestão responsável e eficaz dos recursos e processos.

4. AGRONEGÓCIO

Conforme caput do artigo 90 da Lei orgânica do Município, este deverá promover programas para o desenvolvimento rural, levando em consideração todos os aspectos envolvidos, sendo eles: econômicos, sociais e ambientais, de forma coesa, primando sempre pelo alcance dos objetivos socioeconômicos do setor e da população toledana.

> Art. 90 - O Município adotará programas de desenvolvimento do meio rural, de acordo com suas aptidões econômicas, sociais e ambientais, conjuntamente com a União e o Estado do Paraná, destinados a:
> I - fomentar a produção agropecuária;
> II - organizar o abastecimento alimentar;
> III - garantir mercado na área municipal;
> IV - promover o bem-estar do cidadão que vive do trabalho da terra e fixá-lo no
> campo.

A Secretaria do Agronegócio de Toledo tem demonstrado um compromisso contínuo com o desenvolvimento sustentável e inovador do setor agrícola e pecuário da região. Desde 2021, diversas ações e programas têm sido implementados com foco no aprimoramento das práticas de produção, inovação tecnológica e qualificação profissional, além de reforçar a infraestrutura necessária para o crescimento e fortalecimento do agronegócio local. As iniciativas e parcerias estabelecidas ao longo dos últimos anos têm gerado impactos significativos na melhoria das condições de trabalho dos produtores e na modernização das cadeias produtivas.

4.1. Inovação e Tecnologia no Agronegócio

Um dos maiores destaques das ações realizadas foi a implementação do evento INOVAMEAT, que se consolidou como um ponto de encontro para discutir e fomentar a inovação na cadeia produtiva de proteínas animais. Realizado em parceria com o Sindicato Rural de Toledo, MAPA, SEAB, ABPA, ACIT, Biopark, e diversas outras entidades, o evento trouxe para a região debates relevantes sobre automação, inovação tecnológica e os desafios enfrentados por startups no setor agropecuário. As

edições de 2021, 2022 e 2023 trouxeram importantes ciclos técnicos para os produtores locais e destacaram soluções inovadoras para a indústria da carne e derivados, além de promover o MAPA Conecta Proteína Animal, que conecta diversos agentes do setor.

A edição de 2025 já está marcada para os dias 2, 3 e 4 de junho. Para a o apoio da prefeitura é necessário lei autorizativa, que também já está em trâmite na Câmara de Vereadores, sendo o Projeto de Lei nº 160/2024. A partir da aprovação a secretaria deve promover as seguintes contratações:

- Palestrantes;
- Locação de Estrutura;
- Locação de Equipamentos;
- Gerador;
- Climatizadores;
- Buffet / Coquetel de abertura;
- Coffeebreak;
- Seguranças;
- Brigadistas;
- Ambulância.

Complementando o foco em inovação, o município também desenvolveu o projeto Conectividade no Agro, em parceria com a ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), que visava a implantação de redes 4G/5G para automação e inovação nas atividades agrícolas. A proposta era a instalação de duas antenas em 2022 a fim criar um projeto piloto que visava transformar o setor agropecuário local, facilitando a conectividade para novos sistemas de automação e controle de processos. O projeto não teve sucesso, pois as tratativas com as empresas operadoras de telefonia travaram no custo dos equipamentos transmissores.

A qualificação dos produtores também foi uma prioridade, com a realização de cursos em parceria com o SENAR, atendendo um grande número de agricultores e pecuaristas. Em 2022, foram realizadas 9 turmas de cursos, capacitando 130 produtores e familiares, e, em 2023, o número de turmas aumentou para 10, com a participação de 124 produtores.

4.3. Apoio ao Desenvolvimento Rural com Investimentos em Equipamentos Agrícolas

A infraestrutura do município recebeu importantes investimentos para fortalecer as atividades agropecuárias. Em o município realizou as entregas de equipamentos e maquinários agrícolas, adquiridos com recursos próprios e de convênios com a Itaipu Binacional e o Ministério da Agricultura e Pecuária.. Entre as aquisições, destacam-se distribuidores de dejetos líquidos, drones para monitoramento de lavouras e carretas agrícolas para o transporte de insumos.

Em 2022, por meio da Secretaria do Agronegócio, a Prefeitura de Toledo reforçou seu compromisso com o agronegócio ao entregar R$ 700 mil em equipamentos para fortalecer a produção rural no município. A entrega, realizada no Centro de Eventos Ismael Sperafico beneficiou 11 associações de produtores rurais, abrangendo diversas localidades e cadeias produtivas com 12 distribuidores de dejetos líquidos e sólidos, ferramentas essenciais para a modernização das propriedades.



A iniciativa visa melhorar a produtividade e a renda dos produtores rurais, garantindo maior eficiência no manejo das lavouras e na criação de animais. A ação também promove a sustentabilidade do setor agrícola e reforça o papel estratégico da agricultura familiar no desenvolvimento socioeconômico local.

Além disso, o município através do Convênio Itaipu + Energia e recursos próprios, adquiriu através do Contrato nº 430/2024, no valor de R$ 515.200,00, e já recebeu 08 distribuidores de dejetos líquidos.



Ressalta-se que este equipamento não foi entregue aos produtores selecionados em razão do ano eleitoral.

Ainda está em trâmite a aquisição de máquinas e equipamentos pelo Convênio nº 946305/2023, celebrado entre Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA e Prefeitura Municipal de Toledo - PR, para 3 drones, 1 carreta agrícola, 1 tanque distribuidor de adubo líquido, 1 Lâmina plaina agrícola, 1 colhedora de forragem para doação ao Colégio Estadual Agrícola de Toledo. A documentação do processo licitatório está aguardando liberação do MAPA, para a requisição dos bens. Abaixo, cita-se os contratos:

- Convênio MAPA, Lâmina, Contrato 594/2024: R$ 53.900,00
- Convênio MAPA, Drone, Contrato 593/2024: R$ 31.635,00
- Convênio MAPA, Carreta Agrícola, Contrato 592/2024: R$ 28.160,00
- Convênio MAPA, Colhedora de Forragem e Tanque Distribuidor, Contrato 591/2024: R$ 77.900,00

Esses investimentos têm como objetivo não apenas modernizar as propriedades rurais, mas também garantir a sustentabilidade das práticas agrícolas, como o controle de dejetos e o uso mais eficiente dos recursos. Além disso, o município tem investido na melhoria da infraestrutura para o turismo rural e na revitalização da viticultura paranaense. Em parceria com o SEAB, foram entregues materiais e equipamentos para os viticultores locais, contribuindo para o crescimento

do setor de vinhedos e fortalecimento da Rota do Queijo Paranaense, integrada por três queijarias de Toledo.

- Revitalização da Viticultura, Contrato 1673/2022 e 1674/2022 R$ 109.376,00

A Prefeitura de Toledo, por meio da Secretaria do Agronegócio, de Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico, concretizou uma ação estratégica ao adquirir e doar uma máquina alveoladora de cera automática à APITOLEDO – Associação de Apicultores de Toledo.

Com a doação, a APITOLEDO recebe autonomia e segurança no uso contínuo da máquina, potencializando sua capacidade produtiva e reduzindo custos operacionais. O equipamento, essencial para a produção de lâminas de cera alveolada de alta qualidade, aumenta a produtividade e reduz o risco de contaminação, beneficiando tanto os apicultores quanto a saúde das colmeias.

Com um investimento aproximado de R$ 119 mil, a aquisição da alveoladora representa uma resposta eficiente às necessidades do setor apícola, contribuindo para a modernização da produção e para a consolidação de Toledo como referência em apicultura de qualidade.



Essa ação integra a estratégia da Secretaria do Agronegócio de fomentar a inovação e fortalecer as cadeias produtivas locais, promovendo o desenvolvimento do

setor apícola, valorizando o trabalho das associações e fortalecendo a economia local.

Por fim, no campo do fomento às cadeias produtivas, o município também está em processo de construção do Centro de Fomento à Estruturação de Cadeias Produtivas, que atenderá produtores familiares de suínos com espaços adequados para reuniões e capacitações.



- Centro de Fomento à Estruturação de Cadeias Produtivas, Repasse 963911/2024 Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional/CAIXA R$ 573.843,00.

4.4. Parcerias e Articulação Institucional

As parcerias entre a Prefeitura Municipal, o Governo Estadual, as entidades do setor agropecuário e as empresas privadas têm sido fundamentais para o sucesso das iniciativas em Toledo. A Secretaria tem mantido uma articulação constante com a Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAB, o Ministério de Agricultura e Pecuária - MAPA, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e o Serviço Nacional Rural - SENAR e o Instituto de Desenvolvimento Rural -IDR-Paraná, visando o fortalecimento do setor e a implementação de políticas públicas eficazes.

Em 2021 através de solicitação da Secretaria do Agronegócio foi instituído pela Lei nº 2.348/2021 o Conselho Municipal de Desenvolvimento do Agronegócio - CMDAT que constitui um amplo canal de participação da comunidade na definição de prioridades, na coordenação das ações técnicas e educacionais para o meio rural.

O papel do conselho na política agrícola municipal é o de gestor do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, do Agronegócio e da Agricultura Familiar, sendo responsável pela coordenação na elaboração do plano, fiscalização, acompanhamento e avaliação das ações programadas e executadas no meio rural, com a participação efetiva dos produtores e da sociedade. O PMDRAF é um dos principais instrumentos utilizados pelo CMDAT para estimular a articulação e a participação das forças locais ligadas ao meio rural, com a finalidade de promover o desenvolvimento local.

Em 2022 houve a assinatura do Acordo de Cooperação técnica nº 21202.000613/2022-64 (anexo) entre a Prefeitura de Toledo e a a EMBRAPA Suínos e Aves que objetiva a integração de esforços para a execução de ações de pesquisa, desenvolvimento, inovação e transferência de tecnologia no âmbito da mitigação de impacto ambiental das cadeias de produção de suínos e aves com economia e reuso de recursos naturais, modernização de instalações com emprego de tecnologias inovadoras para ganho de eficiência e redução de custos (automação e conectividade), destinação de animais mortos não abatidos e resíduos biológicos da suinocultura e avicultura dentro e fora das propriedades rurais, treinamentos e capacitação de técnicos e agentes multiplicadores, promoção de eventos de inovação e difusão de tecnologias.

Em 2023, a **EMBRAPA** também anunciou a instalação da **Unidade Mista de Pesquisa e Inovação (UMIPI)** em Toledo, fortalecendo ainda mais a parceria com o município e contribuindo para o avanço da pesquisa e desenvolvimento na região. A conquista foi a partir da interlocução do deputado federal Sérgio Souza e articulação entre a **prefeitura de Toledo, Associação Comercial e Empresarial de Toledo, Sindicato Rural de Toledo, Biopark, Prati Donaduzzi e Programa Oeste em Desenvolvimento**.



A assinatura da formalização da criação da UMIPI Oeste Paranaense foi um dos momentos marcantes do INOVAMEAT 2023. Em ato reunindo o prefeito de Toledo, Beto Lunitti, Luiz Donaduzzi, pelo Biopark, Paulo Rocha, pelo Biopark Educação, o presidente da EMBRAPA, Celso Moretti e o deputado federal Sérgio Souza foi oficializada a implantação da Unidade Mista de Pesquisa e Inovação (UMIPI) Oeste Paranaense, com o foco em potencializar a produção de aves, suínos e peixes.



A UMIPI Oeste Paranaense é acompanhada pelas unidades da Embrapa Suínos e Aves e Embrapa Pesca e Aquicultura.

Outra ação importante realizada foi a parceria com a Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA por meio do Acordo de Cooperação Técnica nº 50/2022 que tem possibilitado o apoio nas ações do Sistema de Inspeção Federal (SIF) 716 (anexo), no abatedouro da BRF, garantindo que os produtos locais atendem aos rigorosos padrões de segurança alimentar e possam ser comercializados em mercados internacionais.

Por fim, está em trâmite na Câmara dos Deputados, o projeto de lei nº 2.298/2024, de autoria do deputado Sérgio Souza, que concede ao Município de Toledo, o título de Capital Nacional da Proteína Animal.

4.5. Apoio e Fomento à Pecuária Leiteira

O município de Toledo é o principal produtor agropecuário do Estado do Paraná, tendo seu VBP (Valor Bruto por Produção Agropecuária) alcançado a marca próxima a R$ 4,6 bilhões no ano de 2023 e publicado em setembro de 2024. Tem como destaque a produção de suínos, aves e grãos, sendo a pecuária leiteira responsável pela produção de 59,433 milhões de litros de leite, gerando um valor de produção de R$ 151.554.150,00.

O Programa de melhoramento genético (Lei “R” nº 53/2009 e a Lei “R” nº 100/2011) da Bovinocultura de Leite tem o objetivo de estimular a produção leiteira no Município, por meio da doação de sêmen para inseminação artificial do rebanho bovino e doação de nitrogênio líquido para abastecer os botijões de armazenamento do sêmen. A recarga de nitrogênio é realizada mensalmente, já os botijões com os sêmens bovinos são distribuídos anualmente, para os produtores cadastrados junto a Secretaria.

Em retrospectiva foram fornecidos pelo Município desde 2021 um total de 13.333,45 litros de nitrogênio e mais de 2400 doses de sêmen bovino para os produtores inscritos no Condomínio de Inseminação Artificial, abaixo os contratos vigentes e o cronograma de entrega em 2024-2025:

- Sêmen, Contrato 373/2024: 64.960,00
- Nitrogênio, Contrato 372/2024: R$ 41.900,00

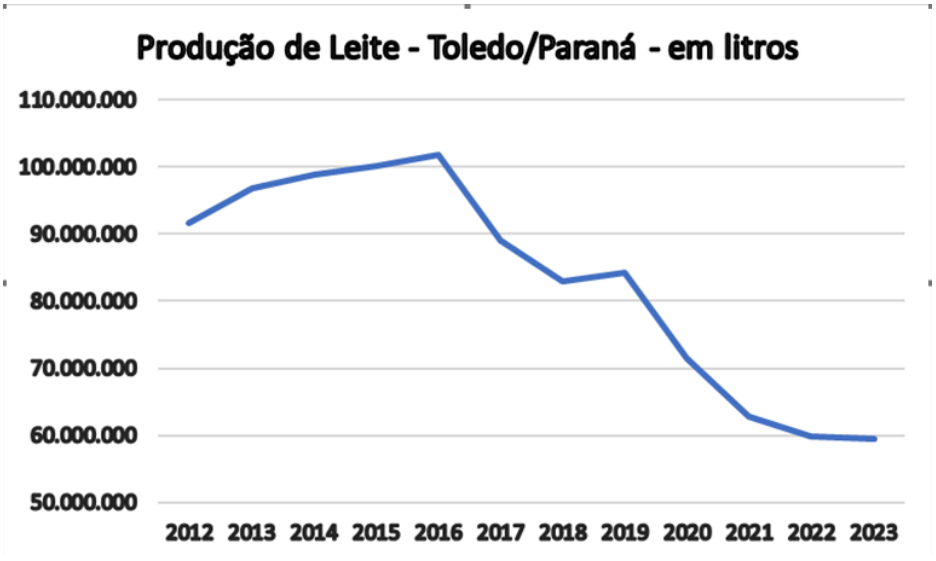
Cronograma de entrega de Sêmen e Nitrogênio para o ano de 2024

CRONOGRAMA DE ENTREGA			
LOCAL: CENTRO DE EVENTOS ISMAEL SPERAFICO - TOLEDO - PR			
1ª RECARGA	2ª RECARGA	3ª RECARGA	4ª RECARGA
3/6/2024	1/7/2024	5/8/2024	2/9/2024
5ª RECARGA	6ª RECARGA	7ª RECARGA	8ª RECARGA
7/10/2024	4/11/2024	2/12/2024	13/1/2025
9ª RECARGA	10ª RECARGA	11ª RECARGA	12ª RECARGA
3/2/2025	10/3/2025	7/4/2025	5/5/2025

Nota-se que um dos motivos da diminuição da produção é a redução do número de produtores em vista de que a bovinocultura de leite é uma das atividades rurais com uso intensivo de mão de obra, onde muitos produtores são familiares e com idade mais avançada. A produção de leite representa a terceira ou quarta atividade produtiva na propriedade rural, atrás muitas vezes da suinocultura, avicultura, piscicultura e lavouras anuais. No último levantamento realizado pela secretaria, Toledo possui 1.143 produtores de leite.

Desta maneira a atividade leiteira é a fonte de renda de muitos produtores no município de Toledo, sendo responsável por R$ 151.554.150,00 do Valor Bruto da Produção Agropecuária do município e colocando o município como o 8º maior produtor do Estado.

No entanto, a produção leiteira no município, vêm, reduzindo nos últimos anos, conforme pode ser visualizado no gráfico abaixo:



Fonte: DERAL, 2024.

O município já foi o 4º maior produtor do Estado, sendo que para entender alguns dos pontos necessários para adaptar e desenvolver a política pública de apoio aos produtores, o município junto com uma consultoria do SEBRAE, realizou em 2023 e está realizando em 2024 com produtores de leite do município. Apesar da amostra ser pequena, com 10 produtores, pôde-se observar que há espaço para adaptação de ações para a melhoria do plantel de animais dos pequenos produtores que enxergam a produção de leite como uma das mais importantes da sua propriedade, pois permite o recebimento mensal, diferente das demais produções que são sazonais.

Um dos aspectos que foram verificados que devem ser adequados no programa é o fornecimento do sêmen, onde o município faz a contratação de sêmen para raça holandesa e para raça Jersey. Estes são doados conforme demanda da propriedade. No entanto, muitas vezes não há uma incompatibilidade entre as características demandas para o melhoramento dos animais dos produtores, pois, não é possível a customização do sêmen para cada animal do produtor ou demanda zootécnica do plantel.

Assim, a customização deve gerar mais valor ao produtor, pois, ele poderá adquirir o sêmen adequado ao seu animal e o mais indicado para a melhoria genética e produtiva do seu plantel.

Desta forma, a alteração na Lei “R” nº 53/2009 é adequada para que o município possa, mantendo o mesmo custo que tem ao adquirir o sêmen para doação, subsidiar, em forma de reembolso, o produtor que adquire o sêmen para os seus animais.

Além do mais, é necessário citar que desde 2001 há o Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal - PNCEBT, que tem como objetivos principais: reduzir a prevalência e incidência de brucelose e tuberculose no país e certificar as propriedades livres das doenças, para que essas mudanças pudessem oferecer ao consumidor um produto de qualidade e de baixo risco sanitário.

De acordo com o MAPA, a importância da erradicação de doenças, como a brucelose e a tuberculose, deve-se aos problemas de saúde animal e de saúde pública que ambas representam ao país, pois são zoonoses que causam consideráveis prejuízos econômicos e sociais. Além de tudo, o Brasil possui um dos maiores rebanhos bovinos e, com isso, precisa garantir produtos de origem animal de

qualidade e com baixo risco sanitário aos consumidores, possibilitando um mercado consumidor maior, tanto interno quanto externo (BRASIL, 2006).

Além do mais, é importante a implementação de programa para a implementação de propriedades livres de brucelose e tuberculose, pois, conforme estudos publicados em revistas científicas, a brucelose é

> "responsável por impactar diretamente a produtividade dos planteis: estima-se uma taxa de 15% de abortos, 30% de aumento na taxa de reposição do rebanho, redução de 15% na produção de leite e 5% na produção de carne, além do aumento do intervalo entre partos de 11,5 para 20 meses (BERNUÉS; MANRIQUE; MAZA, 1997; CLEMENTINO; AZEVEDO, 2016). O prejuízo provocado pela brucelose foi estimado em R$ 226,47 e R$ 420,12 para cada fêmea bovina infectada acima de 24 meses de idade em rebanhos de corte e de leite, respectivamente, totalizando uma perda econômica acumulada até 2011 de aproximadamente 892 milhões de reais para o Brasil (SANTOS; MARTINS; BORGES; PAIXÃO, 2013)."

Já a tuberculose também acarreta prejuízos econômicos significativos na propriedade leiteira acometida pela doença. Entre as principais perdas econômicas relacionadas à doença estão a diminuição no ganho de peso, condenação de carcaças e diminuição na produção de leite, estimando-se que os animais que possuem a doença diminuem de 10 a 25% sua produtividade.

> "Também há perdas devido à eliminação de animais precocemente ou de alto valor zootécnico, no caso de animais positivos para a doença, sem contar a perda de credibilidade, perante a indústria, das propriedades onde a doença é diagnosticada" (BRASIL, 2006). Ainda, em alguns casos, pode ser recomendado o vazio sanitário no local, onde é necessário que o produtor deixe a atividade por algum tempo; o que pode acarretar perda de sua renda mensal (ALMEIDA et al., 2017)."

Assim, para o avanço do programa no país, e especialmente em Toledo, alguns fatores são importantes, como a adesão dos produtores, através da certificação de propriedades livres para a doença, e da indústria beneficiadora, que deveria incentivar as propriedades livres com uma bonificação, pois estaria recebendo um produto diferenciado e com valor agregado.

Contudo, após alguns anos da criação do PNCEBT, a adesão ao programa ainda é baixa, por ser voluntária e por possuir um custo inicial considerado elevado

por parte dos produtores, pois, os produtores ainda não consideram a certificação do seu rebanho como um investimento a longo prazo, pois, com a sanidade dos animais em dia, a produção irá aumentar consequentemente, e o produto terá um valor agregado por sua qualidade.

Por esse motivo, é de extrema importância o desenvolvimento de um programa local de incentivo a erradicação da brucelose e tuberculose, onde o município subsidia, em forma de reembolso, a realização de exames de brucelose e tuberculose em até 0,14 URT por exame, sendo limitado à 02 (dois) exames por animal nos casos de saneamento de foco ou certificação de propriedade livre de brucelose e tuberculose, ou 01 (um) exame por animal nas demais situações, conforme cadastro junto à ADAPAR, bem como a aquisição de doses de vacinas para brucelose, de uso obrigatório, em até 0,10 URT (Unidade de Referência de Toledo) por dose, para o plantel de fêmeas de três a oito meses de idade, cadastradas junto à ADAPAR, limitando-se a 01 (uma) única dose por fêmea, em bezerras não vacinadas dos 3 a 8 meses de idade.

Por conseguinte, em anexo está a minuta da lei que altera a Lei “R” nº 58/2009. Informa-se, ainda, que não foi possível a alteração no ano de 2023 e 2024 em razão da proibição de criação de novos programas que gerem despesas em ano eleitoral.

4.6. Programa de Controle de Formigas

O **Programa de Controle de Formigas**[1] Cortadeiras em Toledo integra as ações da Secretaria do Agronegócio para **mitigar os impactos** causados por esses insetos nas atividades agrícolas e florestais, com foco especial nas culturas de olericultura (ramo da horticultura que se dedica ao cultivo de hortaliças). As formigas cortadeiras, como as do gênero *Atta* e *Acromyrmex*, são responsáveis por prejuízos significativos, especialmente em hortaliças, onde atacam folhas, caule e brotações, comprometendo o crescimento das plantas e reduzindo drasticamente a produtividade.

Além do controle direto, o programa prioriza ações educativas para conscientizar os produtores sobre a importância de um manejo sustentável e eficiente. O controle é realizado por meio de estratégias integradas, como o monitoramento das

[1] https://www.toledo.pr.gov.br/formigascortadeiras/

áreas afetadas, a identificação de focos de infestação e a aplicação seletiva de iscas formicidas regulamentadas, reduzindo danos às plantas e ao meio ambiente.

Capacitações e oficinas também são promovidas para orientar os agricultores sobre práticas preventivas, destacando como o manejo adequado pode minimizar perdas econômicas e proteger a biodiversidade local. Dessa forma, o município busca não apenas combater as formigas cortadeiras, mas também fortalecer a competitividade da olericultura e outras culturas sensíveis, promovendo práticas agrícolas sustentáveis que conciliam produtividade e conservação ambiental.



4.7. Adesão e emissão da CAF

A Secretaria do Agronegócio, de Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico de Toledo iniciou o cadastro no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), ferramenta que substitui a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Essa ação visa identificar e qualificar agricultores familiares e suas organizações para acesso às políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, como o Pronaf, PAA e PNAE. A Prefeitura Municipal de Toledo foi credenciada como entidade emissora, com o suporte técnico para atender as demandas do setor, conforme dados atualizados.

É importante ressaltar que a prefeitura de Toledo é uma das poucas prefeituras do Paraná que realiza o serviço. O cadastramento é realizado de forma gratuita, com atendimento na sede da secretaria, localizada no AGROHUB, que faz parte do Complexo do Centro de Eventos Ismael Sperafico na Rua Alfredo Paschoal Ruaro, nº 1020 - Jardim Porto Alegre, Toledo - PR. A documentação exigida inclui

CPF, RG, comprovantes de propriedade ou posse da terra, e comprovantes de renda de todos os integrantes da unidade familiar. A ação reforça o compromisso da Secretaria do Agronegócio em apoiar o desenvolvimento econômico e social dos pequenos produtores rurais, garantindo que eles tenham pleno acesso às políticas públicas que fortalecem a agricultura familiar.

Essa iniciativa demonstra a importância da Secretaria do Agronegócio em articular ações que promovam o desenvolvimento sustentável no campo, alinhando o município de Toledo às diretrizes do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Além disso, possibilita a inclusão produtiva, oferecendo condições para que os agricultores familiares ampliem sua participação nas cadeias produtivas e assegurem melhores condições de vida e trabalho no meio rural.

4.8. Feira do Produtor

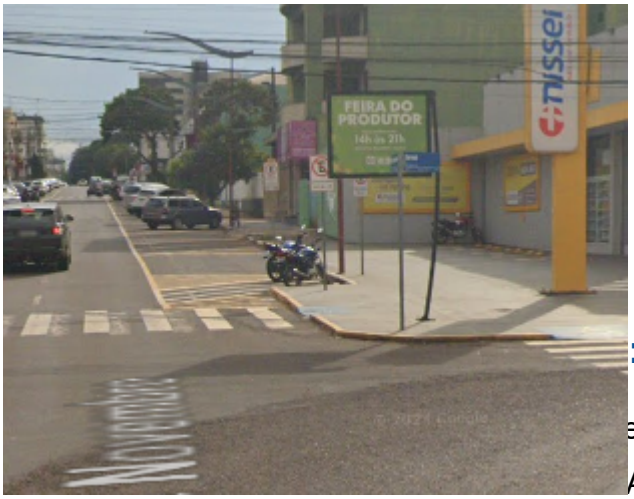
Em 2021, a Prefeitura de Toledo implementou importantes ações para aprimorar a infraestrutura e a funcionalidade da Feira do Produtor. Entre elas, destaca-se a aquisição de barracas[2] desmontáveis (entregues à Associação dos Feirantes de Toledo) para uso nas feiras realizadas em diferentes bairros. As barracas visam proteger os produtos contra intempéries e garantir condições sanitárias adequadas, preservando a qualidade dos alimentos e fortalecendo a agricultura familiar. Além disso, a modernização da estrutura contribuiu para a organização do espaço.

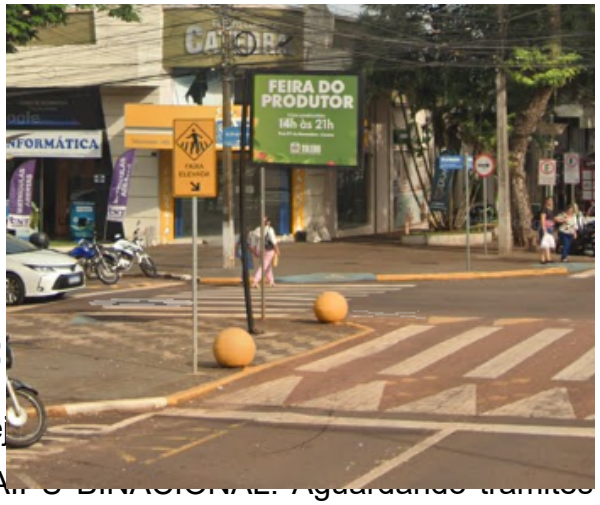
Outra melhoria foi a contratação de uma empresa especializada para executar os serviços de construção de uma nova entrada de energia elétrica na Feira do Produtor do Centro, localizada na Rua XV de Novembro. Essa adequação foi essencial para atender às demandas de iluminação e operação de equipamentos, garantindo um ambiente funcional e eficiente. Ainda no mesmo local, foram instalados dois totens informativos, que oferecem orientações sobre a feira, promovendo maior acessibilidade e organização para feirantes e visitantes. Esses equipamentos reforçam o compromisso do município em oferecer estrutura moderna e de qualidade para o público.

---

2 https://www.toledo.pr.gov.br/noticias/agronegocio-de-inovacao-turismo-e-desenvolvimento-economico/municipio-entrega-70-novas

Com essas ações, Toledo reafirmou seu compromisso com o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento econômico e social local. Ao investir em infraestrutura, energia e comunicação, o município não apenas melhorou as condições para os produtores, mas também consolidou a Feira do Produtor como uma referência cultural e econômica, valorizando a interação entre produtores e consumidores e incentivando o turismo e a identidade regional.





para a cessão de uso do equipamento aos produtores.

Aquisição de Máquinas e Equipamentos, Convênio nº 946305/2023, celebrado entre Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA e Prefeitura Municipal de Toledo - PR, seguindo Plano De Sustentabilidade Do Bem (Portaria Conjunta nº 33/2023 – Art 10, Inciso XXVI), Proposta Transferegov.br n° 58202/2023 - Escola Técnica Agrícola. Processo em fase de aprovação pela Caixa.

Centro de Fomento à Estruturação de Cadeias Produtivas, Repasse 963911/2024 Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional/CAIXA R$ 573.843,00. Elaboração do estudo preliminar, fase interna da licitação.

Construção de Terraços - Convênio ITAIPU. Encontra-se na fase interna da licitação.

Convênio CIDERSOP - (4 usinas solares no centro de eventos, distribuidor de dejeto e terraços) - VERIFICAR

Parceria com o SENAR na capacitação aos agricultores, nos cursos oferecidos, tais como Programa mulher atual; Trabalhador na administração de empresas agrossilvipastoris - Kaizen, 5S e Herdeiros do campo; Tratorista agrícola - operação de tratores e implementos - NR 31.12; Trabalhador volante da agricultura -

aplicação de agrotóxicos - NR 31 e Manejo de formigas cortadeiras; Produtor de olericultura - Cultivo em ambiente protegido e Cultivo hidropônico.

4.9. Serviço de Inspeção Animal de Produtos de Origem Animal (SIM/POA)

Durante o período de 2021 a 2024, o Serviço de Inspeção Municipal (SIM/POA) de Toledo realizou diversas ações estratégicas e operacionais para garantir a qualidade sanitária e a regulamentação das agroindústrias locais, visando a segurança alimentar e a melhoria dos processos de inspeção e fiscalização.

Em 2021, um dos marcos significativos foi a organização do SIM/POA e a criação do cargo de Coordenação do Serviço, com a atualização da legislação municipal, adequando o município aos requisitos do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA). Este processo foi essencial para qualificar o SIM/POA, permitindo ao município o credenciamento junto à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR) para a execução de fiscalização sanitária permanente nas unidades frigoríficas com SISBI-POA (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal).

Além disso, **em agosto de 2021**, foi formalizada a adesão ao SUSAF-PR (Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte). O SUSAF foi criado pela Lei Estadual nº 17.773/2013 e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 4.229/2020. A principal vantagem para os estabelecimentos é a ampliação da área de comercialização de seus produtos, uma vez que, mesmo estando registrado no SIM/POA, ele poderá comercializar em todo o território estadual.

O município de Toledo foi o 9º município a aderir ao ao SUSAF-PR, incentivando o empreendedorismo, possibilitando a implementação dos primeiros registros SUSAF em 2022, refletindo o compromisso da gestão com a regularização das agroindústrias locais.

Ao longo de 2021, o SIM/POA realizou 1.489 atendimentos às agroindústrias, incluindo 808 inspeções, 895 inspeções específicas, seis atendimentos a denúncias e a implantação de novos registros, com a realização de 211 coletas de produtos e água para análises laboratoriais, contribuindo para a manutenção da higidez e segurança dos produtos de origem animal. Este processo

envolveu a licitação para análises laboratoriais, garantindo que as agroindústrias tivessem acesso aos serviços de qualidade sem custos adicionais.

Após aderir ao SUSAF, a busca do SIM/POA era a equivalência ao SISBI/POA. O SISBI/POA busca a padronização e harmonização dos procedimentos de inspeção de produtos de origem animal, garantindo a segurança alimentar. Foi criado a partir da implantação do SUASA, instituído pela Lei 8.171/1991 e regulamentado pelo Decreto 5.741/2006. As principais vantagens e impactos positivos da adesão ao SISBI/POA incluem a geração de desenvolvimento socioeconômico local e regional, pois possibilita às agroindústrias o acesso a novos mercados, além dos limites territoriais do município e do estado do Paraná.

Desta maneira, no final de 2023, o SIM/POA passa por uma auditoria em novembro, com foco na verificação das condições necessárias para adesão ao SISBI-POA e manutenção do SUSAF-PR. A formalização da equivalência ao SISBI/POA foi confirmada com a publicação da **Portaria SDA/MAPA nº 1.164 de 21 de agosto de 2024**.

Atualmente, o SIM/POA tem registrado 31 empresas no município, oferecendo serviços essenciais como a coleta oficial de produtos para análise laboratorial, disponível sem custos para as agroindústrias. A boa prática de custear as análises laboratoriais oficiais é alinhada com outros serviços de inspeção e conduz a melhoria da qualidade do produto disponibilizado pela agroindústria ao mercado. Este serviço é realizado através de um contrato com a empresa ELEMENTUM LABORATÓRIO DE CONTROLE DE QUALIDADE EIRELI EPP, vigente até abril de 2025.

Além disso, médicos veterinários são disponibilizados para realizar a inspeção sanitária e industrial permanente nos abatedouros do Frigorífico Rainha da Paz e da BRF, conforme as portarias e decretos municipais. A atuação inclui também a fiscalização do SIF 716, conforme a ACT nº 50/2022. Tais iniciativas têm sido fundamentais para assegurar o cumprimento das normas sanitárias e garantir a qualidade dos produtos oferecidos ao mercado.

A evolução das ações também está refletida nas medidas de modernização dos processos internos. A implementação de um sistema digital para substituir os formulários manuais foi iniciada, com o objetivo de agilizar o processo de fiscalização, reduzir o uso de papel e criar um banco de dados robusto que melhore a eficiência administrativa. Essa digitalização também facilitará a integração dos documentos e

registros da fiscalização com fotos e vídeos, proporcionando maior clareza e robustez nos atos legais. Além disso, foi iniciada a criação de um canal de comunicação com a Secretaria Estadual de Agricultura e a ADAPAR para desburocratizar o processo de registro de produtos pelas empresas, uma resposta direta às necessidades das agroindústrias que buscam expandir seus mercados.

No entanto, a crescente demanda por fiscalização e a regularização de mais empresas exige ações imediatas, como a contratação de mais médicos veterinários. A fiscalização, que atualmente é realizada majoritariamente de forma presencial, deverá se tornar mais detalhada com a implantação dos programas de autocontrole nas empresas, o que demandará mais tempo e divisão de tarefas entre os fiscais. O número de empresas registradas aumentou de 26 para 31, e mais empresas estão em processo de edificação ou aguardam a regularização, o que evidencia a tendência de crescimento do setor.

Dentre as ações previstas incluem adequações para equivalência do SISBI-POA para produtos de abelha e derivados, motivada pela demanda de uma nova agroindústria a ser instalada no município, e a continuação da digitalização dos processos, que devem ser concluídas com a implementação de novos equipamentos digitais, fundamentais para a transformação do sistema.

Serviço de Inspeção Municipal - SIM/POA		**JAN**	**FEV**	**MAR**	**ABR**	**MAI**	**JUN**
Visita Técnica às Agroindústrias	Atendimento						
Vistoria Prévias para implantação de estabelecimento	Atendimento						
Avaliação de projetos	Und.						
Emissão de Termos de Liberação	Und.						
Inspeções realizadas	Und.	6	9	6	3	9	4
Implantação de novo SIM	Und.						
Coletas de produtos de Laboratório/água	Und.		5			4	1
Eventos/exposições/cursos/reuniões	Und.						

Reuniões com produtores e estabelecimentos	Und.				4		
Serviço interno	Und.	0	9	6	6	6	1
Atendimento à denúncia	Und.						

Em 2024, as atividades seguirão conforme o cronograma de coleta e análise laboratorial de produtos e água, além da continuidade das ações de fiscalização e inspeção nas empresas registradas. Também está prevista a renovação do credenciamento para a prestação de serviços de inspeção sanitária e industrial, conforme as normativas da ADAPAR. Além disso, a Lei Municipal nº 2.791, de 17 de julho de 2024, e o Decreto Municipal n° 1.230, de 22 de julho de 2024, trouxeram alterações importantes na regulamentação da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, alinhando a legislação local aos padrões do SISBI/POA.

Essas melhorias, junto com a realização de atividades de educação sanitária em diversos contextos, como nas universidades e na mídia, reforçam a importância da regulamentação do setor e o combate à clandestinidade. A entrega de certificados de participação no programa SUSAF-PR à Queijaria Vila Belli em 2024 também é um exemplo do suporte oferecido para a expansão das agroindústrias locais.

Esse processo contínuo de aprimoramento e expansão do SIM/POA reflete o compromisso da administração municipal com a saúde pública e o fortalecimento do setor agroindustrial de Toledo, visando à sustentabilidade e à competitividade das agroindústrias no mercado estadual e nacional.

4.10. Apoio a Olericultura

Os programas de qualificação profissional e fomento à olericultura impactaram diretamente centenas de produtores, garantindo a melhoria da produtividade e a profissionalização no campo.

Esse programa é essencial para o atendimento das necessidades da Cozinha Social, pois, através do atendimento técnico e da preparação dos terrenos para a olericultura é possível ampliar a produção de hortas periurbanas.

Nos últimos quatro anos o Programa de Apoio a Olericultura realizou 2.813 atendimentos.

O Programa de Apoio a Olericultura poderá ser ampliado com a ampliação das hortas urbanas, haja vista que após estudos realizados pela equipe da secretaria da possibilidade de que os produtores de hortas urbanas possuírem CAF e poderem emitir nota fiscal de produtor rural.

Dessa maneira, o principal gargalo da produção de hortas urbanas está superado, a comercialização, seja para o poder público através de programas de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA), seja por negociação direta com empresas.

A proposta da legalização de pequenos produtores urbanos e periurbanos em produtores rurais familiares com CAF e nota fiscal é possível a partir da interpretação do Decreto nº 9.064/2007 que em seu artigo 2º considera o imóvel agrário é uma área contínua, **qualquer que seja a sua localização**, destinada à atividade **agrária**, ou seja, poderá estar em zona urbana e que o empreendimento familiar rural deve atender aos seguintes requisitos:

I - possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais;

II - utilizar, predominantemente, mão de obra familiar nas atividades econômicas do estabelecimento ou do empreendimento;

III - auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e

IV - ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar.

Desta maneira, preenchendo tais requisitos o empreendimento familiar rural poderá ser inscrito na CAF.

Ademais, a Norma de Procedimento Fiscal nº 031/2015 da Secretaria de Estado da Fazenda, anexa a este documento, para a solicitação da inscrição no CAD/PRO deverão ser apresentadas cópias atualizadas dos documentos do imóvel ou da propriedade e dos documentos pessoais do produtor rural, sendo que para a identificação fiscal do imóvel ou da propriedade onde o produtor rural exerce a sua atividade poderão ser apresentados a: i. cópia da matrícula atualizada ou da Certidão do Registro de Imóveis; ii) comprovante da condição de contribuinte do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, no caso de o imóvel estar situado em zona urbana; iii) cópia do respectivo instrumento legal, devidamente registrado em Cartório, quando for o caso de arrendamento, de comodato ou de parceria rural, exceto para área inferior a 50 (cinquenta) hectares, hipótese em que será exigida

cópia do contrato, com firmas reconhecidas dos contratantes e das testemunhas; iv) declaração da Prefeitura Municipal, ou cópia de qualquer documento de expectativa de legitimação de posse, quando não se tratar de proprietário, de arrendatário, de comodatário ou de parceiro.

Ou seja, a partir do cumprimento das exigências acima o produtor rural poderá ter sua CAF e fazer a inscrição no CAD/PRO, permitindo a emissão de nota fiscal de produtor rural para a venda da sua produção, o que permite o desenvolvimento e ampliação das hortas urbanas no município de Toledo.

Ressalta-se que para a ampliação do programa de atendimento à olericultura, o estímulo aos produtores orgânicos e à fruticultura será necessário a ampliação da equipe de técnicos agrícolas.

Por fim, informa-se que o departamento oferta os seguintes incentivos:

- Apoio técnico, e serviços de máquina para olericultura (Preparação de canteiros e/ou terrenos com trator, pé-de-pato, grade de arrastão, encanteiradeira)
- Distribuição de sêmen (Empresa: VITAVET COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS EIRELI / Contrato 373/2024 - Vigência: maio/2025, prorrogável)
- Distribuição de nitrogênio (Empresa: NITROTEC COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA / Contrato 372/2024 - Vigência: maio/2025, prorrogável)
- Disponibilização de análises laboratoriais, para coletas oficiais de produtos de origem animal pelo SIM/POA, para as agroindústrias (Empresa: ELEMENTUM LABORATÓRIO DE CONTROLE DE QUALIDADE EIRELI EPP / Contrato 214/2024 - Vigência: abril/2025, prorrogável)
- Consultoria com o SEBRAE para os produtores de leite.
- CAF - Cadastro da Agricultura Familiar
- TOOdas no Agro - Evento para mulheres produtoras rurais

4.11. Imóveis cedidos à cooperativas

O município de Toledo possui em seu patrimônio alguns imóveis que são para atividades produtivas, dentre eles poderiam ser citados o Abatedouro Municipal no distrito de Vila Nova e a Unidade de Recebimento de Leite no Distrito de Dez de Maio.

O abatedouro municipal, localizado na Rodovia OT 007, s/n°, Linha Guaçu, distrito de Vila Nova, que desde sua construção em 2008 estava cedido para a Cooperativa dos Produtores de Ovinos e Caprinos do Oeste do Paraná - COOVICAPAR. Em 2011, com a Lei “R” nº 135/2011, houve a outorga pelo município a concessão de direito real de uso do imóvel, benfeitorias e equipamentos à COOVICAPAR.

Após solicitação por meio do protocolo nº 54.279/2022 a COOVICAPAR informou que até aquele momento já haviam sido investidos aproximadamente R$ 5 milhões, com ampliações na estrutura física, aquisição de novos equipamentos, uma caldeira no com capacidade maior, construção de câmaras frias, túnel de congelamento, câmara de congelados, automatização da linha de abate, lavanderia própria e instalação de uma usina solar com 480 placas, ampliando a capacidade de abate de 60 suínos/dia, 24 bovinos/dia e 60 ovinos/dias para 320 suínos/dias

Assim, para chegar a uma capacidade de 640 suínos/dias, a cooperativa solicitou a doação do imóvel.

Entendendo que a doação do abatedouro municipal para a cooperativa pode ajudar a impulsionar a economia local ao fortalecer e gerar novos negócios aos seus cooperados, bem como a geração de novas vagas de emprego, o que gera mais circulação de recursos financeiros na comunidade, incentivando o investimento empresarial e o crescimento econômico local.

Além disso, a ampliação dos investimentos, com a ampliação do abate , também resulta no aumento de impostos para o município, visto que a atividade é tributada pelo ICMS, sendo que há retorno de parte do ICMS para o município.

Dessa maneira, foi aprovada a Lei nº 2.589/2023, que procedeu à desafetação e autorizou a doação de imóvel e equipamentos à Cooperativa dos Produtores de Ovinos e Caprinos do Oeste do Paraná - COOVICAPAR. Sendo os encargos, de ampliação da capacidade de abate, a manutenção de cinquenta empregos e o abate sem custo de animais para atender os Programas “Compra Direta” (PAA e PNAE).

Outro imóvel que o município de Toledo possui é a Unidade de Recebimento de Leite, localizada no lote rural nº 254.B.1, integrante do 4º Perímetro da Fazenda Britânia, com área de 24.200,00m² (vinte e quatro mil e duzentos metros quadrados), situado no Distrito de Dez de Maio, neste Município, Matrícula nº 36.176 do 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Toledo, em concessão de direito

real de uso para a Cooperativa Agroindustrial Leite Oeste – COOPERMILCH, por meio da Lei “R” nº 10/2016.

A lei exigia contrapartidas que, em primeira análise, não foram cumpridas, quais sejam: receber, no mínimo, 20.000 (vinte mil) litros de leite/dia na Unidade e implantar no imóvel plataforma de industrialização no prazo máximo de 12 (doze) meses, a contar de 8 de março de 2016. Restando assim, uma análise mais aprofundada das ações a serem implementadas.

5. INOVAÇÃO

5.1. Fortalecimento da Inovação e Empreendedorismo

A Prefeitura de Toledo tem se destacado como um dos pólos mais inovadores do Paraná, implementando projetos que integram modernização administrativa e incentivo ao empreendedorismo tecnológico.

O município foi tema de publicação na revista *Inovação, Inteligência Artificial e Gestão Pública*, que destacou suas práticas inovadoras, como o uso de tecnologias avançadas para modernizar processos de compras públicas. O artigo reforçou o papel estratégico das políticas públicas de inovação no fortalecimento da economia e na transformação digital do setor público.

Toledo tem investido em regulamentações tecnológicas que incluem o uso de inteligência artificial, a criação de um sandbox regulatório e a adesão à Rede GOV.BR. Este último permite a integração do município a plataformas nacionais, otimizando a oferta de serviços públicos. Além disso, a elaboração de uma minuta de lei para assinatura digital reflete o compromisso da cidade com a segurança e a validade jurídica de documentos digitais.

A cidade participa ativamente de eventos como o Food Capacita e o Fórum de Inovação, promovendo discussões sobre tendências tecnológicas e capacitação no agronegócio. Além disso, a integração ao Iguaçu Valley reforça a representatividade no segmento Food Tech, contribuindo para o fortalecimento do ecossistema regional.

Com essas iniciativas, Toledo avança no desenvolvimento de um ambiente favorável à inovação e à transformação digital. Os projetos, como o Centro de Inovação e a regulamentação de tecnologias emergentes, posicionam o município como referência em gestão pública moderna e eficiente, ao mesmo tempo em que criam oportunidades para o desenvolvimento econômico sustentável.

5.2. Centro de Inovação

O Centro de Inovação de Toledo desempenhará um papel crucial no fortalecimento do ecossistema de inovação na região, promovendo o desenvolvimento de startups e novas empresas. O seu desenvolvimento surge a partir de uma

demanda das startups, onde os empreendedores necessitam de um espaço para se instalar ainda no início de sua jornada.

O projeto é para ser construído no Centro de Eventos Ismael Sperafico, ele combina infraestrutura moderna e espaços colaborativos projetados para facilitar o networking e a troca de conhecimento. Com duas fases planejadas, o projeto inclui coworking compartilhado, salas privativas, ambientes comunitários e até mesmo um espaço maker para desenvolvimento criativo, atendendo às diversas necessidades do empreendedorismo inovador.

1ª FASE - 300 m²





Além de impulsionar o empreendedorismo, o centro poderá ser uma plataforma estratégica para promover pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Ao abrigar iniciativas como palestras, apresentações (pitches) e metodologias de incubação em parceria com o Parque Tecnológico Itaipu (PTI), o espaço consolida Toledo como um hub de inovação regional. A governança compartilhada entre a prefeitura, FUNTEC e parceiros privados garante suporte institucional e sustentável para essas ações.

2ª FASE - 1.100 m²







O impacto no ecossistema de inovação local é significativo. O Centro fomenta a interação entre startups em diferentes estágios de maturidade, desde ideias em validação até empresas em operação com faturamento. Isso cria uma comunidade vibrante de inovação que atrai talentos, investimentos e oportunidades de negócios. A expectativa é que o espaço contribua para a geração de empregos qualificados e para o fortalecimento da economia de Toledo, consolidando sua posição como referência em tecnologia e inovação no Paraná.

Com investimentos de R$ 400.000 na primeira fase, utilizando os três quiosques do Centro de Eventos e depois, em uma segunda fase no Pavilhão de Gado de Corte, ao custo de R$ 4.700.000,00, o projeto reflete o compromisso de Toledo em fomentar o crescimento sustentável e inovador.

Assim, o Centro de Inovação se posiciona como um elemento transformador na região, conectando ideias, pessoas e oportunidades para promover o desenvolvimento econômico e social.

5.3. Modernização da Gestão Pública com a Implantação do SEI

Toledo tem avançado na modernização da gestão pública com iniciativas voltadas à implementação de mapeamento de processos, adequação das estruturas governamentais e digitalização de documentos e processos administrativos. Um marco importante nesse processo foi a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) em 2009, sendo a partir de então cedido gratuitamente para os demais órgãos públicos. Ao município de Toledo a cedência foi por meio do **Acordo de Cooperação Técnica nº 539/2024**, regulamentado pelo Art. 184 da Lei nº 14.133/2021.

A articulação para a adoção do SEI foi liderada pela Secretaria do Agronegócio, de Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico, que iniciou o diálogo com o TRF4 e formalizou a solicitação de cessão da ferramenta. O SEI foi escolhido como a plataforma ideal para atender à necessidade de padronização dos sistemas e documentos administrativos, promovendo maior eficiência, acessibilidade e transparência nos serviços públicos. A parceria garantiu a instalação do sistema em base única, com suporte técnico e documentação fornecidos pelo TRF4.

A implantação do SEI representa um avanço significativo para a gestão pública de Toledo. Além de eliminar o uso de documentos físicos, o sistema proporciona maior agilidade na tramitação de processos, reduz custos operacionais e contribui para a sustentabilidade ao diminuir o consumo de papel. A ferramenta também permite integração com outros sistemas utilizados pela administração municipal, viabilizando uma gestão mais moderna e eficiente.

A liderança da Secretaria do Agronegócio neste projeto demonstra o compromisso do município em adotar tecnologias inovadoras e estabelecer parcerias

estratégicas. Com a implantação do SEI, Toledo fortalece sua capacidade de governança digital, alinhando-se às melhores práticas de gestão pública e promovendo um serviço mais transparente e acessível à população.

5.4 PigData e Fórum de Inovação

Período: normalmente entre abril a agosto

Departamento: Ciência, Tecnologia e Inovação

Providência:

A definir com o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação

6. TURISMO

O setor de turismo de Toledo/PR tem desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento econômico do município, especialmente no fomento ao comércio e ao setor de serviços. O apoio institucional proporcionado pela Lei Orgânica do Município (Art. 81) tem sido essencial para viabilizar diversas ações estratégicas voltadas para a promoção e expansão do turismo como uma atividade econômica. Entre as principais iniciativas desenvolvidas, destacam-se projetos que envolvem desde a decoração de espaços públicos até a implementação de rotas turísticas e a realização de eventos culturais.

Em 2021, a cidade iniciou uma série de atividades voltadas para o fortalecimento do turismo. Um dos principais projetos foi o de Decoração Natalina, que incluiu licitação e fiscalização para sua execução. Paralelamente, foram criadas rotas de cicloturismo e turismo rural, que visam atrair visitantes para as áreas urbanas e rurais do município. Para apoiar o desenvolvimento de negócios nesse segmento, foram oferecidos cursos de capacitação em parceria com o SENAR, como o curso "Acolhida no Turismo Rural" e a segunda turma do curso básico de Turismo Rural. Também foi reativado o Conselho Municipal de Turismo e iniciada a revisão da Lei do Turismo, visando um aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas para o setor.

Em 2022, Toledo deu continuidade ao seu esforço de tornar-se um polo turístico na região, realizando o primeiro concurso de Decoração Natalina, com a participação de 83 inscrições, entre residências e estabelecimentos comerciais. O ano também foi marcado pela realização de grandes eventos, como o show em comemoração aos 70 anos do município, que contou com a presença de artistas renomados como: Thaeme e Thiago; e, Guilherme e Benuto. Além disso, o Natal Encantado, realizado em parceria com a ACIT, levou ao município mais de R$ 1,6 milhão em decoração natalina e atraiu milhares de visitantes. A cidade também investiu na revitalização do Parque Temático das Águas, com um aporte de cerca de R$ 800 mil, e na promoção de cursos de Turismo Rural para capacitar produtores. Uma nova legislação, a Lei nº 2.523/2022, foi aprovada, permitindo maior ocupação dos espaços turísticos e a construção de quiosques comerciais.

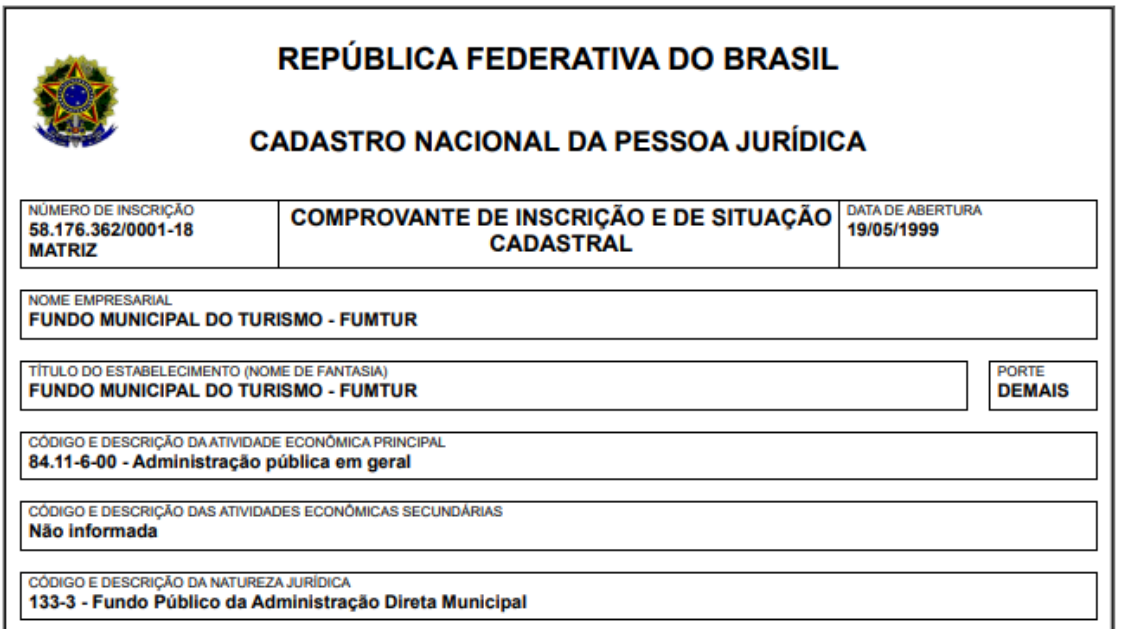
No ano de 2023, o município seguiu com sua agenda de fortalecimento do turismo, com a realização do 2º Concurso de Decoração Natalina e shows que celebraram os 71 anos de Toledo, incluindo apresentações de Guilherme e Santiago e

João Neto e Frederico, que atraíram cerca de 40.000 pessoas. Em paralelo, foi realizado o Natal Encantado, com um investimento superior a R$ 2,4 milhões em decoração natalina e atrações culturais. A cidade também participou da 50ª Festa Nacional do Porco no Rolete e continuou com os investimentos no Turismo Rural, além de promover a 2ª Decoração de Páscoa com um investimento de R$ 490 mil. Aprovou-se a Lei nº 2.584/2023, que regulamenta o comércio ambulante de alimentos em veículos como food trucks, fomentando ainda mais o setor de turismo e gastronomia local.

Em 2024, o setor de turismo continuou com seu ritmo de crescimento. A parceria com o SENAR permitiu a realização de cursos voltados para as produtoras rurais, com ênfase no turismo rural. Também, apoio a criação do Núcleo da ADETUR Riquezas do Oeste (Agência de Desenvolvimento Turístico da Região Riquezas do Oeste) em Toledo, promovendo um desenvolvimento estruturado do setor. Durante o 2º trimestre, destacaram-se a realização da Decoração de Páscoa e o Show do Dia do Trabalhador, que reuniu cerca de 15 mil pessoas. O município também prestou apoio à 51ª Festa Nacional do Porco no Rolete, dando continuidade às ações de fomento ao turismo.

Adicionalmente, o município tem dado grande suporte às ações da ADETUR, incluindo o III Congresso de Turismo e a I Feira de Experiências Turísticas, que visaram capacitar empreendedores do setor de turismo rural e apresentar aos munícipes as atrações turísticas de Toledo. A realização de palestras e a atualização do Mapa do Turismo, que garante a permanência de Toledo no cenário nacional, também foram iniciativas cruciais para a manutenção e expansão das atividades turísticas no município.

A partir de 2024, Toledo conta com o FUMTUR - Fundo Municipal do Turismo, um fundo setorial previsto na Lei Federal nº 4.320/1964, criado pela Lei nº 2.541/2022, voltado exclusivamente para o financiamento de projetos e atividades na área do turismo. Esse instrumento, classificado como fundo municipal especial, oferece maior autonomia financeira e descentralização da gestão, permitindo a implementação de políticas públicas voltadas ao setor.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 58.176.362/0001-18 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/05/1999

NOME EMPRESARIAL
FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO - FUMTUR

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO - FUMTUR	PORTE DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
84.11-6-00 - Administração pública em geral

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
133-3 - Fundo Público da Administração Direta Municipal

O FUMTUR tem como principal objetivo captar e repassar recursos para o Plano Turístico Municipal, fortalecendo ações que promovam o desenvolvimento turístico local. A gestão e o controle do uso desses recursos são realizados pelo Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), garantindo transparência e eficiência no investimento em iniciativas estratégicas.

Com o apoio contínuo do COMTUR, Toledo reforça seu compromisso em promover o turismo como motor do desenvolvimento econômico, social e cultural, consolidando sua posição como um dos principais destinos turísticos do Oeste do Paraná.

Ainda, foi elaborado pela Secretaria, um Estudo sobre o impacto das políticas na área de turismo, sobre a arrecadação dos anos de 2022 e 2023:

6.1. Estudo sobre o Impacto das políticas de festividades, e de Decoração de Páscoa e Natal pelo Município

O objetivo deste estudo é avaliar os impactos econômicos das contratações de decoração para Páscoa e Natal realizadas pelo município, com ênfase na arrecadação de ISSQN e no fomento ao comércio e à economia local. Analisaremos os dados financeiros das contratações, a evolução da arrecadação de ISSQN em meses específicos e a arrecadação de ICMS em outros períodos, para

entender a relação entre investimentos em festividades e o aquecimento econômico da região.

6.1.1. Investimentos Municipais em Decoração e Festividades

Nos anos de 2022 e 2023, o município realizou investimentos consideráveis na decoração e em eventos culturais voltados à Páscoa e ao Natal, conforme detalhado abaixo:

- Páscoa:
    - 2022: R$ 402.087,53 - Decoração de páscoa
    - 2023: R$ 491.733,02 - Decoração de páscoa (incremento de 22,3% no valor)
- Natal:
    - 2022: R$ 1.740.146,34 em decoração natalina
    - 2023: R$ 2.000.000,00 em decoração natalina + R$ 280.000,00 em espetáculos, sendo 85.000,00 no espetáculo de Simão Elias Wolf, 132.900,00 no espetáculo do “Meu Presente de Natal”, e aproximadamente 62.100,00 em locação de equipamentos para os espetáculos, totalizando R$ 2.280.000,00 (incremento de 31,0%)

Observação: Valores com base no orçamento dos projetos encaminhados para licitação, sendo desconsiderado o valor com desconto final obtido no procedimento licitatório.

Além das contratações, foi verificado que o Município também realizou nos anos de 2022 e 2023, concursos de decorações natalinas, com premiações para as residências e comércios mais bem decorados. Esses investimentos criam uma ambientação atrativa e promovem eventos culturais, engajando a população e atraindo turistas, gerando um ciclo de consumo que impulsiona o comércio local, gerando emprego e renda.

6.1.2. Impacto na Arrecadação

No Paraná, o repasse do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) aos municípios ocorre conforme as disposições do Art. 158 da Constituição Federal, o qual determina que 25% do total arrecadado de ICMS pelos estados deve ser transferido aos municípios.

Nos termos da Lei Complementar nº 249, de 23 de agosto de 2022, do Estado do Paraná, para definição dos índices de participação dos municípios na cota-parte do Imposto, observa-se os critérios

I - 65% (sessenta e cinco por cento), proporcional ao valor adicionado ocorrido em cada município em relação ao total do Estado (inciso I do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 108, de 26 de agosto de 2020, e Lei Complementar Federal nº 63, de 11 de janeiro de 1990), segundo informações atualizadas fornecidas pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA;

II - 8% (oito por cento), proporcional ao valor bruto da produção agropecuária no território do município em relação ao total do Estado, segundo informações atualizadas fornecidas pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento - SEAB;

III - 10% (dez por cento), proporcional a indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos, segundo informações atualizadas fornecidas pela Secretaria de Estado da Educação - SEED;

IV - 6% (seis por cento), considerado o número de habitantes da zona rural do município em relação à população rural do Estado, segundo informações atualizadas fornecidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

V - 2% (dois por cento), considerado o número de propriedades rurais cadastradas no município em relação ao número das cadastradas no Estado, segundo informações atualizadas fornecidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

VI - 2% (dois por cento), considerada a área territorial do município em relação à do Estado, em metros quadrados, segundo informações atualizadas

fornecidas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo - SEDEST;

VII - 5% (cinco por cento), aos municípios que abriguem em seus territórios unidades de conservação ambiental, ou que sejam diretamente influenciados por elas, ou aqueles com mananciais de abastecimento público (parágrafo único do art. 132 da Constituição do Estado do Paraná), segundo informações atualizadas fornecidas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo - SEDEST;

VIII - 2% (dois por cento), dividido pelo número de municípios do Estado.

Os critérios elencados do item III ao VIII, os quais totalizam 27% (vinte e sete por cento) dos pesos para definição do respectivo índice, se verificam terem pouca mobilidade, ou variação, no decorrer do ano. Já a maior parte, 73%(setenta e três por cento) refere-se aos resultados econômicos apurados no período.

Desta forma, é possível a avaliação dos repasses brutos de ICMS pelo Estado como um indicador relevante para avaliação do impacto econômico das políticas e ações públicas, pois reflete o aquecimento econômico em períodos de alta demanda, especialmente vinculadas às atividades comerciais.

Assim, obteve-se a seguinte tabela de dados do repasse bruto de ICMS para os anos de 2020 a 2023:

Mês/Ano	2020	2021	2022	2023
Janeiro	R$ 10.976.724,53	R$ 11.463.405,70	R$ 13.771.421,72	R$ 15.060.377,79
fevereiro	R$ 10.332.852,34	R$ 10.955.272,26	R$ 13.346.352,18	R$ 12.272.641,36
março	R$ 10.619.809,02	R$ 13.893.146,45	R$ 17.332.274,65	R$ 13.798.374,33
abril	R$ 8.383.071,68	R$ 11.335.221,86	R$ 14.264.991,47	R$ 14.431.049,76
maio	R$ 5.989.308,93	R$ 10.475.919,80	R$ 17.175.468,26	R$ 17.579.569,73
junho	R$ 10.290.488,18	R$ 14.640.162,48	R$ 14.148.585,75	R$ 14.891.962,50
julho	R$ 9.837.973,49	R$ 11.773.107,82	R$ 14.065.532,94	R$ 16.083.565,08
agosto	R$ 9.641.944,54	R$ 13.512.753,64	R$ 16.690.221,09	R$ 17.621.068,27
setembro	R$ 12.425.982,41	R$ 14.014.762,36	R$ 14.337.294,48	R$ 17.501.097,34
outubro	R$ 11.464.433,04	R$ 12.099.071,63	R$ 13.961.587,75	R$ 18.806.782,96
novembro	R$ 10.816.408,68	R$ 16.546.646,63	R$ 13.336.791,84	R$ 17.443.459,21
dezembro	R$ 13.715.449,68	R$ 14.636.711,79	R$ 13.128.316,62	R$ 25.053.233,20

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná - SEFA/PR

Verifica-se que o município iniciou a partir de 2022 investimentos na decoração e festividade de páscoa, sendo observado um aumento significativo no repasse de ICMS bruto pelo governo do estado, o qual passou de 11 milhões de reais no mês de abril de 2021, para 14 milhões nos anos de 2022 e 2023, representado um aumento de aproximadamente 26% no valor repassado do tributo.

Igualmente, se verificou aumento no repasse nos meses de outubro, novembro e dezembro, atribuível ao aumento das vendas e das atividades comerciais típicas das épocas festivas.

Em particular, o mês de dezembro apresentou um aumento de quase 91% na arrecadação de 2022 para 2023, sugerindo que o incremento nos investimentos em decoração e festividades de Natal gerou um impacto positivo na economia local, incentivando o turismo, o comércio e, consequentemente, ampliando a receita do município.

Também foram levantados dados acerca da arrecadação municipal nos períodos em análise do ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), o qual incide sobre os serviços de qualquer natureza não abarcados pelo ICMS, sendo outro indicador relevante para avaliar o impacto econômico das festividades, pois reflete a movimentação de serviços nos períodos.

Mês	2022	2023	Variação Anual
Abril	**R$ 4.340.908,88**	**R$ 4.804.663,85**	**+ 10,7%**
Outubro	**R$ 4.740.619,58**	**R$ 5.553.299,72**	**+ 17,1%**
Novembro	**R$ 4.587.997,40**	**R$ 5.371.991,05**	**+ 17,1%**
Dezembro	**R$ 4.918.429,63**	**R$ 6.311.777,85**	**+ 28,3%**

Fonte: Portal da Transparência do Município de Toledo

A análise indica um crescimento expressivo na arrecadação de ISSQN, principalmente no mês de abril, que ocorre a páscoa e nos meses que antecedem e incluem o Natal (outubro a dezembro), reforçando a correlação entre os investimentos em decoração e festividades e o aumento do consumo de bens e serviços no município.

6.1.3. Conclusões

Os dados apresentados mostram uma tendência de crescimento na arrecadação de ISSQN e ICMS em períodos que coincidem com a realização das festividades de Páscoa e Natal. A alta nos meses analisados indica que os investimentos em decoração e eventos culturais estão correlacionados com o aumento do fluxo de consumidores e turistas, com o aquecimento dos setores de comércios e serviços, e também, resultando em uma maior arrecadação tributária.

A expansão dos eventos de natal, incluindo espetáculos, demonstrou ser uma estratégia em potencial, sendo também possível a expansão das festividades e a diversificação de eventos durante outros períodos do anos, para além das festividades de Páscoa e Natal, trazendo benefícios contínuos, e potencializando o impacto econômico ao longo de outros meses, gerando emprego e renda, além de consolidar a marca do Município de Toledo como destino turístico a nível nacional, e internacional.

Contudo, deve-se manter o monitoramento da arrecadação destes períodos, elaborando-se relatórios anuais, e correlacionando investimentos em eventos com os dados de arrecadação, permitindo ao gestor perceber o retorno das respectivas ações e suas diversificações, bem como ao estímulo à economia local.

6.2. Centro de Eventos

Entre 2021 e 2024, diversos investimentos e ações foram realizados nos Centros de Eventos da região, visando aprimorar a infraestrutura e ampliar a capacidade de atender à demanda de eventos e atividades públicas e privadas.

Em 2021, as primeiras obras significativas foram iniciadas com a construção da cozinha do Centro de Eventos de Vila Nova, que passou a contar com um espaço mais adequado para a realização de eventos com maior demanda gastronômica. Além disso, teve início a revitalização do Centro de Eventos Ismael Sperafico, com a pintura das vias internas e do Centro de Convenções, melhorando o ambiente e a funcionalidade para eventos. Também foram contratadas as reformas do Pavilhão de Ovinos, com adaptações para a prática de Equoterapia, e do Centro de Convenções para a instalação da Secretaria do Agronegócio, de Inovação, Turismo e

Desenvolvimento Econômico, além da Secretaria de Infraestrutura Rural e Urbana e de Serviços Públicos.



Já em 2022, as reformas e adequações continuaram com destaque para o Centro de Convenções no Centro de Eventos Ismael Sperafico. O espaço foi preparado para abrigar as Secretarias mencionadas, tornando-se um ambiente de trabalho mais eficiente e adequado.



Também foi realizada a reforma do sistema de áudio e vídeo do Auditório do Centro de Convenções, melhorando as condições para eventos e conferências. Neste ano, um total de 66 eventos foram realizados nos Centros de Eventos Ismael Sperafico e Desiree Refosco, cita-se o 1º Fórum Estratégico de Empregabilidade da Região Oeste, realizado em 21 de julho de 2022 que reuniu líderes, autoridades e profissionais para discutir a escassez de mão de obra na região.

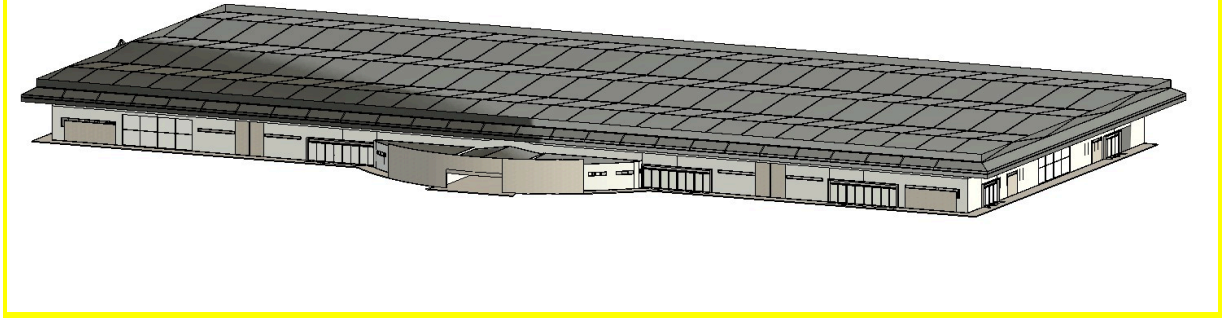
Um dos marcos de 2022 foi a inauguração do Centro de Eventos Rosinea Zandonato Maciel de Oliveira, localizado na região do São Francisco/Panorama. Com 990m² de área construída, o centro conta com amplo salão, cozinha, churrasqueira, palco com camarim e capacidade para acomodar até 1.350 pessoas. Esse novo espaço representa um avanço significativo na oferta de infraestrutura para eventos na região. Também foi entregue a reforma do Pavilhão de Equoterapia, adequando o local para o desenvolvimento de atividades terapêuticas.

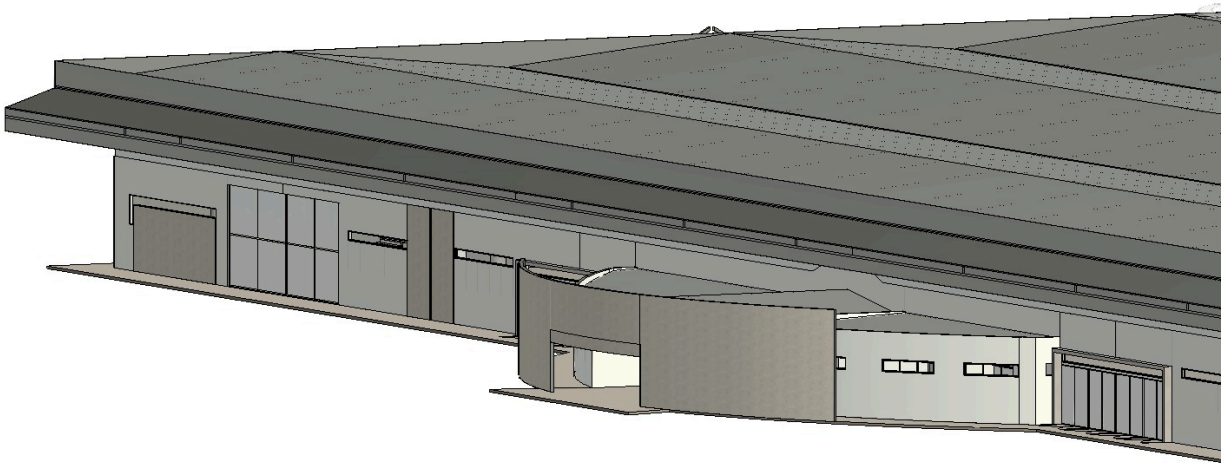
Em 2023, o número de eventos realizados nos Centros de Eventos aumentou consideravelmente, com 189 eventos ocorrendo nos espaços de Ismael Sperafico, Desiree Refosco e Rosinea Zandonato Maciel de Oliveira. Esse crescimento reflete a eficiência e a capacidade dos centros de eventos em atender às necessidades da comunidade e de diversos setores da economia local.

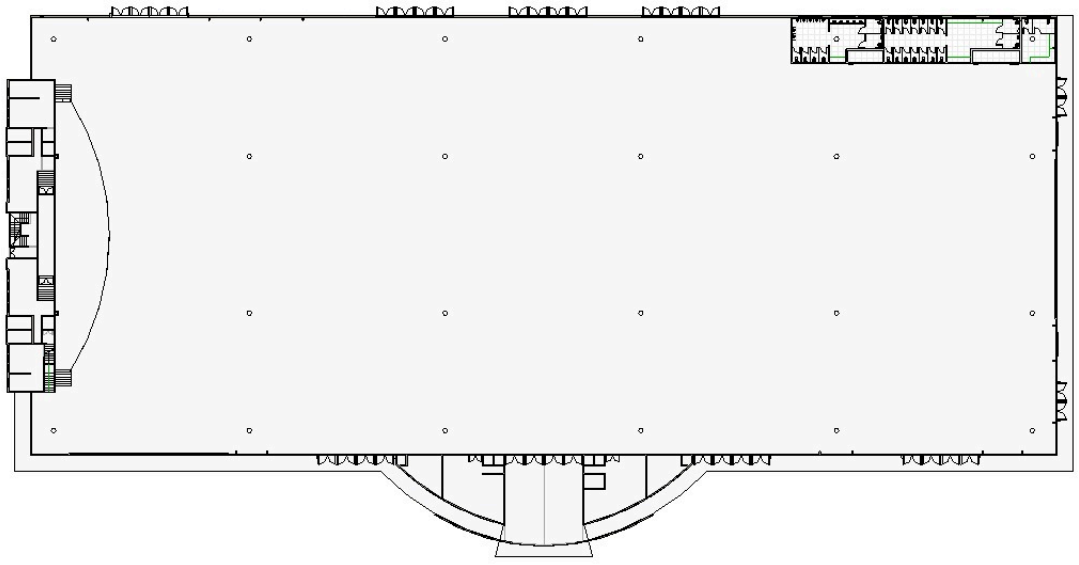
Já em 2024, o município firmou um convênio para a reforma do Centro de Eventos Ismael Sperafico: Reforma do Centro de Eventos Ismael Vicente Sperafico, Contrato de Repasse Nº 961771 MTUR, no valor de R$ 1.818.937,00, com uma complementação financeira do município prevista de R$ 500.000,00

O projeto está em fase de elaboração, com estudos e projetos sendo realizados para encaminhamento à aprovação do Ministério do Turismo, visando garantir recursos para a realização das obras, visando a melhoria da eficiência energética, com a adequação sistema elétrico de todo o Centro de Eventos e a sustentabilidade do espaço, com a instalação de sistema de geração de energia elétrica por painéis fotovoltaicos (04 usinas de 75 Kw, por meio do Convênio com o Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico, Social, Educacional e Cultural Sustentável da Região Oeste do Estado do Paraná – CIDERSOP), a adequação acústica e climatização do pavilhão; a reforma do piso deteriorado no pavilhão e aumento do número de vagas de estacionamento e de banheiros e a modernização da estética interna e fachada, com a reforma do hall de entrada, da

praça de alimentação, cozinhas e churrasqueiras, realocação do portal de entrada, todos com o fim da mitigação dos impactos de vizinhança.







Além disso, foi dado início ao planejamento para a intervenção no Centro de Eventos Desiree Refosco, com o objetivo de adequá-lo às exigências do Corpo de Bombeiros.

A reforma do Centro de Eventos Ismael Vicente Sperafico, por meio de convênios com a Caixa Econômica Federal, é outro projeto em andamento que visa melhorar a infraestrutura para eventos e fortalecer a articulação entre produtores e consumidores.

Essas ações refletem o compromisso da administração pública com o desenvolvimento econômico e social da região, proporcionando uma infraestrutura moderna e eficiente para atender às necessidades da população e fomentar o turismo e os eventos culturais e empresariais.

6.3. Reforma e Reabertura do Parque das Águas: Um Espaço Renovado para o Lazer e Convivência em Toledo

Em 2022, o Parque Temático das Águas de Toledo passou por uma significativa reforma e foi reaberto ao público em 15 de novembro, após dois anos de fechamento devido à pandemia de COVID-19. O espaço, que inclui piscinas, toboáguas e áreas de convivência, recebeu melhorias na infraestrutura, como reparos nas instalações aquáticas, pintura geral e manutenção das áreas verdes, contratação de serviços especializados de limpeza e manutenção das piscinas, garantindo a qualidade da água e o cumprimento de normas de higiene e segurança, visando proporcionar maior conforto e segurança aos visitantes. A reabertura foi marcada como um importante marco para a comunidade, oferecendo um espaço renovado de lazer e convivência.

Antes da reforma e reabertura, a Secretaria do Agronegócio, de Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico conduziu estudos para viabilizar a concessão do parque à iniciativa privada. Inicialmente era necessário a autorização do Ministério do Turismo, ente que concedente para a disponibilização dos recursos para a construção do Parque. Ocorre que, conforme Ofício nº 375/2021/GSNAIC, o Ministério informou que não cabia anuência do Ministério do Turismo, sendo o Parque das Águas de propriedade plena do município de Toledo.

MINISTÉRIO DO TURISMO
GABINETE DA SECRETARIA NACIONAL DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS, PARCERIAS E CONCESSÕES
Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 2º/3º andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70065-900 - www.turismo.gov.br

Ofício nº 375/2021/GSNAIC

Ao Senhor

LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNSSATT

Prefeito do Município de Toledo/PR

Rua Raimundo Leonardi, 1586.

CEP: 85900-110.

gabinete@toledo.pr.gov.br

Assunto: **Resposta ao Ofício n° 439/2021-GAB.**

Senhor Prefeito,

1. Em resposta ao Ofício n° 439/2021-GAB, por meio do qual a Prefeitura do município de Toledo/PR solicita anuência para viabilizar a concessão do Parque das Águas, informamos que, após consulta à Secretaria Nacional de Infraestrutura Turística - SNINFRA, uma vez que os objetos já estão concluídos, ou seja, executados, e de acordo com a legislação vigentes, são de propriedade do tomador, não necessitando, diante do exposto, de anuência do Ministério do Turismo para a viabilidade de concessões.

2. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do e-mail gsninfra@turismo.gov.br, ou telefone: (61) 2023-7858, Coordenação-Geral de Gestão de Contratos de Infraestrutura Turística - CGCI, do Departamento de Infraestrutura Turística.

Atenciosamente,

WILLANA SANTOS FELIX
Chefe de Gabinete - GSNAIC

Documento assinado eletronicamente por **Willana Santos Felix**, **Chefe de Gabinete**, em 02/07/2021, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://validacao.turismo.gov.br, informando o código verificador **1002014** e o código CRC **3AF6A83B**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 72031.008039/2021-51 SEI nº 1002014

Esses estudos, baseados no projeto de lei que autorizava a concessão de uso oneroso, consideraram a realização de licitação para terceirizar a gestão do Parque das Águas, com cláusulas que incluíam a manutenção da gratuidade para moradores de Toledo e responsabilidades da concessionária com a infraestrutura e operação do espaço, documentos em anexo.

Contudo, após análise técnica e considerando a viabilidade administrativa, optou-se por transferir a gestão do parque para a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SMEL). Essa decisão permitiu à administração municipal manter controle direto

sobre o funcionamento do parque e estabelecer cronogramas de atendimento adequados às demandas locais. Assim, o parque passou a operar com horários específicos para estudantes, idosos, participantes de projetos sociais e o público em geral, garantindo acessibilidade e eficiência no uso do espaço.

A reabertura do Parque das Águas simbolizou o compromisso da administração municipal com o bem-estar da população, oferecendo um espaço público de lazer inclusivo e de qualidade. Essa iniciativa, liderada pela Secretaria do Agronegócio e posteriormente gerida pela SMEL, reforçou o papel do município em promover o desenvolvimento social e econômico por meio de investimentos em infraestrutura e serviços voltados à comunidade.

6.4. Eventos em Comemoração ao Aniversário de Toledo

A Prefeitura de Toledo, com o objetivo de celebrar o 69º aniversário do município em 2021, promoveu um evento inovador e marcante, consistindo na realização de um show cênico de luzes com drones. A iniciativa envolveu a contratação de uma empresa especializada para duas apresentações únicas, realizadas no dia 12 de dezembro de 2021, no Parque Ecológico Diva Paim Barth.

O show cênico com drones foi planejado como uma alternativa moderna e sustentável aos tradicionais fogos de artifício, destacando-se por sua característica silenciosa, não poluente e respeitosa ao meio ambiente e à fauna local. Sem ruídos ou resíduos, essa forma de entretenimento inovadora combina arte e tecnologia, demonstrando o compromisso do município com ações mais sustentáveis e inclusivas.

Além de proporcionar lazer e entretenimento gratuitos à população, o evento consolidou Toledo como um centro de referência para eventos de qualidade, alinhando-se à visão da administração municipal de tratar suas festividades como produtos turísticos estratégicos. A proposta visou atrair tanto o público local quanto visitantes de outras regiões, promovendo o município como um destino turístico de relevância estadual e nacional. A presença de um público expressivo reforçou a importância de eventos como este no calendário turístico de Toledo, que se firma cada vez mais como uma cidade dinâmica e diversificada na realização de festividades tradicionais e inovadoras.





A partir de 2022, as celebrações do aniversário de Toledo, Paraná, foram elevadas a um patamar de destaque no calendário turístico regional, transformando-se em eventos emblemáticos que unem a comunidade e atraem visitantes de diversas localidades. Com uma programação musical diversificada, os festejos passaram a contar com apresentações de renomados artistas nacionais

proporcionando entretenimento para todas as idades e consolidando-se como referência cultural na região.

Em 2022, comemorando os 70 anos do município, a agenda festiva incluiu shows de Guilherme e Benuto, Loubet, Teodoro & Sampaio e Israel & Rodolffo, realizados entre 14 e 18 de dezembro. Além das apresentações musicais, houve a tradicional distribuição de bolo de aniversário, reforçando as tradições locais e promovendo a integração da comunidade.



No ano seguinte, em celebração aos 71 anos de Toledo, a programação continuou robusta, com shows de Guilherme & Santiago, Rick & Renner, Us Agroboy e João Neto & Frederico, entre 14 e 17 de dezembro de 2023. Esses eventos gratuitos não apenas proporcionaram lazer à população local, mas também atraíram um número significativo de turistas, impulsionando a economia local e consolidando Toledo como um polo de eventos culturais no oeste do Paraná.



A transformação das comemorações de aniversário em grandes eventos turísticos reflete o compromisso da administração pública em valorizar a cultura local, promover o desenvolvimento econômico e fortalecer a identidade de Toledo como uma cidade vibrante e acolhedora.

Além disso, em 2023 houve o primeiro credenciamento de artistas locais para a abertura dos shows nacionais realizados pela secretaria, conforme determina o Programa Prata da Casa, Lei nº 2.465/2022, pelo Edital de Credenciamento nº 18/2023. Nota-se que o Programa Prata da Casa tem objetivo de incentivar a apresentação de grupos, bandas, cantores ou instrumentistas locais na abertura de eventos musicais com financiamento da administração municipal a partir de chamamento público.

Em 2024, Toledo celebra seu 72º aniversário com uma programação cultural diversificada, consolidando-se como um polo de eventos turísticos no oeste do Paraná. As comemorações do aniversário, de 12 a 15 de dezembro, contam com shows de Antony & Gabriel, Cézar & Paulinho, Jads & Jadson e Marcos & Belutti, em diferentes bairros, democratizando o acesso à cultura. O encerramento ocorre no Parque Ecológico Diva Paim Barth. É importante ressaltar que também foram contratados artistas locais.

Nos últimos três anos, houve ainda distribuição de 25 mil pedaços de bolo a cada ano, fortalecendo as tradições locais.

Essas iniciativas refletem o compromisso da administração municipal em promover o desenvolvimento econômico e social, valorizando a cultura e proporcionando lazer de qualidade à população e aos turistas.

Abaixo são citados os eventos que são organizados pela secretaria, datas e providências a serem tomadas:

❖ **Páscoa Encantada**

Período: Abril

Departamentos: Indústria e Comércio; Coordenação de Turismo e Eventos; Setor de Projetos; Departamento Administrativo e Compras

Providências

- Projeto da decoração
- Contratação da decoração e montagem
- Serviços de segurança/vigilância

❖ **Dia do Trabalhador**

Período: 1º de maio

Departamento: Coordenação de Turismo e Eventos; Setor de Projetos; Departamento Administrativo e Compras

Providências:

- Contratação do(s) artista(s)
- Edital de credenciamento artista(s) para abertura
- Contratação de estrutura, som, iluminação, camarim, banheiros químicos
- Contratação de segurança, brigadista, ambulância e limpeza dos espaços

❖ **Porco no Rolete**

Período: setembro

Departamento: Coordenação de Turismo e Eventos; Departamento Administrativo e Compras

Providências:

- Verificar se será concedido incentivos, e encaminhar projeto de lei autorizativo
- Manutenção do estande

- Contratação de buffet e decoração
- Organização dos convites (gabinete do prefeito)

❖ **Natal Encantado de Toledo**

Período: novembro a dezembro

Departamento: Indústria e Comércio; Setor de Projetos; Coordenação de Turismo e Eventos

Providências:

- Realização do projeto de decoração em parceria com a ACIT
- Contratação da decoração, e espetáculos
- Concurso Decoração Natalina
- Edital de credenciamento para uso do espaço público - Praça de Alimentação

❖ **Aniversário do Município**

Período: sábado/domingo da semana do aniversário, dezembro

Departamento: Coordenação de Turismo e Eventos; Setor de Projetos; Departamento Administrativo e Compras

Providências:

- Contratação do(s) artista(s)
- Edital de credenciamento artista(s) para abertura
- Contratação de estrutura, som, iluminação, camarim, banheiros químicos
- Contratação de segurança, brigadista, ambulância e limpeza dos espaços
- Definição do bolo;
- Contratação dos insumos e serviços de apoio
- Organização dos servidores e cargos para distribuição do bolo

❖ **Réveillon Popular**

Período: 31 de dezembro

Departamento: Coordenação de Turismo e Eventos; Setor de Projetos; Departamento Administrativo e Compras

Providências:

- Contratação do show pirotécnico
- Contratação de som, segurança, brigadistas, ambulância, banheiros

- Contratação de segurança, brigadista, ambulância e limpeza dos espaços
- Locação de geradores

6.5. Outras ações:

- Apoio à Agência de Desenvolvimento Turístico Riquezas do Oeste - ADETUR, na realização do III Congresso de Turismo e I Feira de Experiências Turísticas. O Congresso visou a capacitação dos empreendedores que estão iniciando as atuações no turismo rural, bem como demais empreendimentos voltados ao turismo. A Feira de Experiências Turísticas teve como objetivo apresentar aos munícipes o turismo de Toledo. O Evento em um todo contou com aproximadamente 500 visitantes.
- Solicitação do Núcleo Municipal de Turismo para ser trabalhado o desenvolvimento do turismo em Toledo, vinculado à ADETUR com a cedência de um servidor e sala para funcionamento.
- Estande do turismo dentro do Evento INOVAMEAT com a exposição dos principais pontos turísticos da cidade votados pelo Conselho Municipal de Turismo, incluindo empreendimentos turísticos urbanos e rurais.
- Promoção da palestra “Aposentadoria do produtor rural: Garantias e desafios para empreendimentos de múltiplas atividades.” Realizado pela Dra. Nayara Weber - especialista em direito previdenciário.
- Atualização do Mapa do Turismo para permanência do Município de Toledo no mapa, o qual é de extrema importância junto ao Ministério do Turismo (Mtur) para captar recursos por meio do Mtur para o Município.
- Organização do Conselho Municipal do Turismo (COMTUR) com levantamento de pautas, publicação de editais, organização de reuniões e ATAs.
- Indicação ao prêmio Sebrae de Empreendedorismo com o desenvolvimento do Turismo Rural.

Parceria com o SENAR na capacitação de empreendedores do ramo de turismo, com cursos dentro do segmento Turismo Rural.

7. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Em conformidade com o disposto nos artigos 76 e 77 da Lei Orgânica do Município de Toledo/PR.

> “Art. 76 - O Município promoverá o seu desenvolvimento econômico, observados os preceitos no artigo anterior, por sua própria iniciativa ou em articulação com a União e o Estado do Paraná.
> Art. 77 - O Município, objetivando o desenvolvimento econômico identificado com as exigências de um ordenamento social justo, incentivará essencialmente as seguintes metas:
> I - implantação de uma política de geração de empregos, com a expansão do mercado de trabalho;
> II - utilização da pesquisa e da tecnologia como instrumentos de aprimoramento da atividade econômica;
> III - apoio e estímulo ao cooperativismo e a outras formas de associativismo, buscando fundamentalmente a defesa dos pequenos empreendimentos industriais, comerciais e agropecuários;
> IV - tratamento favorecido para os microempreendedores individuais e empresas de pequeno porte, com sede e administração no Município, constituídas sob as leis brasileiras;
> V - defesa do meio ambiente e dos recursos naturais;
> VI - expansão social do mercado consumidor;
> VII - defesa do consumidor;
> VIII - eliminação de entraves burocráticos que possam dificultar o exercício da atividade econômica;
> IX - atuação conjunta com instituições federais e estaduais, objetivando a implantação, na área do Município, das seguintes políticas voltadas ao estímulo dos setores produtivos:
> a) assistência técnica;
> b) crédito;
> c) estímulos fiscais.
> X - integração urbano-rural;
> XI - redução das desigualdades sociais.

Diante disso, passa-se a expor as diversas atividades, programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria para o setor de Indústria e Comércio.

Ao longo de 2021 a 2024, Toledo se consolidou como um polo de inovação e desenvolvimento econômico, impulsionado por um conjunto de ações estratégicas que visam modernizar a gestão pública, atrair investimentos e fomentar o crescimento de empresas locais. Entre as principais iniciativas, destacam-se a criação de leis, programas de incentivo fiscal, e ações voltadas para a infraestrutura e qualificação profissional.

Em 2021, a aprovação da Lei Complementar 24/2021 e a criação da Lei “R” 106/2021, que alteraram a legislação sobre a venda de imóveis públicos e a modalidade licitatória para aquisição de imóveis industriais, representaram marcos

importantes para o desenvolvimento do município. A introdução do programa "Toledoé+Negócio!" foi um passo crucial na promoção de incentivos fiscais, terraplanagem e infraestrutura para atrair empresas e impulsionar o crescimento de novos loteamentos industriais.

Essas medidas facilitaram a venda de 80 imóveis e a concessão de R$8,2 milhões em incentivos, resultando em um retorno de R$14,3 milhões em vendas no período de cinco anos. Além disso, a parceria com o SEBRAE trouxe uma série de consultorias e programas de capacitação em inovação, incluindo o fortalecimento da Sala do Empreendedor e apoio à pecuária leiteira.

Em 2022, o programa **Toledoé+Negócio!** consolidou-se como um dos pilares para a atração de R$200 milhões em investimentos, com a venda de imóveis industriais e a oferta de incentivos para empresas. O município ainda celebrou a parceria com o INCLUDE - Campus Party, promovendo cursos de tecnologia e inclusão digital para mais de 400 jovens e adolescentes. O fortalecimento da infraestrutura de telecomunicações também foi um foco, com a aprovação de novas leis relacionadas à instalação de Estações Transmissoras de Radiocomunicação (ETR) e equipamentos homologados pela ANATEL.

Em 2023, as ações do programa de desenvolvimento continuaram a beneficiar empresas, com a entrega de 1.475 toneladas de pedra brita e a oferta de terraplanagem para 16 empresas requerentes. O município também seguiu com a implementação de um programa de compras públicas municipais para priorizar empresas locais, alinhado à nova Lei de Licitações. As iniciativas de capacitação também se expandiram, com a realização de cursos de robótica, programação e eletrônica, que impactaram centenas de jovens. Um novo marco foi o lançamento do primeiro Edital de Inovação do Oeste do Paraná, que possibilitou a contratação de startups para testar soluções inovadoras, além da consolidação da participação de Toledo em instâncias de governança como o Foodtech e o Iguassu Valley.

No primeiro trimestre de 2024, Toledo seguiu com seu compromisso de fortalecer a economia local, concedendo incentivos a empresas e articulando parcerias para aumentar a transparência e eficiência administrativa. Um dos marcos foi a regulamentação do Programa Toledo Compra Toledo, que deu exclusividade e prioridade em licitações para empresas locais, ampliando o impacto econômico do município.

Além disso, o município se manteve atento às necessidades da infraestrutura, com o desmembramento de áreas industriais para facilitar o crescimento de novos empreendimentos. A ação contínua de acompanhamento das empresas beneficiadas pela Lei 106/2021 visou garantir a execução das medidas de fomento e a transparência nas prestações de contas.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico de Toledo (CODET) criado pela Lei nº 2.242/2017 é um órgão deliberativo e consultivo, responsável por formular e promover a execução de políticas de desenvolvimento econômico no município. Sua atuação visa à integração de diversos setores da sociedade, assegurando que as decisões tomadas reflitam os interesses coletivos e contribuam para o crescimento sustentável de Toledo.

Assim, em 2024 teve sua ação valorizada e após estudos houve a instituição do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico de Toledo (FMDET), com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico local de forma estruturada e participativa.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
58.217.303/0001-40 MATRIZ		13/10/2017

NOME EMPRESARIAL
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE TOLEDO - FMDET

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE TOLEDO	DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
84.11-6-00 - Administração pública em geral

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
133-3 - Fundo Público da Administração Direta Municipal

O FMDET é um fundo especial previsto na Lei Federal nº 4.320/1964, destinado ao financiamento de projetos e atividades que impulsionem o desenvolvimento econômico local. Esse fundo proporciona maior autonomia financeira e descentralização da gestão, permitindo a implementação eficaz de políticas públicas estratégicas.

A gestão dos recursos do FMDET são de responsabilidade do COMDET, garantindo transparência e eficiência na aplicação dos investimentos. Essa estrutura assegura que os recursos sejam direcionados para iniciativas que promovam o crescimento econômico sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população.

Com a implementação do COMDET e do FMDET, Toledo reafirma seu compromisso com o desenvolvimento econômico como motor de progresso social e inovação, posicionando-se como referência regional no fortalecimento de políticas públicas e iniciativas privadas integradas.

Apesar dos avanços, alguns desafios ainda precisam ser superados, como os ajustes na legislação e regulação para garantir a eficácia das políticas de desenvolvimento. O município também continua a trabalhar para atrair novos investimentos e ampliar suas áreas destinadas a parques industriais, consolidando Toledo como um centro de inovação e desenvolvimento no Oeste do Paraná.

7.1. Lotes e Parques Industriais disponíveis com Autorização Legislativa

- 5 Lotes Parque Industrial João Bortolotto
- 2 Lotes Centro Industrial Casemiro Balcewicz (Novo Sarandi)
- 2 Lotes Parque Industrial Citadin
- 4 Lotes Conjunto Dr. Olavo Rigon (atrás do Desirée Refosco)

7.2. Loteamentos Industriais para implantação

- Sítio Recreativo Champagnat, próximo ao Tecnoparque (Realizado demarcação, georreferenciamento, agora em desmembramento no cartório)
- Loteamento Industrial Abramo Rotava

A atual situação dos imóveis cedidos, e/ou vendidos referente a Política Pública de incentivos à implementação e o desenvolvimento da Indústria e do Comércio toledano.

EMPRESA ORIGINÁRIA	IMÓVEL	TIPO DE TRANSFERÊNCIA	ATUAL POSSUIDOR
IMÓVEIS EM PROCESSO DE RETROCESSÃO AO MUNICÍPIO			
MONTEIRO & GROSSI LTDA. M.E	lote 105, quadra 92, do Loteamento Centro Industrial “Florentino Gubiani”, COOPAGRO, área de 869,25 m²	DOAÇÃO LEI “R” Nº 60, de 5 de novembro de 2004	FORX PEÇAS AGRÍCOLAS LTDA EPP
ADILSON BORTOLOTTO & CIA. LTDA/TERCIAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROINDUSTRIAIS LTDA -ME	lote 0164, quadra 0039, do Loteamento Centro Industrial Heriberto Beutler de Cecco, área 1160.65 m²	DOAÇÃO LEI “R” Nº 91, de 22 de setembro de 2005	MAQSOFT (ENGELTEC EQUIPAMENTOS LTDA) 05.273.460/0001-07
IMÓVEIS COM DECISÃO QUE NÃO CONSOLIDOU A PROPRIEDADE			
DRS INDÚSTRIA DE ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS EIRELI ME	chácara 0063/64.A1.3.1B, Rua General Canabarro, 1413, área 2.560,00 m²	DOAÇÃO LEI “R” Nº 53, de 26 de maio de 2010	RODONAVES TRANSPORTES E ENCOMENDAS LTDA
W. L. MODA ÍNTIMA LTDA 79.445.516/0001-08	lote 382, quadra 48, do Loteamento Centro Industrial Nilton Alberto de Castro Arruda, área de 1.000,23 m².	DOAÇÃO LEI "R" Nº 42, de 22 de novembro de 1996	IMÓVEIS PENDENTES DE RETROCESSÃO
BUSATTA E DALMASO – ME	lote 54, Quadra 95 do Centro Industrial Moveleiro José Luiz Salles, área de 585,00 m²	DOAÇÃO LEI “R” Nº 68, de 19 de julho de 2006	IMÓVEIS PENDENTES DE RETROCESSÃO
FIBRASA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FIBRAS LTDA 77.601.177/0001-78	Lote 0010, quadra 1376, do Loteamento Centro Industrial Comunitário de Toledo, área de 950 m².	DOAÇÃO Lei “G” Nº 1213, 17 de dezembro de 1984	COM A PROCURADORIA PARA DELIBERAÇÕES
ORGANIZAÇÕES ARTÍSTICAS COMPLEXO MUSICAL LTDA 78.777.349/0001-21	Lote 0011, quadra 1376, do Loteamento Centro Industrial Comunitário de Toledo, área de 950 m².	DOAÇÃO	COM A PROCURADORIA PARA DELIBERAÇÕES

RS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI 24.533.546/0001-76	lote 140, quadra 06, do Loteamento Centro Industrial Tecnoparque, área de 1.054,17m²	VENDA COM ENCARGOS	COM A PROCURADORIA PARA DELIBERAÇÕES
VISUAL INDÚSTRIA DE GESSO LTDA	Lote 210, Quadra 37, Centro Industrial Heriberto de Cecco, área 704 m²	DOAÇÃO LEI "R" Nº 68, de 30 de novembro de 2004	COM A PROCURADORIA PARA DELIBERAÇÕES
FRIGORÍFICO LUNATO LTDA 00.770.101/0001-41	Lote 87-A, quadra 10-840, Loteamento Centro Industrial "Meinolfo Humberto Heiss" área de 2.800 m²	DOAÇÃO LEI "R" Nº 30, de 6 de novembro de 1997	SEM UTILIZAÇÃO
BALESTRO ENERGIAS LTDA 30.606.192/0001-45	lote 374, quadra 249, do Loteamento Centro Industrial João Bortolotto, área de 1.247,61 m² .	VENDA COM ENCARGOS	NOTIFICADO SOBRE O DESCUMPRIMENTO DOS ENCARGOS LEGAIS
CELSO R. GONÇALVES 10.917.547/0001-00	lote 200, quadra 250, do Loteamento Centro Industrial João Bortolotto, área de 1.105,84 m² .	VENDA COM ENCARGOS	NOTIFICADO SOBRE O DESCUMPRIMENTO DOS ENCARGOS LEGAIS
CONCESSÕES			
ORIGENS PRODUTO ORGÂNICO 01.744.015/0001-27 -	Parte do lote 497, quadra 06, do Loteamento Centro Industrial Tecnoparque, área de 1.251,98 m²	CONCESSÃO LEI "R" Nº 111, 21 de dezembro de 2012	
MERCO POLPAS LTDA. ME 01.594.103/0001-90 -	Parte do lote 395, quadra 07, do Loteamento Centro Industrial Tecnoparque, área de 1.562,45 m²	CONCESSÃO LEI "R" Nº 111, 21 de dezembro de 2012	IMÓVEL ALUGADO PARA TERCEIROS
GRANVITAL IND E COM DE ALIMENTOS 08.986.657/0001-81	Parte do lote 395, quadra 07, do Loteamento Centro Industrial Tecnoparque, área de 700,00 m²	CONCESSÃO LEI "R" Nº 111, 21 de dezembro de 2012	

EMBUTIDOS E DEFUMADOS LUNA LTDA. ME - 05.366.473/0001-20	Parte do lote 395, quadra 07, do Loteamento Centro Industrial Tecnoparque, área de 200 m²	CONCESSÃO LEI “R” Nº 111, 21 de dezembro de 2012	
FRILUFI CONFECÇÕES E MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA	Parte do lote 497, quadra 06, do Loteamento Centro Industrial Tecnoparque, área de 8.419,88 m²	CONCESSÃO LEI “R” Nº 111, 21 de dezembro de 2012	CNPJ INAPTO NA RFB E BAIXADO NO SINTEGRA/PR
INSTITUTO ÁGUA VIVA - ERA VINCULADO À UNIOESTE -	lote 181, quadra 09, Tecnoparque, área de 3.829,16 m²	CONCESSÃO LEI “R” Nº 64, de 3 de julho de 2013	SEM UTILIZAÇÃO

7.3. Fortalecimento do Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Econômico em Toledo

Toledo, tradicionalmente, abriga cooperativas de destaque em segmentos como saúde, transporte e produção agrícola. Entretanto, o foco desta ação foi nas cooperativas de crédito, como Sicoob, Sicredi, Uniprime, Unicred e Cresol, instituições financeiras sem fins lucrativos que oferecem serviços voltados para seus associados. Essas cooperativas desempenham um papel fundamental ao democratizar o acesso ao crédito, especialmente para pequenos empreendedores e agricultores, promovendo a inclusão financeira e incentivando a diversificação econômica. Ao operar com taxas mais competitivas e reinvestir seus recursos na comunidade, elas contribuem diretamente para o crescimento sustentável e o fortalecimento do tecido socioeconômico.

Baseada em permissivos constitucionais e regulamentações como a Lei Complementar nº 130/2009 e suas atualizações (LC nº 161/2018 e 196/2022), a Secretaria orientou os departamentos competentes para a implementação de depósitos de recursos públicos em cooperativas de crédito, iniciando diálogos com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR). Para garantir segurança jurídica, o município de Toledo se habilitou como amicus curiae na Consulta nº 827300/23, promovida pelo município de Jandaia do Sul, que tramita no TCE-PR e busca consolidar a legalidade dessa prática.

Além disso, em 2023, Toledo estruturou processos de credenciamento público, permitindo que cooperativas e bancos recebam pagamentos de tributos municipais. Atualmente, é possível quitar tributos nos bancos privados Itaú, Bradesco e Santander, nos públicos Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, além das cooperativas de crédito como Sicoob, Sicredi e Cresol. Complementando essas iniciativas, desde 2022, o município passou a aceitar o pagamento de tributos via PIX, ampliando a acessibilidade e modernizando o atendimento ao cidadão.

Essa série de ações reflete o compromisso da Secretaria em promover soluções inovadoras e inclusivas para o desenvolvimento econômico de Toledo. Ao fortalecer o cooperativismo de crédito e expandir as opções de pagamento de tributos, a Secretaria reafirma seu papel na criação de um ambiente econômico mais competitivo, sustentável e inclusivo, beneficiando diretamente a população e consolidando o município como um modelo de gestão pública eficiente e comprometida.

7.4. Credenciamento para Pequenos Reparos

O credenciamento de Microempreendedores Individuais (MEIs) e Microempresas (MEs) para pequenos reparos nos prédios públicos de Toledo foi elaborado com base em uma demanda inicial da Secretaria de Agronegócio, de Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico. A iniciativa reflete a necessidade de atender às crescentes demandas das secretarias municipais, promovendo eficiência e agilidade na execução de manutenções e pequenas reformas. A Secretaria de Administração, por meio de sua central de compras, conduziu o credenciamento, alinhando-se ao programa “Toledoé+Negócio!” e à política pública “Toledo Compra Toledo”.

O credenciamento foi selecionado devido à sua viabilidade técnica e econômica, superando alternativas como o uso exclusivo de servidores públicos. Essa escolha permite maior flexibilidade operacional e celeridade no atendimento às solicitações das secretarias, ao mesmo tempo que simplifica processos burocráticos. Para garantir isonomia entre os credenciados e promover a qualidade dos serviços, será adotado um sistema de rodízio, assegurando que todos os profissionais tenham oportunidade de atuar. A iniciativa também está em conformidade com a Lei nº

14.133/2021, que reforça a necessidade de economicidade e eficiência na gestão pública.

Essa política tem como objetivo não apenas melhorar a qualidade das instalações públicas, mas também estimular a economia local, fortalecendo o empreendedorismo e gerando empregos. Ao priorizar prestadores de serviços locais, o credenciamento promove a arrecadação de tributos e a dinamização da cadeia produtiva regional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável de Toledo. Assim, a ação beneficia tanto a administração pública quanto a comunidade local, consolidando o papel do município como agente promotor do crescimento socioeconômico.

O credenciamento, articulado a partir da iniciativa da Secretaria de Agronegócio, destaca-se como uma solução moderna e estratégica, unindo inovação e fortalecimento da economia local à manutenção da infraestrutura pública, essenciais para a qualidade dos serviços oferecidos à população.

7.5. Toledo Compra Toledo: Política Pública Impulsiona Desenvolvimento Econômico e Fortalece Empresas Locais

A política pública "Toledo Compra Toledo", criada pela Lei Complementar nº 29/2023, que alterou a Lei Complementar nº 14/2009, e regulamentada pelo Decreto nº 1.137/2024, foi uma iniciativa da Secretaria do Agronegócio, de Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico, com o objetivo de fortalecer a economia local e regional. Focada em microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs) sediadas no município e na região metropolitana de Toledo, a política prioriza a contratação dessas empresas em licitações públicas, promovendo o desenvolvimento econômico e social, incentivando a inovação e ampliando a eficiência das políticas públicas. Entre os benefícios destacam-se a redução da evasão de recursos, a geração de empregos e o aumento da arrecadação tributária, criando um ciclo virtuoso para o município.

A possibilidade de restrição regional e priorização local é permitida pela Lei Complementar nº 123/2006, a partir da alteração promovida pela Lei Complementar nº 147/2014 e consolidado a partir da publicação em 2019 do Prejulgado nº 27 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que consolidou o posicionamento do

Tribunal acerca da possibilidade de se restringir a participação, em procedimento licitatório, às empresas de pequeno porte (EPP) ou microempresas (ME) estabelecidas em certo local ou região.

A restrição regional, conforme previsto na LC nº 14/2009 e no Decreto nº 1.137/2024, estabelece que as contratações exclusivas para MEs e EPPs podem ser direcionadas às empresas sediadas nos 18 municípios que compõem a região metropolitana de Toledo. Estes incluem Assis Chateaubriand, Diamante d'Oeste, Entre Rios do Oeste, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo e Tupãssi. Dentro desta restrição, o valor máximo para itens de contratação exclusivos é de R$ 80.000,00. Além disso, é aplicado o empate ficto, um limite de até 10% acima do melhor preço válido priorizando as empresas locais, garantindo a competitividade dentro desse parâmetro legal.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) desempenhou um papel crucial na implementação do programa. O apoio técnico da instituição foi essencial para estruturar as medidas que garantissem a inclusão e o fortalecimento das empresas locais, como a criação de Salas de Compras e ações específicas de orientação.

Os resultados obtidos até o momento mostram que o programa está no caminho certo para atingir seus objetivos.

Liderada pela Secretaria do Agronegócio, com o apoio do Sebrae, essa iniciativa tem fomentado a economia regional e aprimorado a gestão pública, garantindo maior transparência e eficiência nas compras. O "Toledo Compra Toledo" representa um avanço significativo para o município, alinhando inovação e desenvolvimento econômico em benefício direto da população, e destaca-se como um exemplo de política pública integrada e bem-sucedida.

8. TRABALHO

A gestão da Secretaria do Agronegócio, de Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico trouxe uma nova visão para a atuação da Agência do Trabalhador, impulsionando mudanças significativas em sua estrutura e propósito. Historicamente percebida como um local destinado apenas ao atendimento de trabalhadores em busca de seguro-desemprego, a Agência foi reposicionada como um espaço estratégico, onde empresas encontram profissionais qualificados para preencher suas vagas.

Uma das primeiras ações foi identificar que o principal desafio da Agência era atrair mais vagas de emprego para atender às demandas dos trabalhadores, e encaminhar candidatos qualificados para as vagas. A partir desse diagnóstico, foram estabelecidas parcerias com o setor empresarial, promovendo diálogos frequentes para mapear as necessidades do mercado de trabalho local. Com base nos relatórios sobre vagas abertas, foi implementada uma estratégia inovadora: todos os cursos de qualificação passaram a ser definidos em 2022 dentro da Agência e alinhados às demandas reais do mercado. Essa mudança garantiu que as formações oferecidas fossem direcionadas, otimizando os resultados tanto para trabalhadores quanto para empregadores.

Outro ponto de destaque foi a reestruturação dos processos internos da Agência. O encaminhamento de candidatos para as empresas deixou de ser uma tarefa mecânica e passou a ser realizado com base no perfil do trabalhador e no alinhamento às exigências da vaga. Essa abordagem criteriosa foi rapidamente compreendida pela equipe, que começou a desenvolver programas para atender às novas demandas. Entre as iniciativas criadas, destaca-se o Currículo TOP, que capacitou trabalhadores a elaborar currículos adequados e atrativos, além do programa Headhunter, que intensificou o trabalho de recrutamento ativo e direcionado.

O Currículo TOP, é uma ferramenta planejada e organizada de forma automatizada, tornando-se um diferencial competitivo, atraindo e engajando candidatos de maneira mais eficiente. Este projeto foi reconhecido com o Prêmio Gestor Público Paraná, Edição 2021, por sua inovação, modernidade e criatividade.

Já o sistema Headhunter (caça-talentos), é uma plataforma que permite a convocação de candidatos específicos para as vagas oferecidas, com uma efetividade

de 73% nas contratações. Esse sistema, além de agilizar o processo de recrutamento, tem se mostrado crucial para aumentar a precisão no preenchimento das vagas e melhorar a taxa de sucesso das contratações.

A ampliação dos cursos de qualificação também foi uma prioridade, com parcerias estratégicas firmadas com instituições renomadas como SENAI, SENAC e SENAT. Essa expansão possibilitou uma oferta diversificada de cursos técnicos e profissionais, contribuindo para a formação de mão de obra qualificada e alinhada às necessidades do mercado.

A realização de mutirões de contratação era irregular e pouco frequente, e a comunicação da agência era restrita, com pouca presença em mídias sociais e ferramentas digitais. Ademais, a ausência de um sistema dedicado, como o HeadHunter, para a convocação de candidatos específicos para as vagas, limitava a eficácia do processo de recrutamento e seleção.

Reconhecendo essas deficiências, a agência implementou uma série de ações estratégicas que transformaram sua operação e ampliaram seu impacto na comunidade, sendo uma das ações, mais relevante, a redefinição da Missão, Visão e Valores, correlacionando com o novo planejamento estratégico da Agência, a saber:

> **“Missão:** Promover empregabilidade, por meio da intermediação eficiente entre profissionais e oportunidades de trabalho proporcionando não apenas empregos, mas também orientação e desenvolvimento profissional, qualificando nossos candidatos para um mercado dinâmico. Acreditamos na inclusão como um princípio fundamental, apoiando os empresários e contribuindo assim para o crescimento econômico e sustentável da nossa comunidade.”
>
> **“Visão:** Ser reconhecida como referência nacional até o ano de 2030, na promoção da empregabilidade, por meio da qualidade do atendimento, oportunidades de qualificação, inserção profissional e contribuição ativa para o fortalecimento do mercado de trabalho, sempre com o compromisso de redução das disparidades. Sendo a ponte que conecta sonhos e realizações, priorizando a prosperidade coletiva.”
>
> **Valores:**
>
> **“Comprometimento:** Conhecemos e realizamos nosso trabalho com empenho e dedicação, independente de recebermos orientação para tal.”

> **“Respeito:** Acreditamos em diálogos abertos em que possamos emitir opiniões sem constrangimentos, promovendo o bem estar de colegas e usuários da instituição.”
>
> **“Responsabilidade:** Enquanto servidores públicos, possuímos deveres para com a comunidade sejam usuários ou instituições públicas, realizando nossas tarefas de modo eficiente.”
>
> **“Cooperativismo:** Sabemos que nossas atividades são interligadas, por isso mantemos transparência e contatos constantes para desenvolver nossas atividades.”
>
> **“Eficácia**: Atendemos as demandas relacionadas a empregabilidade fornecendo soluções e/ou orientações adequadas.”

Com essas ações, a Agência do Trabalhador de Toledo consolidou-se como um elo essencial entre empresas e trabalhadores, oferecendo um atendimento eficiente e proativo. Essa transformação reafirma o compromisso da Secretaria em promover o desenvolvimento econômico e social, fortalecendo o mercado de trabalho local e criando oportunidades para a população.

8.1. Nova Sede da Agência do Trabalhador

Ao assumir a gestão em 2021, a Agência do Trabalhador de Toledo - SINE enfrentava uma situação delicada: a sede estava localizada em um imóvel sem contrato de locação regularizado, com risco iminente de fechamento devido a problemas contratuais entre o Governo do Estado do Paraná e o proprietário do imóvel. Essa instabilidade ameaçava a continuidade dos serviços prestados à população e exigia uma solução rápida e eficaz por parte da administração.

Naquele momento, algumas opções de locais foram apresentadas para a relocação da agência. No entanto, a nova gestão avaliou que esses espaços não atendiam às necessidades básicas para um serviço público de qualidade. A falta de espaço interno adequado para o atendimento e a ausência de facilidades como estacionamento para os usuários foram critérios decisivos para a rejeição das propostas iniciais. Essa análise criteriosa evidenciou o compromisso da gestão em buscar não apenas uma solução temporária, mas uma estrutura que realmente atendesse às demandas da comunidade e dos profissionais que utilizam o serviço.

Em 2022 foi inaugurada a nova sede, localizada na Rua. São João, nº 6487, Centro. O espaço oferece uma infraestrutura moderna e totalmente climatizada, proporcionando maior conforto para os usuários e um ambiente de trabalho mais funcional para a equipe. Equipamentos de última geração, como computadores, tablets e televisores, foram adquiridos, além de novos mobiliários e salas específicas para entrevistas de emprego. O investimento, que ultrapassou R$ 166 mil, reflete o comprometimento da gestão em criar um espaço digno e eficiente para acolher candidatos e atender às empresas parceiras.



Essa conquista não apenas solucionou os problemas herdados, mas também elevou a qualidade do serviço oferecido, garantindo acessibilidade, conforto e eficiência. A nova sede consolida a Agência do Trabalhador como um pilar fundamental no apoio à empregabilidade e ao desenvolvimento socioeconômico de Toledo, demonstrando que decisões estratégicas e investimentos bem planejados fazem a diferença no atendimento às demandas da população.

8.2. A Agência do Trabalhador como um Centro de Oportunidades

Ainda, o atendimento remoto via WhatsApp, possibilitou a expansão do alcance da Agência e facilitou o encaminhamento de candidatos para as vagas de emprego, especialmente durante os períodos em que as restrições de mobilidade eram mais severas, devido a pandemia instaurada. Junto a isso, a atualização do Currículo TOP, que oferece um passo a passo detalhado para a criação de currículos mais atrativos e alinhados às exigências do mercado, se tornou essencial para aumentar as chances de empregabilidade dos candidatos.

Esse conjunto de medidas e inovações tiveram um impacto significativo nos resultados da Agência. Em 2021, a Agência realizou 33.351 atendimentos, resultando em 2.022 contratações, um crescimento notável em comparação aos 541 registros de contratações em 2020. Essa melhoria no desempenho permitiu que a Agência subisse da posição 186º para 10º lugar no ranking estadual entre as 216 agências do Paraná. O aumento no número de contratações e o fortalecimento da posição da Agência no ranking estadual são reflexos diretos do trabalho de qualificação profissional, como a oferta de cursos de capacitação em áreas de alta demanda.

Na área de capacitações, a criação do Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda (COMTER) fortaleceu a discussão de políticas públicas e integrou atores relevantes no mercado de trabalho de Toledo. Desta forma, foi desenvolvido um planejamento estratégico, pautado por ferramentas como o organograma, fluxogramas do SINE e IMO, a matriz 5W2H, e a análise SWOT, fundamental para definir as prioridades e direcionar as ações da agência.

Um marco na discussão do tema emprego, foi o 1º Fórum Estratégico de Empregabilidade da Região Oeste, realizado em 21 de julho de 2022, no auditório do AGROHUB, no Centro de Eventos Ismael Sperafico, que reuniu líderes, autoridades e profissionais para discutir a escassez de mão de obra na região. O evento, coordenado pelo Programa Oeste em Desenvolvimento (POD), contou com a participação de representantes do poder público e de instituições privadas ligadas ao desenvolvimento econômico regional.

Durante o fórum, foram apresentados dados sobre o mercado de trabalho, destacando a falta de mão de obra que tem limitado o crescimento das empresas

locais. A iniciativa buscou entender o descompasso entre a oferta de vagas e a disponibilidade de trabalhadores, além de propor soluções para aproximar empresas e profissionais.

O evento também abordou a necessidade de ações coletivas e estratégicas que integrem a iniciativa privada, o poder público e o setor educacional, visando superar os desafios de empregabilidade na região. A expectativa era que 12 mil vagas fossem abertas até dezembro de 2022, ressaltando a urgência de soluções para a escassez de mão de obra.

A partir de então começa a ser realizado uma análise da empregabilidade em Toledo e do perfil do trabalhador local que permitiram a identificação das principais demandas do mercado, guiando o desenvolvimento de programas e serviços mais adequados.

A implantação do Sistema de Convocações HeadHunter, por sua vez, revolucionou a forma como as vagas eram preenchidas, otimizando o processo de Recrutamento & Seleção.

Mediante este diagnóstico foram disponibilizados, entre os anos de 2021 e 2024, 179 cursos profissionalizantes e de aperfeiçoamento, oferecendo 4.593 vagas, investindo R$ 856.310,60 para a qualificação de mão-de-obra.

Com base nos dados obtidos desses diagnósticos e análises realizadas foram promovidos eventos como os mutirões de contratação e o Dia D (Dia da Pessoa com Deficiência), a fim de promover a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, também foram marcantes no período. O Dia D, realizado anualmente, tem reunido grandes empresas de Toledo, como Primato, Muffato, BRF e Prati Donaduzzi, para fomentar a inclusão social. Além disso, o sistema de mutirões têm se mostrado uma excelente estratégia para agilizar o processo de recrutamento em setores com grande demanda, como construção civil e agricultura, proporcionando a integração entre empresas e candidatos em um formato direto e eficaz.

Outro ponto trabalhado, as parcerias estratégicas com grandes empresas locais, como BRF, Prati Donaduzzi e outras, têm sido fundamentais para o sucesso das ações da Agência, além de garantir a utilização do espaço da agência para processos seletivos de aproximadamente 80 empresas ao longo do ano. Em 2023, o Headhunter se consolidou como uma ferramenta imprescindível para as empresas que utilizam os serviços da Agência, com uma efetividade de 80% nas contratações, gerando um impacto positivo tanto para as empresas quanto para os trabalhadores.

Ainda, outro destaque importante foi a criação do Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda (COMTER), um órgão essencial na discussão sobre as políticas de emprego e qualificação da mão de obra de Toledo. O COMTER tem se reunido regularmente, firmando parcerias e promovendo o debate entre empresas, governo e sociedade civil sobre as estratégias de desenvolvimento e adaptação às necessidades do mercado de trabalho local.

Em 2024, as ações continuaram a ser intensificadas. A Agência manteve seu compromisso com a inclusão e a qualificação da mão de obra local, ofertando mais de 1.220 vagas em cursos profissionalizantes, com um investimento de R$ 262.076,00. As ações de atendimento remoto também foram ampliadas, com o banco de dados do sistema Currículo TOP[3] sendo esta uma ferramenta de utilização dos candidatos para elaboração de curriculos de forma eficiente e rápida. A realização de mutirões nas escolas, como na Escola Walter Fontana, foi uma forma eficaz de levar oportunidades de emprego diretamente para os jovens, além de estreitar o vínculo entre a Agência e a comunidade escolar.

Assim, os resultados obtidos em 2024, com 64.172 atendimentos realizados, 7.352 vagas abertas (1500 vagas utilizaram o sistema Headhunter) e 3.799 contratações efetivas, reforçam a importância das ações estratégicas da Agência do Trabalhador em Toledo, que tem sido um elo entre a qualificação da mão de obra local e as demandas do mercado de trabalho. A continuidade do trabalho com parcerias, a capacitação profissional e a inclusão social têm garantido à Agência um papel de destaque no desenvolvimento econômico e social da região.

Abaixo segue um resumo tabelado dos atendimentos realizados neste ano:

Números Agência do Trabalhador Toledo 2024													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Atendimentos mensais	4.910	4655	6.606	10.095	12.337	13.328	5.632	3.424	3.185	13.732	7.282		**85.186**
Atendimentos diários (média)	213	222	315	466	488	666	245	181	140	594	424		**3.954**
Encaminhados via agência	3.270	2.891	2.500	2.625	2.307	2.608	2.459	2.206	1.874	2.427	1.627		**26.794**
Contratados via agência	**493**	**469**	**423**	**444**	**341**	**402**	**427**	**414**	**386**	**371**	**275**		**4.445**
Vagas abertas agência	862	891	795	817	723	955	936	742	631	1.011			**8.363**
Jovem aprendiz Admissões(+)	6	201	126	26	33	27	180	83					**682**
Jovem Aprendiz Desligados(-)	45	85	46	50	92	55	91	77					**541**
Jovem aprendiz Saldo (=)	-39	116	80	-24	-59	-28	89	6					**141**
Encaminhamento SD Formal	190	148	200	230	165	170	176	186	193	212	175		**2.045**
Encaminhamento SD Doméstico	9	4	7	1	4	4	5	4	8	4	1		**51**
Recursos de SD(Seguro Desemprego)	16	12	9	20	13	18	15	13	17	13	10		**156**
Informações SD(Seguro Desemprego)	206	168	255	266	186	188	192	180	206	147	132		**2.126**

3 https://www.toledo.pr.gov.br/noticias/agronegocio-de-inovacao-turismo-e-desenvolvimento-economico/agencia-do-trabalhador-de-0

CAGED / TURNOVER 2024													
Toledo													
CAGED Admissões (+)	3.127	3.893	3.379	3.269	2.972	2.850	3.070	2.928	3.038	3.174			**31.700**
CAGED Desligados (-)	2.640	2.928	3.049	2.979	2.917	2.656	2.996	2.808	2.785	2.856			**28.614**
Saldo CAGED (=)	487	965	330	290	55	194	74	120	253	318	0	0	**3.086**
Turnover Toledo	5,08%	5,92%	5,54%	5,80%	5,42%	5,06%	5,56%	5,23%	5,30%	5,42%	0,00%	0,00%	**5,45%**
Paraná													
CAGED Admissões (+)	167.899	190.995	179.315	176.842	163.473	161.305	173.331	171.010	165.300	173.621			**1.723.091**
CAGED Desligados (-)	148.851	157.952	161.264	158.810	155.391	147.733	159.146	158.207	150.472	163.489			**1.561.315**
Saldo CAGED (=)	19.048	33.043	18.051	18.032	8.082	13.572	14.185	12.803	14.828	10.132	0	0	**161.776**
Turnover Paraná	5,41%	5,91%	5,94%	5,83%	5,51%	5,32%	5,69%	5,60%	5,35%	5,69%	0,00%	0,00%	**5,65%**
Brasil													
CAGED Admissões (+)	2.093.157	2.249.070	2.276.390	2.260.439	2.116.326	2.071.649	2.187.633	2.231.410	2.163.929	2.222.962			**21.872.965**
CAGED Desligados (-)	1.924.654	1.942.959	2.031.674	2.020.406	1.984.515	1.869.944	1.999.612	1.998.897	1.916.111	2.090.248			**19.779.020**
Saldo CAGED (=)	168.503	306.111	244.716	240.033	131.811	201.705	188.021	232.513	247.818	132.714	0	0	**2.093.945**
Turnover Brasil	4,72%	4,90%	5,22%	5,16%	4,94%	4,69%	4,95%	4,97%	4,76%	5,01%	0,00%	0,00%	**4,94%**

PROSPECTO ENCAMINHADOS 2024

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2021	1004	688	934	837	937	812	966	1184	1288	865	1000	756	**11271**
2022	1817	1762	2368	2299	2495	2245	1888	2290	2226	2066	1560	1246	**24262**
2023	3131	2272	2982	2407	2696	2337	2745	2661	2098	2215	2972	1388	**29904**
2024	**2474**	**2017**	**2675**	**2353**	**2596**	**2291**	**2317**	**2476**	**2162**	**2141**	**2266**	**1317**	**27083**
2024	**3270**	**2891**	**2500**	**2625**	**2307**	**2608**	**2459**	**2206**	**1874**	**2427**	**1627**		**26794**

PROSPECTO COLOCADOS 2024

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2021	118	113	152	211	179	154	220	224	178	225	259	188	**2221**
2022	249	325	290	257	403	221	322	424	400	404	233	417	**3945**
2023	352	389	526	479	448	450	306	677	315	332	664	630	**5568**
2024	**301**	**357**	**408**	**368**	**426**	**336**	**314**	**551**	**358**	**368**	**449**	**524**	**4757**
2024	**493**	**469**	**423**	**444**	**341**	**402**	**427**	**414**	**386**	**371**	**275**		**4445**

Por fim, um passo crucial na modernização da Agência do trabalhador tem sido a contratação de um sistema informatizado de Gestão de Atendimento, por filas e agendamentos, otimizando os serviços oferecidos, e aperfeiçoando a experiência dos usuários, aprimorando a gestão do tempo. A inovação dos processos, além de tornar o atendimento ágil e célere, permite a coleta e análise de dados mais precisos, auxiliando, portanto, na compreensão da demanda do mercado, e permite oferecer um serviço dedicado e personalizado.

8.3. Qualifica Toledo!

O Programa de Qualificação **Qualifica Toledo!** reafirma o compromisso da gestão municipal com o desenvolvimento socioeconômico de Toledo por meio da capacitação profissional da população. A iniciativa, conduzida pela Secretaria do Agronegócio, Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico, por meio da Agência

do Trabalhador focou em atender às demandas do mercado de trabalho local e regional, oferecendo oportunidades concretas de qualificação e melhoria de empregabilidade para cidadãos de todas as idades e perfis profissionais.

Ao longo dos últimos quatro anos, foram ofertadas 4.080 vagas em cursos diversificados, com um investimento total de R$ 866.310,60. Esses recursos foram alocados de forma estratégica para garantir que as capacitações ofertadas atendessem às reais necessidades do mercado local e contribuíssem para a inserção de trabalhadores em setores-chave da economia. Os cursos de qualificação foram contratados após uma análise pormenorizada das vagas em aberto, das demandas dos empresários e dos anseios dos trabalhadores.

Os cursos foram realizados em parceria com três instituições de renome: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC/PR, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/PR e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SENAT/PR, reconhecidas pela excelência no ensino técnico e profissional. Pelo SENAC se destacaram a oferta de qualificações voltadas para os setores de serviços e comércio, com cursos como Excel Avançado, Preparo de Tortas Doces e Salgadas, Modelagem e Henna para Sobrancelhas, entre outros. Já com o SENAI foram priorizadas as áreas industriais e tecnológicas, promovendo capacitações como Automação Residencial, Eletricidade Industrial e Montagem de Painéis Elétricos. O SENAT, por sua vez, atendeu ao setor de transportes com cursos como Operação de Empilhadeiras e Gestão de Frota.

A ampla diversidade de cursos refletiu o compromisso da gestão em atender tanto às demandas tradicionais do mercado quanto às áreas emergentes, alinhadas às tendências de inovação e tecnologia. Além disso, a qualidade dos cursos foi assegurada pela infraestrutura moderna e pelo corpo docente qualificado das instituições parceiras, que aplicaram metodologias de ensino práticas e atualizadas.

Um dos principais pilares do programa foi a inclusão social. O público qualificado eram desde pessoas em vulnerabilidade social, trabalhadores desempregados, jovens buscando sua primeira oportunidade no mercado de trabalho e trabalhadores que entendiam que por meio da qualificação poderiam subir na carreira nas empresas que trabalhavam.

As qualificações promovidas ajudaram a reduzir a rotatividade nas empresas locais, aumentaram a produtividade e estimularam o empreendedorismo. Muitos participantes, ao final dos cursos, conseguiram se recolocar no mercado ou

até mesmo iniciar pequenos negócios, impulsionando o crescimento econômico e social de Toledo.

Por fim, o Programa de Qualificação "Qualifica Toledo!" consolida-se como um exemplo de política pública bem-sucedida, promovendo educação profissional de qualidade, inclusão social e desenvolvimento econômico. Esse esforço conjunto entre a gestão pública e instituições renomadas projeta um futuro promissor para o município, alinhado às necessidades da população e às oportunidades de mercado.

8.4. SINE Itinerante!

Entre 2021 e 2024, o município de Toledo, por meio da Secretaria de Agronegócio, Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico, implementou por meio da Agência do Trabalhador, programas como o SINE Itinerante e o Mutirão do Emprego, visando aproximar a população das oportunidades de trabalho e fortalecer a economia local.

O SINE Itinerante levou os serviços da Agência do Trabalhador a diversas regiões de Toledo, facilitando o acesso dos cidadãos às vagas de emprego. Em junho de 2022, uma edição realizada na Escola Municipal Waldyr Luiz Becker ofertou 500 vagas em áreas como produção, logística e atendimento ao cliente, com a participação de sete empresas locais . Em março de 2023, na Vila Pioneira, outra edição disponibilizou mais de 500 vagas, abrangendo funções como operador de produção, auxiliar de cozinha e eletricista industrial, com a presença de dez empresas da região . Essas ações resultaram em centenas de encaminhamentos para vagas de emprego, contribuindo para a redução do desemprego e o fortalecimento da economia local.

O Mutirão do Emprego complementou as ações do SINE Itinerante, promovendo eventos que reuniram empresas e candidatos em busca de oportunidades. Em fevereiro de 2024, no Jardim América, o mutirão ofereceu mais de 700 vagas em 13 empresas, incluindo funções como analista administrativo, auxiliar de produção e operador de máquinas CNC . Em maio de 2024, na Vila Pioneiro, outra edição disponibilizou mais de 700 vagas em 12 empresas, abrangendo cargos como auxiliar de expedição, técnico de manutenção elétrica e vendedor . Esses eventos

facilitaram a inserção de centenas de pessoas no mercado de trabalho, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento econômico.

As iniciativas do SINE Itinerante e do Mutirão do Emprego demonstraram a eficácia de políticas públicas voltadas para a empregabilidade. Ao descentralizar os serviços da Agência do Trabalhador e promover eventos em diferentes bairros, a gestão municipal ampliou o acesso às oportunidades de emprego, atendeu às necessidades das empresas locais e contribuiu para a redução das taxas de desemprego. Essas ações fortaleceram a economia de Toledo e melhoraram a qualidade de vida da população.

Essas ações do SINE Itinerante e do Mutirão do Emprego em Toledo foram fundamentais para aproximar a população das oportunidades de trabalho, promover a inclusão social e impulsionar o desenvolvimento econômico do município.

8.5. Programa Municipal de Aprendizagem – Aprendiz, Borá Lá!

O Programa Municipal de Aprendizagem "Aprendiz, Borá Lá!" foi idealizado como uma importante iniciativa para promover a inclusão social e profissional de jovens em situação de vulnerabilidade no município de Toledo. O projeto tem como objetivo principal atender adolescentes e jovens com idade entre 14 e 24 anos, oferecendo oportunidades de qualificação técnico-profissional e a inserção no mercado de trabalho em conformidade com os preceitos legais estabelecidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Durante a gestão 2021-2024, os esforços para a implementação do programa enfrentaram um desafio crítico: a identificação de uma fonte orçamentária apropriada para custear as ações previstas. Entre as possibilidades avaliadas, estavam o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), o Fundo Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal do Trabalho. No entanto, a definição de qual fundo seria mais adequado para financiar o programa exigia um alinhamento estratégico entre diferentes secretarias e conselhos, o que acabou retardando sua execução.

Durante a gestão 2021-2024, os esforços para a implementação do programa enfrentaram um desafio crítico: a identificação de uma fonte orçamentária apropriada para custear as ações previstas. Entre as possibilidades avaliadas, estavam o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), o Fundo Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal do Trabalho. No entanto, a definição de qual fundo seria mais adequado para financiar o programa exigia um alinhamento estratégico entre diferentes secretarias e conselhos, o que acabou retardando sua execução.

Além do financiamento, a complexidade envolvida na estruturação do programa, que inclui a criação de vagas específicas no âmbito municipal, a formação técnico-profissional por entidades qualificadas e o acompanhamento social de jovens em vulnerabilidade, demandou um esforço intersetorial significativo. Ainda assim, o projeto permaneceu como uma prioridade estratégica, evidenciando o compromisso da administração em criar oportunidades para os jovens e fortalecer a inclusão social no município.

Para os próximos anos, é fundamental estabelecer um plano de ação coordenado que contemple a definição clara da fonte de recursos, possibilitando a implementação do programa. A vinculação do orçamento a fundos específicos, como o CMDCA para ações voltadas à proteção de jovens ou o Fundo de Assistência Social para apoiar jovens em situação de vulnerabilidade, pode ser uma solução viável. Além disso, o fortalecimento de parcerias com o setor privado e entidades formadoras qualificadas pode garantir a viabilidade financeira e operacional do programa.

A implementação do "Aprendiz, Borá Lá!", cuja minuta do programa está no final do relatório, representará um marco para o município, contribuindo para a formação de uma nova geração de trabalhadores qualificados, preparados para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e, sobretudo, garantindo a esses jovens um futuro com mais dignidade e autonomia.

8.6. Projetos em andamento

Diante do exposto, e com vistas em manter os resultados alcançados até o momento, para o ano de 2025 estão previstos a continuidade dos seguintes serviços: Parceria com as empresas para abertura de vagas de emprego; Encaminhamento de trabalhadores; Seguro desemprego; Sistema HeadHunter; Atendimento Chatbot /

Whatsapp; Cursos de qualificação profissional para a população (a serem definidos com o COMTER, e contratado no ano).

Contudo, apesar de todo avanço alcançado, ainda há alguns objetivos a serem realizados, conforme lista:

● Criar um programa de Jovem Aprendiz municipal conforme minuta anexa, identificando a fonte de recurso para custear o programa..

● Aprimorar ainda mais o clima organizacional: Continuar trabalhando para melhorar o ambiente de trabalho e o atendimento ao público, fortalecendo a colaboração entre os servidores e estimulando uma cultura de respeito, trabalho em equipe e comunicação eficaz;

● Investir em novas tecnologias: Explorar ainda mais o uso de tecnologias digitais para automatizar processos, melhorar a eficiência e ampliar o alcance dos serviços da agência;

● Ampliar a oferta de cursos de qualificação: Criar uma gama ainda maior de cursos de qualificação profissional em parceria com instituições de ensino e empresas, abrangendo diferentes áreas e níveis de qualificação.

● Criar um sistema de gestão de talentos: Desenvolver um sistema para identificar e mapear talentos no município de Toledo, facilitando o encaminhamento de profissionais para as vagas adequadas;

● Implementar ações de marketing digital mais estratégicas: Desenvolver campanhas de marketing digital mais eficazes para atrair candidatos, empresas e investir em campanhas de divulgação dos serviços da agência;

● Ampliar o SINE Itinerante: Levar o SINE Itinerante a um número maior de bairros e distritos de Toledo, com atendimento mais regular e abrangente à população;

● Realizar estudos e pesquisas para melhor compreender o mercado de trabalho de Toledo: Identificar as principais demandas do mercado, as tendências e os desafios para oferecer serviços e programas mais adequados às necessidades da população;

● Renovação do Termo de Cooperação: Renovar em Janeiro de 2025 o Termo de Cooperação com o Estado. Foi orientado pelo Estado aguardar a nova gestão assumir, pois como a vigência é até 30/12/2024, eles só irão assinar o novo termo em janeiro de 2025;

- Prospecção de Vagas: A Agência do Trabalhador pode se aprofundar na prospecção de vagas de emprego, realizando estudos de mercado para identificar as áreas com maior demanda e oferecer cursos de qualificação alinhados a essas demandas.
- Parcerias estratégicas com empresas: A agência pode fortalecer as parcerias com as empresas de Toledo, ampliando o HeadHunter;
- Implantação de um programa de educação financeira para trabalhadores: Criar um programa de educação financeira para trabalhadores de Toledo, ensinando-os a gerenciar suas finanças pessoais, investir e construir um futuro financeiro mais seguro.
- Campanhas de marketing digital para atrair talentos: Criar campanhas de marketing digital atraentes para atrair talentos para o mercado de trabalho de Toledo, destacando as oportunidades e os benefícios de trabalhar na cidade.

9. AEROPORTO

Ao longo dos anos de 2021 a 2024, diversas ações foram implementadas para melhorar a infraestrutura, segurança e operação do Aeroporto Municipal Luiz Dalcanale Filho em Toledo. Em 2021, um marco importante foi o acompanhamento e aprovação do Estudo Aeronáutico junto à ANAC para viabilizar a operação da aeronave ATR-72 no aeroporto em condições meteorológicas adversas.

Junto a isso, foram realizadas tratativas com a Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC) para a melhoria da infraestrutura, com investimentos em equipamentos de navegação aérea. Durante o ano, também foram contratados projetos executivos para a instalação do PAPI e da Estação Meteorológica EMS-3, essenciais para a segurança operacional do aeroporto. Outro avanço significativo foi o retorno dos voos comerciais com a Rota Campinas-Toledo-Campinas, promovendo um aumento nas operações aéreas e consolidando a importância do aeroporto na região. Além disso, o Plano de Segurança Aeroportuária e o Plano Diretor Aeroportuário foram aprovados, e o Plano Básico de Zoneamento de Ruído, bem como a Instrução de Serviço 02/2021, foram elaborados e publicados, reforçando a proteção do espaço aéreo e a segurança da aviação civil.

No ano de 2022, ações focaram na segurança e manutenção da infraestrutura. A contratação de empresas especializadas para serviços de segurança contra interferências ilícitas e a repintura da pista de pousos e decolagens garantiram a continuidade das operações com altos padrões de segurança. Além disso, foram contratados serviços de medição de sensores aeronáuticos e coeficiente de atrito, visando a certificação e a qualidade das pistas. Durante esse período, o aeroporto teve 2939 operações de pouso e decolagem, além de 26.352 embarques e desembarques de passageiros, reforçando sua importância no transporte aéreo regional.

Em 2023, o foco foi a manutenção contínua e a renovação de contratos essenciais, como os serviços de limpeza, navegação aérea e segurança da aviação civil. O projeto da guarita de inspeção e o novo pátio de estacionamento de aeronaves foram desenvolvidos para atender às exigências da ANAC e melhorar a infraestrutura. Tratativas com a ANATEL e o Ministério dos Portos e Aeroportos também foram realizadas para obter recursos e autorizações para a instalação da Estação Meteorológica EMS-3 e o PAPI, equipamentos fundamentais para a operação do

aeroporto. Contudo, devido a dificuldades técnicas operacionais da própria companhia aérea Azul, a mesma precisou remanejar suas aeronaves do oeste do Paraná para outros destinos, suspendendo os voos regulares no Município. Ainda assim, durante o ano foram realizadas 3761 operações de pouso e decolagem, com 26.314 embarques e desembarques de passageiros, reforçando a importância do aeroporto como um hub regional de transporte aéreo.

Já em 2024, ações de avaliação estrutural da área de movimento do aeródromo foram realizadas, além da prorrogação das DCOPI para implantação da Estação Meteorológica e do PAPI. O contrato de operação e manutenção da Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicação foi renovado, e serviços de manutenção de equipamentos de inspeção AVSEC continuaram para garantir a segurança das operações. Em termos administrativos, o Decreto nº 1.291/2024 foi publicado, alterando o Decreto nº 196/2017 e permitindo a alteração da área do hangar 10 para otimizar a infraestrutura do aeroporto. Também foi iniciada a tramitação de um processo para a permissão onerosa de uso de área no aeroporto, com a finalidade de exploração de posto de abastecimento de aeronaves, combustível e lubrificantes.

Essas ações, juntamente com as atividades contínuas, como o registro de movimentos operacionais e a manutenção de contratos e manuais, demonstram o compromisso com a segurança e o aprimoramento do Aeroporto Municipal Luiz Dalcanale Filho, tornando-o cada vez mais apto a atender à demanda da aviação comercial e geral, além de contribuir para o desenvolvimento da região oeste do Paraná.

Ao longo desses anos, a gestão do aeroporto também tem se preocupado com a continuidade das operações e a segurança, com a regularização e análise constante de documentos emitidos pelos órgãos competentes e a elaboração de processos licitatórios para a aquisição de novos equipamentos e serviços. Os números de operações de pouso e decolagem, bem como os embarques e desembarques de passageiros, refletem um crescimento contínuo e um aprimoramento constante das operações no aeroporto, demonstrando a efetividade das ações implementadas.

As ações planejadas para os próximos anos visam, entre outras coisas, a conclusão das obras de infraestrutura, a implantação de novos sistemas de navegação aérea, como os PAPIs, e a melhoria contínua da segurança operacional, assegurando que o Aeroporto Municipal Luiz Dalcanale Filho continue a ser um centro

estratégico de transporte aéreo, com a capacidade de atender às crescentes demandas do setor.

RECEITAS E OPERAÇÕES AEROPORTUÁRIAS

RECEITAS	4º Trim. 2023	1º Trim. 2024	2º Trim. 2024	3º Trim. 2024	4º Trim. 2024
TARIFA AEROPORTUÁRIA (POUSO/DECOLAGEM - EMBARQUE)	R$ 68.384,88	R$ 11.794,44	-	R$ 13.647,13	-
SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA	R$ 16.881,68	R$ 11.682,13	R$ 8.862,21	R$ 15.579,24	R$ 4.729,24
PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO DO AEROPORTO (DECRETO 447/2018)	R$ 617,64	R$ 205,88	-	-	-
PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO DO AEROPORTO (HANGARES)	R$ 8.786,49	R$ 36.450,78	R$ 20.766,66	R$ 20.766,66	R$ 4.401,01
TOTAL DE RECEITAS	R$ 94.670,69	R$ 60.133,23	R$ 29.628,87	R$ 49.993,03	R$ 9.130,25

Comparativo de receitas 2023/2024 (parcial)

RECEITAS	2023	2024
TARIFA AEROPORTUÁRIA (POUSO/DECOLAGEM - EMBARQUE)	R$ 263.246,11	R$ 25.441,57
SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA	R$ 58.848,92	R$ 40.852,82
PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO DO AEROPORTO (DECRETO 447/2018)	R$ 5.069,29	R$ 205,88
PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO DO AEROPORTO (HANGARES)	R$ 116.225,18	R$ 79.736,53
TOTAL DE RECEITAS	R$ 443.389,50	R$ 146.236,80

MÊS	Nº DE POUSO 2023	Nº DE POUSO 2024	Nº DE DECOLAGEM 2023	Nº DE DECOLAGEM 2024
JANEIRO	123	125	130	128
FEVEREIRO	100	101	104	103
MARÇO	153	106	160	107
ABRIL	187	183	188	192
MAIO	184	140	186	143
JUNHO	135	152	138	150
JULHO	113	130	118	132
AGOSTO	163	125	177	131
SETEMBRO	160	156	159	168
OUTUBRO	157	158	158	158
NOVEMBRO	151		149	
DEZEMBRO	135		125	
TOTAL	1.761	1.376	1.792	1.412

MÊS	Nº DE EMBARQUE 2023	Nº DE EMBARQUE 2024	Nº DE DESEMBARQUE 2023	Nº DE DESEMBARQUE 2024
JANEIRO	888	177	837	168
FEVEREIRO	744	189	777	179
MARÇO	1294	200	1231	189
ABRIL	1488	216	1287	204
MAIO	1474	248	1331	220
JUNHO	1185	243	1299	213
JULHO	1356	274	1296	255
AGOSTO	1230	260	1285	242
SETEMBRO	1275	187	1018	177

OUTUBRO	1200	241	1045	291
NOVEMBRO	1040		927	
DEZEMBRO	403		400	
TOTAL	13.577	2.235	12.733	2.138

OPERAÇÕES	2023	2024 (parcial)
Nº DE POUSO	1.761	1.376
Nº DE DECOLAGEM	1.792	1.412
Nº DE EMBARQUE	13.577	2.235
Nº DE DESEMBARQUE	12.733	2.138

Serviços de Segurança em Aviação Civil				
Como era?	**O que foi feito?**	**O que ficou por fazer?**	**Desafios**	**Projetos**
Serviços relacionados ao controle de acesso de veículos e inspeção de passageiros e bagagens, eram executados por servidores orgânicos da Guarda Municipal	Contratação de empresa especializada (Terceirizada)	Contrato se encontra em andamento com Vigência até outubro/2024	a) Adequar infraestrutura para apoiar possível retomada de voos regulares	Não há necessidade
Serviço de Manutenção do Equipamento Raio-X	Celebração de novo Contrato com a empresa NUCTECH DO BRASIL LTDA	Acompanhar execução. Vigência até outubro/2025	b) Manter os serviços necessários visando retomada de voos regulares	Não há Necessidade
Serviços de Manutenção do Pórtico Detector de Metal e Detectores de Metal Manual.	Celebração de novo Contrato com a empresa -	Acompanhar execução. Vigência até Junho/2025	c) Manter os serviços necessários visando	Não há Necessidade

	Detronix Indústria Eletrônica Ltda.		retomada de voos regulares	
Portão de Acesso de Veículos (Principal) não possuía Guarita	Elaboração de Projeto de Construção da Guarita de Inspeção do Aeroporto	Elaborar o processo de Dispensa de Licitação (ETP e Termo de Referência estão prontos).	a) Adequar infraestrutura integralmente, para apoiar possível retomada de voos regulares	Sim.
Serviços de Segurança Patrimonial eram executados pela Guarda Municipal	Manutenção de escalas da guarda municipal no Aeroporto (24 horas)	Ajustar escalas de maneira integral, uma vez que há defasagem de servidores e é previsto pelo Programa de Segurança Aeroportuária – PSA, segurança 24 horas no Aeroporto	a) Analisar eventual possibilidade de Terceirização dos serviços de segurança patrimonial	Minuta do ETP e do Termo de Referência de Despesas elaborados
Programa de Segurança Aeroportuária – PSA - Aprovado pela ANAC	Executado Ações Diversas Previstas no Programa de Segurança Aeroportuária – PSA do Aeroporto	Elaboração de ETP e Termo de Referência e Contratação de Empresa para realização de Auditoria AVSEC (Controle de Qualidade AVSEC)	b) Atender regularmente as normas vigentes	Não necessita
Infraestrutura dos Serviços de Navegação Aérea				
Como era?	**O que foi feito?**	**O que ficou por fazer?**	**Desafios**	**Projetos**
Estação Prestadora de Serviços de	Manutenção de Contrato Contínuo	Contrato atual, 263/2024, tem	a) Necessidade de	Sim

Telecomunicações e de Tráfego Aéreo - EPTA homologada	de prestação dos serviços de operação e manutenção da EPTA	vigência até 29/04/2026. Aguardando Agendamento do Cindacta 2 para Vistoria de restabelecimento operacional	Aquisição de equipamentos mais Modernos na área de meteorologia	
Estação Meteorológica de Superfície – EMS-3 utilizada na Sala de Tráfego Aéreo é Analógica	Contratação de Empresa para elaboração de Projeto de Implantação de Nova Estação meteorológica de Superfície – EMS-3; e Obtenção da DCI – Declaração de Conformidade Inicial do Cindacta 2	a) Elaborar ETP e Termo de Referência visando a aquisição; e b) Viabilizar recursos para aquisição.	a) Angariar recursos para aquisição da EMS-3; b) Proporcionar maior qualidade de informações meteorológicas. c) Necessidade de Aquisição de equipamentos mais Modernos na área de meteorologia	Sim
Não Possuía Indicadores de Trajetória de Aproximação de Precisão (PAPI) na pista de pousos e decolagens	Contratação de Empresa para elaboração de Projeto de Implantação de PAPI - Indicadores de Trajetória de Aproximação de Precisão para as cabeceiras 02 e 20; e Obtenção da DCI – Declaração	a) Elaborar ETP e Termo de Referência visando a aquisição; e b) Viabilizar recursos para aquisição (recursos federais via Convênio com o Ministério dos Portos e Aeroportos.	a) Adequar infraestrutura integralmente, para apoiar possível retomada de voos regulares. b) Proporcionar maior segurança para as	Sim

	de Conformidade Inicial do Cindacta 2	Convênio em Andamento	operações aéreas	
Equipamentos da Sala de Tráfego Aéreo em funcionamento	Contratos de manutenção permanentes	a) Devido à descargas atmosféricas recentes, será necessário realização de manutenção em alguns equipamentos	a) Manter 100% operacional os serviços de tráfego Aéreo	Não há Necessidade
Serviços de Apoio às Operações Aéreas				
Como era?	**O que foi feito?**	**O que ficou por fazer?**	**Desafios**	**Projetos**
Fornecimento de Combustível de Aviação, não possui os requisitos de qualidade exigidos para operação de voos regulares	Elaboração de Processo Licitatório visando Permissão de Uso para Posto de Abastecimento de Combustíveis para aviação Bandeirado	Aguardando Publicação de Edital pelo Município de Toledo	a) Viabilizar Fornecimento de Combustível Bandeirado, visando apoiar possível retomada de voos regulares	Sob responsabilidade do vencedor do certame
Pátio de Aeronaves da Aviação Geral e Regular, Taxiways e Pista de Pousos e Decolagens	Revitalização da Pintura da Sinalização Horizontal do Pátio, Pista e Taxiways do Aeroporto	Viabilizar recursos para realizar nova pintura da Pista de Pousos e Decolagens, Pátio e Taxiways	a) Criar infraestrutura adequada para apoiar possível retomada de voos regulares	Possui Projetos de Pintura da Pista, Pátio e Taxiways
Entrada Padrão de Energia Copel	Executada Obra de nova entrada de Energia no Aeroporto, devido	Concluído	Não há.	Obra Finalizada

	aumento da infraestrutura Aeroportuária			
Aquisições de Equipamentos				
Como era?	**O que foi feito?**	**O que ficou por fazer?**	**Desafios**	**Projetos**
Não possuía trator próprio – para realizar parte dos serviços internos de manutenção das áreas verdes (corte de grama), que era realizado pela Secretaria do Meio Ambiente	Aquisição de 01 (um) Trator 90CV pelo Aeroporto, para realização de manutenção das áreas verdes (corte de grama)	Celebração de Contrato de Manutenção preventiva / corretiva do trator 90 CV; Acompanhar regularmente, andamento das licitações específicas de manutenção de áreas verdes	a) Dispor de equipamento Adequado e operacional, para manter em dia corte de grama do Aeroporto (em áreas não atendidas) por contratos contínuos de manutenção	Não há necessidade
Possui 01 Grupo Gerador de Energia Stemac (adquirido em 1998)	Manutenção mensal do equipamento através de contrato contínuo (registro de preços).	a) Analisar viabilidade para aquisição de 01 novo grupo gerador de energia.	b) Adequar infraestrutura para suporte às operações aéreas	Não possui
Contratos Vigentes e Demandas Diversas				
Como era?	**O que foi feito?**	**O que ficou por fazer?**	**Desafios**	**Projetos**
Manutenção do equipamento Raio-X do Aeroporto	Celebração de Contrato com a empresa NUCTECH DO BRASIL LTDA	Contrato 987/2022 Vigência até outubro/2025;	a) Manter operacional o equipamento Raio-X, de Inspeção	Não há necessidade

	(Serviço de Manutenção do Raio-X).		utilizado no Aeroporto	
Medição de coeficiente de Atrito e Ensaio de Macrotextura (do pátio, pista e taxiways) do Aeroporto, não eram realizados, antes dos voos regulares	Contratação de Serviços de medição de coeficiente de Atrito e Ensaio de Macrotextura (do pátio, pista e taxiways), junto à INFRAERO	Celebrar Contrato em 2025	a) Manter infraestrutura do pavimento em condições que permitam pousos e decolagens em segurança	Não há necessidade
Medição do índice de serventia (PCI) do pavimento, do Aeroporto, não eram realizados, antes dos voos regulares	Contratação de Serviços de medição do índice de serventia (PCI) do pavimento junto à INFRAERO, do Aeroporto	Celebrar Contrato em 2025	a) Manter infraestrutura do pavimento em condições que permitam pousos e decolagens em segurança	Não há necessidade
Volume de água nas imediações do Terminal de Passageiros em dias com chuvas fortes	Avaliação Inicial quanto à necessidade de obra/serviços para melhorar o escoamento de águas, nas imediações do Terminal de Passageiros	a) Levantamento detalhado; b) Projeto; c) Viabilidade.	a) Prever infraestrutura que melhore o escoamento, evitando infiltrações de águas em áreas importantes do Terminal de Passageiros	Não Possui.
Locação e suporte de software para acesso via internet, a rede AFTN (Rede Fixa de Telecomunicações Aeronáuticas/Modelo Terminal SGTAI-Lite, para a EPTA Cat ‘A”, do Aeroporto Luiz Dalcanale Filho	Celebração de Novo Contrato – Inexigibilidade 46/2024.	Acompanhar execução. Vigência até 15/11/2025	a) Atender plenamente, aos voos diversos, dispondo ferramentas que permitam o eficiente gerenciamento de informações	Não há necessidade

			relacionados à tráfego aéreo	
Seguro para edificações e equipamentos do Aeroporto	Em análise, viabilidade	Levantamento de Equipamentos, viabilidade junto à prestadores de serviços, análise de custo X benefício e orçamento	a) Prover segurança plena dos serviços, equipamentos, edificações, em casos de eventos adversos	Não há necessidade
Aquisição de Peças para reposição do Trator 90 CV do Aeroporto;	Em trâmites para celebração de processo visando aquisição de itens específicos para o Trator	Revisão final do Termo e ETP; Aguardando Publicação de Decreto, visando inclusão no Plano de Contratação Anual e iniciar a tramitação ainda em 2024	a) Dotar o trator, com peças que permitam seu adequado funcionamento	Não há necessidade
Locação de área na lateral do Aeroporto, de 20.075 m2, em atendimento à legislações aeronáuticas	Celebrado contrato com a Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A.	●Acompanhamento de Execução do Contrato. Contrato 242/2020 tem Vigência até abril/2030;	a) Manter a área sob locação, com vistas a atender regulamentos aeronáuticos	Não Há necessidade

A seguir lista-se os contratos efetuados e a serem licitados para o Aeroporto.

Contratos já realizados (vigentes):

● CM3 ATIVIDADES AUXILIARES AO TRANSPORTE AÉREO LTDA (APAC's - Agentes de Proteção da Aviação Civil). Contrato 1073/2022 - Vigência: outubro/2024;

● NUCTECH DO BRASIL LTDA (Serviço de Manutenção do Raio-x). Contrato 987/2022 - Vigência: outubro/2025;

● NIBBLE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA (Software para acesso a Rede AFTN). Contrato 1158/2023 - Vigência: novembro/2024;

● DETRONIX INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA - EPP (Manutenção Detectores de Metais). Contrato: 363/2022 - Vigência: junho/2025;

● PROTEC COMERCIO E AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA - Powertec (Serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, para grupo gerador de energia). Contrato 1030/2022 - Vigência: novembro/2024;

● MVS INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA (Serviço de Operação e Manutenção EPTA) - Contrato: 263/2024 - Vigência: abril/2026;

● INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ S/A (Locação de Área de 20075 m2). Contrato 242/2020 - Vigência: abril/2030;

● OPÇÃO TELECOM TELECOMUNICAÇÕES LTDA (Transporte de dados com utilização de fibra óptica no acesso concentrador e no ponto remoto, sem acesso a web). Contrato 335/2021 - Vigência: maio/2025.

● DECRETO Nº 196/2017, permissão de uso de áreas (Hangares) situadas no Aeroporto Municipal a empresas toledanas - prazo indeterminado.

Contratos com processos em andamento (licitação):

● Guarita de Inspeção de Segurança (Obra, Móveis e Equipamentos de segurança);

● Permissão de Uso para Posto de Abastecimento de Combustíveis para aviação;

● Aquisição de Peças para reposição do Trator do Aeroporto;

● Manutenção do gerador (Registro de Preço);

● Contratação dos serviços do sistema SGTAI (Sistema Gerenciador de Telecomunicações Aeronáuticas), para gerenciamento e acesso de informações de tráfego aéreo;

● Aquisição de conjunto de PAPI para as cabeceiras 02/20 - Convênio com o Mistério dos Porto e Aeroportos (Em andamento: em trâmites para celebração de convênio / Expectativa: 2024).

Contratos pretendidos para 2025:

- Terceirização do Serviço de Segurança Patrimonial do Aeroporto;
- Contratação de Serviço de Auditoria AVSEC;
- Contratação de Serviços de medição de coeficiente de Atrito e Ensaio de Macrotextura (do pátio, pista e taxiaways) do Aeroporto;
- Contratação de Serviços de medição do índice de serventia (PCI) do pavimento, do Aeroporto;
- Contratação de obra para melhorar o escoamento de águas, nas imediações do Terminal de Passageiros;
- Contratação de Seguro para edificações e equipamentos do Aeroporto;
- Construção de novo pátio de Aeronaves para Aviação Regular (voos comerciais);
- Aquisição de Estação Meteorológica de Superfícies (EMS-3);
- Contratação de Serviço de Repintura da área externa do Terminal de passageiros;
- Contratação de Serviço de Repintura da sinalização horizontal da pista de pouso e decolagem, pátio e taxiways do aeroporto.

10. Empreendedorismo

A Sala do Empreendedor de Toledo tem se consolidado como um ponto estratégico para o fomento ao desenvolvimento econômico local, destacando-se pela sua atuação inovadora, eficiente e focada no apoio aos micro e pequenos empresários. Desde sua criação, a Sala tem implementado ações contínuas voltadas para a desburocratização, ampliação do acesso ao crédito e modernização dos serviços prestados, contribuindo diretamente para o crescimento e fortalecimento do ambiente de negócios na cidade.

No período de 2021 a 2024 foram adquiridos novos computadores, mesas e cadeiras para os servidores, além de um novo layout no ambiente para garantir o melhor ambiente de trabalho para o quadro de servidores, que foi ampliado, assim como para os contribuintes. A modernização da Sala foi outra conquista importante, com a implementação de um chatbot de atendimento que realizou mais de 1.300 atendimentos. Além disso, os Ciclos do Jovem Empreendedor e Mulher Empreendedora, em parceria com o SEBRAE, reforçaram o compromisso da Sala com a inclusão e inovação no apoio a diferentes perfis de empresários.

A Sala do Empreendedor participou da articulação de parcerias para aumentar a transparência e eficiência administrativa. Um dos marcos foi a regulamentação do Programa Toledo Compra Toledo, que deu exclusividade e prioridade em licitações para empresas locais e a participação no Credenciamento de Pequenos Reparos, ampliando o impacto econômico do município.

A implementação de ações de simplificação e de acesso ao crédito além da participação ativa do Comitê Gestor da Micro e Pequena Empresa têm reforçado ainda mais o papel da Sala como um elo entre os empreendedores e as políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento econômico local.

A atuação da Sala do Empreendedor nesse período foi reconhecida como um importante referência com a sua contribuição ao empreendedorismo ao conquistar o Prêmio Cidade Empreendedora[4] Selo Ouro, concedido pelo SEBRAE/PR.

[4] https://www.toledo.pr.gov.br/noticias/agronegocio-de-inovacao-turismo-e-desenvolvimento-economico/reuniao-do-cgdm-celebra

10.1. Modernização e Agilidade no Licenciamento Empresarial em Toledo

A Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (**REDESIM**) foi instituída por meio da Lei Federal nº 11.598/07, para simplificar e desburocratizar os procedimentos de abertura ou regularização de empresas. Para tanto, os órgãos responsáveis pelo registro e legalização de empresas atuam de forma integrada, possibilitando a realização do processo de registro, bem como obtenção de alvarás, licenças e inscrições por meio de uma única entrada de dados e um único procedimento, via internet.

Em 2015 o município de Toledo integrou-se na REDESIM, no entanto, os processos continuaram físicos. Mesmo após a instituição da Declaração de Direitos de Liberdade Econômica pela Lei nº 13.874/2019 os procedimentos de abertura e licenciamento empresarial continuaram sendo físicos. Até mesmos os microempreendedores individuais (MEI) eram obrigados solicitar alvará, em discordância com a Resolução CGSIM nº 59/2020, que dispensou o MEI de alvará e licença de funcionamento.

A partir de 2021, com o apoio do SEBRAE, a gestão da Secretaria do Agronegócio, de Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico, por meio da Sala do Empreendedor em conjunto com servidores da Secretaria da Fazenda, do Planejamento, Meio Ambiente, Saúde se reuniram, em um processo que dura 18 meses, em busca da simplificação das normas e regulamentos, especialmente para atualizar a legislação que regulamenta a abertura e licenciamento das empresas com vista a facilitar a atração e a formalização de negócios, bem como implementar os preceitos da Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019), promovendo ao final avanços significativos na simplificação e agilidade dos processos de licenciamento empresarial Tais melhorias resultaram em tempos significativamente reduzidos para viabilidade, registro e abertura de empresas, consolidando Toledo como um exemplo de eficiência administrativa no Paraná.

Conforme pode ser visualizado na tabela evidencia os resultados alcançados. Em 2024, o tempo médio para análise de viabilidade em Toledo, após a publicação do Decreto nº 989/2023 e implementação dos processos de automatização com o Decreto nº 1.074/2024, foi reduzido para apenas 3 horas, um marco impressionante comparado às 10 horas registradas em 2021. No mesmo

período, o registro de empresas, que levava em média 16 horas em 2021, agora é realizado em apenas 2 horas. Já o tempo total para a abertura de empresas caiu de 26 horas em 2021 para apenas 5 horas em 2024.

Essas conquistas posicionam Toledo à frente de outras cidades da região, como Cascavel, e também da média estadual, refletindo a eficácia das políticas implementadas.

Tempo Médio		2021	2022	2023	2024
Viabilidade	Toledo	10 horas	09 horas	16 horas	03 horas
	Cascavel				01 hora
	Paraná	13 horas	10 horas	10 horas	08 horas
Registro	Toledo	16 horas	07 horas	03 horas	02 horas
	Cascavel				02 horas
	Paraná	15 horas	08 horas	03 horas	02 horas
Abertura	Toledo	26 horas	16 horas	19 horas	05 horas
	Cascavel				03 horas
	Paraná	28 horas	19 horas	13 horas	10 horas

O sucesso dessas iniciativas foi fruto de um intenso trabalho de revisão de processos e regulamentações, como a implementação da consulta prévia automatizada e a adoção de um sistema integrado com a plataforma REDESIM. Além disso, as alterações normativas contemplaram as exigências da Lei de Liberdade Econômica, promovendo maior flexibilidade para empreendedores locais. Atualmente são 777 CNAEs classificados como baixo risco e que são dispensados de ato público para o exercício, conforme Decreto nº 1.074/2024 e suas alterações.

Com o objetivo de garantir ampla adesão e entendimento dos novos procedimentos, a Secretaria realizou reuniões estratégicas com escritórios de arquitetura e contabilidade, onde foram apresentados os detalhes do processo atualizado de obtenção de alvarás. Essas reuniões foram essenciais para esclarecer dúvidas e alinhar expectativas, consolidando uma relação colaborativa entre o poder público e os profissionais diretamente envolvidos no ambiente de negócios.

Em 2024, a Sala deu mais um passo significativo com a reestruturação de processos e a ampliação dos serviços oferecidos. A atribuição da Sala para a

emissão do Alvará Único de Localização e Funcionamento, além da publicação de decretos que regulamentam a liberdade econômica e a classificação de risco das atividades empresariais (Decreto nº 1.267/2024), contribuíram para a simplificação dos processos e a redução do tempo necessário para a abertura de empresas. Entre janeiro e março de 2024, foram realizados 3.261 atendimentos, reforçando o compromisso da Sala com a eficiência e a modernização dos seus serviços.

Ainda está em desenvolvimento a automatização da classificação de risco pela empresa Equiplano, que é responsável pelo sistema tributário do município, que deverá ser concluído em 2025.

Essas ações reforçam o compromisso da gestão municipal em criar um ecossistema favorável ao empreendedorismo, destacando Toledo como um exemplo de modernização administrativa e eficiência no estado do Paraná.

10.2. Fortalecimento do Acesso ao Crédito através da Sala do Empreendedor

Além das melhorias nos processos internos, a Secretaria do Agronegócio, de Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico, por meio da Sala do Empreendedor, tem se dedicado a garantir o acesso a linhas de crédito essenciais para o fortalecimento dos pequenos negócios em Toledo. Em 2024, mais de R$ 6,5 milhões foram liberados por meio de programas como o Micro Emergência, Micro Mulher e Paraná Recupera. Adicionalmente, foram concedidos R$ 1.600.000,00 em cartas de aval em parceria com a GarantiCOOP, ampliando ainda mais o suporte financeiro aos micro e pequenos empreendedores.

A Secretaria teve papel importantíssimo para a liberação de linhas de crédito para o município de Toledo, como, por exemplo, a interlocução direta com a Fomento Paraná para a liberação da linha Paraná Recupera, que liberou cerca de 16 milhões de reais em crédito em Toledo.

Ao longo dos últimos anos, diversas medidas impactaram positivamente o ecossistema empresarial de Toledo. Em 2021, o município realizou um aporte de R$ 1.000.000,00 na Garanticoop, por meio da Lei "R" nº 9/2021, ampliando o acesso ao crédito para microempresários.

Em 2022, o volume de crédito liberado através de parcerias com instituições como a Fomento Paraná e a Garantioeste atingiu R$ 932.750,00, beneficiando microempreendedores que buscavam alternativas financeiras. Em 2023, a Sala do Empreendedor manteve sua trajetória de sucesso, com a liberação de R$ 913.000,00 em crédito para os microempresários.

Nos próximos anos, a expectativa é que a Sala continue a expandir seus serviços, oferecendo mais recursos para crédito, fortalecendo parcerias com novas instituições financeiras e ampliando as linhas de microcrédito disponíveis.

10.3. Programa “Crédito Garantido”

Com base nos objetivos da Lei Complementar Municipal n° 14/2009, que estabelece diretrizes de tratamento diferenciado às Micro e Pequenas Empresas (MPEs), a Secretaria do Agronegócio, de Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico também realizou um estudo a fim de criar um programa municipal de subvenção de juros para micro e pequenos empresários. Esta iniciativa busca fomentar o desenvolvimento econômico sustentável por meio do fortalecimento das MPEs, que representam 88,69% das empresas ativas no município, conforme dados do Painel Mapa de Empresas do Ministério da Economia. Esse segmento é composto por 10.682 Microempreendedores Individuais (MEI), 8.580 Microempresas (ME) e 1.254 Empresas de Pequeno Porte (EPP), evidenciando sua relevância para a economia local e regional.

As MPEs desempenham um papel fundamental na geração de empregos e no crescimento econômico do Brasil. Segundo o Sebrae, em 2024, elas foram responsáveis por mais de 62% das contratações formais e representaram 95% do total de empresas abertas no país. Em Toledo, o apoio a esses negócios não apenas amplia a geração de empregos, mas também contribui diretamente para o desenvolvimento econômico e social, integrando as diretrizes do município em prol de uma economia forte e inclusiva.

O Programa consiste na subvenção parcial dos juros ordinários em operações de crédito realizadas por micro e pequenas empresas. Enquanto o Município assume uma parcela dos juros, as empresas beneficiárias se responsabilizam pelo pagamento do capital principal, o percentual excedente do juro

subsidiado e eventuais encargos atrelados à operação. Para garantir a eficácia e equidade do programa, serão definidos tetos de captação de recursos, prazos máximos de amortização, contrapartidas e critérios claros de acesso às linhas de crédito.

Esta iniciativa projeta impactos positivos significativos, como o fortalecimento das empresas locais, o incremento na geração de emprego e renda, e a ampliação da arrecadação municipal através da regularização fiscal e tributária. O Programa “Crédito Garantido” fica indicado para a implementação pela próxima gestão, haja vista, que em razão do ano eleitoral não houve a possibilidade de criar um novo programa.

Por fim, tal programa reforça o compromisso do município de Toledo em apoiar o empreendedorismo e a sustentabilidade econômica, contribuindo para um futuro próspero e inclusivo.

10.4. Serviços Prestados pela Sala do Empreendedor

A Sala do Empreendedor de Toledo continuará, assim, a desempenhar um papel estratégico no ecossistema econômico da cidade, sendo um modelo de eficiência e inovação, que contribui para o fortalecimento das micro e pequenas empresas e, consequentemente, para o crescimento sustentável de Toledo. Com o olhar voltado para o futuro, a Sala se compromete a ser uma parceira contínua dos empreendedores, auxiliando na construção de um ambiente de negócios cada vez mais acessível, moderno e promissor.

A Sala do Empreendedor oferece os Serviços descritos abaixo:

- Abertura, alteração e baixa de empresas porte MEI;
- Auxílio na realização da DASN aos empresários porte MEI;
- Auxílio na emissão de notas fiscais de serviços e comércio aos empresários porte MEI;
- Emissão de Alvará todos portes de empresas e profissionais autônomos;
- Alteração de dados de Alvará para todos portes de empresas e profissionais autônomos;
- Renovação de licenciamentos e alvará de para todos portes de empresas e profissionais autônomos;

- Encaminhamento de processos para análise da COMURB sobre viabilidade de localização de Empresas;
- Protocolos de credenciamentos de empresários nos chamamentos públicos do Município;
- Emissão de certidões negativas federais, estaduais, fgts, trabalhista e municipal aos empresários porte MEI;
- Oferta de linhas de crédito junto à FOMENTO PR;
- Integração Sistema Empresa Fácil.

ANEXOS – PROJETOS DE LEGISLAÇÕES

Minuta de Projeto de Lei - Programa Municipal de Aprendizagem

PROJETO DE LEI _____

Dispõe sobre a Criação de Programa Municipal de Aprendizagem e dá outras providências..

O POVO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Municipal de Aprendizagem - Aprendiz, Borá Lá! - no âmbito do Poder Executivo do Município de Toledo, vinculado à Secretaria Municipal do Agronegócio, de Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico, nos termos desta Lei.

Art. 2º - Aprendiz é o maior de quatorze anos e menor de vinte e quatro anos, que celebra contrato de aprendizagem nos termos do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

§ 1º O trabalho do aprendiz não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

§ 2º A idade máxima prevista no caput deste artigo não se aplica a aprendizes com deficiência.

§ 3º A contratação de aprendizes pelo Município de Toledo poderá ser destinada aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto - Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade - e adolescentes, jovens e deficientes em situação de vulnerabilidade social, encaminhados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º - A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), matrícula e frequência do aprendiz à escola, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica, a ser selecionada por iniciativa da Secretaria Municipal de Políticas para Infância, Juventude, Mulher, Família e Desenvolvimento Humano.

§ 1º Ao aprendiz será garantido o salário mínimo nacional, observada a proporção de horas de jornada semanal.

§ 2º A Contribuição ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço corresponderá a dois por cento da remuneração paga ou devida, no mês anterior, ao aprendiz.

Art. 4º - Entende-se por formação técnico-profissional, para efeitos do contrato de aprendizagem, as atividades teóricas e práticas metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva, desenvolvidas no ambiente de trabalho.

Parágrafo único. A formação de que trata o caput deste artigo realizar-se-á por Programas de Aprendizagem organizados e desenvolvidos sob a orientação e responsabilidade de entidades qualificadas.

Art. 5º - A formação técnico-profissional do aprendiz obedecerá aos seguintes princípios:

I - Garantias de acesso e frequência obrigatória ao ensino fundamental;

II - Horário especial para o exercício das atividades;

III - Capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

Parágrafo único. Ao Aprendiz com idade inferior a dezoito anos é assegurado o respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento físico, moral e psicológico, nos termos do art. 69, inciso I, da Lei 8.069/1990.

Art. 6º - Serão consideradas qualificadas em formação técnico-profissional metódica as entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 7º - O Município de Toledo, por meio desta Lei, manterá vagas de auxiliar administrativo aprendiz, mediante encaminhamentos realizados pela Secretaria Municipal de Políticas para Infância, Juventude, Mulher, Família e Desenvolvimento Humano, desde que atendidos os critérios estabelecidos na regulamentação desta Lei.

Parágrafo Único: A quantificação das vagas a serem disponibilizadas será estabelecida por meio de Decreto.

Art. 8º - A inserção do adolescente e jovem no Programa de Aprendizagem acontecerá por meio do atendimento realizado pelos equipamentos públicos de Assistência Social, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), ou por encaminhamento do

Serviço de Proteção Social Especial, atendidos os critérios estabelecidos no art. 2º, § 3º, desta Lei.

Art. 9º - A contratação do aprendiz será efetivada pelo ente municipal por meio de avaliação a ser realizada pela equipe técnica da Assistência Social, conforme critérios de vulnerabilidade social e prioridade de atendimento.

Art. 10 - A duração do trabalho do aprendiz não excederá seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada.

Art. 11 - O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar vinte e quatro anos, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do artigo 2º desta lei, ou ainda, antecipadamente, nas seguintes hipóteses:

I - Desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;

II - Falta disciplinar grave;

III - Ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo;

IV - A pedido do aprendiz.

§ 1º Não se aplica o disposto nos artigos 479 e 480 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, hipóteses de extinção do contrato mencionadas neste artigo.

§ 2º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.

Art. 12 - As férias do aprendiz devem coincidir com as férias escolares, conforme art. 136, § 2º, da CLT.

Art. 13 - Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de aprendizagem, o aprendiz terá direito a férias, na seguinte proporção:

I - 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço injustificadamente mais de 5 (cinco) vezes;

II - 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas injustificadas;

III - 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas injustificadas;

IV - 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas injustificadas.

Art. 14 - Aos aprendizes do Programa Municipal de Aprendizagem - Aprendiz, Borá Lá! que concluírem os Programas de Aprendizagem com

aproveitamento, será concedido pela entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica o certificado de qualificação profissional.

Parágrafo único. O certificado de qualificação profissional enunciará o título e o perfil profissional para a ocupação na qual o aprendiz foi qualificado.

Art. 15 - Compete ao Poder Executivo Municipal organizar parceria, convênio, ou outra modalidade de cooperação recíproca com entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica com inscrição ativa no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, visando o desenvolvimento de atividades conjuntas que propiciem a qualidade técnico-profissional e discipline a compatibilidade entre o conteúdo e a duração do Programa de Aprendizagem.

Art. 16 - O Executivo Municipal regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 17 - Nos casos omissos, a Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, será fonte subsidiária, exceto naquilo em que for incompatível com a presente norma municipal.

Art. 18 - Esta lei entrará em vigor após 60 (sessenta) dias contados da data de sua publicação.

Minuta de Projeto de Decreto Regulamentador - Programa Municipal de Aprendizagem

DECRETO

Regulamenta a Lei Municipal nº XXXXXXXXX e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Orgânica do Município, considerando a Lei Municipal nº XXXXXXX, DECRETA:

Art. 1º - A inscrição no Programa de Aprendizagem, com prioridade para adolescentes e jovens assistidos pela Política Pública de Assistência Social somente será permitida à (ao) adolescente e jovem:

I - Residente no município de Toledo;

II - Com idade igual ou superior a 14 (quatorze) anos e menor de 24 (vinte e quatro) anos;

III - Matriculado (a) em instituição de ensino fundamental, médio ou superior, regular, CEEBJA ou especial, da rede pública ou rede privada na condição de bolsista integral, sendo possível que o contrato seja estendido caso o (a) jovem termine o ensino médio antes do final do período de contratação do programa (24 meses);

IV - Referenciado (a) nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), inserido(a) em serviços e/ou programas ofertados pela rede socioassistencial, submetido à avaliação socioeconômica e/ou de risco social, e/ou em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto ou liberdade assistida, conforme disponibilidade de vagas;

V - Quite com suas obrigações civis e militares, quando exigíveis.

Art. 2º - São usuários do Programa de Aprendizagem, em especial:

I - Adolescentes e jovens cujas famílias são beneficiárias de Programa de Transferência de Renda;

II - Adolescentes e jovens com deficiência, com prioridade para os beneficiários do BPC;

III - Adolescentes e jovens de famílias com precário acesso a renda e a serviços públicos;

IV - Adolescentes e jovens encaminhados para o CRAS e CREAS com prioridade para aqueles retirados do Trabalho Infantil, aqueles reconduzidos à família após medida protetiva de acolhimento e aqueles oriundos de medidas socioeducativas em meio aberto.

Art. 3º - Observados os requisitos e critérios de inserção no Programa de Aprendizagem, a (o) adolescente ou jovem passará por entrevista, com profissional pertencente à equipe técnica do CRAS e/ou CREAS, para avaliação de seu interesse, coletando-se informações pertinentes ao seu acompanhamento durante todo o percurso da Aprendizagem.

Parágrafo único. O acompanhamento de frequência escolar pela entidade responsável pela formação se dará concomitantemente ao acompanhamento familiar realizado pelos Centros de Referência de Assistência Social do Município.

Art. 4º - A desistência da (o) aprendiz do Programa de Aprendizagem está condicionada à informação de motivo e deve ser registrada no prontuário da família nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.

Art. 5º - Caberá à (ao) aprendiz:

I - Ser assíduo e pontual;

II - Cumprir as atividades e tarefas que lhe forem atribuídas, tanto pela autoridade responsável, quanto pela Instituição formadora;

III - Respeitar as normas do Município e da Instituição formadora.

Art. 6º - Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social:

I - A seleção, a inserção e o acompanhamento da (o) aprendiz no Programa de Aprendizagem;

II - O acompanhamento das famílias da (o) aprendiz no âmbito da Proteção Social Básica e Especial;

III - A disponibilização de formação técnico profissional à (o) aprendiz;

IV - O encaminhamento da (o) aprendiz selecionada (o) para contratação, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 7º - A formação técnico-profissional da (o) aprendiz será realizada por entidades integrantes do Sistema "S" ou por organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, qualificadas em formação técnico profissional, inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e no Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional do Ministério do Trabalho e Emprego, por meio de formalização de termos de parceria e ou cooperação.

Parágrafo único. A seleção e formação do ajuste com a entidade encarregada da formação técnico profissional ficará a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 8º - Caberá à entidade responsável pela formação técnico profissional:

I - Ofertar formação que atenda às necessidades do (a) aprendiz ao mercado de trabalho por meio de recursos apropriados, incluindo material didático a ser disponibilizado ao (à) aprendiz e conforme carga horária prevista em legislação vigente;

II - Contar com estrutura adequada ao desenvolvimento e qualidade do processo de ensino e preferencialmente executar a formação no município de Toledo;

III - Elaborar e disponibilizar ao empregador o projeto pedagógico do Programa de Formação;

IV - Fornecer à (ao) aprendiz, ao término da aprendizagem, certificado de conclusão;

V - Ofertar acompanhamento pedagógico, incluindo o acompanhamento escolar e prático, em conjunto com o responsável técnico da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 9º - Caberá à Secretaria Municipal de Recursos Humanos:

I - Formalizar a contratação inicial de 25 (vinte e cinco) aprendizes para executar atividades administrativas na Prefeitura de Toledo;

II - Aplicar a legislação vigente que prevê a forma de contratação, vencimentos e benefícios;

III - Realizar anotação em CTPS da (o) aprendiz;

IV - Impossibilitar a prorrogação da carga horária de 6h/diárias e 05 (cinco) dias na semana;

V - Prever que as férias da (o) aprendiz devem coincidir com suas férias escolares;

VI - Assegurar à (o) aprendiz o direito ao benefício do vale-transporte;

VII - Nos casos de rescisão do contrato de aprendizagem, a Administração Pública Municipal deverá contratar imediatamente novo (a) aprendiz, nos termos desta Lei;

VIII - Promover o recolhimento da contribuição ao FGTS de 2% sobre a remuneração paga ou devida.

Art. 10 - A contratação da (o) aprendiz no âmbito da Prefeitura Municipal seguirá o disposto na Lei XXXXXXXXXX e na legislação de aprendizagem vigente.

§ 1º A contratação na forma de aprendizagem terá duração máxima de 02 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz com deficiência, caso em que o contrato poderá ser prorrogado por período igual à 06 (seis) meses, considerando a condição peculiar de adaptação ao trabalho.

§ 2º São hipóteses de rescisão do contrato de aprendiz antes do seu término:

I - Desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;

II - Falta disciplinar grave (art.482 da CLT);

III - Ausência injustificada à escola que implique em perda do ano letivo;

IV - À pedido do aprendiz.

Art. 11 - O Município de Toledo manterá 50 (cinquenta) vagas de auxiliar administrativo-aprendiz, mediante encaminhamentos realizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, desde que atendidos os critérios estabelecidos na Lei n. XXXXXXXXX.

Art. 12 - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Minuta do Projeto de Lei - Programa Jovem Empreendedor Inovador

PROJETO DE LEI _____

Dispõe sobre o Programa Jovem Empreendedor Inovador no município de Toledo.

O POVO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° - Esta Lei estabelece o Programa Jovem Empreendedor Inovador, como um instrumento para direcionar as ações voltadas ao avanço tecnológico e de inovação no ecossistema empresarial, acadêmico, social e empregabilidade.

Art. 2° - Fica autorizado a disponibilização de até 60 (sessenta) vagas, anualmente, para treinamento em cursos de capacitação na área tecnológica e qualificação para estarem aptos a serem inseridos no mercado de trabalho.

Art. 3° - A seleção dos beneficiados do Programa, visando o preenchimento das vagas, será realizado através de processo seletivo, mediante os seguintes critérios:

I – A família do concorrente deverá residir no mínimo no Município de Toledo nos últimos doze meses;

II – Estar cursando ou ter concluído ensino médio, ou ainda estar cursando o ensino superior;

III – Ter até 25 (vinte e cinco) anos completos na data da inscrição do programa;

Art. 4° - Para a seleção dos interessados será elaborado, pela Secretaria do Agronegócio, de Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico, edital de chamamento público, o qual deverá ser amplamente publicado.

Art. 5° - Serão desligados do Programa Jovem Empreendedor Inovador os beneficiados que:

I – A pedido do beneficiário, que deverá formular por escrito e apresentar na ecretaria do Agronegócio, de Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico;

II – Que não obter frequência mínima de 90%.

Parágrafo único. O beneficiário que for desligado pelos incisos I e II deste artigo, não poderá beneficiar-se novamente do Programa Jovem Empreendedor Inovador, nem mesmo fará jus ao recebimento da bolsa incentivo.

Art. 6º - Os cursos de capacitação serão custeados pelo Município podendo ser realizados on line ou presencial.

Parágrafo único. Os cursos deverão ter duração máxima de 90 (noventa) dias.

Art. 7º - Os beneficiários farão jus à uma bolsa incentivo no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) mensais.

Parágrafo Único. O pagamento desta bolsa será realizado proporcionalmente em caso de meses incompletos, todos os pagamentos serão efetuados após a comprovação da frequência mínima mensal.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Minuta de Projeto de Regimento Interno da Junta de Recursos Fiscais

PROJETO DE DECRETO_____

Aprova o Regimento Interno da Junta de Recursos Fiscais do município de Toledo - Paraná.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe o artigo nº 273 da Lei nº 1.931/2006, que instituiu a Junta de Recursos Fiscais e a necessidade de formalização de seu regimento interno, já discutido e votado pelos Conselheiros, DECRETA:

CAPÍTULO I

DO CONSELHO

Seção I

Da Finalidade

Art. 1º - O presente Regimento Interno tem por finalidade estabelecer as normas de funcionamento da Junta de Recursos Fiscais, criada pela Lei nº 1.931/2006, que, de acordo com seu art. 273, funcionará como órgão colegiado pleno de segunda instância no Processo Administrativo Fiscal contencioso.

Seção II

Da Organização, da Estrutura e da Competência

Art. 2º - A Junta de Recursos Fiscais será composta de oito membros, com seus respectivos suplentes, para mandato de dois anos, sendo:

I - quatro representantes do Município de Toledo:

a) o Secretário da Fazenda e Captação de Recursos;

b) três servidores públicos municipais efetivos, com conhecimento

específico sobre a matéria.

II - quatro representantes dos contribuintes, indicados pelas seguintes entidades:

a) Associação Comercial e Industrial de Toledo - ACIT;

b) Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Subseção Toledo;

c) Associação Profissional dos Contabilistas de Toledo; d) União Toledana das Associações de Moradores - UTAM.

§ 1º − Os suplentes dos membros a que se refere a alínea “b” do inciso I do caput deste artigo também deverão ser servidores públicos municipais efetivos, com conhecimento específico sobre a matéria.

§ 2º - Os representantes dos contribuintes serão escolhidos pelo Prefeito Municipal, dentre nomes integrantes de listas tríplices fornecidas pelas entidades previstas no inciso II deste artigo, nos termos do regulamento.

§ 3º - Os representantes do Município de Toledo serão escolhidos pelo Prefeito Municipal, dentre nomes integrantes do quadro funcional previsto no inciso I deste artigo.

§ 4º - Os membros da Junta de Recursos Fiscais, constantes do inciso II deste artigo, poderão ser remunerados mediante pagamento de jetons, limitados a, no máximo, seis por ano, cujos critérios de concessão são estabelecidos nesta regulamento, não podendo cada jeton ser de valor superior a sete por cento do subsídio pago a secretário municipal.

§ 4º O Presidente do Junta de Recursos Fiscais será substituído em sua ausência e impedimento pelo Vice-Presidente.

§ 5º Os membros do Junta de Recursos Fiscais, de que tratam os incisos I deste artigo, devem obrigatoriamente ser servidores públicos efetivos com formação em nível superior.

§ 6º O mandato dos membros do Junta de Recursos Fiscais, titular e

suplente, nomeados por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, será de 02 (dois) anos prorrogável por 01 (um) ano, vedada sua recondução antes de 02 (dois) anos.

§ 5º Todos os membros do Junta de Recursos Fiscais, bem como os suplentes que substituirão os respectivos titulares em caso de ausência, vacância e impedimento, deverão ter conhecimento em matéria tributária.

§ 6º O presidente somente vota em caso de desempate;

§ 7º O presidente e o vice-presidente serão escolhidos pelo Chefe do Poder Executivo Municipal dentre os membros constantes dos incisos I e II.

Art. 3º - O Junta de Recursos Fiscais terá a seguinte estrutura:

I - Corpo Deliberativo:

a) Presidente;

b) Vice-presidente;

c) Membros.

II - Apoio instrutivo.

Art. 4º - Compete ao Junta de Recursos Fiscais:

I - julgar recursos de decisão administrativa sobre lançamentos de tributos e penalidades por infração à legislação tributária do município;

II - julgar os recursos de ofício, bem como os processos remetidos para seu julgamento pelo emissor do ato impugnado ou qualquer outro indivíduo, que contenham decisões favoráveis ao contribuinte;

III - julgar os pedidos de esclarecimentos relativos às suas decisões;

IV - elaborar, pôr em execução e modificar o Regimento Interno, observada a legislação vigente;

V - decidir sobre a intempestividade, a legitimidade do recorrente e demais

requisitos de admissibilidade do recurso voluntário;

VI - admitir, em julgamento preliminar do Recurso Voluntário ou do Recurso de Ofício, a apresentação de documentos novos e razões de fato e de direito não apresentados na primeira instância ou instância anterior, indispensáveis ao deslinde do caso;

VII - aprovar súmula de observância obrigatória pela Administração Pública Municipal.

Art. 5º - Compete ao Presidente do Junta de Recursos Fiscais:

I - velar pelas prerrogativas do Junta de Recursos Fiscais;

II - distribuir, por sorteio, nas sessões públicas do conselho, os processos aos Titulares ou Suplentes em sua substituição;

III - decidir as questões de ordem, quando entender necessário;

IV - expedir provimentos;

VI - despachar o expediente;

VII - despachar os pedidos que versem sobre matéria estranha à competência do Junta de Recursos Fiscais, inclusive os recursos não admitidos por lei, determinando a devolução dos processos à repartição competente;

VIII - representar o Junta de Recursos Fiscais nas solenidades e atos oficiais;

IX - solicitar ao Secretário da Fazenda os funcionários necessários ao serviço e propor sua substituição, quando for o caso;

X - conceder licença aos Titulares e Suplentes, em caso de doença, impedimento ou outro motivo relevante, e convocar o Suplente que o substituirá, no caso de Titular;

XI - comunicar ao Secretário da Fazenda a ocorrência de fatos que determinem a perda do mandato e, com antecedência de sessenta dias, o término do

mandato dos Titulares e Suplentes;

XII - apreciar pedidos de justificativa de ausências ou impedimentos de seus membros às sessões;

XIII - convocar sessões extraordinárias;

XIV - fixar o número de processos para abertura dos trabalhos e funcionamento das sessões;

XV - apresentar, anualmente, relatório circunstanciado dos trabalhos realizados;

XVI - presidir as sessões, manter a ordem dos trabalhos, resolver as questões de ordem e apurar as votações;

XVII - proferir voto de desempate nos julgamentos;

XIII - determinar a supressão de expressões descorteses ou inconvenientes, eventualmente constantes dos processos;

XIX - cassar a palavra quando inconveniente ou exacerbada;

XX - resolver os casos omissos.

Art. 6º - Aos Membros Titulares e Suplentes compete:

I - relatar e julgar os processos que lhes forem distribuídos e redigir as minutas de acórdãos;

II - observar os prazos para restituição de processos em seu poder;

III - determinar diligências quando úteis e necessárias à instrução dos processos;

IV - solicitar motivadamente vista de processos, com adiamento de julgamento, para exame e eventual apresentação de voto em separado;

V - proferir voto nos julgamentos;

VI - sugerir medidas de interesse do Junta de Recursos Fiscais;

VII - representar ao Presidente sobre faltas funcionais verificadas nos processos;

VIII - aprovar súmula de observância obrigatória pela Administração Pública Municipal.

Art. 7º - Ao Apoio Instrutivo compete:

I - auxiliar as sessões dos órgãos julgadores e desempenhar outros encargos que lhe forem conferidos em lei, regimento ou provimento.

II - preparar as pautas de julgamento;

III - preparar e encaminhar os processos e expedientes para despacho do Presidente;

IV - expedir notificações e intimações;

V - preparar extratos de publicações, atas de sessões e expedientes;

VI - afixar as pautas em edital;

VII - encaminhar para publicação as pautas e as ementas dos julgamentos no Órgão Oficial do Município;

VIII - manter registro atualizado das súmulas e expedientes;

IX - expedir certidões;

X - representar ao Presidente sobre faltas funcionais e irregularidades;

XI - proporcionar eficiente e cortês atendimento ao público;

XII - promover a intimação das decisões e/ou deliberações proferidas pelo Junta de Recursos Fiscais e/ou pelo Presidente, por meio de publicação no Órgão Oficial do Município.

XIII - promover a intimação do sujeito passivo, via postal ou pessoal, das

decisões de julgamentos proferidos pelo Junta de Recursos Fiscais.

CAPÍTULO II

DA ORDEM DOS TRABALHOS

Seção I

Do Preparo Para Julgamento

Art. 8º - Os processos encaminhados ao Junta de Recursos Fiscais serão distribuídos, observada a ordem de seu recebimento na secretaria do Apoio Instrutivo, por sorteio e equitativamente aos Membros, para elaboração de relatório e voto no prazo de trinta dias.

Parágrafo único. O prazo previsto no "caput" poderá ser dilatado, a critério do Presidente, nos processos volumosos e/ou de maior complexidade.

Art. 9º - O Apoio Instrutivo organizará as pautas de julgamento que serão publicadas via Órgão Oficial do Município, com antecedência mínima de cinco dias da sessão de julgamento.

§ 1º O edital de que trata o *caput* conterá para cada feito:

I - o número do processo;

II - o nome do recorrente e o do recorrido;

III - o nome do procurador do contribuinte, se houver;

IV - o nome do relator;

V - o local, a data e a hora da sessão.

Art. 10 - O pedido de sustentação oral do sujeito passivo e/ou da Fazenda Pública Municipal, por meio de servidor municipal indicado pelo Secretário Municipal de Finanças, deverá ser protocolado junto ao Junta de Recursos Fiscais, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis antes da sessão de julgamento.

Art. 11 - Os processos cujos Relatores deixarem o Corpo Deliberativo

serão redistribuídos, por sorteio, em igual número para os Membros.

Seção II

Das Sessões

Art. 12 - As sessões do Junta de Recursos Fiscais serão públicas e realizadas com um número de processos a ser definido pelo Presidente.

Parágrafo único. Em casos especiais, por determinação do Presidente, ou a pedido da parte ou do Relator, a sessão poderá, por aprovação do Plenário, transformar-se em reservada, participando dela apenas o Corpo Deliberativo, o contribuinte ou o seu representante, o Representante da Fazenda e o responsável pelo Apoio Instrutivo.

Art. 13 - Aberta a sessão, o Presidente verificará a presença dos Titulares e Suplentes e dará sequência aos trabalhos.

§ 1º O *quorum* de julgamento e de deliberação do Plenário será de metade mais um dos seus membros.

§ 2º Na falta de *quorum* mínimo para julgar ou deliberar, aguardar-se-á sua formação por quinze minutos e, persistindo, o Presidente encerrará a sessão.

Art. 14 - A sessão obedecerá a seguinte ordem de trabalho:

I - leitura das ementas dos acórdãos e de decisões referentes aos julgamentos da sessão anterior;

II - decisões de pedidos de esclarecimentos;

III - decisões de processos retirados de pauta;

IV - leitura do expediente;

V - julgamentos de processos;

VI - estudo de outros assuntos de competência ou de interesse do Junta de Recursos Fiscais.

Parágrafo único. As atas das sessões serão assinadas pelo Presidente, pelos Membros e pelo responsável pelo Apoio Instrutivo do órgão julgador.

Art. 15 - O Relator poderá requerer preferência ou adiamento de julgamento, bem como a retirada de pauta de processo, justificando o motivo.

Art. 16 - O julgamento compreende as seguintes fases:

I - leitura do relatório;

II - eventual sustentação oral das partes, pelo prazo de 10 (dez) minutos para cada um, prorrogáveis, excepcionalmente, por decisão da Presidência;

III - discussão da matéria;

IV - votação.

Art. 17 - O Membro que se declarar impedido ou suspeito, por questão de foro íntimo, nos termos do artigo 35 da Lei Complementar nº 92 de 30 de junho de 2017 ou nos termos das disposições do Código de Processo Civil inerentes à matéria, abster-se-á de participar no julgamento.

Art. 18 - Nenhum julgamento se fará sem a presença do Relator, cujo voto será o primeiro e constará do processo, bem como os votos divergentes.

Art. 19 - Após a assinatura na lista de presença, que deverá ocorrer no início da sessão, o Membro não poderá se ausentar sem permissão da Presidência, exceto na hipótese do art. 17.

Art. 20 - O Membro, em qualquer fase do julgamento, durante a fase de discussão, que não se considerar suficientemente esclarecido sobre a matéria poderá pedir motivadamente vista do processo, pelo prazo de cinco dias, suspendendo-se o julgamento.

Art. 21 - O Suplente que relatar processo ou a ele vinculado por convocação terá assegurada a participação no julgamento, ainda quando cessada a substituição.

Art. 22 - Os processos objeto de vista ou os não julgados por falta de

"quorum" ou por exiguidade de tempo deverão permanecer em pauta.

Seção III

Das Decisões

Art. 23 - As decisões do Junta de Recursos Fiscais serão tomadas em forma de acórdão.

Art. 24 - Os acórdãos, que devem conter a indicação dos pressupostos de fato e de direito que os determinarem, serão disponibilizados no sítio eletrônico oficial do Município de Toledo.

§ 1º O acórdão será lavrado pelo Relator, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do julgamento.

§ 2º Se o Relator for vencido, o Presidente designará para redigir o acórdão, no mesmo prazo, um dos membros cujo voto tenha sido vencedor.

§ 3º O Presidente do Junta de Recursos Fiscais somente terá direito de voto no julgamento dos processos administrativos fiscais contenciosos para fins de desempate.

Art. 25 - São definitivas as decisões do Junta de Recursos Fiscais que não caibam mais pedido de esclarecimento.

Seção IV

Do Corpo Deliberativo

Art. 26 - O Corpo Deliberativo da Junta de Recursos Fiscais funcionará de forma plena.

§ 1º O Corpo Deliberativo decidirá por maioria simples de votos de seus membros, competindo ao Presidente apenas o voto de desempate.

§ 2º A ausência de qualquer um dos membros do Corpo Deliberativo a 03 (três) sessões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas durante 01 (um) ano, importará, salvo motivo plenamente justificado, em renúncia tácita do mandato, devendo o

Presidente comunicar ao Secretário Municipal de Finanças para ser providenciado o preenchimento da vaga.

Art. 27 - Os membros do Junta de Recursos Fiscais são impedidos de discutir e votar nos processos:

I - de seu interesse pessoal ou de seus parentes até o terceiro grau inclusive;

II - do interesse de empresa de que sejam ou tenham sido nos últimos 05 (cinco) anos:

a) diretores;

b) administradores;

c) sócios;

d) acionistas;

e) membros de conselhos;

f) assessores;

g) vínculo empregatício.

III - em que houverem proferido decisão ou instruído o feito administrativamente.

IV - quando se enquadrar em algumas das causas de impedimento previstas no Código de Processo Civil.

Art. 28 - Incorre em suspeição o conselheiro que tenha amizade íntima ou inimizade notória com o sujeito passivo ou com pessoa interessada no resultado do processo administrativo, ou com seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes consanguíneos e afins até o 3º (terceiro) grau, bem como nas outras causas de suspeição previstas no Código de Processo Civil.

Art. 29 - A Presidência da sessão Plenária caberá ao Presidente do Junta

de Recursos Fiscais.

§ 1º Nas ausências ou impedimentos do Presidente, a presidência caberá ao Vice-Presidente, e nas ausências ou impedimentos destes ao mais antigo dos Titulares que integrem sua composição e havendo empate na antiguidade, o mais idoso.

§ 2º Para efeitos de determinação da antiguidade, observar-se-á, cumulativamente, o tempo ininterrupto ou não, de atuação no Junta de Recursos Fiscais, na qualidade de:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - Titular;

IV - Suplente.

§ 3º Ao Titular, quando no exercício eventual da Presidência, caberão as mesmas atribuições do Presidente efetivo.

Art. 30 - Na hipótese do art. 5º, inciso XVII, declarando-se o Presidente impedido, o voto de desempate será proferido pelo Vice-Presidente.

Art. 31 - Os Suplentes convocados para participar das sessões integrarão o *quorum* destas.

Art. 32 - O Suplente será convocado, com antecedência, para participar das sessões do Pleno na ausência ou impedimento do Titular comunicados ao Presidente do Junta de Recursos Fiscais.

CAPÍTULO III

DOS RECURSOS E DO PROCESSO

Seção I

Dos Recursos

Art. 33 - São admissíveis perante o Conselho os recursos voluntários, de ofício e os pedidos de esclarecimentos.

Seção II

Dos Recursos Voluntário e de Ofício

Art. 34 - Da decisão de primeira instância cabe recurso voluntário, com efeito devolutivo e suspensivo, perante o Junta de Recursos Fiscais, interposto pelo sujeito passivo, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão.

Parágrafo único. A inclusão no Processo Administrativo Fiscal de documentos novos e razões de fato e de direito não apreciados na primeira instância somente serão admitidos caso o colegiado decida em julgamento preliminar que são indispensáveis ao deslinde do caso, garantindo-se vista à parte contrária para manifestação prévia.

Art. 35 - O recurso voluntário deve ser protocolado exclusivamente no Setor de Protocolo Geral do Município que o encaminhará imediatamente ao Apoio Instrutivo do Junta de Recursos Fiscais.

Art. 36 - A petição de recurso voluntário será juntada ao Processo Administrativo Fiscal no qual se processou a impugnação correspondente.

Art. 37 - Compete ao Responsável pelo Apoio instrutivo da Junta de Recursos Fiscais realizar a análise de admissibilidade do recurso voluntário, encaminhando, na sequencia, o processo ao Representante da Fazenda para apresentação de contrarrazões, no prazo de 15 dias.

Parágrafo único. Decorrido o prazo do parágrafo anterior, o Responsável pelo Apoio Instrutivo encaminhará o processo ao Junta de Recursos Fiscais, cabendo a este apreciar a questão da intempestividade do recurso, da ilegitimidade do recorrente e/ou do descumprimento de qualquer outro requisito de admissibilidade preliminarmente.

Art. 38 - É vedado interpor um único recurso em face de decisões distintas,

ainda que tratem de matéria e sujeitos passivos idênticos ou similares, salvo quando proferidas no mesmo Processo Administrativo Fiscal.

Art. 39 - Está sujeita ao duplo grau, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo Junta de Recursos Fiscais, a decisão de primeira instância favorável ao sujeito passivo.

§ 1º Compete ao Secretário Municipal da Fazenda interpor na própria decisão, recurso de ofício, remetendo o processo ao Junta de Recursos Fiscais.

§ 2º Não se aplica o disposto neste artigo sempre que o valor econômico, objeto do contencioso administrativo fiscal, seja igual ou inferior a 30 (trinta) URT.

Art. 40 - Não sendo interposto o recurso de ofício, compete ao emissor do ato impugnado ou qualquer outro indivíduo que tomar conhecimento, remeter o processo para julgamento do Junta de Recursos Fiscais.

Art. 41 - O recurso de ofício devolve à instância superior o exame de toda a matéria em discussão, garantido ao recorrido a apresentação de contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias, a juntada de novos documentos e a sustentação oral, na forma prevista para o Recurso Voluntário.

Seção III

Do Pedido de Esclarecimento

Art. 42 - Em caso de incorreção, contradição, omissão ou falta de clareza, é facultado às partes pedir esclarecimento sobre o alcance dos acórdãos proferidos pelo Junta de Recursos Fiscais, indicando com precisão a parte a esclarecer, no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 43 - O Pedido de Esclarecimento deverá ser juntado ao Processo originário, que será examinado pelo Relator para verificação dos pontos a esclarecer antes do envio ao colegiado para julgamento.

Parágrafo único. Deverão ser lavrados voto e acórdão fundamentado para solução do Pedido de Esclarecimento, ainda que este não seja conhecido.

Art. 44 - O Apoio Instrutivo do Junta de Recursos Fiscais anexará o pedido de esclarecimento ao processo originário e o incluirá na pauta da primeira sessão, comunicando ao Relator ou ao designado, com preferência de julgamento.

Art. 45 - O acórdão em cujo julgamento se verifique impropriedades será retificado e republicado no Órgão Oficial do Município.

Seção IV

Dos Prazos

Art. 46 - Os prazos para interposição dos recursos são:

I - para os recursos voluntários, trinta dias;

II - para os recursos de ofício apresentados pelo emissor do ato impugnado ou qualquer outro indivíduo, trinta dias;

III - para os pedidos de esclarecimentos, dez dias.

Art. 47 - Os prazos fixados neste Regimento contam-se em dias úteis.

Seção V

Do Processo

Art. 48 - O sujeito passivo poderá pleitear seus direitos perante a Junta de Recursos Fiscais por si ou por seu representante legal ou procurador devidamente constituído.

Parágrafo único. Os recursos interpostos pelo sujeito passivo deverão indicar o endereço completo dos interessados para efeito das notificações ou comunicações a serem expedidas.

Art. 49 - Cada recurso só poderá se referir a uma decisão.

Art. 50 - Ao sujeito passivo é assegurado o direito de:

I - ter vista dos processos na repartição fazendária em que tramitar o feito, assim como o fornecimento de cópias requeridas formalmente;

II - apresentar documentos novos e razões de fato e de direito não apreciados na primeira instância nos casos em que o colegiado decida em julgamento preliminar que são indispensáveis ao deslinde do caso, garantindo-se, nesse caso, vista à Fazenda Pública para manifestação prévia.

III - apresentar contrarrazões ao recurso de ofício, no prazo de 10 (dez) dias, bem como juntar novos documentos nos casos em que o colegiado decida em julgamento preliminar que são indispensáveis ao deslinde do caso, garantindo-se, nesse caso, vista à Fazenda Pública para manifestação prévia.

IV - fazer sustentação oral no julgamento dos recursos voluntário e de ofício, pelo tempo de dez minutos, prorrogáveis, excepcionalmente, por decisão da Presidência.

Parágrafo único. Nos casos disciplinados pelos incisos II e III, de juntada de novos documentos ou novas razões de fato e de direito, o Secretário Municipal de Finanças indicará um representante da Fazenda Pública para sobre eles se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias.

Art. 51 - Os recursos apresentados tempestivamente e pela parte legítima suspenderão a exigibilidade do crédito tributário, bem como suprirão eventual omissão ou defeito de intimação.

Art. 52 - O sujeito passivo poderá, em qualquer fase processual, desistir do recurso em andamento, mediante manifestação escrita sujeita à homologação pelo Presidente.

§ 1º Independem de homologação os casos de desistência implícita ou expressa nos processos em que, após a apresentação do recurso, for extinto o crédito tributário.

§ 2º Formalizada a desistência, o Apoio Instrutivo lavrará o termo de encerramento do processo.

CAPÍTULO IV

DA APROVAÇÃO DE SÚMULAS

Art. 53 - A Junta de Recursos Fiscais, de ofício ou por provocação, mediante decisão de maioria dos seus membros, após reiteradas decisões sobre determinada matéria, poderá aprovar súmula de observância obrigatória pela Administração Pública Municipal.

§ 1º A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas jurídicas tributárias, acerca das quais haja controvérsia atual, entre órgãos julgadores e opinativos do contencioso administrativo fiscal ou entre estes e as demais unidades da administração tributária, que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

§ 2º A súmula terá efeito vinculante a partir de sua publicação no Órgão Oficial do Município.

§ 3º As decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, na sistemática de repercussão geral e recurso repetitivo, deverão ser respeitadas pelos conselheiros no julgamento dos recursos no âmbito do Junta de Recursos Fiscais.

Art. 54 - A inclusão de enunciados em súmula, bem como sua alteração e cancelamento, serão deliberados com o voto favorável de no mínimo dois terços da composição plena, incluindo-se também os Suplentes e o Vice-Presidente.

§ 5º Para redigir a súmula e os fundamentos será designado um dos membros do Corpo Deliberativo, recaindo a escolha naquele que liderou a posição majoritária.

§ 6º Os verbetes, seus cancelamentos e alterações, serão numerados e guardarão a respectiva numeração com as notas que os fundamentaram, sendo publicados no Órgão Oficial do Município.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 55 - As intimações dos julgamentos conterão a ementa, o inteiro teor do voto vencedor, bem como o prazo para seu cumprimento ou para apresentação do

pedido de esclarecimentos.

Art. 56 - As intimações do sujeito passivo quanto aos julgamentos do Conselho de Contribuinte serão realizadas via Órgão Oficial do Município e através de via postal ou pessoal.

Parágrafo único. Considerar-se-á feita a intimação do sujeito passivo na data do recebimento da decisão de julgamento pela via postal ou pessoal.

Art. 57 - Os pedidos de diligências dirigidos ao sujeito passivo conterão a sua finalidade e a informação da possibilidade de continuidade do processo independentemente de seu atendimento, fixando prazo para seu cumprimento, de no máximo sessenta dias, conforme a sua complexidade.

Art. 58 - Independentemente da intimação do sujeito passivo por via postal, ou eletrônica, das decisões proferidas pelos órgãos julgadores, o responsável pelo Apoio Instrutivo publicará o ementário dos acórdãos formalizados, no qual deverão constar os números do processo administrativo fiscal e do acórdão, os nomes das partes e de seus procuradores, quando representadas, a data da sessão, o relator do acórdão e o seu teor no Órgão Oficial do Município.

Art. 59 - Aos integrantes da Junta de Recursos Fiscais compete observar rigorosa igualdade de tratamento às partes.

Art. 60 - Os pedidos de exoneração dos Titulares e dos Suplentes serão dirigidos ao Prefeito e encaminhados ao Secretário de Finanças.

Art. 61 - Os pedidos de licença do Presidente e do Vice-Presidente de Junta de Recursos Fiscais serão dirigidos ao Secretário de Finanças.

Art. 62 - Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos e exercer outras atribuições por ele delegadas.

Art. 63 - Após o trânsito em julgado, os processos serão remetidos à competente repartição.

Art. 64 - As sessões da Junta de Recursos Fiscais serão realizadas na primeira quinta-feira de cada mês, ou no dia útil imediatamente anterior, em caso de

feriado, recesso e dias de ponto facultativo.

Art. 65 - Não se realizarão sessões:

I - nos feriados e nos dias de ponto facultativo;

II - nos dias de carnaval e na quarta-feira de cinzas;

III - de 21 de dezembro a 10 de janeiro.

Art. 66 - Os casos omissos neste Regimento Interno serão submetidos ao Plenário da Junta de Recursos Fiscais.

Art. 67 - O presente Regimento Interno foi aprovado pelo plenário e entrará em vigor na data de sua publicação.

Minuta de Projeto de Lei - Alteração do Programa de Desenvolvimento da Agropecuária de Toledo para subsídio financeiro no semen e vacinas para brucelose e tuberculose

PROJETO DE LEI _____

Altera a legislação que instituiu o Programa de Desenvolvimento da Agropecuária do Município de Toledo.

O POVO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Esta Lei altera a legislação que instituiu o Programa de Desenvolvimento da Agropecuária do Município de Toledo.

Art. 2º – A Lei "R" nº 53, de 21 de maio de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 2º - ...

...

VI – melhorar o manejo, o potencial genético e a sanidade animal dos rebanhos leiteiros do Município de Toledo.

Art. 3º – ...

...

I - subsidiar, em forma de reembolso, a aquisição de doses de sêmen bovino em até 0,20 URT (Unidade de Referência de Toledo) por dose, até o limite de 1,5 doses por animal, para o plantel de fêmeas acima de 24 meses, cadastradas junto a ADAPAR, ou sucedânea;

II - subsidiar, em forma de reembolso, a aquisição de doses de sêmen caprinos e ovinos em até 0,20 URT (Unidade de Referência de Toledo) por dose, até o limite de 1,5 doses por animal, para o plantel de fêmeas acima de 18 meses, cadastradas junto a ADAPAR, ou sucedânea;

III - fornecimento de equipamentos agrícolas a produtores integrantes do Programa de Condomínios de Inseminação Artificial e grupos organizados de produtores de Toledo.

...

IV - realizar serviços de preparo de solo com trator, com o uso de pé de pato, roçadeira, grade de arrastão e encanteiradeira, e doação de insumos (sementes, adubo, calcário e outros) a produtores de olerícolas ligados aos Programas de Alimentação existentes no Município;

...

XI - subsidiar, em forma de reembolso, a realização de exames de brucelose e tuberculose em até 0,14 URT por exame, sendo limitado à 02 (dois) exames por animal nos casos de saneamento de foco ou certificação de propriedade livre de brucelose e tuberculose, ou 01 (um) exame por animal nas demais situações, conforme cadastro junto a ADAPAR, ou sucedânea;

XII - subsidiar, em forma de reembolso, a aquisição de doses de vacinas para brucelose, de uso obrigatório, em até 0,10 URT (Unidade de Referência de Toledo) por dose, para o plantel de fêmeas de três a oito meses de idade, cadastradas junto a ADAPAR, ou sucedânea, sendo limitada 01 (uma) única dose por fêmea, em bezerras não vacinadas dos 3 a 8 meses de idade;

...

§ 2° - O atendimento das solicitações referidas no parágrafo anterior será por ordem cronológica de protocolização, de acordo com a programação da Secretaria Municipal do Agronegócio, de Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico, ou pela sua sucedânea, e em obediência ao princípio da economicidade.

...

§ 4° - Para o recebimento dos equipamentos relacionados no inciso III, os produtores devem estar devidamente organizados, com ata de reunião sobre a deliberação do pedido, lista de assinatura dos presentes e interessados.

§ 5º - Os incentivos de que trata este ARTIGO serão concedidos anualmente.

I - O gerenciamento do Programa será efetuado pela Secretaria Municipal do Agronegócio, de Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico, ou pela sua sucedânea, em articulação com órgãos ligados ao desenvolvimento da agricultura.

II - Os produtores interessados em receber os benefícios desta Lei, devem protocolar pedido junto à Secretaria Municipal do Agronegócio, de Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico, ou pela sua sucedânea, comprovando as seguintes condições:

a) estar em dia com o Cadastro de Produtores Rurais - CAD PRO;

b) estar em dia com os tributos municipais, que devem ser consultados no momento do Protocolo, no Setor de Plantão Fiscal;

c) ter destacado a Nota de Produtor Rural, seja de forma manual ou nota eletrônica, comprovando estar em regularidade com o Setor de Receita do Município;

d) apresentar o cartão da conta bancária do titular do incentivo.

§ 6° - Para acessar os benefícios dos Incisos I, II, X, XI e XII do caput deste artigo, o interessado também deverá apresentar:

a) Cadastro de Exploração Pecuária/ADAPAR, ou sucedânea (quando se tratar de ações visando incentivos na área da Pecuária), comprovando a quantidade máxima de 65 fêmeas acima de 24 meses de idade;

b) comprovante de vacinação de brucelose ou cópia do exame realizado;

c) nota fiscal da aquisição dos produtos adquiridos, quando se aplicar;

d) participar de, pelo menos, 02 (duas) capacitações ou eventos técnicos realizadas pela Prefeitura Municipal de Toledo ou parceiros;

e) manter relatório do rebanho atualizado em sistema de gestão informatizado recomendado pela Secretaria Municipal do Agronegócio, de Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico, para fins de acompanhamento de eficiência do programa de incentivo de que trata esta Lei. Os dados compartilhados serão tratados conforme preconiza a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei n° 13.709/2018.

§ 7º – Apenas para o Inciso X do caput deste artigo, o interessado deverá apresentar:

I – croqui e projeto do piso a ser construído;

II – croqui da propriedade e do local da construção do piso, mediante a utilização da ferramenta Google Maps.

Art. 4º – As despesas decorrentes da aplicação do disposto nesta Lei correrão por conta de dotação orçamentária específica da Secretaria Municipal do Agronegócio, de Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico, ou sucedânea.

Minuta de Projeto de Lei - Autoriza a concessão de direito de uso, a título oneroso, mediante licitação, para exploração do Parque Temático das Águas

PROJETO DE LEI _____

Autoriza a concessão de direito de uso, a título oneroso, mediante licitação, para exploração do Parque Temático das Águas.

O POVO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Toledo a outorgar, por meio de concessão de direito de uso, a título oneroso, mediante licitação, a exploração do bem público Parque Temático das Água, chácara nº 111.A.2/230, com área de 12.139,55 m² (doze mil cento e trinta e nove metros quadrados e cinquenta e cinco centímetros), sito na Rua Lothário Aloísio Anschau, Jardim Concórdia, nesta Cidade e Comarca, matrícula nº 54.541 do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Toledo, Paraná, visando a exploração de parque aquático, parque de diversões, eventos e alimentação.

Art. 2º - A concessão de que trata esta lei poderá ser outorgada pelo prazo definido no edital de licitação, de acordo com os critérios de conveniência e oportunidade administrativas, contado da lavratura do instrumento de concessão, podendo ser prorrogada por igual prazo, a critério da Administração, desde que devidamente justificada e que cumpridos os compromissos assumidos.

Art. 3º - A concessão de direito de uso em apreço será precedida de licitação, com obediência ao previsto na Lei de Licitações vigente em território nacional, observadas, ainda, as disposições da Lei Complementar nº 01/1990 e demais normas pertinentes à matéria.

Art. 4º - A concessão de que trata esta lei poderá ser outorgada pelo prazo definido no edital de licitação, de acordo com os critérios de conveniência e oportunidade administrativas, contado da lavratura do instrumento de concessão, nele inclusas eventuais prorrogações devidamente justificadas pelo Poder Público Municipal, desde que cumpridos os compromissos assumidos.

Art. 5º - Do edital de licitação, além de exigências previstas na legislação e de outras que forem julgadas pertinentes pela Administração Municipal, deverão constar, entre as condições gerais do contrato, as seguintes obrigações da concessionária:

I - não utilizar a área para fins diversos do estabelecido no artigo 1º desta lei;

II - não haver cobrança de entrada no parque para os moradores de Toledo;

III - não ceder, no todo ou em parte, a área objeto da concessão a terceiros, a que título for;

IV - adequar a área objeto da concessão para instalação e funcionamento das atividades previstas no artigo 1º desta lei, em consonância com as determinações constantes do edital de licitação;

V - apresentar, para aprovação dos órgãos técnicos da Prefeitura, os projetos e memoriais das adequações da área objeto da concessão, as quais deverão atender às exigências legais pertinentes, bem como realizá-las e concluí-las no prazo previsto no edital;

VI - zelar pela limpeza e pela conservação da área, devendo providenciar, às suas expensas, as obras e serviços que se fizerem necessários para sua manutenção;

VII - arcar com todas as despesas decorrentes da concessão de uso prevista nesta lei, inclusive as relativas à lavratura e ao registro do competente instrumento, bem como com eventuais taxas e tarifas;

VIII - suportar todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação de cada empreendimento, bem como daquelas relacionadas à preservação do patrimônio;

IX - responder por todos os prejuízos causados ao Poder Público, aos usuários e a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade.

Art. 6º - O Poder Executivo terá o direito de, a qualquer tempo, fiscalizar o cumprimento das obrigações estabelecidas nesta lei e no instrumento de concessão.

Art. 7º - O Município de Toledo não será responsável, inclusive perante terceiros, por quaisquer prejuízos decorrentes da execução das obras, serviços e trabalhos a cargo das concessionárias.

Art. 8º - A extinção ou dissolução das empresas concessionárias, a alteração do destino das áreas, o inadimplemento de qualquer prazo fixado, a inobservância das condições e obrigações estatuídas nesta lei ou nas cláusulas que constarem do instrumento de concessão, ou ainda, por razões de interesse público, implicará sua automática rescisão, revertendo às áreas ao Município e incorporando-se ao seu patrimônio todas as edificações e benfeitorias executadas, ainda que necessárias, sem direito de retenção e independentemente de qualquer pagamento ou indenização, a qualquer título, o mesmo ocorrendo findo o prazo da concessão.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Minuta de Projeto de Lei - Instituição do Programa "Crédito Garantido"

PROJETO DE LEI _____

Dispõe sobre a Instituição do Programa "Crédito Garantido" e dá outras providências.

O POVO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica instituído o Programa “Crédito Garantido”, com a finalidade de subsidiar juros sobre operações de crédito, modalidade reembolso, para incentivo ao investimento produtivo, a geração e manutenção de emprego, renda e o desenvolvimento econômico e social no Município de Toledo.

Art. 2° - O benefício de que trata esta Lei será destinado aos Microempreendedores Individuais – MEIs, Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, estabelecidas no Município, conforme critérios de faturamento dispostos nesta lei.

Parágrafo único: Para efeitos de determinação do limite de faturamento para enquadramento dos valores de crédito desta lei, serão considerados o limite de faturamento, conforme faixas constantes nos Anexos I ao V da Lei Complementar n° 123/2006 e suas alterações até a 4ª faixa.

Art. 3° - Fica estabelecido o percentual máximo de juros ordinários a serem subsidiados pelo Município limitado a 1,5% (um vírgula cinco por cento) ao mês, para as empresas vencedoras em processos de licitações, com contrato vigente junto ao município de Toledo e para as empresas que comprovarem utilização do recurso para a aquisição de produtos e serviços de outras empresas estabelecidas no município de Toledo.

§ 1° Os juros superiores ao percentual descrito no caput do artigo são de responsabilidade da empresa tomadora do crédito.

§ 2° Se a linha de crédito estiver atrelada a algum indexador, este é de responsabilidade da empresa tomadora do crédito.

§ 3° O cálculo dos juros subsidiados pelo Município será pelo método da tabela Price com taxa de juros fixas, limitados ao percentual previsto no Caput deste artigo.

§ 4° Qualquer encargo oriundo de inadimplemento da empresa tomadora do crédito com a Instituição Financeira será de responsabilidade exclusiva da mesma.

§ 5° Os juros de que trata esta lei serão apenas os ordinários, decorrentes do contrato da empresa beneficiada com o agente financeiro contratado, sendo eventuais custos

operacionais, encargos financeiros e Tarifa de Abertura de Crédito – TAC, de responsabilidade da empresa tomadora do crédito e não integram os percentuais previstos no caput deste artigo.

Art. 4° - Fica estabelecido o percentual máximo de juros ordinários a serem subsidiados pelo município, limitado a 1% (um por cento) ao mês, para as demais empresas que não se enquadram nos requisitos estabelecidos no Art. 3° desta lei.

§ 1° Os juros superiores ao percentual descrito no caput do artigo são de responsabilidade da empresa tomadora do crédito.

§ 2° Se a linha de crédito estiver atrelada a algum indexador, este é de responsabilidade da empresa tomadora do crédito.

§ 3° O cálculo dos juros subsidiados pelo Município será pelo método da tabela Price com taxa de juros fixas, limitados ao percentual previsto no *caput* deste artigo.

§ 4° Qualquer encargo oriundo de inadimplemento da empresa tomadora do crédito com a Instituição Financeira será de responsabilidade exclusiva da mesma.

§ 5° Os juros de que trata esta lei serão apenas os ordinários, decorrentes do contrato da empresa beneficiada com o agente financeiro contratado, sendo eventuais custos operacionais, encargos financeiros e Tarifa de Abertura de Crédito – TAC, de responsabilidade da empresa tomadora do crédito e não integram os percentuais previstos no caput deste artigo.

Art. 5° - O Município subsidiará os juros ordinários, apurados no contrato até o percentual e limite estipulado nesta lei, mediante reembolso integral, obtidas na equação que levará em conta o prazo, valor do crédito e taxa de juros.

§ 1° Para as empresas que trata o Art. 3° desta lei será realizado o reembolso de que trata o caput deste artigo, limitado a 1% e quando comprovada a aquisição em empresas estabelecidas no município de Toledo, será reembolsado o saldo remanescente de mais 0,5% (meio por cento) de juros, perfazendo o total de 1,5% (um vírgula cinco por cento) de subsídio.

Art. 6° - O prazo máximo de prestações dos contratos firmados poderá ser de até 36 (trinta e seis) meses, com carência máxima de 3 (três) meses da data de emissão do instrumento contratual.

Art. 7° - As modalidades de crédito disponíveis para o programa, serão as seguintes:

I – Investimento fixo para a totalidade da operação;

II – Investimento fixo com capital de giro atrelado, na razão de no mínimo 70% (setenta por cento) para investimento fixo e no máximo 30% (trinta por cento) para capital de giro, calculado sobre o limite de crédito tomado.

§ 1° Para fins desta lei, considera-se investimento: obras civis e instalações complementares, aquisição de máquinas, equipamentos, ferramentas, utensílios e veículos, execuções/alterações de fachadas, softwares de gestão empresarial, mobiliário, sistema de geração de energia a partir de fontes renováveis e sistemas de iluminação.

§ 2° As demais saídas de dinheiro realizadas pela empresa que não se encaixem no parágrafo anterior, para fins desta lei, serão considerados como capital de giro.

Art. 8° - Os valores de captação disponíveis são os seguintes:

I – para Microempreendedor Individual – MEI até o valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais);

II - para empresas não enquadradas como MEI e com faturamento de até R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) nos 12 (doze) meses anteriores a solicitação da Declaração de Aptidão ao Programa, até o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais);

III - para empresas com faturamento de R$ 180.000,01 (cento e oitenta mil reais e um centavo) até R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) nos 12 (doze) meses anteriores a solicitação da Declaração de Aptidão ao Programa, até o valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

IV - para empresas com faturamento de R$ 360.000,01 (trezentos e sessenta mil reais e um centavo) até R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais) nos 12 (doze) meses anteriores a solicitação da Declaração de Aptidão ao Programa, até o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

V – para empresas com faturamento de R$ 720.000,01 (setecentos e vinte mil reais e um centavo) até R$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) nos 12 (doze) meses anteriores a solicitação da Declaração de Aptidão ao Programa, até o valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

Parágrafo único: Para empresas abertas em período inferior a 12 (doze) meses, o faturamento será proporcional ao período de atividade comprovada para enquadramento nos valores previstos nos incisos deste artigo.

Art. 9° - As empresas interessadas em obter o benefício deverão formalizar o interesse, mediante requerimento protocolado junto ao Município, acompanhado de projeto de viabilidade do investimento e documentos relacionados em Edital de Chamamento Público, que conterá as regras e condições de acesso ao programa.

§ 1° Mediante atendimento aos requisitos do Edital de Chamamento Público e dessa Lei, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico por meio da Sala do Empreendedor emitirá Declaração de Aptidão ao Programa contendo o objeto do crédito, a qual

deverá ser apresentada à Instituição Financeira com sede ou correspondente no Município de Toledo, da preferência do requerente para solicitação do crédito.

§ 2° A emissão da Declaração de Aptidão ao Programa não obriga as Instituições Financeiras a conceder o crédito.

Art. 10° - As Declarações de Aptidão ao programa terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão, para utilização.

§ 1° Para fins do prazo acima descrito, considera-se a data do protocolo do contrato de crédito.

§ 2° Expirado o prazo previsto no Caput, as Declarações de Aptidão não utilizadas perderão seus efeitos e os recursos pré-reservados a estas voltarão a ser incorporados ao montante destinado para custeio do programa, observada a distribuição de valores por faixas de enquadramento.

Art. 11° - A comprovação do investimento dar-se-á com apresentação de notas fiscais ou documento de transferência emitido pelo DETRAN ou com a apresentação de matrícula atualizada do imóvel adquirido, sob pensa de não recebimento do benefício.

Art. 12° - As empresas interessadas deverão procurar uma Instituição Financeira de sua preferência com sede ou correspondente no Município de Toledo, para obtenção do crédito e após a liberação dos recursos, protocolar dentro do prazo de vigência da Declaração de Aptidão, cópia do contrato para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico por meio da Sala do Empreendedor calcular o montante de juros a serem subsidiados pelo Munícipio e pré-reservar o valor referente ao contrato, observado o disposto nesta lei.

Parágrafo Único. Após obtidas as notas ou documentos de comprovação do investimento realizado, estas deverão ser apresentadas ao município, via protocolo para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Art. 13° - Além das exigências dispostas no Edital de Chamamento Público, junto ao requerimento da Declaração de Aptidão, deverá a interessada atender aos seguintes requisitos:

I – desenvolvimento de atividade no Município de Toledo por no mínimo 06 (seis) meses anteriores a formalização do requerimento;

II – apresentar projeto de investimento para o crédito conforme modelo a ser disponibilizado no Edital de Chamamento Público;

III – regularidade fiscal junto ao Município;

IV – projeto de engenharia, acompanhado do cronograma físico-financeiro, aprovado pelo Município se for o caso.

Art. 14° - Toda análise, tramitação e aprovação dos créditos serão de responsabilidade exclusiva das Instituições de Crédito.

Art. 15° - É vedada a utilização recursos obtidos com este programa para investimentos particulares, familiares ou residenciais sejam eles em seu total ou em parte do recurso.

Art. 16° - O Município deixará de subsidiar os juros ou iniciará processo de cobrança, observado o contraditório, ampla defesa e o devido processo legal, a partir da verificação de:

I – Inatividade da empresa tomadora do crédito no Município de Toledo no período de vigência do contrato de crédito;

II – se constatado a qualquer tempo o desvio de finalidade do recurso contratado, não aplicação do valor liberado, utilização a menor, apresentação de notas fiscais e documentos que não condizem com o projeto e/ou investimento realizado;

III - Verificado que a beneficiada vendeu ou se desfez do(s) bem(ns) objeto do(s) contrato(s);

Art. 17° - Para custeio do Programa, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar o valor de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) anualmente, assim disposto:

I – até o valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para o Microemprendedor Individual – MEI e para empresas com faturamento dos últimos 12 meses da data do requerimento da Declaração de Aptidão ao Programa de até R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais);

II – até o valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para empresas com faturamento dos últimos 12 meses da data do requerimento da Declaração de Aptidão ao Programa acima de R$ 180.000,01 (cento e oitenta mil reais e um centavo) até R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais);

III – até o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) para empresas com faturamento dos últimos 12 meses da data do requerimento da Declaração de Aptidão ao Programa acima de R$ 720.000,01 (setecentos e vinte mil reais e um centavo);

Parágrafo único. Decorrido o prazo de 2 (dois) meses da execução do programa, se houver demanda de crédito acima do destinado a cada faixa, o Poder Executivo poderá realizar novo rateio de valores mediante Decreto.

Art. 18° - Empresas beneficiadas com esse programa poderão tomar novo crédito subsidiado pelo Município somente após a liquidação do contrato já liberado.

Parágrafo Único. Fica o agente financeiro contratado obrigado a coletar da empresa

tomadora do crédito, Termo de Autorização, para comunicar a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, quando a mesma incorrer em atraso de pagamento superior a 15 dias e encaminhar notificação extrajudicial, com aviso de recebimento a empresa tomadora do crédito.

Art. 19º - Em casos de liquidação antecipada do contrato de crédito será realizado o cálculo sobre a diferença dos juros subsidiados e iniciado processo para reembolso do valor excedente de juros subsidiados.

Art. 20° - As despesas resultantes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 21° - Demais regras e condições de operacionalização serão estabelecidas em Edital de Chamamento Público a ser publicado em Diário Oficial em até 90 (noventa) dias da publicação desta lei.

Art. 22° - Está lei entra em vigor na data de sua publicação.

GOVERNO MUNICIPAL

TOLEDO

SECRETARIA DO **AGRONEGÓCIO, DE INOVAÇÃO, TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

LEI "R" Nº 10, de 8 de março de 2016

Procede à desafetação e autoriza o Município de Toledo a outorgar a concessão de direito real de uso de imóvel à Cooperativa Agroindustrial Leite Oeste – CooperMilch.

O POVO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Esta Lei procede à desafetação e autoriza o Município de Toledo a outorgar a concessão de direito real de uso de imóvel à Cooperativa Agroindustrial Leite Oeste – CooperMilch.

Art. 2º – Fica desafetado de bem de uso especial para bem de uso dominical o lote rural nº 254.B.1, integrante do 4º Perímetro da Fazenda Britânia, com área de 24.200,00m² (vinte e quatro mil e duzentos metros quadrados), situado no Distrito de Dez de Maio, neste Município, Matrícula nº 36.176 do 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Toledo, com as acessões e benfeitorias sobre ele existentes, possuindo o imóvel as seguintes delimitações:

Iniciou-se a demarcação no Marco 254/255/253, correspondente ao canto Leste do lote rural nº 254, situado no alinhamento do travessão geral, seguindo-se daí na direção Sudoeste, pela divisa dos lotes rurais nºs 255 e 254, com o rumo de 222º45', numa distância de 120,0 metros, defletindo-se daí à direita e seguindo-se na direção Noroeste, com o rumo de 285º18'30", numa extensão de 171,05 metros. Desse ponto, seguiu-se na direção Nordeste, com o rumo de 42º45', numa distância de 198,85 metros, alcançando-se outra vez o travessão inicial e seguindo-se por esse, na direção Sudeste, com o rumo de 132º45', numa extensão de 151,8 metros, atingindo-se outra vez o ponto de partida descrito acima, tendo as confrontações que seguem: a Nordeste, com o lote rural nº 253; a Sudeste, com o lote rural nº 255; a Sudoeste, com o lote rural nº 254.B.2; a Noroeste, com o lote rural nº 254.A.

Art. 3º – Fica, também, o Município de Toledo autorizado a outorgar à Cooperativa Agroindustrial Leite Oeste – CooperMilch a concessão de direito real de uso do imóvel descrito no artigo anterior, incluídas todas as acessões, benfeitorias, infraestrutura e equipamentos que integram a Unidade de Recebimento de Leite sobre ele existente.

§ 1º – Caberá à concessionária especificada no **caput** deste artigo:

I – manter em funcionamento, no imóvel descrito no artigo anterior, a Unidade de Recebimento de Leite, desempenhando todas as atividades e serviços a ela inerentes;

II – iniciar as atividades de recebimento de leite no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da concessão;

III – gerar, no mínimo, cinco empregos diretos, no prazo de até 75 (setenta e cinco) dias do início da concessão;

IV – receber, no mínimo, 20.000 (vinte mil) litros de leite/dia na Unidade mencionada no inciso I deste parágrafo;

V – implantar, no imóvel descrito no artigo anterior, plataforma de industrialização no prazo máximo de 12 (doze) meses, a contar do início da concessão;

VI – efetuar a devida conservação e manutenção do imóvel, das benfeitorias e dos equipamentos da unidade, custeando as respectivas despesas;

VII – tomar medidas permanentes de preservação e defesa do meio ambiente;

VIII – manter a finalidade industrial da concessão de que trata a presente Lei.

§ 2º – Descumprida uma das determinações fixadas nos incisos do parágrafo anterior, será procedido o cancelamento da outorga da concessão de direito real de uso autorizada por esta Lei.

§ 3º – Determinarão, também, o cancelamento da outorga autorizada pela presente Lei a inatividade ou a extinção da concessionária.

§ 4º – Nos casos previstos nos parágrafos anteriores, as benfeitorias porventura implantadas pela concessionária no imóvel a que se refere o artigo anterior passarão, sem qualquer ônus para o Município, a integrar o patrimônio municipal.

Art. 4º – A concessionária de que trata esta Lei responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir, a partir da publicação desta Lei, sobre o imóvel a ela concedido.

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 8 de março de 2016.

LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

NÉLVIO JOSÉ HÜBNER
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Publicação: ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO, nº 1.456, de 14/03/2016

Serviço Público Federal

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Secretaria de Defesa Agropecuária

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 50/2022

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA E O MUNICÍPIO DE TOLEDO/PR, VISANDO A MÚTUA CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS NA ÁREA DE SANIDADE AGROPECUÁRIA.

A **UNIÃO,** por intermédio do **Ministério da Agricultura, Pecuária** e **Abastecimento (MAPA)**, através da **SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA (SDA),** situado à Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Anexo B, sala 406, representada neste ato pelo seu titular **JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL**, portador da carteira de identidade nº 1.022.500 e CPF nº 702.317.376-53, nos termos da nomeação conferida pela Portaria Ministerial nº 128, de 04 de Janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 3-A, de 04 de Janeiro de 2019 e da delegação de competência conferida pela Portaria nº 337, de 4 de novembro de 2020; e a Prefeitura do Município de Toledo, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ nº 76.205.806/0001-88, com sede administrava situada na Rua Raimundo Leonardi, 1586, CEP 85.900-110, doravante denominado **MUNICÍPIO DE TOLEDO/PR**, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT**, portador da carteira de identidade nº 3.484.856-4 SSP-PR, inscrito no CPF sob o nº 483.580.029-04.

RESOLVEM celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA,** tendo em vista o que consta nos autos do Processo nº 21034.012407/2021-03 e em observância às disposições do inciso VIII, do artigo 23 da Constituição Federal, nos artigos 28-A e 29-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, nos artigos 137, 142 e 157, do Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, nos artigos 2º e 3º do Decreto nº 10.419, de 7 de julho de 2020, sujeitando-se no que couber as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993 e suas alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** (ACT), tem por objetivo a mútua conjugação de esforços entre os partícipes, na unidade geográfica básica do município de Toledo/PR, para aplicação conjunta de ações no âmbito da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Acordo de Cooperação

Técnica, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES COMUNS

a) elaborar o Plano de Trabalho relativo aos objetivos deste Acordo;

b) executar as ações objeto deste Acordo, assim como monitorar os resultados;

c) designar representantes institucionais incumbidos de coordenar a execução deste Acordo;

d) responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio da outra parte, quando da execução deste Acordo;

e) analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao atingimento do resultado final;

f) cumprir as atribuições próprias conforme definido no instrumento;

g) realizar vistorias em conjunto, quando necessário;

h) disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações, mediante custeio próprio;

i) permitir o livre acesso a agentes da administração pública (controle interno e externo), a todos os documentos relacionados ao acordo, assim como aos elementos de sua execução;

j) fornecer ao parceiro as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas; e

k) manter sigilo das informações sensíveis (conforme classificação da Lei nº 12.527/2011- Lei de Acesso à Informação - LAI) obtidas em razão da execução do acordo, somente divulgando-as se houver expressa autorização dos partícipes;

Subcláusula única - As partes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltarem recursos humanos, materiais e instalações, conforme as exigências do Piano de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO PARTÍCIPE 1

Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades da **SDA/MAPA,** como representante da instância central e superior do SUASA:

a) expedir instruções quanto ao correto cumprimento da legislação federal, nos trabalhos a serem executados na unidade geográfica básica indicada na Cláusula Primeira;

b) supervisionar e avaliar as ações desenvolvidas por servidor designado pelo Município;

c) coordenar, orientar e fiscalizar, por intermédio de Auditor Fiscal Federal Agropecuário, a atuação de servidor designado pelo Município para a realização de tarefas especificas;

d) fazer constar a designação do servidor do Município à equipe federal de inspeção, assim como o local de exercício; e

e) solicitar ao Município a substituição de servidor que não cumprir os requisitos legais para o exercício das atividades a que se refere o presente Acordo.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO PARTÍCIPE 2

Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades do **Município** de Toledo/PR:

a) designar e colocar à disposição do MAPA servidor(es) integrante(s) de seu quadro de pessoal, admitido(s) na forma do art. 37, inciso II, da Constituição Federal e do artigo 9º, § 6º, inciso II, do Anexo ao Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, devidamente habilitado(s) e registrado(s), quando couber, no respectivo Conselho de Fiscalização Profissional, para compor a equipe federal de inspeção e fiscalização;

a.1) admite-se, na hipótese do item "a", a disponibilização de pessoal contratado por tempo determinado, desde que atendidos os requisitos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal;

b) cumprir a legislação federal pertinente consoante instruções expedidas pelo MAPA, com vistas a eficiente realização dos trabalhos de atenção à sanidade agropecuária;

c) custear as despesas trabalhista, funcionários, previdenciárias e tributárias relativas ao servidor que disponibilizar para compor a equipe federal de fiscalização e inspeção, ficando a União desobrigada de qualquer responsabilidade em relação as mesmas; e

d) os servidores colocados à disposição do MAPA não exercerão funções ou atividades privativas da fiscalização agropecuária federal, todas as tarefas a eles atribuídas e já relacionadas serão secundárias e de apoio às atividades de inspeção.

CLÁUSULA SEXTA – DO GERENCIAMENTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Cada partícipe designará formalmente envolvidos e responsáveis para gerenciar a parceria, preferencialmente servidores públicos envolvidos; zelar por seu fiel cumprimento; coordenar, organizar, articular, acompanhar monitorar e supervisionar as ações que serão tomadas para o cumprimento do ajuste.

Subcláusula primeira. Competirá aos designados a comunicação com o outro partícipe, bem como transmitir e receber solicitações; marcar reuniões, devendo todas as comunicações serem documentadas.

Subcláusula segunda. Sempre que o indicado não puder continuar a desempenhar a incumbência, este deverá ser substituído. A comunicação deverá ser feita ao outro partícipe, seguida da identificação do substituto.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E PATRIMONIAIS

Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros entre os partícipes para a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes.

Os serviços decorrentes do presente Acordo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações pelos mesmos.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos PARTÍCIPES, em decorrência das atividades inerentes ao presente Acordo, não sofrerão alteração na sua vinculação nem acarretarão quaisquer ônus ao outro partícipe. Os servidores poderão ser designados apenas para o desempenho de ação específica prevista no acordo e por prazo determinado.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO E VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação será de 24 meses a partir da publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado, mediante a celebração de aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Acordo poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante termo aditivo, desde que mantido o seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ENCERRAMENTO

O presente acordo de cooperação técnica será extinto:

a) por advento do termo final, sem que os partícipes tenham até então firmado aditivo para renová-lo;

b) por denúncia de qualquer dos partícipes, se não tiver mais interesse na manutenção da parceria, notificando o parceiro com antecedência mínima de 60 dias;

c) por consenso dos partícipes antes do advento do termo final de vigência, devendo ser devidamente formalizado; e

d) por rescisão.

Subcláusula primeira. Havendo a extinção do ajuste, cada um dos partícipes fica responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas até a data do encerramento.

Subcláusula segunda. Se na data da extinção não houver sido alcançado o resultado, as partes entabularão acordo para cumprimento, se possível, de meta ou etapa que possa ter continuidade posteriormente, ainda que de forma unilateral por um dos participes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RECISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido justificadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos partícipes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 60 dias, nas seguintes situações:

a) quando houver o descumprimento de obrigação por um dos partícipes que inviabilize o alcance do resultado do Acordo de Cooperação; e

b) na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Prefeitura de Toledo/PR deverão publicar extrato do Acordo de Cooperação Técnica na imprensa oficial, conforme disciplinado no parágrafo único, do art. 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA AFERIÇÃO DE RESULTADOS

Os partícipes deverão aferir os benefícios e alcance do interesse público obtidos em decorrência do ajuste, mediante a elaboração de relatório conjunto de execução de atividades relativas à parceria,

discriminando as ações empreendidas e os objetivos alcançados, no prazo de até 60 dias após o encerramento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo em os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do acordo de cooperação técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

As controvérsias decorrentes da execução do presente Acordo de Cooperação Técnica, que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes, deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do órgão ou entidade pública federal, sob a coordenação e supervisão da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal CCAF, órgão da Advocacia-Geral da União, para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da parceria.

Subcláusula única. Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo de Cooperação o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos termos do inciso I do artigo 109 da Constituição Federal.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos representantes dos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Prefeito Municipal de Toledo - Estado do Paraná

Assinaturas eletrônicas

ANEXO

PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS

PARTÍCIPE 1: SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

CNPJ: 00.396.895/0042-01

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Anexo B, sala 406

Cidade: Brasília

Estado: Distrito Federal

CEP: 70.043-900

Esfera Administrativa: Federal

Nome do responsável: José Guilherme Tollstadius Leal

CPF: 702.317.376-53

RG: 1.022.500

Órgão expedidor: SSP/DF

Cargo/função: Secretário de Defesa Agropecuária

PARTÍCIPE 2: PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO/PR

CNPJ: 76.205.806/0001-88

Endereço: Rua Raimundo Leonardi, 1586, Centro

Cidade: Toledo

Estado: PR

CEP: 85.900-110

Esfera Administrava: Municipal

Nome do responsável: Luis Adalberto Beto Lunitti Pagnussatt

CPF: 483.580.029-04

RG: 3.484.856-4

Órgão expedidor: SSP/PR

Cargo/função: Prefeito Municipal de Toledo/PR

2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Título: Apoio às Ações de Defesa Agropecuária – Inspeção de Produtos de Origem Animal
Processo nº: 21034.012407/2021-03 Período de execução: 24 meses (prorrogável mediante a celebração de aditivo)

O objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica (ACT) é a execução de mútua conjugação de esforços entre os partícipes, na unidade geográfica básica do município de Toledo/PR, para aplicação conjunta de ações no âmbito da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, conforme especificações estabelecidas neste plano de trabalho.

3. DIAGNÓSTICO

Necessidade de apoio às atividades de inspeção de produtos de origem animal em estabelecimento sob inspeção federal.

4. ABRANGÊNCIA

Município de Toledo/PR. Estabelecimentos registrados nos Serviços de Inspeção Federal do município.

5. JUSTIFICATIVA

Justifica-se o Acordo de Cooperação Técnica tendo em vista haver interesses recíprocos, tanto da SDA/MAPA, como do município Toledo/PR. E ainda, com a implementação da cooperação entre a SDA e o município, espera-se contribuir para melhorar a eficácia e a eficiência das atividades fins que serão desenvolvidas, em função da racionalização das demandas de inspeção. Espera-se que esta parceria traga dinamismo e agilidade das atividades de inspeção, de modo que os órgãos envolvidos atuem para que a sociedade obtenha produtos com a qualidade desejada. Assim, o resultado principal é a prévia

inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal para que sejam obtidos produtos de origem animal com excelência de qualidade, livres de zoonoses, contaminantes e outros agentes nocivos.

6. OBJETIVOS GERAL e ESPECÍFICOS

Desenvolvimento de atividades e ações de defesa agropecuária, no âmbito do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA, em parceria com outras instâncias, nos termos dos artigos. 142 e 157 do Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006 e conforme disposto no artigo 1º, inciso V, alínea "d" da Portaria nº 562, de 11 de abril de 2018, com a finalidade de promover ações visando a inspeção sanitária e industrial de produtos de origem animal, conforme as atividades especificadas neste Plano de Trabalho. O Acordo será executado com a designação de servidores municipais para integrarem as equipes de inspeção permanente no Serviço de Inspeção Federal e realizarem trabalhos de apoio às atividades na área de prévia inspeção sanitária de produtos de origem animal, sem assumir as atividades privativas dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários com formação em medicina veterinária, mas sob supervisão periódica desses.

7. METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

Secretaria de Defesa Agropecuária/MAPA

Supervisão, avaliação, coordenação e fiscalização das ações desenvolvidas por servidor designado pelo Município para a realização de tarefas específicas, através do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

Município de Toledo/PR

Designação de servidores públicos para compor equipe de apoio às atividades de inspeção ante e post mortem, de acordo com a necessidade do serviço, a critério da fiscalização responsável.

8. UNIDADE RESPONSÁVEL e GESTOR DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal sob o qual o município está subordinado. Coordenação do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal sob o qual o município está subordinado.

9. RESULTADOS ESPERADOS

Inspeção federal em estabelecimento em caráter permanente, com presença do serviço oficial de inspeção para a realização dos procedimentos de inspeção e fiscalização ante mortem e post mortem durante as operações de abate das diferentes espécies de açougue.

10. PLANO DE AÇÃO

Eixos	Ação	Responsável	Prazo
Atividades de apoio à inspeção	Verificar a documentação de trânsito e sanitária dos animais para o abate, executar a avaliação documental, exame visual, verificando o comportamento e o aspecto do animal	Médico Veterinário designado	24 meses a partir da publicação

ante e post mortem	e os sintomas de doenças de interesse em saúde animal e saúde pública, realizar os registros relativos, e outros procedimentos que couberem à inspeção ante mortem. Avaliação das partes das carcaças e das vísceras, utilizando a palpação, a visualização, a olfação e a incisão durante o exame, e outros procedimentos que couberem à inspeção post mortem.	pelo município	
Gestão	Definição de local em que os servidores exercerão as atividades. Manutenção de lista atualizada e cadastro dos servidores designados pelo município. Supervisão, avaliação e coordenação dos trabalhos executados.	Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal	24 meses a partir da publicação

Documento assinado eletronicamente por **JOSE GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL**, **Secretário(a) de Defesa Agropecuária**, em 11/11/2022, às 13:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º,§ 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT**, **Usuário Externo**, em 16/11/2022, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º,§ 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **24852663** e o código CRC **EB71C893**.

FRIGONORTESUL INDÚSTRIA DE DERIVADOS DE CARNES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, CNPJ/CPF 07.482.777/0001-89, Termo de Julgamento em 1ª instância Nº PR-20031-26207-3/2019 , de 25/10/2019, processo nº 21000.007275/2019-62.

Publicado este edital o interessado terá o prazo de 05 (cinco) dias para tomar ciência do Termo de Julgamento. Vencido o prazo deste Edital de Intimação, as ciências ficam configuradas e o processo terá continuidade, independentemente do comparecimento dos intimados.

ANDRE BARRETO NUNES
Coordenador Substituto do 3º SIPOA

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº 21034.012407/2021-03.
Espécie: Primeiro Termo Aditivo do Acordo de Cooperação Técnica nº 50/2022, que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, através da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA - CNPJ nº 00.396.895/0042-01 e a Prefeitura do Município de Toledo/PR - CNPJ nº 76.205.806/0001-88. Objeto: Conforme previsão da cláusula nona - do prazo e vigência - do ACT celebrado entre o MAPA, através da Secretaria de Defesa Agropecuária e o Município de Toledo/PR fica a vigência prorrogada por 60 (sessenta) meses, iniciando-se a partir da data final inicialmente estabelecida pelo Acordo, 17/10/2024 do ACT 50/2022 com término 17/10/2029 , que tem como objetivo a mútua conjugação de esforços entre os partícipes, na unidade geográfica básica da respectiva área dos município de Toledo/PR, para execução conjunta de ações na Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal. Data da Assinatura: 30/08/2024. Signatários: Allan Rogerio de Alvarenga, CPF/MF nº ....549...-90 - Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária - Substituto e o Prefeito Luis Adalberto Beto Lunitti Pagnussatt do município de Toledo/PR - CPF/MF nº ...580...-04.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

AVISO DE CANCELAMENTO

Considerando a paralisação de atividades da empresa TS2 TRANSPORTES E SERVICOS LTDA desde 15/02/2023 e não respondendo às tentativas de contato realizadas pelo 10º SIPOA por e-mail, notificamos a intenção de cancelamento do registro do SIF 5183 nos termos do artigo 31 parágrafo 2º inciso I da Portaria 393/2021/MAPA. Caso haja interesse da empresa em manter o registro, a manifestação deve ser encaminhada para o e-mail 10sipoa.dinsp@agro.gov.br no prazo de 10 dias a partir da data de publicação em Diário Oficial da União, bem como a informação sobre o retorno às atividades no máximo em três meses.

JULIANA SATIE BECKER DE CARVALHO CHINO
Diretora do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA

DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS

COORDENAÇÃO-GERAL DE APOIO LABORATORIAL

LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA EM MINAS GERAIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 48/2024 - UASG 130058

Número do Contrato: 36/2020.
Nº Processo: 21181.000982/2020-81.
Inexigibilidade. Nº 24/2020. Contratante: LABORATORIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUARIA/MG. Contratado: 67.774.679/0001-47 - NOVA ANALITICA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência de que trata a Cláusula Segunda do Contrato Original.. Vigência: 23/10/2024 a 23/10/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 216.951,45. Data de Assinatura: 18/09/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 18/09/2024).

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90141/2024

O LFDA/MG torna público que a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico TRAD nº 90141/2024, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para serviço de manutenção preventiva, manutenção corretiva, com qualificação operacional e fornecimento de peças, em cinco equipamentos sistemas de cromatografia gasosa e espectrometria de massas da marca Agilent, resultou fracassada.

ROGÉRIO RIBEIRO COSTA
Pregoeiro

LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA EM SÃO PAULO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2024 - UASG 130102

Número do Contrato: 22/2022.
Nº Processo: 21053.000212/2022-65.
Inexigibilidade. Nº 25/2022. Contratante: LABORATORIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUARIA/SP. Contratado: 96.591.128/0004-99 - VEOLIA WATER TECHNOLOGIES BRASIL LTDA. Objeto: Prorrogação do prazo da vigência do contrato nº 22/2022 por 12 (doze) meses, a partir de 20/09/2024 até 19/09/2025, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da lei nº 14.133, de 2021.. Vigência: 20/09/2024 a 19/09/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 21.257,32. Data de Assinatura: 17/09/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 17/09/2024).

SECRETARIA DE INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, IRRIGAÇÃO E COOPERATIVISMO

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2024 - UASG 130011

Número do Contrato: 39/2023.
Nº Processo: 21160.001235/2023-51.
Dispensa. Nº 19/2023. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA. Contratado: 34.733.233/0001-15 - SANTA ROSA DE LIMA ALIM E BEBIDAS LTDA. Objeto: SUB-ROGA-SE à SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SFA/RJ, inscrita no CNPJ/MF nº 00.396.895/0027-64, com sede na Av. Rodrigues Alves, 129, 8° andar, Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20081-250, nos direitos e nas obrigações outrora pertencentes ao Instituto Nacional de Meteorologia, no bojo do Contrato nº 39/2023.
A Unidade Gestora (UASG) do referido contrato passará da UASG nº 130011 para a UASG nº 130063. Vigência: 18/09/2024 a 04/12/2024. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 13.824,00. Data de Assinatura: 18/09/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 18/09/2024).

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2024 UASG 135058

Espécie: Processo: 21148.009681/2024-52.

Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), (fixo-fixo e fixo-móvel) nas modalidades LOCAL (LL), Longa Distância Nacional (LDN), Longa Distância Nacional Móvel (VC-2 e VC-3) e Longa Distância Internacional (LDI) , a serem executados de forma contínua, nos termos abaixo especificados e demais condições e requisitos previstos neste Termo de Referência. Total de Itens Licitados: 01. Disponibilidade do Edital e entrega das propostas: A partir de 12/09/2024 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Início da Sessão Pública e Abertura das propostas: 27/09/2024 às 09h00 no site https://www.gov.br/compras Endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras. ID-PNCP. 00348003000110-1-000680/2024.Informaçõesgerais:Email:compras@embrapa.br;

A COMISSÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 78-2024 - UASG 135004

Espécie Processo nº 21148.004694/2024-35; Objeto: 21148.004694/2024-35; Total de Itens Licitados: 01; Fundamento Legal: Art. 29º Inciso II da Lei 13.303 de 30/06/2016. Declaração da Dispensa em 13/09/2024. Erica Moreira Torres, Gerente-Adjunta de Contratações. Ratificação em 13/09/2024.Tenisson Waldow de Souza, Superintendente. Valor Global: R$ 9.650,00. CNPJ da Contratada: 21148.004694/2024-35, INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL.

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato do contrato de prestação de serviços de serviços de treinamento. Partes: EMBRAPA (Contratante), CNPJ/MF n° 00.348.003/0001-10 e a empresa AMANA LIDERANÇA E DESENVOLVIMENTO (Contratada), CNPJ/MF n° 67.129.858/0001-21. Objeto: F Contratação de oficinas de capacitação sobre Alinhamento Estratégico, que serão realizadas por meio de grupos focais de gestores e empregados, previamente identificados pela SUEST, com início em 16/09/2024 e término em 16/01/2025; Modalidade: Inexigibilidade nº 11/2024 - Embrapa Sede; Data de assinatura: 16/09/2024; Valor global do contrato: R$ 72.000,00. Signatários: O Superintendente de Serviços Compartilhados, Tenisson Waldow de Souza e a Gerente Adjunta de Contratações, Erica Moreira Torres, pela EMBRAPA e o Diretor, Oscar Motomura, pela Contratada.

EMBRAPA AGROBIOLOGIA

EXTRATO DE COMPROMISSO

Espécie: Extrato de Termo de Compromisso de Confidencialidade e Outras Avenças; Partes: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa e o Bolsista Júlio Crystian Passos da Silva; Objeto: A Embrapa, atendidas as suas disponibilidades e sem prejuízo de suas atividades, compromete-se a permitir ao Bolsista a utilização gratuita de sua infraestrutura, conforme Acordo de Cooperação Técnica e Cientifica firmado entre a Embrapa e o CNPQ (SAIC 10200.16/0065-2), Termo de Compromisso de Confidencialidade e Outras Avenças (SAIC 22800.24/0082-6) com Data de assinatura: 16/09/2024; Vigência: até 31/03/2025 Signatários: Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio - Chefe Geral da Embrapa Agrobiologia e Ana Cristina Siewert Garofolo - Chefe Adjunta de P&D e Júlio Crystian Passos da Silva - bolsista CNPq.

EXTRATO DE COMPROMISSO

Espécie: Extrato de Termo de Compromisso; Partes: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa e o Bolsista Eric Jesus Nogueira; Objeto: A Embrapa, por intermédio do presente instrumento, permite ao(à) Bolsista a utilização de sua infraestrutura vinculada à Unidade identificada no preâmbulo deste Termo, conforme Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Embrapa e FAPED, projeto 1247 - FAPED/CNPAB/TED TRANFEREGOV - 954389/2023, SAIC n. 22800.24/0004-0, Termo de Compromisso (SAIC 22800.24/0081-8) com Data de assinatura: 16/09/2024; Vigência: até 31/08/2025 Signatários: Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio - Chefe Geral da Embrapa Agrobiologia, Ana Cristina Siewert Garofolo - Chefe Adjunta de P&D, Robert Eugene Schaffert - Presidente e Eric Jesus Nogueira - bolsista FAPED.

EMBRAPA AGROINDÚSTRIA DE ALIMENTOS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2024

Espécie: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2024 - UASG 135020. Número do Processo 21152.000630/2024-04. Objeto: Aquisição Eventual de No-Breaks 30 KVA com banco de baterias para a Embrapa Agroindústria de Alimentos, composto de equipamento e software de gerenciamento, contemplando treinamento, instalação e assistência técnica durante o prazo de garantia de 48 (quarenta e oito) meses e Órgãos Participantes, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital. Total de Itens Licitados: 1. Disponibilidade do Edital: 19/09/2024 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h30. Endereço: Av. das Américas, 29.501, Guaratiba - Rio de Janeiro/RJ ou https://www.gov.br/compras/edital/135020-5-90004-2024. Entrega das Propostas: a partir de 19/09/2024 às 08h00 no site https://www.gov.br/compras/edital/135020-5-90004-2024. Abertura das Propostas: 01/10/2024 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: O Edital encontra se disponível no site www.gov.br/compras. Os itens cotados deverão seguir especificações técnicas contidas no Anexo I (Termo de Referência) do Edital, sob pena de desclassificação da proposta. A especificação técnica deverá ser apresenta no ato da formulação da proposta no campo "Descrição Detalhada do Objeto Ofertado".

Min LIN CHANG COSTA
Chefe Adjunto de Administração da Embrapa

EMBRAPA AGROINDÚSTRIA TROPICAL

EXTRATO DE COMPROMISSO

Termo de Compromisso de Confidencialidade e outras avenças; Parceiros: Embrapa Agroindústria Tropical e a bolsista (s) PRISCILLA DE SOUZA ALMEIDA; Objeto: A Embrapa, atendidas as suas disponibilidades e sem prejuízo de suas atividades, compromete-se a permitir ao(à) Bolsista a utilização gratuita de sua infraestrutura vinculada à Unidade identificada no preâmbulo deste Termo, com a finalidade exclusiva de apoiá-lo na execução do seu PROJETO; Signatários: Gustavo Adolfo Saavedra Pinto - Chefe Geral da Embrapa; Aline Saraiva Teixeira - Chefe Adjunto de P&D em exercício; Bolsista(s) PRISCILLA DE SOUZA ALMEIDA.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 50/2022

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA E O MUNICÍPIO DE TOLEDO, VISANDO A MÚTUA CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS NA ÁREA DE SANIDADE AGROPECUÁRIA.

A **UNIÃO**, por intermédio do **Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA**, através da **Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA**, situada à Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Anexo B, Brasília-DF, representada pelo Secretário de Defesa Agropecuária Substituto, o Sr. **ALLAN ROGÉRIO DE ALVARENGA,** portador do CPF nº 097.549.427-90, nos termos da nomeação conferida pela Portaria nº 211 de 30 de novembro de 2023, publicada no DOU em 1º de dezembro de 2023 e da delegação de competência conferida pela Portaria MAPA nº 670, de 8 de abril de 2024; e a Prefeitura do Município de Toledo, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ nº 76.205.806/0001-88, com sede administrava situada na Rua Raimundo Leonardi, 1586, CEP 85.900-110, doravante denominado **MUNICÍPIO DE TOLEDO,** representado neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. **LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT**, portador da carteira de identidade nº 3.484.856-4 SSP-PR, inscrito no CPF sob o nº 483.580.029-04, considerando as disposições do inciso VIII do artigo 23 da Constituição Federal, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, dos artigos 28-A e 29-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, dos artigos 137, 142 e 157 do Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006 e dos artigos 2º e 3º do Decreto nº 10.419, de 7 de julho de 2020, bem como, à vista do que consta dos autos do processo nº 21034.012407/2021-03, **RESOLVEM** celebrar o presente PROTOCOLO, sujeitando-se as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO

Conforme previsão da cláusula nona – do prazo e vigência – do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério da Agricultura e Pecuária, através da Secretaria de Defesa Agropecuária e o Município de Toledo/PR fica a vigência prorrogada por 60 (sessenta) meses, iniciando-se a partir da data final inicialmente estabelecida pelo Acordo, 17 de novembro de 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Acordo de Cooperação Técnica (SEI nº 24852663) firmado em 11 de novembro de 2022 e publicado no Diário Oficial da União em 17 de novembro de 2022, Edição 216, Seção 3, Página 6.

Para validade do que pelas partes foi avençado, firma-se esse instrumento para que surta seus jurídicos e legais efeitos, em juízo e fora dele.

ALLAN ROGÉRIO DE ALVARENGA	LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT
Secretário de Defesa Agropecuária Substituto	Prefeito Municipal de Toledo
Assinaturas eletrônicas	

ANEXO

PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS

PARTÍCIPE 1: SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

CNPJ: 00.396.895/0042-01

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Anexo B

Cidade: Brasília

Estado: Distrito Federal

CEP: 70.043-900

Esfera Administrativa: Federal

Nome do responsável: Allan Rogério de Alvarenga

CPF: nº 296.294.358-61

Cargo/função: Secretário de Defesa Agropecuária Substituto

PARTÍCIPE 2: PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO/PR

CNPJ: 76.205.806/0001-88

Endereço: Rua Raimundo Leonardi, 1586, Centro

Cidade: Toledo

Estado: PR

CEP: 85.900-110

Esfera Administrava: Municipal

Nome do responsável: Luis Adalberto Beto Lunitti Pagnussatt

CPF: 483.580.029-04

Cargo/função: Prefeito Municipal

2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Título: Apoio às Ações de Defesa Agropecuária – Inspeção de Produtos de Origem Animal
Processo nº: 21034.012407/2021-03

Período de execução: 60 meses (prorrogável mediante a celebração de aditivo)

Início: 17/11/2024

Fim: 17/11/2029

O objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica (ACT) é a execução de mútua conjugação de esforços entre os partícipes, na unidade geográfica básica do município de Toledo/PR, para aplicação conjunta de ações no âmbito da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, conforme especificações estabelecidas neste plano de trabalho.

3. DIAGNÓSTICO

Necessidade de apoio às atividades de inspeção de produtos de origem animal em estabelecimento sob inspeção federal.

4. ABRANGÊNCIA

Município de Toledo/PR. Estabelecimentos registrados nos Serviços de Inspeção Federal do município.

5. JUSTIFICATIVA

Justifica-se o Acordo de Cooperação Técnica tendo em vista haver interesses recíprocos, tanto da SDA/MAPA, como do município de Toledo/PR. E ainda, com a implementação da cooperação entre a SDA e o município, espera-se contribuir para melhorar a eficácia e a eficiência das atividades fins que serão desenvolvidas, em função da racionalização das demandas de inspeção. Espera-se que esta parceria traga dinamismo e agilidade das atividades de inspeção, de modo que os órgãos envolvidos atuem para que a sociedade obtenha produtos com a qualidade desejada. Assim, o resultado principal é a prévia inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal para que sejam obtidos produtos de origem animal com excelência de qualidade, livres de zoonoses, contaminantes e outros agentes nocivos.

6. OBJETIVOS GERAL e ESPECÍFICOS

Desenvolvimento de atividades e ações de defesa agropecuária, no âmbito do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA, em parceria com outras instâncias, nos termos dos artigos. 142 e 157 do Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006 e conforme disposto no artigo 1º, inciso V, alínea “d” da Portaria nº 562, de 11 de abril de 2018, com a finalidade de promover ações visando a inspeção sanitária e industrial de produtos de origem animal, conforme as atividades especificadas neste Plano de Trabalho. O Acordo será executado com a designação de servidores municipais para integrarem as equipes de inspeção permanente no Serviço de Inspeção Federal e realizarem trabalhos de apoio às atividades na área de prévia inspeção sanitária de produtos de origem animal, sem assumir as atividades privativas dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários com formação em medicina veterinária, mas sob supervisão periódica desses.

7. METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

Secretaria de Defesa Agropecuária/MAPA

Supervisão, avaliação, coordenação e fiscalização das ações desenvolvidas por servidor designado pelo Município para a realização de tarefas específicas, através do Serviço de Inspeção de Produtos de

Origem Animal.

Município de Toledo/PR

Designação de servidores públicos para compor equipe de apoio às atividades de inspeção ante e post mortem, de acordo com a necessidade do serviço, a critério da fiscalização responsável.

8. UNIDADE RESPONSÁVEL e GESTOR DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal sob o qual o município está subordinado. Coordenação do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal sob o qual o município está subordinado.

9. RESULTADOS ESPERADOS

Inspeção federal em estabelecimento em caráter permanente, com presença do serviço oficial de inspeção para a realização dos procedimentos de inspeção e fiscalização ante mortem e post mortem durante as operações de abate das diferentes espécies de açougue.

10. PLANO DE AÇÃO

Eixos	Ação	Responsável	Prazo
Atividades de apoio à inspeção *ante e post mortem*	Verificar a documentação de trânsito e sanitária dos animais para o abate, executar a avaliação documental, exame visual, verificando o comportamento e o aspecto do animal e os sintomas de doenças de interesse em saúde animal e saúde pública, realizar os registros relativos, e outros procedimentos que couberem à inspeção ante mortem. Avaliação das partes das carcaças e das vísceras, utilizando a palpação, a visualização, a olfação e a incisão durante o exame, e outros procedimentos que couberem à inspeção post mortem.	Médico Veterinário designado pelo município	60 meses Início: 17/11/2024 Fim: 17/11/2029
Gestão	Definição de local em que os servidores exercerão as atividades. Manutenção de lista atualizada e cadastro dos servidores designados pelo município. Supervisão, avaliação e coordenação dos trabalhos executados.	Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal	60 meses Início: 17/11/2024 Fim: 17/11/2029

Documento assinado eletronicamente por **ALLAN ROGERIO DE ALVARENGA**, **Secretário de Defesa Agropecuária - Substituto(a)**, em 30/08/2024, às 22:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT**, **Usuário Externo**, em 13/09/2024, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **37491032** e o código CRC **6081863C**.

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS
SECRETARIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS
COORDENAÇÃO GERAL DE INVESTIMENTOS

TERMO DE COMPROMISSO Nº 953514/2023

TERMO DE COMPROMISSO N° 953514/2023, CELEBRADO ENTRE A **UNIÃO**, POR INTERMÉDIO DO **MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS - MPOR**, E O **MUNICÍPIO DE TOLEDO/PR**, PARA IMPLANTAÇÃO DE PAPI PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO NO AEROPORTO MUNICIPAL DE TOLEDO-PR.

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS - MPOR ,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 49.582.441.0001/38, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 6º andar, CEP: 70.044-902, Brasília/DF, doravante denominado **CONCEDENTE**, neste ato representado pelo(a) Secretário Nacional de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos, o Sr. **RAFAEL PEREIRA SCHERRE**, brasileiro, matrícula SIAPE nº 1591280, nomeado pela Portaria nº 138 publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 15 de junho de 2023, Seção 2, edição nº 112, Página 55 e competências delegadas por meio da Portaria nº 46, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 12 de março de 2021, Seção 1, nº 48, Página 150 e o **MUNICÍPIO DE TOLEDO/PR**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.205.806/0001-88, com sede na Rua Raimundo Leonardi, 1586 - Cep 85900-110, Toledo/PR, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT** , inscrito no CPF/MF sob o nº 483.580.029-04, portador do RG sob o nº 3.484.586-4, expedida pela SSP/PR, **RESOLVEM** celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO n. 953514/2023**, sujeitando-se, no que couber, aos termos das disposições da Lei n. 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica); da Lei n. 14.133, de 1º de junho de 2021 (Lei das Licitações); da Lei n. 11.182, de 27 de setembro de 2005 (Lei da criação da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC); da Lei n. 12.379, de 06 de janeiro de 2011 (Dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação - SNV); da Lei n. 11.578, de 26 de novembro de 2007 (Lei da transferência de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC); Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações); da Lei n. 14.436, de 9 de agosto de 2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO); da Lei n . 14.535 de 17 de Janeiro de 2023 (Lei Orçamentária Anual - LOA); da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); do Decreto n. 6.780, de 18 de fevereiro de 2009 (Política Nacional de Aviação Civil - PNAC); do Decreto n. 7.967, de 22 de março de 2013 (PAC na Aviação Regional); do Decreto n. 7.893, de 08 de abril de 2013 (Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências); do Decreto n. 9.373, de 11 de maio de 2018 (Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional); do Decreto n. 11.354, de 1º de janeiro de 2020 (Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do MPOR); do Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 (Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão); da Portaria Conjunta MGI-MF-CGU Nº 33, de 30 de agosto de 2023 (Estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União); e das demais normas regulamentadoras da matéria, e consoante o processo n. **50020.006324/2023-96**, em conformidade com os seguintes requisitos e condicionantes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui **objeto** do presente Termo de Compromisso é a ***"Implantação de PAPI Primário e Secundário no Aeroporto Municipal de Toledo-PR Luiz Dalcanale Filho"***, que será executado com recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil, e Lei Orçamentária Anual de 2023, cujas informações relevantes são reproduzidas no quadro abaixo:

68902 - FUNDO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL (FNAC)			
PROGRAMA DE TRABALHO 10.68902.26.781.3004.14UB.4389			
CÓDIGO AÇÃO	**AÇÃO**	**PLANO ORÇAMENTÁRIO**	**EMPREENDIMENTO**
14UB.4389	**Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional**	**0000**	SAC.00021 - Melhorias nos Aeródromos de Interesse Regional no Estado de PR

2. CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES

I – <u>DO CONCEDENTE</u> - MPOR:

a) proceder a análise técnica e aceitação do Termo de Referência para a contratação de projetos, mediante emissão de manifestação técnica acerca da aderência do objeto pactuado na CLÁUSULA PRIMEIRA, caso os recursos deste instrumento sejam utilizados exclusivamente para esse fim;

a.1) a aceitação do Termo de Referência, pelo **CONCEDENTE**, dar-se-á mediante autorização formal para a realização do procedimento licitatório com vistas à contratação de projetos;

a.2) autorizar formalmente o início da realização do processo licitatório de contratação de projetos básico e executivo de instalação do equipamento e posteriormente a contratação da obra pelo **COMPROMISSÁRIO** ;

b) analisar o Anteprojeto ou Projeto Básico/Projeto Executivo aprovado pelo **COMPROMISSÁRIO** que será referência para o procedimento licitatório e, caso esteja condizente com o objeto pactuado, emitir documento técnico de aceitação, com vistas à autorização formal para a realização do procedimento licitatório;

c) verificar a realização do(s) procedimento(s) licitatório(s), atendo-se à documentação no que tange: à contemporaneidade do certame; a verificação da análise apresentada pelo **COMPROMISSÁRIO** quanto a compatibilidade dos preços do licitante vencedor com os preços de referência; ao respectivo enquadramento do objeto pactuado com o efetivamente licitado; e ao fornecimento pelo **COMPROMISSÁRIO** de declaração expressa firmada por representante legal do órgão atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis;

c1) o acompanhamento dos procedimentos licitatórios dar-se-á com a verificação pelo **CONCEDENTE** das cópias dos seguintes documentos a serem encaminhados pelo **COMPROMISSÁRIO** :

c.1.1) Edital e seus anexos, extrato da publicação do Edital, proposta comercial vencedora do certame, extrato de homologação da licitação, contrato celebrado devidamente assinado com a empresa vencedora do certame e o extrato de sua publicação;

d) autorizar formalmente o início da realização das obras e a consequente emissão da ordem de serviço pelo **COMPROMISSÁRIO**;

e) repassar os recursos financeiros, obedecendo ao cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, e conforme o disposto nas CLÁUSULAS SÉTIMA e OITAVA;

f) prorrogar *de ofício* a vigência deste Termo antes de seu término, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;

g) comunicar ao **COMPROMISSÁRIO** quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos deste Termo, ou outras pendências de ordem técnica, jurídica, ambiental ou institucional, bem como suspender a liberação de recursos, fixando prazo até **45 (quarenta e cinco) dias**, prorrogável por igual período, para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

h) notificar o **COMPROMISSÁRIO** previamente à inscrição como inadimplente no Transferegov.br, quando detectadas impropriedades ou irregularidades no acompanhamento da execução do objeto do instrumento, devendo ser incluída no aviso a respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar;

i) analisar propostas de alteração deste Termo, desde que estejam de acordo com a CLÁUSULA NONA, observando os regramentos legais e a tempestividade, de forma que não haja prejuízo a execução do objeto pactuado;

j) analisar a prestação de contas final, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de seu recebimento, prorrogável no máximo por igual período, desde que devidamente justificado;

k) notificar o **COMPROMISSÁRIO**, quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar, se for o caso, a competente Tomada de Contas Especial - TCE;

l) verificar e aprovar a análise efetuada pelo **COMPROMISSÁRIO** acerca da compatibilidade dos valores propostos para a execução do objeto deste Termo com os preços vigentes no mercado e as regras contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO vigente;

m) supervisionar e acompanhar a execução física e financeira das obras e serviços e das atividades de instalação dos auxílios a navegação aérea constante deste Termo, sem prejuízo da responsabilidade técnica do **COMPROMISSÁRIO** sobre estas;

n) realizar "de ofício" o ajuste no Plano de Trabalho, de forma a adequar aos valores pactuados aos efetivamente contratados pelo **COMPROMISSÁRIO**, com devido aceite e aprovação do **COMPROMISSÁRIO**;

n.1) o referido ajuste se dará após a contratação da meta/etapa relacionada à fase de execução da obra;

n.2) os valores eventualmente liberados a mais nas etapas anteriores serão descontados das etapas seguintes a esta contratação;

o) assegurar que dispõe de condições e estrutura para acompanhar a execução do objeto e para cumprir os prazos de análise da prestação de contas.

<u>SUBCLÁUSULA ÚNICA</u>

As obrigações técnicas atribuídas ao **CONCEDENTE** no âmbito deste Termo serão efetivadas por intermédio da Secretaria Nacional de Aviação Civil - SAC/MPOR.

II – <u>DO COMPROMISSÁRIO:</u>

a) executar os recursos financeiros recebidos do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC em consonância com o objeto pactuado na CLÁUSULA PRIMEIRA, de acordo com o Plano de Trabalho e o(s) Projeto(s) aprovados(s) pelo **CONCEDENTE**, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo;

a.1) o **COMPROMISSÁRIO** deve encaminhar para análise do **CONCEDENTE** as seguintes cópias de documentos dos procedimentos licitatórios de contratação de projetos e obra:

a.1.1) Edital e seus anexos, extrato da publicação do Edital, proposta comercial vencedora do certame, extrato de homologação da licitação, contrato celebrado devidamente assinado com a empresa vencedora do certame e o extrato de sua publicação;

a.1.2) a liberação dos recursos referente à primeira parcela estará condicionada ao aceite da documentação do item acima pelo **COMPROMISSÁRIO;**

b) responsabilizar-se, após o término da vigência deste Termo, pela administração, conservação, operação e manutenção do objeto, de modo a atender as finalidades sociais às quais se destina o Aeroporto Regional, em conformidade com seu **Convênio de Delegação n. 72/2016**;

c) submeter previamente ao **CONCEDENTE** qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida na CLÁUSULA NONA, observadas as vedações constantes na CLÁUSULA TERCEIRA;

d) incluir regularmente todas as informações e todos os documentos exigidos para celebração e execução do Termo de Compromisso, no Transferegov.br, mantendo-os atualizado;

e) providenciar a regularização da conta na agência bancária escolhida, procedendo à entrega e à chancela dos documentos necessários à sua movimentação, de acordo com as normas bancárias vigentes, outorgando ao **CONCEDENTE** a condição de, sempre que necessário, obter junto ao banco os saldos e extratos da referida conta, inclusive os das aplicações financeiras, bem como o direito de solicitar seu encerramento, bloqueio, estorno ou transferência de valores;

f) outorgar ao **CONCEDENTE** que, nos casos em que não houver a devolução dos saldos remanescentes nos prazos previstos do art. 95 da Portaria Conjunta MGI-MF-CGU Nº 33, este solicite o resgate dos recursos da conta específica para a conta única da União;

g) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo em conta bancária específica, aberta em instituição financeira controlada pela União, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os em conformidade com o Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto;

h) declarar ter ciência de que todas as informações relativas à celebração, à execução, ao acompanhamento, à fiscalização e à prestação de contas, inclusive aquelas referentes à movimentação financeira dos instrumentos, serão públicas, exceto nas hipóteses legais de sigilo fiscal e bancário e nas situações classificadas como de acesso restrito, consoante o ordenamento jurídico;

i) arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros fixados na CLÁUSULA SEXTA, exceto alterações no Plano de Trabalho que importem no aumento de despesas, em casos tecnicamente justificados, mediante aprovação do **CONCEDENTE**;

j) responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Termo, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento, ressalvados aqueles de natureza compulsória, lançados automaticamente pela rede bancária arrecadadora;

k) apresentar ao **CONCEDENTE** os projetos básico e/ou executivo com respectiva planilha orçamentária da obra, com custos unitários de referências oficiais, que servirá como documento técnico do edital da obra de instalação do equipamento, acompanhado de declaração de aprovação por parte do **COMPROMISSÁRIO** com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pela aprovação;

k.1) o projeto que servirá de referência para o procedimento licitatório deve conter todos os elementos necessários e suficientes para caracterizar a obra ou serviço, nos termos do que define o Art. 6º, inciso XXV da Lei n. 14.133/2021, devendo ser apresentado no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de assinatura deste Termo de Compromisso, prorrogável por igual período mediante justificativa;

l) destacar no Plano de Trabalho a etapa de projetos, caso os recursos deste Termo de Compromisso sejam utilizados para esse fim;

l.1) apresentar o Termo de Referência para a contratação de projetos, aprovado pelo **COMPROMISSÁRIO,** para análise técnica acerca da aderência do objeto pactuado na CLÁUSULA PRIMEIRA, com vistas a autorização para a realização do procedimento licitatório;

m) encaminhar Anteprojeto ou Projeto Básico/Projeto Executivo, formalmente aprovado pelo **COMPROMISSÁRIO**, a ser utilizado como referência no procedimento licitatório, devidamente acompanhado de relatório técnico consubstanciado, Anotações de Responsabilidade Técnica - ART emitidas pelos profissionais responsáveis pela elaboração e pela aprovação do projeto, com vistas a obter a autorização para a realização do procedimento licitatório;

m.1) apresentar relatório técnico consubstanciado contendo aprovação pelo **COMPROMISSÁRIO** do Projeto Básico elaborado como produto no caso de contratação integrada, demonstrando cumprimento das condicionantes contidas no Anteprojeto referencial, acompanhado de ART emitidas pelos profissionais responsáveis pela elaboração e pela aprovação do Projeto Básico, de modo que seja possível comprovar a execução da etapa e dar prosseguimento a autorização para emissão de ordem de serviço;

n) apresentar ao **CONCEDENTE**, para que seja autorizado o início dos serviços objeto deste Termo: a Declaração de cumprimento ao disposto no Decreto n. 7.893/2013; a indicação do servidor ou servidores que acompanharão a obra ou serviços de engenharia juntamente de sua Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT da prestação de serviços de fiscalização a serem realizados, conforme o disposto na alínea "b", da Subcláusula Única, da **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**; a Licença de Instalação emitida pelo Órgão Ambiental competente acerca das obras e serviços a serem executados; e, ainda, apresentar a comprovação da Titularidade Dominial da Área de Intervenção;

o) prever, no edital de licitação e no contrato, que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto pactuado;

p) prever, no edital de licitação e no contrato, dispositivo que preveja pagamentos dos itens que componham a Administração Local proporcionais ao andamento da execução dos investimentos, se for o caso;

q) publicar o extrato do edital e os atos de homologação da licitação, bem como o extrato dos contratos para a consecução do objeto pactuado, nos termos do que define o Decreto n. 10.024, de 20 de setembro de 2019, ou legislação que venha sucedê-lo, em meios de publicidade utilizados pelo **CONCEDENTE**, após efetivadas as licitações;

r)realizar o processo licitatório sob sua inteira responsabilidade, assegurando a correção dos procedimentos legais, em consonância com a legislação vigente;

s) assegurar a existência de infraestrutura, utilidades, pessoal e licenças necessários à instalação e disponibilização dos equipamentos adquiridos;

t) atender às solicitações e notificações feitas pelo **CONCEDENTE** dentro do prazo determinado, observando, antes do início das obras/dos serviços, a necessidade de autorização emitida pelo **CONCEDENTE**;

u) inserir cláusula, nos contratos celebrados para execução deste Termo, que permita o livre acesso de servidores dos órgãos do **CONCEDENTE**, do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, bem como do Tribunal de Contas da União, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas;

v) responsabilizar-se pela execução dos contratos decorrentes dos procedimentos licitatórios necessários ao cumprimento do presente Termo, observando rigorosamente o previsto na legislação vigente;

w) executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Termo, observando prazos e custos, designando no mínimo 01 (um) engenheiro fiscal por parte do **COMPROMISSÁRIO**, com a respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica);

x) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços estabelecidos no instrumento, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, logo que detectados;

y) inserir cláusula, nos contratos celebrados para execução deste Termo, que as informações e os documentos relativos à execução da obra ou serviço de engenharia deverão ser inseridos no Transferegov.br;

z) prestar contas dos recursos recebidos no Transferegov.br, com indicação mensal do avanço físico do objeto;

aa) promover os pagamentos decorrentes da execução de serviços, relativamente à implantação do objeto deste Termo, mediante crédito na conta bancária de titularidade de fornecedores e prestadores de serviços;

bb) facilitar a supervisão do **CONCEDENTE**, permitindo-lhes efetuar acompanhamento *in loco* e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Termo, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à licitação e aos contratos;

cc) permitir o livre acesso de servidores do **CONCEDENTE**, do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, bem como do Tribunal de Contas da União, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Termo, bem como aos locais de execução do objeto descrito na CLÁUSULA PRIMEIRA;

dd) informar ao **CONCEDENTE**, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias, a data de recebimento do objeto deste Termo;

ee) operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes deste Termo;

ff) apresentar, por original ou cópia autenticada, todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Termo, a qualquer tempo e a critério do **CONCEDENTE**, sujeitando-se, no caso da não apresentação no prazo estipulado na respectiva notificação, ao mesmo tratamento dado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos da alínea "c" da CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA;

gg) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Termo, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

hh) incluir no orçamento anual do **COMPROMISSÁRIO** os recursos recebidos para execução do objeto deste Termo de Compromisso, conforme disposto no § 1º, do art. 6º, da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964;

ii) restituir ao **CONCEDENTE** o eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos de aplicação financeira, observando a proporcionalidade da contrapartida, se houver, nos termos do art. 95 da Portaria Conjunta MGI-MF-CGU Nº 33;

jj) assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do Governo Federal e, em especial, do MPOR em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito na CLÁUSULA PRIMEIRA, obedecido o modelo-padrão estabelecido, apondo a marca do Governo Federal nas placas, painéis e outdoors de identificação das obras e projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Termo, consoante o disposto na Portaria MCOM n. 5.318, de 14 de abril de 2022, do Ministério das Comunicações, ou outra norma que venha substituí-la;

kk) assegurar que a publicidade relativa a este Termo tenha caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção partidária ou pessoal de autoridades ou de servidores públicos;

ll) disponibilizar, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato deste Termo, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento na aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado;

mm) quando o objeto do instrumento se referir à execução de obras e serviços de engenharia, incluir, nas placas e adesivos indicativos das obras, o QR Code do aplicativo para o cidadão, disponibilizado pelo Transferegov.br, bem como informações sobre canal para o registro de denúncias, reclamações e elogios, conforme previsto no Manual de Uso da Marca do Governo Federal – Obras;

nn) manter os documentos relacionados a este Termo, em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de aprovação da prestação ou tomada de contas do gestor do **CONCEDENTE** pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

oo) se houver a aquisição de bens e serviços comuns , aí inclusa a contratação de Projeto Básico e/ou Executivo, será obrigatório o uso da modalidade pregão, nos termos da Lei n. 14.133, de 2021, e do regulamento previsto no Decreto n. 10.024, de 20 de setembro de 2019, preferencialmente na forma eletrônica, cuja inviabilidade de utilização deverá ser devidamente justificada junto a autoridade competente do **CONCEDENTE**;

pp) instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do Termo, comunicando tal fato ao **MPOR,** a o **Ministério Público Federal e Estadual,** a Controladoria-Geral da União e à **Advocacia-Geral da União**, quando

detectados indícios de crime ou ato de improbidade administrativa;

qq) observar na contratação de bens, serviços e obras com recursos do presente Termo, os critérios de sustentabilidade ambiental dispostos nos arts. 2º a 6º da Instrução Normativa SLTI/MP n. 01, de 19 de janeiro de 2010, no que couber;

rr) prestar contas dos recursos transferidos pelo **CONCEDENTE** destinados à consecução do objeto deste Termo, de acordo com a CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA;

ss) notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no ente, quando ocorrer a liberação de recursos financeiros, como forma de incrementar o controle social, conforme consagrado pela Lei n. 9.452, de 20 de março de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico, no caso dos estados, do distrito federal e dos municípios; e

tt) responsabilizar-se junto a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA na obtenção de autorização de obras e certificação operacional, bem como atender outras exigências regulamentares requisitadas por tais órgãos, no sentido de não haver óbices para as operações aéreas após o cumprimento do objeto pactuado neste Termo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VEDAÇÕES

São vedados, sob pena de rescisão do presente Termo:

a) utilizar, mesmo em caráter emergencial, os recursos deste Termo de Compromisso para despesas estranhas à finalidade estabelecida no objeto pactuado, mesmo que essas estejam suportadas por saldo existente;

b) realizar despesas em data anterior à vigência deste Termo;

c) efetuar pagamento em data posterior à vigência deste Termo, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente do **CONCEDENTE** e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência deste Instrumento;

d) pagar, a qualquer título, a servidor ou empregado público integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal (inciso IV, §ú, 21, PC 33);

e) alterar o objeto pactuado na CLÁUSULA PRIMEIRA, exceto no caso de redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto, e somente mediante autorização prévia do **CONCEDENTE**;

f) realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo **CONCEDENTE**, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

g) destinar recursos para pagamento de taxa de administração, de gerência ou similar (inciso I, §ú, 21, PC 33);

h) pagamentos de diárias e passagens a militares, servidores e empregados públicos da ativa, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal (inciso V, §ú, 21, PC 33);

i) realizar despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

j) transferir recursos liberados pelo **CONCEDENTE**, no todo ou em parte, a quaisquer órgãos ou entidades que não figurem como partícipes do presente Termo, ou a conta não vinculada ao presente Instrumento, mesmo que a título de controle;

k) celebrar contrato com entidades impedidas de receber recursos federais;

l) aplicar recursos transferidos no âmbito deste Termo, para financiamento de obrigações de competência de entidades concessionárias, conforme estabelecido no contrato de concessão ou outro instrumento de delegação, nos termos das normas expedidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, pelo **MPOR** e conforme constante no parágrafo único do artigo 7º, da Lei n. 12.379, de 06 de janeiro de 2011;

m) utilizar Termo de Referência, Anteprojeto ou Projeto Básico diferente do aprovado pelo **COMPROMISSÁRIO** e aceito pelo **CONCEDENTE** como referência no procedimento licitatório;

n) aproveitar licitação que tenha sido publicada em data anterior a autorização pelo **CONCEDENTE** para a realização do procedimento licitatório;

o) utilizar saldo remanescente ou saldo de rendimento de aplicação deste Termo para arcar com pagamento de reajuste contratual da empresa vencedora da licitação, devendo ser realizada pelo **COMPROMISSÁRIO** com recursos próprios e apartados do valor celebrado neste Termo de Compromisso; e

p) outras vedações de aplicação dos recursos federais definidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal (inciso VII, §ú, 21, PC 33).

4. CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA

O presente Termo terá vigência de 731 (setecentos e trinta e um) dias, a contar da data da última assinatura dos partícipes.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência deste Termo poderá ser excepcionalmente prorrogada mediante Termo Aditivo, por solicitação do **COMPROMISSÁRIO**, devidamente fundamentada, formulada **no mínimo 60 (sessenta) dias** antes do seu término, e aprovada pelo **CONCEDENTE:**

a) no caso de atraso de liberação de parcelas pelo **CONCEDENTE**;

b) em havendo a paralisação ou o atraso da execução por determinação judicial, recomendação ou determinação de órgãos de controle ou em razão de caso fortuito ou força maior; ou

c) desde que devidamente justificado pelo **COMPROMISSÁRIO** e aceito pelo **CONCEDENTE**, nos casos em que o objeto do instrumento seja voltado para:

1) aquisição de equipamentos ou execução de custeio que exijam adequação ou outro aspecto que venha retardar a entrega do bem; ou

2) execução de obras que não puderam ser iniciadas ou que foram paralisadas por eventos imprevisíveis.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

A prorrogação de que trata a Subcláusula Primeira deverá ser compatível com o período em que houve o atraso e deverá ser viável para conclusão do objeto pactuado.

5. CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÃO SUSPENSIVA

Após a celebração deste instrumento, o proponente poderá apresentar as seguintes peças documentais, desde que antes da liberação da primeira parcela dos recursos:

a) para execução de obras e serviços de engenharia:

1) o anteprojeto, quando for adotado o regime de contratação integrada, ou o projeto básico, para os demais regimes de contratação;

2) a comprovação do exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, ressalvados os casos em que a responsabilidade por eventual desapropriação for delegada ao contratado, nos termos do art. 53, § 2º, inciso II, da Portaria Conjunta MGI-MF-CGU Nº 33;

3) a comprovação da manifestação prévia do órgão ambiental competente ou licença prévia, comprovante de dispensa do licenciamento ambiental ou declaração de que a responsabilidade pela obtenção do licenciamento ambiental será delegada ao contratado, nos termos do art. 25, § 5º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021;

4) o plano de sustentabilidade.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo para cumprimento dessa condição suspensiva é de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado por 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do § 4º, do art. 24, da Portaria Conjunta MGI-MF-CGU Nº 33, 2023**.**

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Este Termo será obrigatoriamente extinto nos casos em que as peças documentais, objeto dessa cláusula suspensiva, não tiverem sido apresentadas no prazo estabelecido no instrumento ou tiverem sido rejeitadas.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

A transferência dos recursos da União deverá ser realizada somente após a retirada da condição suspensiva pelo **CONCEDENTE**, observando-se as regras para liberação dispostas na CLÁUSULA SÉTIMA.

6. CLÁUSULA SEXTA – VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor para execução do empreendimento objeto deste Termo em sua totalidade é de R$ 1.289.898,14 (hum milhão, duzentos e oitenta e nove mil, oitocentos e noventa e oito reais e quatorze centavos), alocados e discriminados conforme definido no Plano de Trabalho encaminhado pelo **COMPROMISSÁRIO.**

a) a parcela da União, que deverá ser repassada pelo **CONCEDENTE** ao **COMPROMISSÁRIO**, é no valor de R$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais), correspondente a 77,53% do valor total. As despesas correrão à conta de dotação consignada no Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC, conforme cronograma orçamentário do valor do repasse e Plano de Trabalho.

As despesas decorrentes deste instrumento estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2023 , na classificação abaixo:

Nota de Empenho: 2023NE000076 de 26/12/2023

Gestão/Unidade: 110591/0001 Fonte: 144 Programa de Trabalho Resumido: 225159 Natureza de Despesa: 444042 Valor: R$ 100.000,00

Nota de Empenho: 2023NE000077 de 26/12/2023

Gestão/Unidade: 110591/0001 Fonte: 1050A001G9 Programa de Trabalho Resumido: 225159 Natureza de Despesa: 444042 Valor: R$ 900.000,00

b) a parcela do Estado/Município, que deverá ser complementada pelo **COMPROMISSÁRIO** como contrapartida do empreendimento, no valor de R$ 289.898,14 (duzentos e oitenta e nove mil reais, oitocentos e noventa e oito reais e quatorze centavos), correspondente a 22,47% do valor total, consignada através da Lei Orçamentária Municipal n° 2.534/2022.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Os recursos para atender às despesas em exercícios futuros, no caso de investimento, estão consignados no plano plurianual ou em prévia lei que os autorize.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

Na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo poderá ser reduzido, desde que não prejudique a fruição ou funcionalidade do objeto pactuado.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros relativos ao repasse do **CONCEDENTE**, destinados à execução do objeto deste Termo, serão depositados na conta bancária específica vinculada ao presente Instrumento, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso e somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do plano de trabalho ou para aplicação financeira.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A movimentação da conta específica referida na CLÁUSULA SÉTIMA somente poderá ocorrer mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço, para pagamento de despesas ou para aplicação no mercado financeiro, na forma da SUBCLÁUSULA SEGUNDA desta Cláusula, com exceção do disposto no art. 76, §2º, da Portaria Conjunta MGIMF-CGU Nº 33, 2023.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Os recursos financeiros dos instrumentos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

Os rendimentos apurados em aplicações no mercado financeiro serão obrigatoriamente computados a crédito deste Termo e aplicados, exclusivamente, na execução do seu objeto, com exceção do disposto no art. 75, §4º, da Portaria Conjunta MGI-MF-CGU Nº 33, de 2023, sempre autorizado pelo CONCEDENTE, sujeitos às mesmas condições da prestação de contas, não podendo ser considerados como contrapartida.

SUBCLÁUSULA QUARTA

Caso a liberação de recursos pelo **CONCEDENTE** seja em parcelas sucessivas ao **COMPROMISSÁRIO**, caberá a esta a comprovação de utilização de, no mínimo, 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente para recebimento de nova parcela, conforme critério estabelecido na SUBCLÁUSULA QUARTA da CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.

SUBCLÁUSULA QUINTA

A liberação da primeira parcela dos recursos da União será realizada somente após autorização para emissão de ordem de serviço para execução dos serviços, conforme disposto no item "d" do inciso I da CLÁUSULA SEGUNDA, exceto se houver previsão de etapa inicial de contratação de projetos, quando os recursos referentes exclusivamente a esta etapa serão liberados logo que concluído procedimento licitatório para a contratação de Projetos, de acordo com o parecer de aceitação dos documentos enviados para a verificação do **CONCEDENTE**.

8. CLÁUSULA OITAVA – PAGAMENTOS

Antes da realização de cada pagamento pelo **COMPROMISSÁRIO**, este deverá incluir no Transferegov.br as seguintes informações:

a) a destinação do recurso;

b) o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;

c) o contrato a que se refere o pagamento realizado;

d) a meta e/ou etapa do Plano de Trabalho relativa ao pagamento; e

e) os boletins de medição e notas fiscais ou documentos contábeis pertinentes.

9. CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÃO DO TERMO

Este Termo poderá ser alterado mediante proposta do **COMPROMISSÁRIO**, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao **CONCEDENTE** para análise e decisão, **no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias** antes do término da vigência, sendo vedada a alteração do objeto descrito na CLÁUSULA PRIMEIRA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – BENS REMANESCENTES

Os bens remanescentes, por ocasião da conclusão ou extinção deste Instrumento, serão doados ao **COMPROMISSÁRIO** para continuação do programa governamental, dentro da finalidade do objeto deste Termo, mantida a sua designação específica, mediante procedimento administrativo específico, de acordo com o estabelecido no Decreto n. 9.373, de 11 de maio de 2018.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Cabe ao **COMPROMISSÁRIO** conservar a autoridade normativa e exercer a fiscalização técnica e fiscal, a supervisão e o acompanhamento das atividades inerentes a execução do objeto deste Termo, podendo se valer da contratação de apoio à fiscalização técnica, devendo o **CONCEDENTE** ser formalmente comunicado de tal ação.

SUBCLÁUSULA ÚNICA

A fiscalização do **COMPROMISSÁRIO** na execução de obras e serviços de engenharia deverá incluir:

a) a manutenção de profissional ou equipe de fiscalização constituída de profissionais habilitados e com experiência necessária ao acompanhamento e controle das obras e serviços;

b) o registro no Transferegov.br da declaração de capacidade técnica, indicando servidor ou servidores que acompanharão a obra ou serviço de engenharia, juntamente de sua Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT da prestação de serviços de fiscalização a serem realizados; e

c) a verificação dos materiais aplicados e dos serviços realizados quanto ao atendimento dos requisitos de qualidade estabelecidos pelas especificações técnicas dos projetos de engenharia aprovados.

12. CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas final, abrangendo todo o período de execução e todos os recursos inerentes ao Termo, será apresentada em até **60 (sessenta) dias** após o vencimento do prazo de vigência ou a conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro; a denúncia; ou a rescisão, devendo conter, além dos documentos e informações apresentados, os seguintes expedientes:

a) relatório de cumprimento do objeto com documentação fotográfica;

b) relatório de execução físico-financeira;

c) demonstração da execução de receita e despesas;

d) relação de pagamentos contendo notas e comprovantes fiscais devidamente atestados pelos fiscais designados do **COMPROMISSÁRIO** para o acompanhamento do contrato, quanto aos seguintes aspectos: data do documento, compatibilidade entre o emissor e os pagamentos realizados, valor, aposição de dados do **COMPROMISSÁRIO**, programa e número do Termo;

e) relatório de prestação de contas aprovado pelo **COMPROMISSÁRIO**;

f) declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento;

g) comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver;

h) extrato bancário da conta vinculada a este Termo;

i) o termo de recebimento definitivo do objeto; e

g) outros documentos solicitados pelo **CONCEDENTE**.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A omissão na apresentação da prestação de contas ou a sua não aprovação implicará na obrigatoriedade da devolução dos recursos liberados e, persistindo a omissão, o **COMPROMISSÁRIO** será inscrito no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, como inadimplente, ensejando as medidas iniciais destinadas à instauração da Tomada de Contas Especial - TCE.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

O **CONCEDENTE** poderá solicitar o encaminhamento de cópia dos comprovantes de despesas, ou de outros documentos, a qualquer momento.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do **COMPROMISSÁRIO**, devidamente identificados com o programa e número deste Termo e mantidos os seus originais em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que foram contabilizados.

SUBCLÁUSULA QUARTA

Quando a liberação de recursos ocorrer em três ou mais parcelas, a terceira delas ficará condicionada à apresentação de prestação de contas parcial referente à primeira parcela liberada e assim sucessivamente sem prejuízo de que, após a aplicação da última parcela, seja apresentada a prestação de contas do total dos recursos recebidos, devendo tal prestação de contas parcial ser encaminhada ao **CONCEDENTE**, contendo no mínimo:

a) relatório de execução física do objeto, evidenciando a execução das metas/etapas do Plano de Trabalho, acompanhado dos boletins de medição e relatório fotográfico;

b) demonstração da execução das receitas e despesas, acompanhada das notas fiscais devidamente atestadas pelos fiscais designados do **COMPROMISSÁRIO** para o acompanhamento do contrato;

c) relação de bens adquiridos ou produzidos; e

d) extrato bancário da movimentação financeira do TC.

SUBCLÁUSULA QUINTA

Além dos documentos, informações e expedientes que o **COMPROMISSÁRIO** deverá apresentar para prestação de contas, será

necessário também a regularização cadastral da infraestrutura junto à ANAC e/ou ao DECEA para abertura ao tráfego aéreo do Aeroporto, sendo condicionante a apresentação de que tal processo encontra-se em andamento para a aprovação total da prestação de contas pela **CONCEDENTE**.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DENÚNCIA E RESCISÃO

Este Termo poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexecutável, sem quaisquer ônus advindos dessa medida, imputando-se aos partícipes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditando-lhes os benefícios adquiridos no mesmo período.

SUBCLÁUSULA ÚNICA

Constituem motivos para rescisão deste Termo:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;

d) caso os documentos indicados na SUBCLÁUSULA QUARTA DA CLÁUSULA SÉTIMA deste Termo não sejam entregues ou recebam parecer contrário à sua aprovação;

e) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial - TCE.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Termo, o **COMPROMISSÁRIO**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da ocorrência do evento, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial - TCE, é obrigado a recolher ao **FUNDO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - FNAC** , por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU específica, a ser verificada junto ao **CONCEDENTE**:

a) o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado, ainda que não tenha havido aplicação, informando o número e a data do Termo;

b) o valor total transferido pelo **CONCEDENTE**, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:

1. quando não for executado o objeto deste Termo;
2. quando não for apresentada a prestação de contas no prazo fixado na CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA;
3. quando não for aprovada a prestação de contas;
4. quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida do objeto celebrado neste Termo;
5. nos termos da legislação aplicável;

c) o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial da União - DOU, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo **CONCEDENTE**, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis do mês seguinte ao da sua assinatura.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CONDIÇÕES GERAIS

a) todas as comunicações relativas a este Termo serão consideradas como regularmente efetuadas, se entregues por protocolo ou remetidas por correspondência, telegrama, fax ou e-mail, devidamente comprovadas por conta, no endereço dos partícipes; e

b) as reuniões entre o **COMPROMISSÁRIO** e o **CONCEDENTE**, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

SUBCLÁUSULA ÚNICA

Compete ao **CONCEDENTE** assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

São responsáveis solidários:

a) a unidade executora e o interveniente nas obrigações do ajuste, quando houver; e

b) os entes consorciados, no caso de consórcio público.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este Termo de Compromisso, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho em anexo e os projetos aprovados pelo **CONCEDENTE**, bem como toda a documentação técnica que deles resultem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

SUBCLÁUSULA ÚNICA

Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que não haja alteração do objeto e sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente do **CONCEDENTE**.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas, casos omissos ou quaisquer questões oriundas do presente Instrumento, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa pela Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal da AGU, os partícipes elegem o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, por força do art. 109, inciso I, da Constituição Federal, com a participação da Advocacia-Geral da União - AGU.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – CORRESPONDÊNCIAS

As correspondências deverão ser dirigidas para os endereços abaixo:

- **Secretaria Nacional de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos - SAC/MPOR Esplanada dos Ministérios, Bloco R - Edifício Anexo, Ala Oeste, 1º andar, Bairro: Zona Cívico-Administrativa, CEP: 70044-902 - Brasília/DF;**
- **Prefeitura de Toledo/PR - Rua Raimundo Leonardi, 1586 - Cep 85900-110, Toledo/PR.**

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente Instrumento, o qual lido e achado conforme, lavram e assinam este Termo para que produza seus efeitos jurídicos, em Juízo ou fora dele.

O presente instrumento entrará em vigor a partir da data de sua última assinatura eletrônica.

(assinatura eletrônica)
RAFAEL PEREIRA SCHERRE
Secretário Nacional de Aviação Civil Substituto
do Ministério de Portos e Aeroportos
SAC/MPOR
(CONCEDENTE)

(assinatura eletrônica)
LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT
Prefeito Municipal de Toledo/PR
(COMPROMISSÁRIO)

Documento assinado eletronicamente por **Rafael Pereira Scherre**, **Secretário Nacional de Aviação Civil - Substituto**, em 28/12/2023, às 20:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3°, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.

Documento assinado eletronicamente por **LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT**, **Usuário Externo**, em 29/12/2023, às 09:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3°, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7894047** e o código CRC **A3748650**.

Esplanada dos Ministérios Bloco R, - Bairro Zona Cívico Administrativ
Brasília/DF, CEP 70044-902
Telefone:

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS
SECRETARIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

PLANO DE TRABALHO DO TC Nº 953514

Brasília, 28 de dezembro de 2023.

1. TÍTULO/PROJETO
IMPLANTAÇÃO DE PAPI PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO NO AEROPORTO MUNICIPAL DE TOLEDO-PR LUIZ DALCANALE FILHO

2. CONCEDENTE
Ministério de Portos e Aeroportos - MPOR.

3. COMPROMISSÁRIO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TOLEDO - PR.

4. INSTRUMENTO LEGAL
Lei 11.578/2007, Lei nº 8.666/1993, Lei nº 12.462/2011 e Decreto nº 7.967/2013.

5. VALOR DO PLANO DE TRABALHO
R$ 1.289.898,14 (um milhão, duzentos e oitenta e nove mil oitocentos e noventa e oito reais e quatorze centavos).

6. VIGÊNCIA
731 (setecentos e trinta e um) dias a partir da última assinatura do Termo de Compromisso.

7. DADOS CADASTRAIS	
Órgão / Entidade Compromissário	**CNPJ**
Prefeitura Municipal de Toledo - PR	76.205.806/0001-88

Endereço	Cidade	UF	CEP
Rua Raimundo Leonardi, 1586 – Centro	Toledo	PR	85.900-110

Nome do Responsável	CPF
Luis Adalberto Beto Lunitti Pagnussatt	483.580.029-04

Documento de Identificação (Tipo / Número)	Órgão Expedidor
3.484.856-4	SSP/PR

Cargo	Função	Matricula
Prefeito Municipal	Prefeito	-

Órgão / Entidade Concedente	CNPJ
Ministério dos Portos e Aeroportos - MPOR	49.582.441.0001/38

Endereço	Cidade	UF	CEP
Esplanada dos Ministérios, Bloco “R”	Brasília	DF	70.044-902

Nome do Responsável	CPF
Rafael Pereira Scherre	980.241.751-34

Documento de Identificação (Tipo / Número)	Órgão Expedidor
1524748	SSP/DF

Cargo	Função	Matricula SIAPE
Secretário Nacional de Aviação Civil Substituto	Secretário Nacional Substituto	1591280

8. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Título do Projeto	Período de Execução	
	Início	Término
INSTALAÇÃO DE PAPI PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO NO AEROPORTO MUNICIPAL DE TOLEDO LUIZ DALCANALE FILHO.	Data de assinatura do Termo de Compromisso.	731 (setecentos e trinta e um) dias a partir da última assinatura do Termo de Compromisso.

Justificativa da Proposição

CARACTERIZAÇÃO DOS INTERESSES RECÍPROCOS:

Com uma diretriz de fomento à aviação regional como setor de indução ao desenvolvimento econômico, social e turístico, o Município de Toledo, tem desenvolvido ações na busca por melhorias do Setor de Transporte Aéreo local. É possível vislumbrar aderência e interesses recíprocos do presente Plano de Trabalho, aos objetivos do Programa através dos investimentos a serem realizados no Aeroporto Municipal, buscando ampliar a capacidade logística do Município através da Aviação Regional.

RELAÇÃO ENTRE A PROPOSTA E OS OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PROGRAMA:

A implantação do PAPI, Equipamento de Auxílio à Navegação Aérea, no Aeroporto Municipal, aumentará a eficiência e segurança operacional da infraestrutura aeronáutica, em consonância com as diretrizes do Programa de Investimentos na Aviação Regional (PINAR). Desta forma, esta proposta, aderente aos objetivos e diretrizes do PINAR, possibilitará a ampliação da oferta de voos no Aeroporto de Toledo, aumentando a conectividade e impulsionando ainda mais, a aviação regional.

PÚBLICO ALVO:

População que compreende o Município de Toledo, Região Oeste do Paraná e demais áreas de influência. Serão beneficiados todos os aeronavegantes do Aeroporto de Toledo, sejam eles, da aviação geral, aviação regular, empresas de táxi-aéreo, aeronaves aeromédicas, aeronaves militares, entre outras, ou seja, benefícios operacionais, sejam elas, aeronaves turbo-jato, e/ou, turbofan.

PROBLEMA A SER RESOLVIDO:

É exigência da ANAC, que o Aeroporto realize esta aquisição dos PAPIs, sendo uma das condicionantes do Deferimento do Pedido de Isenção temporária emitido pela ANAC, cuja aquisição, é uma medida mitigatória, em face de não possuir os requisitos de infraestrutura que permitissem operação da Aeronave Crítica ATR 72 quando das operações em Regras de Voo por Instrumentos (IFR) em Condições Meteorológicas de Voo por Instrumento (IMC), visando aumentar a segurança operacional dos voos.

RESULTADOS ESPERADOS:

O Conjunto de PAPIs propiciará ao Aeroporto, melhoria das condições operacionais e de segurança das aeronaves, haja vista, benefícios gerados pelos PAPIs. Quanto maior a segurança das operações, melhor será para os aeronavegantes, trazendo ganhos operacionais para o Aeroporto de Toledo (SBTD) e contribui para fomentar e desenvolver as atividades aeroportuárias, em atendimentos às regulamentações vigentes.

Identificação dos Serviços

Os serviços compreendem as etapas descritas a seguir:

a) Construção de nova rede de dutos exclusiva do sistema PAPI, com origem a partir da KF e término nas unidades de luz do sistema PAPI, conforme indicado no projeto SBTD-NAV-712-3001-00 – Cabeceira 02 e SBTD-NAV-712-3001-00 – Cabeceira 20;

b) Instalação de caixas de passagem nas dimensões, formas e quantidades indicadas no projeto SBTD-NAV-712-3001-00 – Cabeceira 02, SBTD-NAV-712-3001-00 – Cabeceira 20, SBTD-NAV-712-3003-00 – Cabeceira 02 e SBTD-NAV-712-3003-00 – Cabeceira 20;

c) Instalação de cabos para circuito de alimentação exclusivo do sistema PAPI, com origem na casa de forças de auxílios visuais e término nos abrigos metálicos que contém os transformadores de isolamento das unidades de luz do sistema PAPI;

d) Execução e instalação das bases de concreto das unidades de luz do sistema PAPI conforme apresentado no projeto SBTD-NAV-712-3002-00 – Cabeceira 02 e SBTD-NAV-712-3002-00 – Cabeceira 20;

e) Instalação e conexão de transformadores de isolamento, unidades de luz do PAPI, hastes de aterramento, cabo de aterramento, de acordo com as quantidades e especificações apresentadas nos projetos SBTD-NAV-712-3001-00 – Cabeceira 02, SBTD-NAV-712-3001-00 – Cabeceira 20, SBTD-NAV-712-3002-00 – Cabeceira 02 e SBTD-NAV-712-3002-00 – Cabeceira 20;

f) Instalação do Regulador de Corrente Constante de 4kW na casa de forças existente no aeródromo, em local definido pelo projeto SBTD-NAV-712-3004-00-Cabeceira 02 e SBTD-NAV-712-3004-00-Cabeceira 20;

g) Instalação e conexão de disjuntor de 30A no quadro de distribuição presente na casa de forças de auxílios visuais, além de conexão do circuito ao Regulador de Corrente Constante e à alimentação da rede e do grupo de gerador de 40KVA, conforme mostrado no diagrama unifilar do projeto SBTD-NAV-712-3004-00 – Cabeceira 02 e SBTD-NAV-712-3004-00 Cabeceira 20;

h) Testes de comissionamento do sistema PAPI; e

i) Acompanhamento do processo de homologação do sistema PAPI junto ao DECEA, incluindo acompanhamento de visita do CINDACTA II e do ICA ao local e acompanhamento do voo de homologação do GEIV.

9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (Meta, Etapa ou Fase)

PROJETOS

META / ETAPA	DESCRIÇÃO	INDICADOR FÍSICO		VALOR (R$)	PRAZO DE EXECUÇÃO	
		UND	QUANT		INÍCIO	TÉRMINO
1	Elaboração dos Projetos e Processo Licitatório	UN	1,00	-	12/2023	05/2024
2	Infraestrutura para instalação dos PAPIs	UN	1,00	735.898,14	06/2024	09/2024
3	Aquisição e Instalação dos PAPIs	UN	1,00	500.000,00	10/2024	12/2024
4	Homologação dos PAPIs	UN	1,00	54.000,00	01/2025	12/2025
			Total	**R$ 1.289.898,14**		

10. PLANO DE APLICAÇÃO (R$ 1.289.898,14)

PARTES CELEBRANTES	NATUREZA DA DESPESA		TOTAL (R$)
	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
SAC/MPOR	4.4.40.42	Transferência ao Município de Toledo/PR para auxílios	R$ 1.000.000,00
Município de Toledo/PR	-	-	R$ 289.898,14
		Total	**R$ 1.289.898,14**

11. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - REPASSE

MESES	EXERCÍCIO				
	2023(R$)	2024(R$)	2025(R$)	2026(R$)	2027(R$)
Jan					
Fev					
Mar					
Abr					
Mai					
Jun		1.000.000,00			
Jul					
Ago					
Set					
Out					
Nov					
Dez					
Total/Ano		**R$ 1.000.000,00**			
				Total Repasse	**R$ 1.000.000,00**

12. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - CONTRAPARTIDA

	EXERCÍCIO

MESES	2023(R$)	2024(R$)	2025(R$)	2026(R$)	2027(R$)
Jan					
Fev					
Mar					
Abr					
Mai					
Jun		289.898,14			
Jul					
Ago					
Set					
Out					
Nov					
Dez					
Total/Ano					
			Total Contrapartida		**R$ 289.898,14**
			Total Geral do TERMO DE COMPROMISSO		**R$ 1.289.898,14**

13. OBSERVAÇÕES

O valor que superar o previsto neste Plano de Trabalho será de responsabilidade do Município de Toledo/PR, bem como obras complementares externas ao sítio aeroportuário.

14. FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

10.68902.26.781.3004.14UB.4389 (SAC/MPOR)

15. DECLARAÇÃO - Prefeitura Municipal de Toledo - PR

Declaro, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste Plano de Trabalho.

Pede deferimento,

<assinado eletronicamente>
LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT
Prefeito Municipal de Toledo/PR
(COMPROMISSÁRIO)

16. ACEITAÇÃO/APROVAÇÃO

Aceito,

<assinado eletronicamente>
RAFAEL PEREIRA SCHERRE
Secretário Nacional de Aviação Civil Substituto
do Ministério de Portos e Aeroportos
SAC/MPOR
(CONCEDENTE)



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Pereira Scherre**, **Secretário Nacional de Aviação Civil - Substituto**, em 28/12/2023, às 20:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3°, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT**, **Usuário Externo**, em 29/12/2023, às 09:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3°, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7904428** e o código CRC **743319B8**.





Referência: Processo nº 50020.006324/2023-96 SEI nº 7904428

Esplanada dos Ministérios Bloco R, - Bairro Zona Cívico Administrativ
Brasília/DF, CEP 70044-902
Telefone:

Data da Assinatura: 28/12/2023
Signatário Concedente: Expedito Gonçalves Ferreira Netto - Secretário Nacional de Pesca Industrial
Signatário Convenente: Alexandro Costa Cesar - Prefeito do Município de Pirapora/MG
EXPEDITO GONÇALVES FERREIRA NETTO
Secretário Nacional de Pesca Industrial

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 948414/2023

Espécie: Convênio nº 948414/2023
Processo nº 00350.008431/2023-49
Concedente: Secretaria Nacional de de Pesca Industrial - MPA CNPJ: 49.381.076/0001-01
Convenente: Município de Pelotas/RS - 87.455.531/0001-57
Objeto: EQUIPAMENTOS - Motocicleta triciclo com baú isotérmico.
Vigência: 18 (dezoito) meses
Data da Assinatura: 28/12/2023
Signatário Concedente: Expedito Gonçalves Ferreira Netto - Secretário Nacional de Pesca Industrial
Signatário Convenente: Paula Schild Mascarenhas - Prefeita do Município de Pelotas/RS

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 948418/2023

Espécie: Convênio nº 948418/2023
Processo nº 00350.009233/2023-01
Concedente: Secretaria Nacional de de Pesca Industrial - MPA CNPJ: 49.381.076/0001-01
Convenente: Município de Marilena/PR - CNPJ: 75.971.010/0001-73
Objeto: Pescado Móvel (Motos) .
Vigência: 17 (dezessete) meses
Data da Assinatura: 28/12/2023
Signatário Concedente: Expedito Gonçalves Ferreira Netto - Secretário Nacional de Pesca Industrial
Signatário Convenente: José Aparecido da Silva - Prefeito do Município de Marilena/PR
EXPEDITO GONÇALVES FERREIRA NETTO
Secretário Nacional de Pesca Industrial

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 949495/2023

Espécie: Convênio nº 949495/2023
Processo nº 00350.008009/2023-93
Concedente: Secretaria Nacional de Pesca Industrial - MPA CNPJ: 49.381.076/0001-01
Convenente: Município de Araci/BA - CNPJ: 14.232.086/0001-92
Objeto: Pescado Móvel (Moto com Baú Refrigerado).
Vigência: 24 (vinte e quatro) meses
Data da Assinatura: 28/12/2023
Signatário Concedente: Expedito Gonçalves Ferreira Netto - Secretário Nacional de Pesca Industrial
Signatário Convenente: Maria Betivânia Lima da Silva - Prefeita do Município de Araci/BA

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 951901/2023

Espécie: Convênio nº 951901/2023
Processo nº 00350.012373/2023-58
Concedente: Secretaria Nacional de Pesca Industrial - MPA CNPJ: 49.381.076/0001-01
Convenente: Município de Cipó/BA - CNPJ: 13.808.936/0001-95
Objeto: Aquisição de Caminhão com Baú refrigerado.
Vigência: 17 (dezessete) meses
Data da Assinatura: 28/12/2023
Signatário Concedente: Expedito Gonçalves Ferreira Netto - Secretário Nacional de Pesca Industrial
Signatário Convenente: José Marques dos Reis - Prefeito do Município de Cipó/BA
EXPEDITO GONÇALVES FERREIRA NETTO
Secretário Nacional de Pesca Industrial

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 952482/2023

Espécie: Convênio nº 952482/2023
Processo nº 00350.002155/2023-13
Concedente: Secretaria Nacional de de Pesca Industrial - MPA CNPJ: 49.381.076/0001-01
Convenente: Município de Itapemirim/ES - CNPJ: 27.174.168/0001-70
Objeto: Construção de Cobertura Metálica e Instalações Elétricas no Cais do Complexo Terminal Pesqueiro em Itaipava - Itapemirim- ES.
Vigência: 24 (vinte e quatro) meses
Data da Assinatura: 28/12/2023
Signatário Concedente: Expedito Gonçalves Ferreira Netto - Secretário Nacional de Pesca Industrial
Signatário Convenente: Antonio da Rocha Sales - Prefeito do Município de Itapemirim/ES

Ministério do Planejamento e Orçamento

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

UNIDADE ESTADUAL NA BAHIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 156/2023 - UASG 114617

Nº Processo: 03629.000904/2023-41.
Inexigibilidade Nº 152/2023. Contratante: SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO IBGE NA BAHIA.
Contratado: 22.267.284/0001-10 - CONSORCIO SALVADOR TRANSCARD DE BILHETAGEM AUTOMATICA. Objeto: Prestação de serviço de transporte urbano no âmbito do município de salvador, através do fornecimento de vales-transportes, com vistas à realização das atividades de pesquisa da superintendência estadual do ibge na bahia, durante o exercício de 2024..
Fundamento Legal: LEI 8.666 / 1993 - Artigo: 25 - Inciso: I. Vigência: 01/01/2024 a 31/12/2024. Valor Total: R$ 49.245,00. Data de Assinatura: 19/12/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 29/12/2023).

UNIDADE ESTADUAL EM MINAS GERAIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - Nº 6/2023
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO IBGE EM MINAS GERAIS
Processo 03631.001874/2013-79. Espécie: Sexto Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica que entre si celebram a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - e o Município de Campo Belo/MG. Objeto: Fornecimento de informações estatísticas e geocientíficas produzidas pela Fundação IBGE, sobre o município de Campo Belo/MG, ao Município, com contrapartida do desenvolvimento de apoio logístico do Município para a realização das pesquisas do IBGE no município de Campo Belo/MG. Data da assinatura: 27/12/2023 - Vigência: 31/12/2023 a 31/12/2024. Signatários: pelo IBGE: Maria Antônia Esteves da Silva - Superintendente Estadual em Minas Gerais e, pelo município de Campo Belo/MG: Alisson de Assis Carvalho- Prefeito Municipal de Campo Belo/MG.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - Nº 2/2023
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO IBGE EM MINAS GERAIS
Processo 0020526.00000135/2022-64. Espécie: Segundo Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica que entre si celebram a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - e o Município de Januária/MG. Objeto: Fornecimento de informações estatísticas e geocientíficas produzidas pela Fundação IBGE, sobre o município de Januária/MG, ao Município, com contrapartida do desenvolvimento de apoio logístico do Município para a realização das pesquisas do IBGE no município de Januária/MG. Data da assinatura: 27/12/2023 - Vigência: 31/12/2023 a 31/12/2024. Signatários: pelo IBGE: Maria Antônia Esteves da Silva - Superintendente Estadual em Minas Gerais e, pelo município de Januária/MG: Maurício Almeida do Nascimento- Prefeito Municipal de Januária/MG.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - Nº 4/2023
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO IBGE EM MINAS GERAIS
Processo 0020526.00001980/2018-22. Espécie: Quarto Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica que entre si celebram a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - e o Município de Jequitinhonha/MG. Objeto: Fornecimento de informações estatísticas e geocientíficas produzidas pela Fundação IBGE, sobre o município de Jequitinhonha/MG, ao Município, com contrapartida do desenvolvimento de apoio logístico do Município para a realização das pesquisas do IBGE no município de Jequitinhonha/MG. Data da assinatura: 27/12/2023 - Vigência: 31/12/2023 a 31/12/2024. Signatários: pelo IBGE: Maria Antônia Esteves da Silva - Superintendente Estadual em Minas Gerais e, pelo município de Jequitinhonha/MG: Nilo Barbuda Souto- Prefeito Municipal de Jequitinhonha/MG.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - Nº 4/2023
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO IBGE EM MINAS GERAIS
Processo 03631.003571/2013-91. Espécie: Quarto Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica que entre si celebram a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - e o Município de Pedro Leopoldo/MG. Objeto: Fornecimento de informações estatísticas e geocientíficas produzidas pela Fundação IBGE, sobre o município de Pedro Leopoldo/MG, ao Município, com contrapartida do desenvolvimento de apoio logístico do Município para a realização das pesquisas do IBGE no município de Pedro Leopoldo/MG. Data da assinatura: 27/12/2023 - Vigência: 31/12/2023 a 31/12/2024. Signatários: pelo IBGE: Maria Antônia Esteves da Silva - Superintendente Estadual em Minas Gerais e, pelo município de Pedro Leopoldo/MG: Eloisa Helena Carvalho de Freitas Pereira- Prefeita Municipal de Pedro Leopoldo/MG.

UNIDADE ESTADUAL NO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2023 - UASG 114631

Número do Contrato: 3/2022.
Nº Processo: 20870.000462/2021-69.
Pregão. Nº 4/2022. Contratante: UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO RIO DE JANEIRO. Contratado: 24.980.538/0001-78 - AMAZON SERVICOS E CONSTRUCOES LTDA. Objeto: Acréscimo de 25% ao quantitativo do contrato para os grupos 1, 2, 3 e 4 a partir da assinatura deste instrumento, equivalente a um acréscimo de r$ 52.944,81 (cinquenta
e dois mil, novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e um centavos), com fundamento no art. 65, inciso i, alínea "b", § 1º, da lei n.º 8.666/1993, e na cláusula
décima terceira do contrato.. Vigência: 07/12/2023 a 09/05/2024. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 264.726,32. Data de Assinatura: 07/12/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 07/12/2023).

Ministério de Portos e Aeroportos

SECRETARIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

EXTRATO DE COMPROMISSO

Espécie: Celebração do Termo de Compromisso nº 953083/2023 do Aeroporto de Americana/SP (SDAI); DATA DA ASSINATURA: 29/12/2023; OBJETO: "Contratação de empresa especializada para elaboração do projeto executivo e execução das obras de reforma e adequação da pista de pouso e decolagem, faixa de pista, RESA, pistas de taxi e sistema de drenagem, instalação de auxílios à navegação e obras complementares para o aeroporto de Americana/SP (SDAI)"; PRAZO: 720 dias PROCESSO: 50020.006311/2023-17; SIGNATÁRIOS: Rafael Pereira Scherre, Secretário Substituto, pela SAC/MPOR (Concedente); e FRANCISCO ANTONIO SARDELLI, Prefeito no Município de Americana/SP (Compromissário).

EXTRATO DE COMPROMISSO

Espécie: Celebração do Termo de Compromisso nº 953507/2023 do Aeroporto de Dourados/MS (SBDO); DATA DA ASSINATURA: 29/12/2023; OBJETO: "Construção do Terminal de Passageiros, CUT, EPTA, SCI e Edificações Auxiliares do Aeroporto de Dourados/MS - "Francisco de Matos Pereira". (SBDO)"; PRAZO: 731 dias PROCESSO: 50020.006318/2023-39; SIGNATÁRIOS: Rafael Pereira Scherre, Secretário Substituto, pela SAC/MPOR (Concedente); e Hélio Peluffo Filho, Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística do Estado do Mato Grosso do Sul (Compromissário).

EXTRATO DE COMPROMISSO

Espécie: Celebração do Termo de Compromisso nº 952959/2023 do Aeroporto de Maringá/PR (SBMG); DATA DA ASSINATURA: 29/12/2023; OBJETO: "Elaboração de Projetos Executivos e Execução de Obras de Reforma, Ampliação e Modernização do Terminal de Passageiros e acessos do Aeroporto Regional de Maringá (SBMG)"; PRAZO: 1350 dias PROCESSO: 50020.006311/2023-17; SIGNATÁRIOS: Rafael Pereira Scherre, Secretário Substituto, pela SAC/MPOR (Concedente); e Ulisses de Jesus Maia Kotsifas, Prefeito no Município de Maringá/PR (Compromissário).

EXTRATO DE COMPROMISSO

Espécie: Celebração do Termo de Compromisso nº 953514/2023 do Aeroporto de Toledo/PR (SBTD); DATA DA ASSINATURA: 29/12/2023; OBJETO: "Implantação de PAPI Primário e Secundário no Aeroporto Municipal de Toledo-PR Luiz Dalcanale Filho."; PRAZO: 731 dias PROCESSO: 50020.006324/2023-96; SIGNATÁRIOS: Rafael Pereira Scherre, Secretário Substituto, pela SAC/MPOR (Concedente); e Luis Adalberto Beto Lunitti Pagnussatt - Prefeito do Município de Toledo/PR (Compromissário).

Extrato de Termo de Compromisso (7912084) SEI 50020.006324/2023-96 / pg. 18

Nº / ANO DA PROPOSTA:
070564/2023

OBJETO:
Implantação de PAPI Primário e Secundário no Aeroporto Municipal de Toledo-PR Luiz Dalcanale Filho.

CARACTERIZAÇÃO DOS INTERESSES RECÍPROCOS:
Com uma diretriz de fomento à aviação regional como setor de indução ao desenvolvimento econômico, social e turístico, o Município de Toledo, tem desenvolvido ações na busca por melhorias do Setor de Transporte Aéreo local. É possível vislumbrar aderência e interesses recíprocos do presente Plano de Trabalho, aos objetivos do Programa através dos investimentos a serem realizados no Aeroporto Municipal, buscando ampliar a capacidade logística do Município através da Aviação Regional.

RELAÇÃO ENTRE A PROPOSTA E OS OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PROGRAMA:
A implantação do PAPI, Equipamento de Auxílio à Navegação Aérea, no Aeroporto Municipal, aumentará a eficiência e segurança operacional da infraestrutura aeronáutica, em consonância com as diretrizes do Programa de Investimentos na Aviação Regional (PINAR). Desta forma, esta proposta, aderente aos objetivos e diretrizes do PINAR, possibilitará a ampliação da oferta de voos no Aeroporto de Toledo, aumentando a conectividade e impulsionando ainda mais, a aviação regional.

PÚBLICO ALVO:
População que compreende o Município de Toledo, Região Oeste do Paraná e demais áreas de influência. Serão beneficiados todos os aeronavegantes do Aeroporto de Toledo, sejam eles, da aviação geral, aviação regular, empresas de táxi-aéreo, aeronaves aeromédicas, aeronaves militares, entre outras, ou seja, benefícios operacionais, sejam elas, aeronaves turbo-jato, e/ou, turbofan.

PROBLEMA A SER RESOLVIDO:
É exigência da ANAC, que o Aeroporto realize esta aquisição dos PAPIs, sendo uma das condicionantes do Deferimento do Pedido de Isenção temporária emitido pela ANAC, cuja aquisição, é uma medida mitigatória, em face de não possuir os requisitos de infraestrutura que permitissem operação da Aeronave Crítica ATR 72 quando das operações em Regras de Voo por Instrumentos (IFR) em Condições Meteorológicas de Voo por Instrumento (IMC), visando aumentar a segurança operacional dos voos.

RESULTADOS ESPERADOS:
O Conjunto de PAPIs propiciará ao Aeroporto, melhoria das condições operacionais e de segurança das aeronaves, haja vista, benefícios gerados pelos PAPIs. Quanto maior a segurança das operações, melhor será para os aeronavegantes, trazendo ganhos operacionais para o Aeroporto de Toledo (SBTD) e contribui para fomentar e desenvolver as atividades aeroportuárias, em atendimentos às regulamentações vigentes.

1 - DADOS DO CONCEDENTE

CONCEDENTE:	**NOME DO ÓRGÃO/ÓRGÃO SUBORDINADO OU UG:**
68000	MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS

CPF DO RESPONSÁVEL:	**NOME DO RESPONSÁVEL:**
035.007.204-39	SILVIO SERAFIM COSTA FILHO

ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL:	**CEP DO RESPONSÁVEL:**
Av. Agamenon Magalhães, 200 - Salgadinho - Olinda - PE	53111-970

2 - DADOS DO PROPONENTE

PROPONENTE: 76.205.806/0001-88					
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE: MUNICIPIO DE TOLEDO					
ENDEREÇO JURÍDICO DO PROPONENTE: RUA RAIMUNDO LEONARDI, 1586					
CIDADE: TOLEDO	**UF:** PR	**CÓDIGO MUNICÍPIO:** 7927	**CEP:** 85900110	**E.A.:** Administração Pública Municipal	**DDD/TELEFONE:** 4531962208
BANCO: 001 - BANCO DO BRASIL SA	**AGÊNCIA:** 0587-8		**CONTA CORRENTE:**		
CPF DO RESPONSÁVEL: 483.580.029-04	**NOME DO RESPONSÁVEL:** LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT				
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL: RUA LUZERNA, 55 - JD GISELLA					**CEP DO RESPONSÁVEL:** 85905202

4 - DADOS DO EXECUTOR/VALORES

VALOR GLOBAL:	R$ 1.289.898,14	
VALOR DA CONTRAPARTIDA:	R$ 289.898,14	
VALOR DOS REPASSES:	Ano	Valor
	2023	R$ 1.000.000,00
VALOR DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA:	R$ 289.898,14	
VALOR DA CONTRAPARTIDA EM BENS E SERVIÇOS:	R$ 0,00	
VALOR DE RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO:	R$ 0,00	
INÍCIO DE VIGÊNCIA:	20/12/2023	
FIM DE VIGÊNCIA:	20/12/2025	
VIGÊNCIA DO CONVÊNIO:	2025	

5 - PLANO DE TRABALHO

Meta nº: 1

Especificação: Implantação de PAPI Primário e Secundário no Aeroporto Municipal de Toledo-PR Luiz Dalcanale Filho.					
Unidade de Medida: UN		**Quantidade:** 1.0		**Valor:**	R$ 1.289.898,14
Início Previsto: 20/12/2023		**Término Previsto:** 20/12/2025		**Valor Global:**	R$ 1.289.898,14
UF:	**Município:**				**CEP:**
Endereço:					

Etapa/Fase nº: 1			
Especificação: Implantação de PAPI Primário e Secundário no Aeroporto Municipal de Toledo-PR Luiz Dalcanale Filho.			
Quantidade: 1.0 UN	**Valor:** R$ 1.289.898,14	**Início Previsto:** 20/12/2023	**Término Previsto:** 20/12/2025

6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS

MÊS DESEMBOLSO: Dezembro		**ANO:** 2023
META Nº: 1	VALOR DA META:	R$ 1.000.000,00
DESCRIÇÃO: Implantação de PAPI Primário e Secundário no Aeroporto Municipal de Toledo-PR Luiz Dalcanale Filho.		
VALOR DO REPASSE:	R$ 1.000.000,00	**PARCELA Nº:** 1

7 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
MUNICIPIO DE TOLEDO

MÊS DESEMBOLSO: Dezembro		**ANO:** 2023
META Nº: 1	VALOR DA META:	R$ 289.898,14
DESCRIÇÃO: Implantação de PAPI Primário e Secundário no Aeroporto Municipal de Toledo-PR Luiz Dalcanale Filho.		
VALOR DO REPASSE:	R$ 289.898,14	**PARCELA Nº:** 1

8 - PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO

DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Implantação de PAPI Primário e Secundário no Aeroporto Municipal de Toledo-PR Luiz Dalcanale Filho.			
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Convênio		**NATUREZA DA DESPESA:** 449051	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Rodovia PR 182 - KM 05 - Toledo-Pr			
CEP: 85900-000	**UF:** PR	**MUNICÍPIO:** 7927 - TOLEDO	
UNIDADE: UN	**QUANTIDADE:** 1,00	**V. UNITÁRIO:** R$	**V.TOTAL:** R$ 1.289.898,14
OBSERVAÇÃO:			

9 - PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO

NATUREZA DA DESPESA				
Código	**Total**	**Recursos**	**Contrapartida Bens e Serviços**	**Rendimento de Aplicação**
449051	R$ 1.289.898,14	R$ 1.289.898,14	R$ 0,00	R$ 0,00
TOTAL GERAL:	**R$ 1.289.898,14**			

10 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao _____ para efeitos e sob as penas da Lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos da dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho.

Pede Deferimento,

Local e Data

Proponente

11 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE DO PLANO DE TRABALHO

Aprovado

Local e Data

Concedente
(Representante legal do Órgão ou Entidade

12 - ANEXOS

Comprovantes de Capacidade Técnica e Gerencial

Nome do Arquivo:
Declaração de Capacidade Administrativa, Técnica e Gerencial.pdf

Comprovação da Contrapartida

Nome do Arquivo:
Declaração de Disponibilidade de Contrapartida.pdf

Consultar Proposta

68000 - MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS

▸ Proposta 070564/2023

Dados da Proposta | Plano de Trabalho | Requisitos | Projeto Básico/Termo de Referência | Execução Concedente | Execução Convenente

Requisitos para Celebração | CAUC

Certidões

Data de Validade	Data/Hora de Upload	Nome do Arquivo	Descrição	
	15/12/2023 15:47:32	CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE PRECATÓRIOS TJ.pdf	CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE PRECATÓRIOS TJ	Visualizar
	15/12/2023 15:47:17	CERTIDÃO FGTS.pdf	CERTIDÃO FGTS	Visualizar
	15/12/2023 15:47:04	CND FEDERAL.pdf	CND FEDERAL	Visualizar
	15/12/2023 15:45:57	CERTIDÃO REGULARIDADE APLICAÇÃO FUNDEB.pdf	CERTIDÃO REGULARIDADE APLICAÇÃO FUNDEB	Visualizar

Declarações

Data de Validade	Data/Hora de Upload	Nome do Arquivo	Descrição	
	15/12/2023 15:49:37	COMPROVANTE DE REMESSA TCE-PR.pdf	COMPROVANTE DE REMESSA TCE-PR	Visualizar
	15/12/2023 15:49:06	DECLARAÇÃO ANEXO VII.pdf	DECLARAÇÃO ANEXO VII	Visualizar
	15/12/2023 15:48:54	DECLARAÇÃO ANEXO VI.pdf	DECLARAÇÃO ANEXO VI	Visualizar
	15/12/2023 15:48:43	DECLARAÇÃO ANEXO V.pdf	DECLARAÇÃO ANEXO V	Visualizar
	15/12/2023 15:48:32	DECLARAÇÃO ANEXO IV.pdf	DECLARAÇÃO ANEXO IV	Visualizar
	15/12/2023 15:48:21	DECLARAÇÃO ANEXO III.pdf	DECLARAÇÃO ANEXO III	Visualizar
	15/12/2023 15:48:09	DECLARAÇÃO ANEXO II B.pdf	DECLARAÇÃO ANEXO II B	Visualizar
	15/12/2023 15:47:56	DECLARAÇÃO ANEXO I.pdf	DECLARAÇÃO ANEXO I	Visualizar

Comprovantes de Execução

Nenhum registro encontrado

Outros

Data de Validade	Data/Hora de Upload	Nome do Arquivo	Descrição	
	15/12/2023 15:50:48	COMPROVANTE CNPJ.pdf	COMPROVANTE CNPJ	Visualizar
	15/12/2023 15:44:38	LOA 2023 e Publicação.pdf	LOA e Publicação	Visualizar
	15/12/2023 15:43:52	Extrato CAUC.pdf	EXTRATO CAUC	Visualizar

Histórico

Evento	Responsável	Data/Hora da Execução
Enviado para Verificação	DESIREE NICOLE DOS REIS GIORDANI	15/12/2023 15:52:57

Nome	Descrição	Data Upload
Proposta de Plano de Trabalho.pdf	Proposta de Plano de Trabalho	15/12/2023
Declaração de Responsabilidade de Valores Excedentes.pdf	Declaração de Responsabilidade de Valores Excedentes	15/12/2023
Declaração de Disponibilidade de Contrapartida.pdf	Declaração de Disponibilidade de Contrapartida	15/12/2023
Declaração de Capacidade Administrativa, Técnica e Gerencial.pdf	Declaração de Capacidade Administrativa, Técnica e Gerencial	15/12/2023
Orçamento Infracea_Out. 2023.pdf	Orçamento Infracea_Out. 2023	15/12/2023
Proposta Comercial Infracea_Out. 2023.pdf	Proposta Comercial Infracea_Out. 2023	15/12/2023
Comprovação Titularidade da Área.pdf	Comprovação Titularidade da Área	15/12/2023
CPF_Prefeito.pdf	CPF_Prefeito	15/12/2023
RG_Prefeito.pdf	RG_Prefeito	15/12/2023
Diploma_Prefeito.pdf	Diploma_Prefeito	15/12/2023
Termo de Posse_Prefeito.pdf	Termo de Posse_Prefeito	15/12/2023
COMPROVANTE CNPJ.pdf	COMPROVANTE CNPJ	15/12/2023
QDD.pdf	QDD	15/12/2023
LOA 2023 e Publicação.pdf	LOA 2023 e Publicação	15/12/2023

Grau de Sigilo
#PÚBLICO

CONTRATO DE REPASSE Nº 961771/2024/MTUR/CAIXA

CONTRATO DE REPASSE QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO TURISMO, REPRESENTADO(A) PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E O(A) MUNICÍPIO DE TOLEDO, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO A HORA DO TURISMO.

Por este Instrumento Particular, as partes abaixo nominadas e qualificadas têm, entre si, justo e acordado o Contrato de Repasse de recursos orçamentários da União, em conformidade com este Contrato de Repasse e com a seguinte regulamentação: Lei nº 14.133, de 202, Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal vigente, Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e suas alterações, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto n° 11.531, de 16 de março de 2023, e suas alterações, Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações, Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024 no caso de Regime Simplificado, Instrução Normativa MPDG Nº 02, de 24 de janeiro de 2018 e suas alterações, Diretrizes Operacionais do Gestor do Programa para o exercício, Contrato de Prestação de Serviços (CPS) firmado entre o Gestor do Programa e a Caixa Econômica Federal e demais leis e normativos vigentes que tratarem da matéria, as quais os partícipes se sujeitam, desde já, na forma ajustada a seguir:

PARTÍCIPES

I – CONTRATANTE – A União Federal, por intermédio do Gestor do Programa MINISTÉRIO DO TURISMO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.457.283/0006-23, representado pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969 e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 6 de março de 1970, regendo-se pelo Estatuto Social aprovado na Assembleia Geral de 19 de janeiro de 2018, em conformidade com o Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e suas alterações, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.360.305/0001-04, na qualidade de Mandatária da União, nos termos dos instrumentos supracitados, neste ato representada por ANDERSON GIOVANI SIMON OLIVEIRA, Matrícula Funcional nº c094624 , conforme Procuração lavrada em notas do 2º Tabelião de Notas e Protesto BRASÍLIA/DF, no livro 3577-P, folha 065, em 05/09/2023 e substabelecimento lavrado em notas do 2º Tabelião de Notas e Protesto

BRASÍLIA/DF, no livro 3590-P, folha 174, em 19/02/2024, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE.

II – CONTRATADO – MUNICÍPIO DE TOLEDO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.205.806/0001-88, neste ato representado pelo respectivo Prefeito Municipal, Senhor LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT, Matrícula Funcional nº 851811, doravante denominado(a) simplesmente CONTRATADO.

CONDIÇÕES GERAIS

I – OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE

Reforma no Centro de Eventos Ismael Sperafico no Município de Toledo/PR.

II – MUNICÍPIO(S) BENEFICIÁRIO(S)

Toledo - PR.

III – CONTRATAÇÃO SOB LIMINAR

(x) Não ( ) Sim

Apenas no caso de contratação sob liminar, aplica-se a Cláusula Décima Sétima desse Contrato de Repasse – Condições Gerais.

IV – CONTRATAÇÃO SOB CONDIÇÃO SUSPENSIVA

( ) Não (x) Sim

No caso de “SIM”, informar:

Documentação: Área de Intervenção, Técnica de Engenharia, Licença Ambiental e Plano de Sustentabilidade.

Prazo final para inserção das peças documentais pelo CONTRATADO no TRANSFEREGOV: 9 (nove) meses, contados da data da assinatura do documento, podendo ser prorrogado, desde que o tempo total para cumprimento da condição suspensiva não exceda a 18 (dezoito) meses.

Prazo final para aceite ou rejeição das peças documentais pela CONTRATANTE, incluindo eventuais complementações por parte do CONTRATADO: 90 (noventa) dias após o cumprimento da condição suspensiva pelo CONTRATADO, prorrogável por até 30 (trinta) dias.

V – DESCRIÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

- Recursos do Repasse da União: R$ 1.818.937,00 (um milhão oitocentos e dezoito mil novecentos e trinta e sete reais).
- Recursos da Contrapartida aportada pelo CONTRATADO E/OU UNIDADE EXECUTORA: R$ 20.000,00 (vinte mil reais).
- Valor de Investimento (Repasse + Contrapartida): R$ 1.838.937,00 (um milhão oitocentos e trinta e oito mil novecentos e trinta e sete reais).
- Nota de Empenho nº 2024NE000170, emitida em 12/06/2024, no valor de R$ 1.818.937,00 (um milhão oitocentos e dezoito mil novecentos e trinta e sete reais), Unidade Gestora 540007, Gestão 00001.
- Programa de Trabalho: 23695232310V00001.

- Natureza da Despesa: 444041.

VI – PRAZOS
- Término da Vigência Contratual: 24 de junho de 2028.
- Apresentação da Prestação de Contas Final pelo CONTRATADO: até 60 dias após o término da vigência contratual ou conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro; da denúncia ou da rescisão.
- Arquivamento pelo CONTRATADO: 5 (cinco) anos contados da data de aprovação da prestação de contas final pela CONTRATANTE.

VII – FORO
Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Paraná.

VIII-A – ENDEREÇOS FÍSICOS
Endereço para entrega de correspondências ao CONTRATADO: Rua Raimundo Leonardi, 1586 - Centro - CEP 85900-110 - Toledo - PR
Endereço para entrega de correspondências à CONTRATANTE: Rua Souza Naves, 3891 - Cep - 85810-070 Cascavel - PR

VIII-B – ENDEREÇOS ELETRÔNICOS
Endereço eletrônico do CONTRATADO: tatiane.ferreira@toledo.pr.gov.br; contabil@toledo.pr.gov.br; marcelo.peres@caixa.gov.br; francieli.kunrath@toledo.pr.gov.br; leila.kruger@toledo.pr.gov.br; planejamento.eliana@toledo.pr.gov.br; gabinete@toledo.pr.gov.br; planejamento@toledo.pr.gov.br; deise.santos@toledo.pr.gov.br; planejamento.desiree@toledo.pr.gov.br; jadyr.donin@toledo.pr.gov.br; patricia.caldatto@toledo.pr.gov.br
Endereço eletrônico da CONTRATANTE: regovcv@caixa.gov.br.

Pelo presente instrumento, as partes nominadas no Contrato de Repasse, pactuam as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PLANO DE TRABALHO E DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA
1 – O Plano de Trabalho aprovado no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (TRANSFEREGOV) é parte integrante do presente Contrato de Repasse, independente de transcrição.

1.1 – A eficácia deste Instrumento está condicionada à apresentação pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA da documentação disposta no art. 24 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU n° 33/2023 na data da celebração do presente instrumento ou no prazo estabelecido no item IV das Condições Gerais deste Contrato, bem como à análise favorável pela CONTRATANTE da referida documentação.

1.1.1 – O CONTRATADO E/OU UNIDADE EXECUTORA, desde já e por este Instrumento, reconhece e dá sua anuência que o não atendimento das exigências no prazo fixado ou a não aprovação da documentação pela CONTRATANTE implicará a:

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

a) Extinção do presente Contrato de Repasse independente de notificação, quando não houver liberação de recursos de repasse;
b) Rescisão imediata do presente Contrato de Repasse, com o ressarcimento de eventuais despesas para elaboração do projeto básico ou termo de referência custeadas com recursos do instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2 – Como forma mútua de cooperação na execução do objeto do Contrato de Repasse, são obrigações das partes, conforme previsto nos artigos 11 e 12 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023:

2.1 – DA CONTRATANTE

I. Analisar:
a) os requisitos necessários à celebração do Contrato de Repasse e de eventuais Termos Aditivos;
b) o plano de trabalho; e
c) a prestação de contas final do Contrato de Repasse com base nos resultados da execução física e financeira, bem como de outros elementos que comprovem o cumprimento do objeto pactuado;
II. Realizar a análise jurídica necessária à celebração do Contrato de Repasse e eventuais Termos Aditivos.
III. Aprovar ou rejeitar:
a) o plano de trabalho; e
b) a prestação de contas final;
IV. Emitir os empenhos necessários à execução do instrumento;
V. Celebrar o Contrato de Repasse, após atendimento dos requisitos pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, e publicar seu extrato, no Diário Oficial da União (DOU), e respectivas alterações, se for o caso;
VI. Transferir ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA os recursos financeiros, na forma do cronograma de desembolso aprovado, observado o disposto na Cláusula Quinta deste Instrumento;
VII. Aferir a execução do objeto pactuado, conforme pactuado no Plano de Trabalho, por meio da verificação da compatibilidade entre estes e o efetivamente executado, assim como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos;
VIII. Verificar a existência da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou, quando aplicável, Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, quando se tratar de obras e serviços de engenharia;
IX. Divulgar em sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;
X. Fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas ao Contrato de Repasse independente de autorização judicial;

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

XI. Notificar previamente o CONTRATADO a inscrição como inadimplente no TRANSFEREGOV, quando detectadas impropriedades ou irregularidades no acompanhamento da execução do objeto do instrumento, devendo ser incluída no aviso a respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar, e o Poder Legislativo do órgão responsável pelo instrumento;
XII. Receber e analisar a prestação de contas encaminhada pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, bem como notificá-lo quando da não apresentação da Prestação de Contas no prazo fixado, e/ou quando constatada a má aplicação dos recursos, instaurando, se for o caso, a correspondente Tomada de Contas Especial;
XIII. Efetuar a devolução imediata dos saldos remanescentes da conta vinculada ao instrumento para a conta única do Tesouro Nacional, nos casos aplicáveis;
XIV. Ter a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou de ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;
XV. Realizar tempestivamente no TRANSFEREGOV os atos e os procedimentos relativos ao acompanhamento da execução do objeto, registrando aqueles que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema, mantendo-o atualizado;
XVI. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do presente instrumento, providenciar o cancelamento dos saldos de empenho no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;
XVII. Instaurar a Tomada de Contas Especial - TCE, observando os procedimentos e a formalização, de acordo com a legislação específica ao caso.
XVIII. Verificar as peças documentais apresentadas pelo CONTRATADO e emitir laudo de verificação técnica;
XIX. Verificar a realização do procedimento licitatório pelo CONTRATADO, atendo-se à documentação no que tange: a contemporaneidade do certame, aos preços do licitante vencedor e sua compatibilidade com os preços de referência, ao respectivo enquadramento do objeto ajustado com o efetivamente licitado, ao fornecimento de declaração expressa firmada por representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis, ou registro no TRANSFEREGOV que a substitua;
XX. Analisar eventuais solicitações de reprogramação dos Anteprojetos, Projetos Técnicos ou Termos de Referência, submetendo-as, quando for o caso, ao Gestor do Programa, mediante o pagamento de tarifa extraordinária, conforme Cláusula Décima Segunda;
XXI. Acompanhar a execução físico-financeira do objeto pactuado, assim como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos.

2.2 – DO CONTRATADO

I. Consignar no Orçamento do exercício corrente ou, em lei que autorize sua inclusão, os recursos necessários para executar o objeto do Contrato de Repasse e, no caso de investimento que extrapole o exercício, consignar no Plano Plurianual os recursos para atender às despesas em exercícios futuros que, anualmente constarão do seu Orçamento;
II. Observar as condições para recebimento de recursos da União e para inscrição em restos a pagar estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

III. Comprometer-se, nos casos em que couber a instituição da contribuição de melhoria, nos termos do Código Tributário Nacional, a não efetuar cobrança que resulte em montante superior à contrapartida aportada ao Contrato de Repasse;
IV. Definir o regime de execução do objeto do Contrato de Repasse, conforme legislação vigente;
V. Definir, por metas e etapas a forma de execução do objeto, observando:
   a) a forma e a metodologia de comprovação do cumprimento do objeto estabelecidas pelo Gestor, conforme diretrizes programáticas ou normas complementares; e
   b) a descrição dos parâmetros objetivos de referência para a avaliação do cumprimento do objeto estabelecidos pelo Gestor, conforme diretrizes programáticas ou normas complementares.
VI. Definir as necessidades e demandas das obras, realizar os estudos de viabilidade preliminares e ensaios tecnológicos necessários para embasamento das soluções constantes no anteprojeto ou projeto;
VII. Elaborar os anteprojetos, os projetos técnicos ou termos de referência relacionados ao objeto pactuado e apresentar toda documentação jurídica, técnica e institucional necessária à celebração e à eficácia do Contrato de Repasse, de acordo com os normativos do programa;
VIII. Apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente ou entidade da esfera municipal, estadual, distrital ou federal, bem como concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável;
IX. Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Contrato de Repasse, observando prazos e custos, designando profissional habilitado e com experiência necessária ao acompanhamento e controle das obras e serviços com a respectiva ART, RRT ou, quando aplicável, TRT da prestação de serviços de fiscalização a serem realizados, utilizando os aplicativos disponibilizados pelo órgão central do TRANSFEREGOV, para registro da execução física do objeto e quando da realização das atividades de fiscalização;
X. Apresentar declaração de capacidade técnica, indicando o servidor ou servidores que acompanharão a obra ou serviço de engenharia;
XI. Garantir a existência de área gestora dos recursos recebidos por transferência voluntária da União, com atribuições definidas para gestão, celebração, execução e prestação de contas, com lotação de, no mínimo, um servidor ou empregado público efetivo, em cumprimento ao Acórdão nº 1.905, de 2017, do Plenário do Tribunal de Contas da União (Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023);
XII. Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos anteprojetos ou projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios detectados que possam comprometer a fruição do objeto, inclusive se detectados pela CONTRATANTE ou pelos órgãos de controle;
XIII. Garantir a existência de infraestrutura, utilidades, pessoal e licenças necessários à instalação e disponibilização dos equipamentos adquiridos;
XIV. Selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Gestor do Programa, podendo estabelecer outras que

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando à CONTRATANTE sempre que houver alterações;

XV. Realizar o procedimento de compras e contratações, sob sua competência e responsabilidade, observada a legislação vigente e assegurando:
   a) a disponibilização da contrapartida, quando for o caso;
   b) a correção dos procedimentos legais;
   c) a suficiência do anteprojeto, do projeto básico ou do termo de referência;
   d) a suficiência da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Encargos Sociais Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) utilizados, cada qual com o respectivo detalhamento de sua composição, por item de orçamento ou conjunto deles; e
   e) a utilização do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, conforme previsto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

XVI. Apresentar declaração expressa firmada por representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, ou registro no TRANSFEREGOV que a substitua, atestando o atendimento das disposições legais aplicáveis ao procedimento de compras e contratações;

XVII. Exercer, na qualidade de contratante, a gestão e fiscalização sobre o CTEF – Contrato de Execução e Fornecimento de Obras ou Serviços ou Equipamentos;

XVIII. Realizar visitas regulares nos empreendimentos, e apresentar os relatórios referentes às visitas realizadas quando solicitado;

XIX. Estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do Contrato de Repasse, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;

XX. No caso de Municípios e Distrito Federal, notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no município ou Distrito Federal, em conformidade com a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;

XXI. Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Contrato de Repasse, após sua execução, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;

XXII. Prestar contas dos recursos transferidos pela CONTRATANTE destinados à consecução do objeto no prazo fixado no Contrato de Repasse;

XXIII. Fornecer à CONTRATANTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;

XXIV. Prever no edital de licitação e no CTEF que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado;

XXV. Realizar tempestivamente no TRANSFEREGOV os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, licitação, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial do Contrato de Repasse e registrar no TRANSFEREGOV os atos que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema, mantendo-os atualizados;

XXVI. Instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos,

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

irregularidade na execução do CTEF ou gestão financeira do Contrato de Repasse, comunicando tal fato à CONTRATANTE;

XXVII. Registrar no TRANSFEREGOV o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com a sua respectiva inscrição ativa no CNPJ, a publicação do termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, a ART, RRT ou, quando aplicável, TRT dos anteprojetos, dos projetos, dos executores e da fiscalização de obras, as ordens de serviço ou autorizações de fornecimento e os atestes dos boletins de medições;

XXVIII. Indicar o sistema Fala.BR como canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento pela União de manifestações dos cidadãos relacionados ao instrumento, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias;

XXIX. Afixar em local visível placa de obra elaborada conforme Manual de Uso da Marca do Governo Federal – Obras, mantendo-a em bom estado de conservação durante todo o prazo de execução das obras;

XXX. Quando o objeto do instrumento se referir à execução de obras e serviços de engenharia, incluir, nas placas e adesivos indicativos das obras, o *QR Code* do aplicativo para o cidadão, disponibilizado pelo TRANSFEREGOV, bem como informações sobre canal para o registro de denúncias, reclamações e elogios, conforme previsto no Manual de Uso da Marca do Governo Federal – Obras;

XXXI. Ao tomar ciência de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar os Ministérios Público Federal e Estadual e a Advocacia Geral da União;

XXXII. Obedecer às regras e diretrizes de acessibilidade na execução do objeto dos instrumentos, em conformidade com as leis, normativos e orientações técnicas que tratam da matéria;

XXXIII. Compatibilizar o objeto do Contrato de Repasse com normas e procedimentos de preservação ambiental municipal, estadual ou federal, conforme o caso;

XXXIV. Prever no edital de licitação as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI que integram o orçamento do anteprojeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021, ou do projeto básico da obra e/ou serviço, em cumprimento ao previsto na legislação vigente e conforme a Súmula nº 258 do Tribunal de Contas da União, vedada a utilização de orçamento sigiloso;

XXXV. Nos casos de transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, observar o disposto no Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, e suas alterações, nas licitações que realizar, no caso de contratação de obras ou serviços de engenharia, bem como apresentar declaração firmada pelo representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA acerca do atendimento ao disposto no referido Decreto;

XXXVI. Utilizar, para aquisição de bens e serviços comuns, a modalidade pregão, nos termos da legislação vigente, obrigatoriamente a sua forma eletrônica, devendo ser justificada pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a impossibilidade de sua utilização;

XXXVII. Apresentar declaração expressa ou fornecer declaração emitida pela empresa vencedora da licitação, atestando que esta não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação;

XXXVIII. Registrar no TRANSFEREGOV as atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades juntamente com os pareceres técnico e jurídico que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos na legislação pertinente;

XXXIX. Inserir cláusula nos CTEFs destinados à execução do instrumento, para que a empresa contratada:

a) permita o livre acesso dos servidores do Gestor e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da CONTRATANTE, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas; e
b) insira as informações e os documentos relativos à execução da obra ou serviço de engenharia no TRANSFEREGOV;

XL. Atestar, por meio do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010;

XLI. Consultar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, sendo vedada a participação na licitação ou contratação de empresa que consta como impedida ou suspensa;

XLII. Consultar no Cadastro Nacional de Condenações Civis a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, no que tange a registro de ato de improbidade administrativa e inelegibilidade supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça;

XLIII. Apresentar relatório de execução do empreendimento contendo informações sobre a execução físico-financeira do Contrato de Repasse, bem como da utilização da contrapartida, conforme o art. 32 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações;

XLIV. Verificar, a cada pagamento de medição, a devida regularidade dos contratos de trabalho pelas empresas que prestam serviços, por meio de CTEF, através da exigência da apresentação das Guias de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP), relativas aos trabalhadores que prestaram serviços no período, no caso de contratação de obras de engenharia. (Ofício nº. 132/2021/AERIN/MAPA – Relatório de auditoria nº 201900014)

XLV. Responsabilizar-se pela conclusão do empreendimento quando o objeto do Contrato de Repasse prever apenas sua execução parcial e for etapa de empreendimento maior, a fim de assegurar sua funcionalidade;

XLVI. Divulgar, em qualquer ação promocional relacionada ao objeto e/ou objetivo do Contrato de Repasse, o nome do Programa, a origem do recurso, o valor do repasse e o nome da CONTRATANTE e do Gestor do Programa, como entes participantes, obrigando-se o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a comunicar expressamente à CAIXA a data, forma e local onde ocorrerá a ação promocional, inclusive entregas e/ou inaugurações, com antecedência mínima de 72 horas, sob

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;

XLVII. Comprometer-se a utilizar a assinatura do Gestor do Programa acompanhada da marca do Governo Federal nas publicações decorrentes do Contrato de Repasse, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;

XLVIII. Responder solidariamente, os entes consorciados, no caso da execução do objeto contratual por consórcios públicos;

XLIX. Aplicar, no TRANSFEREGOV, os recursos creditados na conta vinculada ao Contrato de Repasse em caderneta de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade, e realizar os pagamentos de despesas do Contrato de Repasse também por intermédio do TRANSFEREGOV, observadas as disposições contidas na Cláusula Sétima deste Instrumento;

L. Estar ciente de que a CONTRATANTE está autorizada a efetuar o resgate dos saldos remanescentes da conta vinculada ao instrumento, nos casos em que não houver a devolução dos recursos no prazo previsto;

LI. Estar ciente sobre a não sujeição ao sigilo bancário, quanto a União e respectivos órgãos de controle, por se tratar de recurso público;

LII. Dar ciência da celebração do Contrato de Repasse ao conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, quando houver;

LIII. Divulgar em sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;

LIV. Disponibilizar, em seu sítio oficial na internet, ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do instrumento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e o detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, devendo os instrumentos serem separados por ano de celebração, classificados do maior valor para o menor, podendo a disponibilização do extrato na internet ser suprida com a inserção de link na página oficial do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA que possibilite acesso direto ao TRANSFEREGOV;

LV. Indicar a obrigatoriedade de contabilização e guarda dos bens remanescentes e manifestar compromisso de utilização dos bens para assegurar a continuidade da política pública, estando claras as regras e diretrizes de utilização;

LVI. Responder, na figura de seus titulares, na medida de seus atos, competências e atribuições o CONTRATADO e solidariamente, quando for o caso, a UNIDADE EXECUTORA, por desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do instrumento;

LVII. Apresentar, via TRANSFEREGOV, o Plano de Sustentabilidade ou, quando couber, a Declaração de Sustentabilidade do empreendimento ou equipamento a ser adquirido e comunicar ao respectivo Poder Legislativo o compromisso assumido;

LVIII. Observar as condições para reprogramação estabelecidas na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023, na IN MPDG nº 02, de 24 de janeiro de 2018, e suas alterações;

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

LIX. Tomar outras providências necessárias à boa execução do objeto do Contrato de Repasse.

LX. Caso seja instalada placa de inauguração de conclusão das obras, garantir sua conformidade com o Manual Visual de Placas e Adesivos de Obras, regulamentado e disponibilizado pelo Governo Federal.

LXI. Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica do instrumento em instituição financeira oficial;

LXII. Incluir regularmente no TRANSFEREGOV as informações e os documentos exigidos nas diretrizes programáticas, na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e, se for o caso, na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024, mantendo-o atualizado;

LXIII. Atender ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021, na Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal, no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto nº 7.983, de 2013, nas diretrizes programáticas, na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e, se for o caso, na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024 e suas alterações, independentemente de formalização de Termo Aditivo ao presente instrumento.

LXIV. Observar os preceitos constitucionais, a legislação ordinária e as normas complementares aplicáveis, bem como suas alterações.

LXV. Iniciar o procedimento licitatório em até 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado, desde que motivado pelo CONTRATADO e aceito pela CONTRATANTE, contados:

a) Da data de assinatura do presente instrumento, caso não possua cláusula suspensiva; ou
b) Do aceite do termo de referência ou da emissão do Laudo de Análise Técnica, caso o presente instrumento possua cláusula suspensiva.

LXVI. Instalar placa de inauguração quando da conclusão da obra, conforme padrão fornecido pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3 – A CONTRATANTE transferirá, ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, até o limite do valor dos Recursos de Repasse descrito no item V das CONDIÇÕES GERAIS e de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.

3.1 – O CONTRATADO deverá depositar na conta específica do instrumento o valor dos Recursos de Contrapartida descrito no item V das CONDIÇÕES GERAIS, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso, de acordo com os percentuais e as condições estabelecidas na legislação vigente à conta de recursos alocados em seu orçamento.

3.2 – Os recursos transferidos pela União e os recursos do CONTRATADO destinados ao presente Contrato de Repasse, figurarão no Orçamento do CONTRATADO, obedecendo ao desdobramento por fontes de recursos e elementos de despesa.

3.3 – Quando o valor global inicialmente pactuado se demonstrar insuficiente para a execução do objeto, em função da atualização de preços praticados no mercado, poderão ser:

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

I. utilizados saldos de recursos ou rendimentos de aplicação no mercado financeiro;
II. aportados novos recursos do CONTRATADO; ou
III. reduzidas as metas e etapas, desde que a redução não comprometa a fruição ou funcionalidade do objeto pactuado.

3.4 – Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, na conta vinculada a este Contrato de Repasse, em agência da CAIXA, isenta de cobrança de tarifas bancárias.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO DE INÍCIO DE OBRA

4 – O CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, por meio deste Instrumento, se compromete a iniciar a execução física de obras e serviços de engenharia somente após a emissão da Autorização de Início de Obra – AIO pela CONTRATANTE.

4.1 – A data da primeira ordem de serviço – OS registrada no TRANSFEREGOV, pelo CONTRATADO ou UNIDADE EXECUTORA, caracterizará o início da execução física da obra ou serviço de engenharia.

4.2 – Caso a contratação seja efetuada no período pré-eleitoral, o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA declaram estar cientes de que a autorização de início de objeto e a liberação dos recursos somente ocorrerá após finalizado o processo eleitoral a se realizar no mês de outubro, considerada, inclusive, a eventual ocorrência de segundo turno, em atendimento ao artigo 73, inciso VI, alínea “a” da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO, LIBERAÇÃO DE RECURSOS E PAGAMENTOS

5 – A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a sua plena execução, respondendo o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento, não cabendo a responsabilização da CONTRATANTE por inconformidades ou irregularidades praticadas pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, salvo nos casos em que as falhas decorrerem de omissão de responsabilidade atribuída à CONTRATANTE.

5.1 – No acompanhamento da execução do objeto serão verificados:

I. A comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;
II. A compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no plano de trabalho, os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
III. A regularidade das informações registradas pelo CONTRATADO no TRANSFEREGOV;
IV. O cumprimento das metas do plano de trabalho nas condições estabelecidas;
V. A conformidade financeira.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

5.2 – A CONTRATANTE comunicará ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica apurados durante a execução do instrumento, procedendo o bloqueio de recursos, ficando estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

5.3 – A CONTRATANTE reportará decisão quanto à aceitação ou não das justificativas apresentadas e, se for o caso, realizará procedimento de apuração de dano ao erário, ensejando registro de inadimplência no TRANSFEREGOV e imediata instauração de Tomada de Contas Especial.

5.4 – A liberação dos recursos financeiros obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho, respeitando a disponibilidade financeira do Gestor do Programa e atendidas as exigências cadastrais vigentes.

5.4.1 – A liberação de recursos deverá ocorrer da seguinte forma:

I. Para instrumentos enquadrados:
   a) No Nível V, preferencialmente em parcela única; e
   b) Níveis I a IV, em no mínimo 3 (três) parcelas, sendo que a primeira não poderá exceder a 40% (quarenta por cento) do valor global do instrumento.

II. A liberação das parcelas previstas no cronograma de desembolso ficará condicionada à:

   a. Conclusão do processo licitatório ou da cotação prévia dos itens de despesas apresentados pelo CONTRATADO;
   b. Verificação e aceite da realização do processo licitatório ou da cotação prévia pela CONTRATANTE.

III. A liberação da segunda parcela e demais subsequentes estará condicionada à execução de, no mínimo, 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente.

5.4.2 – A exigência de execução de 70% (setenta por cento) das parcelas anteriores, para liberação de recursos de parcelas subsequentes, poderá ser excepcionalizada, desde que em benefício da execução do objeto, quando justificada expressamente pelo CONTRATADO e aceita pelo Gestor ou pela CONTRATANTE.

5.4.3 – O cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho deverá estar em consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto do instrumento.

5.4.4 – Quando necessário, o cronograma de desembolso deverá ser ajustado pelo CONTRATADO após à verificação da realização do processo licitatório ou da cotação prévia pela CONTRATANTE.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

5.5 – É vedada a liberação da parcela única ou primeira parcela de recursos para o início de execução do presente Contrato de Repasse caso o CONTRATADO possua instrumentos apoiados com recursos do Governo Federal, no âmbito do mesmo Ministério Concedente, sem execução financeira pelo prazo definido no § 7° do art. 68 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU n° 33/2023 ou no § 15 do art. 41 da Portaria Interministerial n° 424/2016.

5.6 – Os pagamentos realizados pelo CONTRATADO ou UNIDADE EXECUTORA, relativos às despesas de obras executadas com recursos dos instrumentos estão condicionados a:

a. Inserção do boletim de medição, no TRANSFEREGOV, pela empresa contratada para execução do objeto;
b. Ateste do boletim de medição pelo fiscal do CONTRATADO OU UNIDADE EXECUTORA;
c. Vistorias intermediárias *in loco*, realizadas pela CONTRATANTE, exclusivamente para os pagamentos correspondentes aos percentuais de execução verificados nos marcos de dos níveis I a IV que trata o art. 86 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023;
d. Vistoria final *in loco*, realizada pela CONTRATANTE, exclusivamente quando se referir ao pagamento da última medição.
e. Existência de placa de inauguração das obras, quando obrigatória, para o pagamento da última medição; e
f. Conformidade da placa de inauguração das obras, caso seja instalada, com o Manual Visual de Placas e Adesivos de Obras, regulamentado e disponibilizado pelo Governo Federal.

5.6.1 – O servidor indicado pelo CONTRATADO responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra deverá assinar e carregar no TRANSFEREGOV o relatório de fiscalização referente a cada medição.

5.6.2 – O CONTRATADO deverá verificar se os materiais aplicados e os serviços realizados atendem aos requisitos de qualidade estabelecidos pelas especificações técnicas dos anteprojetos e dos projetos de engenharia aceitos.

5.6.3 – A execução física será aferida conforme regramento disposto no art. 86 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações.

5.6.4 – A aferição da execução do objeto, suas metas e fases ou etapas será realizada por meio da verificação da compatibilidade entre o efetivamente executado e o pactuado no Plano de Trabalho.

5.7 – Na hipótese de inexecução ou paralisação da execução financeira por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados da liberação da parcela pelo Gestor ou do último pagamento realizado pelo CONTRATADO, o Gestor ou a CONTRATANTE deverão:

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

I. bloquear a conta corrente específica do instrumento pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias; e
II. suspender a liberação de recursos para novos instrumentos do CONTRATADO no âmbito do mesmo órgão ou entidade concedente.

5.8 – Os prazos dispostos no item 5.7 da Cláusula Quinta do presente Contrato de Repasse, deverão ser suspensos quando:

I. A inexecução financeira for devida a atraso de liberação de parcelas pelo Gestor ou pela CONTRATANTE;
II. A paralisação da execução se der por determinação judicial, por recomendação ou determinação de órgãos de controle ou em razão de caso fortuito ou força maior;
III. For reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa e Câmaras Municipais na hipótese respectiva dos estados, Distrito Federal e municípios, situação de emergência ou calamidade pública na localidade de execução do objeto; e
IV. A inexecução financeira for decorrente de distrato do contrato licitado desde que:

a. O CONTRATADO demonstre que não deu causa, pelo envio de documentos comprobatórios como notificações à empresa ou ofício de solicitação de distrato pela empresa contratada; e
b. limitado ao tempo decorrido entre a emissão da ordem de serviço – OS e a publicação da rescisão do contrato.

5.9 – Após o fim do prazo mencionado no inciso I do item 5.7, não havendo comprovação do início ou da retomada da execução financeira, o instrumento deverá ser rescindido.

5.10 – As disposições dos itens 5.7 e 5.9 não se aplicam no caso de execução física iniciada ou no caso de recursos liberados para a elaboração das peças documentais de que trata o art. 24 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023.

5.11 – Cabe ao representante legal do CONTRATADO dar continuidade à execução dos Contratos de Repasse firmados pelos seus antecessores.

5.12 – A utilização de recursos do contrato de repasse para pagamento da remuneração variável, conforme previsto na Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016) e na Lei n° 14.133/2021, é permitida somente nos casos em que os preços dos itens da Planilha Orçamentária do CTEF, aceita na VRPL – Verificação da Realização do Processo Licitatório, correspondam aos limites máximos, incluindo a remuneração variável.

CLÁUSULA SEXTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS

6 – As despesas com a execução do objeto do presente Contrato de Repasse correrão à conta de recursos alocados nos respectivos orçamentos dos contratantes.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

6.1 – A emissão do empenho plurianual, quando for o caso, ocorrerá de acordo com determinação específica do Gestor do Programa, com incorporação ao presente Contrato de Repasse mediante Apostilamento.
6.2 – A eficácia deste Instrumento está condicionada à validade dos empenhos, que é determinada por instrumento legal, findo o qual, sem a total liberação dos recursos, o presente Contrato de Repasse fica automaticamente extinto.

6.2.1 – No caso de perda da validade dos empenhos por motivo de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo físico-financeiro poderá ser reduzido, desde que não prejudique a fruição ou funcionalidade do objeto pactuado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA
7 – Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste Instrumento.

7.1 – A programação e a execução financeira deverão ser realizadas em separado, de acordo com a natureza e a fonte de recursos, se for o caso.

7.2 – Antes da realização de cada pagamento, o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA incluirá no TRANSFEREGOV, no mínimo, as seguintes informações:

I. A destinação do recurso;
II. O nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
III. O contrato a que se refere o pagamento realizado;
IV. A meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento;
V. Informações das notas fiscais ou documentos contábeis.

7.3 – Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

7.3.1 – Desde que, justificado pelo CONTRATADO, autorizado pelo Gestor ou pela CONTRATANTE e registrado no TRANSFEREGOV o beneficiário final da despesa, o crédito poderá ser realizado em conta corrente de titularidade do próprio CONTRATADO ou da UNIDADE EXECUTORA, nas hipóteses de:

a. Questões operacionais que impeçam o pagamento por meio do TRANSFEREGOV, excetuando-se falhas de planejamento;
b. Ressarcimento ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo Gestor do Programa e em valores além da contrapartida pactuada, desde que tenha havido a emissão da Autorização de Início de Obra – AIO.

7.3.2 – Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação pela instituição financeira depositária, poderá ser realizado pagamento à pessoa física que não

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

possua conta bancária, restrito ao limite individual de R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) por beneficiário, levando-se em conta toda a duração do instrumento.

7.4 – Os recursos transferidos pela CONTRATANTE não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência do presente Contrato de Repasse, permitido o pagamento de despesas posteriormente desde que comprovadamente realizadas na vigência descrita no item VI das CONDIÇÕES GERAIS.

7.5 – Os recursos financeiros do presente instrumento serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

7.5.1 – Os saldos remanescentes, incluídos os provenientes dos rendimentos de aplicações financeiras, serão restituídos à União e ao CONTRATADO, observada a proporcionalidade dos recursos aportados pelas partes, independentemente da época em que foram depositados.

7.5.2 – Na ocorrência de perdas financeiras decorrentes da aplicação dos recursos, que comprometam a execução do objeto contratual, fica o CONTRATADO obrigado ao aporte adicional de contrapartida.

7.5.3 – É permitida a utilização dos rendimentos de aplicação financeira para:

I. custear valores decorrentes de atualizações de preços, quando o valor global inicialmente pactuado se demonstrar insuficiente;
II. ampliação de metas e etapas, desde que justificado pelo CONTRATADO e autorizado pelo Gestor ou pela CONTRATANTE;
III. reconstrução de obras, relacionadas ao objeto pactuado, danificadas em decorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa ou Câmaras Municipais, na hipótese dos estados, Distrito Federal e municípios, respectivamente;
IV. atualização de preços decorrentes de atualização de data-base, de reajustamento de preços conforme índice previsto no CTEF ou de termo aditivo para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CTEF;
V. os casos em que houver atraso na liberação das parcelas pelo Gestor ou pela CONTRATANTE.

7.6 – Eventuais saldos financeiros verificados quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Contrato de Repasse, inclusive os provenientes das receitas auferidas em aplicações financeiras, deverão ser restituídos integralmente à UNIÃO FEDERAL, no prazo improrrogável de 30 dias do evento, na forma indicada pela CONTRATANTE na época da restituição, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

7.6.1 – Nos casos de descumprimento do prazo previsto no item 7.6, a CONTRATANTE solicitará à instituição financeira albergante da conta vinculada a devolução imediata dos saldos remanescentes à conta única do Tesouro Nacional.

7.7 – Deverão ser restituídos, ainda, os valores transferidos acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

a. Quando não houver qualquer execução física referente ao objeto pactuado neste Instrumento nem utilização de recursos;
b. Quando for executado parcialmente o objeto pactuado neste Instrumento;
c. Quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas parcial ou final;
d. Quando os recursos forem utilizados em desconformidade com o pactuado neste Instrumento;
e. Quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com o estabelecido no item 7.5.3;
f. Quando houver impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do contrato celebrado.

7.7.1 – Os recursos que permanecerem na conta vinculada, sem terem sido utilizados pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, serão devolvidos acrescidos do resultado da aplicação financeira nos termos do item 7.5, no prazo de até 30 dias do vencimento da vigência do Contrato de Repasse, da conclusão, distrato, extinção ou rescisão contratual, sob pena da imediata instauração de TCE.

7.7.2 – Nos casos de conclusão, distrato, extinção ou rescisão contratual em que o objeto for executado parcialmente, o CONTRATADO deve devolver os recursos utilizados na parte que não possua funcionalidade, devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à conta única do Tesouro.

7.7.3 – Para aplicação do item 7.7.2, a funcionalidade da parte executada será verificada pela CONTRATANTE.

7.7.4 – Vencidos os prazos de devolução descritos no item 7.7.1, os valores devem ser devolvidos devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução de recursos, acrescido a esse montante de 1% no mês de efetivação da devolução de recursos à conta única do Tesouro.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

7.7.5 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea “c”, os recursos devem ser devolvidos incluindo os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

7.7.6 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea “d”, será instaurada Tomada de Contas Especial, além da devolução dos recursos liberados devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% no mês de efetivação da devolução dos recursos à Conta Única do Tesouro Nacional.

7.8 – Para fins de efetivação da devolução dos recursos à União, a parcela de atualização referente à variação da SELIC será calculada proporcionalmente à quantidade de dias compreendida entre a data de referência (conforme IN TCU nº 76/2016, art. 9º) e a data de efetivo crédito do montante devido na conta única do Tesouro.

CLÁUSULA OITAVA – DOS BENS REMANESCENTES AO TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8 – Os bens remanescentes decorrentes do Contrato de Repasse serão de propriedade do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, quando da sua extinção, desde que vinculados à finalidade a que se destinam.

CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS

9 – O Gestor do Programa é a autoridade competente para coordenar e definir as diretrizes do Programa, cabendo à CONTRATANTE o acompanhamento e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho.

9.1 – Sempre que julgar conveniente, o Gestor do Programa poderá promover visitas *in loco* com o propósito do acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas em razão do Contrato de Repasse, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto.

9.2 – É prerrogativa da União, por intermédio do Gestor do Programa e da CONTRATANTE, promover a fiscalização físico-financeira das atividades referentes ao Contrato de Repasse, bem como, conservar, em qualquer hipótese, a faculdade de assumir ou transferir a responsabilidade da execução do objeto, no caso de sua paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

9.3 – As informações relativas à celebração, execução, acompanhamento, fiscalização e de prestação de contas, inclusive àquelas referentes à movimentação financeira dos instrumentos, serão públicas, exceto nas hipóteses legais de sigilo fiscal e bancário e nas situações classificadas como de acesso restrito, consoante o ordenamento jurídico.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

10 – Obriga-se o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a registrar, em sua contabilidade analítica, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os recursos recebidos da CONTRATANTE, tendo como contrapartida conta adequada no passivo financeiro, com subcontas identificando o Contrato de Repasse e a especificação da despesa.

10.1 – As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA e mantidos em arquivo, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo fixado no Contrato de Repasse.

10.1.1 – O CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA deverá disponibilizar cópias dos comprovantes de despesas ou de outros documentos à CONTRATANTE sempre que solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11 – A Prestação de Contas referente aos recursos financeiros deverá ser apresentada à CONTRATANTE no prazo descrito no item VI das CONDIÇÕES GERAIS.

11.1 – Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo fixado, a CONTRATANTE estabelecerá o prazo máximo de 45 dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela taxa SELIC.

11.2 – Caso o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA não apresente a prestação de contas nem devolva os recursos nos termos do item anterior, ao término do prazo estabelecido, a CONTRATANTE registrará a inadimplência no TRANSFEREGOV por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

11.3 – Cabe ao representante legal do CONTRATADO prestar contas dos recursos provenientes dos Contratos de Repasse firmados pelos seus antecessores.

11.3.1 – Na impossibilidade de atender ao disposto no item anterior, deve apresentar, à CONTRATANTE, e inserir no TRANSFEREGOV documento com justificativas que demonstrem o impedimento e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público.

11.3.2 – Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo administrador solicitará a instauração de Tomada de Contas Especial.

11.3.3 – Os casos fortuitos ou de força maior que impeçam o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA de prestar contas dos recursos recebidos e aplicados ensejarão

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

o envio de documentos e justificativas à CONTRATANTE, para análise e manifestação do Gestor do Programa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECOLHIMENTO DE TARIFAS EXTRAORDINÁRIAS

12 – Haverá a cobrança de tarifa extraordinária do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA nos seguintes casos em que esse(s) for(em) o(s) causador(es) da demanda:

Descrição	Custo Unitário			
	Regime Simplificado	Nível I	Nível II	Níveis III e IV
Reanálise do Plano de Trabalho	R$ 1.400,00	R$ 1.400,00	R$ 1.400,00	R$ 1.400,00
Verificação do Resultado do Processo Licitatório inapta ou repetida	R$ 3.000,00	R$ 9.200,00	R$ 12.100,00	R$ 33.500,00
Manutenção de contrato, cobrada mensalmente após 180 dias sem execução financeira	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00
Visita ou vistoria in loco em quantidade superior à prevista no Art. 86 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 ou no Art. 12 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024	R$ 4.500,00	R$ 8.300,00	R$ 13.000,00	R$ 23.000,00
Reabertura de PCF ou TCE	R$ 800,00	R$ 4.000,00	R$ 8.200,00	R$ 17.100,00
Alteração de cronograma/eventograma	R$ 1.700,00	R$ 2.400,00	R$ 3.000,00	R$ 3.000,00
Atualização de orçamento	R$ 2.400,00	R$ 4.200,00	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
Exclusão de meta	R$ 3.500,00	R$ 5.500,00	R$ 8.400,00	R$ 8.400,00
Ajustes no anteprojeto ou projeto	R$ 6.500,00	R$ 6.500,00	R$ 9.600,00	R$ 9.600,00
Reprogramação de Remanescente de obra	R$ 5.000,00	R$ 7.500,00	R$ 10.600,00	R$ 10.600,00
Inclusão de meta	R$ 8.500,00	R$ 8.500,00	R$ 12.600,00	R$ 12.600,00
Alteração de escopo	R$ 9.000,00	R$ 14.900,00	R$ 25.700,00	R$ 25.700,00

Descrição	Custo Unitário Nível V	
	Valor de Repasse inferior a R$750.000,00	Valor de Repasse igual ou superior a R$750.000,00
Reanálise do Plano de Trabalho	R$ 1.400,00	R$ 1.400,00
Verificação do Resultado do Processo Licitatório inapta ou repetida	R$ 1.300,00	R$ 4.000,00
Manutenção de contrato, cobrada mensalmente após 180 dias sem execução financeira	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00
Visita ou vistoria in loco em quantidade superior à prevista no Art. 86 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 ou no Art. 12 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024	R$ 3.600,00	R$ 3.600,00
Reabertura de PCF ou TCE	R$ 900,00	R$ 1.700,00

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

Descrição	Custo Unitário Nível V	
	Valor de Repasse inferior a R$750.000,00	Valor de Repasse igual ou superior a R$750.000,00
Alteração de cronograma/eventograma	R$ 1.700,00	R$ 2.400,00
Atualização de orçamento	R$ 2.400,00	R$ 4.200,00
Exclusão de meta	R$ 3.500,00	R$ 5.500,00
Ajustes no anteprojeto ou projeto	R$ 6.500,00	R$ 6.500,00
Reprogramação de Remanescente de obra	-	-
Inclusão de meta	R$ 8.500,00	R$ 8.500,00
Alteração de escopo	R$ 2.000,00	R$ 4.000,00

12.1 – Os valores dos serviços acima constam em tabela disponível no site do TRANSFEREGOV.

12.2 – O comprovante de pagamento da tarifa extraordinária é apresentado à CONTRATANTE previamente à realização do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA AUDITORIA

13 – Os serviços de auditoria serão realizados pelos órgãos de controle interno e externo da União, sem elidir a competência dos órgãos de controle interno e externo do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, em conformidade com o Capítulo VI do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

13.1 – É livre o acesso dos servidores do Gestor e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da CONTRATANTE, aos processos, documentos e informações referentes aos instrumentos e aos locais de execução do objeto.

13.2 – Em sendo evidenciados pelos Órgãos de Controle ou Ministério Público vícios insanáveis que impliquem nulidade da licitação realizada, o CONTRATADO deverá adotar as medidas administrativas necessárias à recomposição do erário no montante atualizado da parcela já aplicada, o que pode incluir a reversão da aprovação da prestação de contas e a instauração de Tomada de Contas Especial, independentemente da comunicação do fato ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS E DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

14 – É obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido pela CONTRATANTE, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 dias, contados a partir da autorização da CONTRATANTE para o início dos trabalhos, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

14.1 – Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do Contrato de Repasse será obrigatoriamente destacada a participação da CONTRATANTE, do Gestor do Programa, bem como o objeto de aplicação dos recursos, observado o disposto no §1º do art. 37 da Constituição Federal, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

15 – Este Instrumento produzirá efeitos a partir da assinatura de todas as partes, sendo o início de sua vigência a data da última assinatura e o término de acordo com o prazo descrito no item VI das CONDIÇÕES GERAIS, possibilitada a sua prorrogação mediante Termo Aditivo e aprovação da CONTRATANTE, em conformidade com as normas que regulamentam o presente Contrato de Repasse.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DENÚNCIA, RESCISÃO E EXTINÇÃO

16 – O Contrato de Repasse poderá ser:

I. Denunciado a qualquer tempo, por desistência de qualquer um dos partícipes, ficando responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente do acordo, não sendo admissível obrigatoriedade de permanência ou aplicação de sanção aos denunciantes.
II. Rescindido, em função das seguintes motivações:
a) inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;
b) constatação de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado; ou
c) verificação de circunstância que enseje a instauração de TCE; ou
III. Extinto, quando não tiver ocorrido repasse de recursos e houver descumprimento das condições suspensivas, nos prazos estabelecidos no instrumento.

16.1 – São exemplos de motivos para rescisão do Contrato de Repasse a constatação pela CONTRATANTE das seguintes situações:

I. A utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
II. A falsidade ou incorreção de informação de documento apresentado;
III. A verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial;
IV. A inexistência de execução financeira após 545 dias (365 dias mais 180 dias) da liberação da primeira parcela ou do último pagamento, à exemplo do descrito na Cláusula Quinta, item 5.7, desde que não se enquadre nas hipóteses de suspensão do prazo, nos termos do item 5.8.

16.2 – Quando da denúncia ou rescisão do instrumento, o CONTRATADO deverá:

I. devolver os saldos remanescentes, inclusive aqueles oriundos de rendimentos de aplicações financeiras, em até 30 (trinta) dias; e
II. apresentar a prestação de contas final em até 60 (sessenta) dias.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

16.3 – A denúncia, rescisão ou extinção deverá ser registrada pela CONTRATANTE no TRANSFEREGOV e publicada no Diário Oficial da União.

16.4 – Os prazos de que trata o item 16.2 deverão ser contados a partir do registro no TRANSFEREGOV.

16.5 – O não cumprimento das disposições de que trata o item 16.2 no prazo previsto ensejará instauração de TCE.

16.6 – Quando da denúncia, rescisão ou extinção do instrumento, o Gestor ou a CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de (60) sessenta dias, contado da data do registro do evento no TRANSFEREGOV, providenciar o cancelamento dos saldos de empenho, independente do indicador de resultado primário.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO PROVIMENTO JUDICIAL LIMINAR

17 – A existência de restrição do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA não foi considerada óbice à celebração do presente instrumento, em razão da decisão liminar concedida nos termos especificados no Contrato de Repasse, a qual autorizou a celebração deste instrumento, condicionada à decisão final.

17.1 – Ainda que posteriormente regularizada a restrição apontada no Contrato de Repasse, a desistência da ação ou a decisão judicial desfavorável ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA implicará a desconstituição dos efeitos da respectiva liminar, com a rescisão do presente contrato e a devolução de todos os recursos que eventualmente tenha recebido, atualizados na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

18 – O presente Contrato de Repasse poderá ser alterado mediante proposta, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à CONTRATANTE, em no mínimo 60 (sessenta) dias antes do término da vigência, vedada a alteração do objeto do Contrato de Repasse, exceto para:

a) ampliação do objeto pactuado ou redução ou exclusão de meta ou etapa, desde que não desconfigure a natureza do objeto e não haja prejuízo da fruição ou funcionalidade do objeto; e

b) alteração do local de execução do objeto, desde que, no caso de obras, não tenha sido iniciada a execução física.

18.1 – A alteração do prazo de vigência do Contrato de Repasse, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do Gestor do Programa, será promovida “de ofício” pela CONTRATANTE, limitada ao período do atraso verificado, fazendo disso imediato comunicado ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

18.2 – A alteração contratual referente ao valor do Contrato de Repasse será feita por meio de Termo Aditivo, ficando a majoração dos recursos de repasse sob decisão unilateral exclusiva do órgão responsável pela concepção da política pública em execução.

18.3 – São vedadas as alterações da Contrapartida que resulte em valores inferiores ou superiores aos limites mínimos e máximos definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS VEDAÇÕES

19 – Ao CONTRATADO é vedado:

I. Realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;
II. Alterar o objeto do contrato de repasse, exceto para as situações a seguir, desde que previamente aprovadas pela CONTRATANTE:
a) ampliação do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta ou etapa, desde que não desconfigure a natureza do objeto e não haja prejuízo da fruição ou funcionalidade do objeto; e
b) alteração do local de execução do objeto, desde que, no caso de obras, não tenha sido iniciada a execução física.
III. Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;
IV. Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas e aos juros, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo Gestor e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;
V. Pagar, a qualquer título, empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, dos partícipes, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;
VI. Efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência.
VII. Realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
VIII. Realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no plano de trabalho;
IX. Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal do órgão ou entidade pública da Administração Direta ou Indireta, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
X. Realizar pagamentos de diárias e passagens a militares, servidores e empregados públicos da ativa, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal;

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

XI. Transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar, quando for o caso;
XII. Computar receitas oriundas dos rendimentos de aplicações no mercado financeiro como contrapartida;
XIII. Adotar o regime de execução direta;
XIV. Utilizar licitação cujo edital tenha sido publicado antes da assinatura do presente Contrato de Repasse ou da emissão Laudo de Análise Técnica, que consubstancia a análise técnica de engenharia e a análise documental de objeto que envolva obra, conforme previsto na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023.
XV. Celebrar parcerias com entidades impedidas de receber recursos federais;
XVI. No caso de obras e serviços de engenharia, iniciar a execução do objeto antes da emissão da autorização de início de obra, exceto quando se tratar dos recursos para atender às despesas de que trata o art. 25 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações;
XVII. Reformular os projetos básicos das obras e serviços de engenharia, exceto para as situações a seguir, desde que previamente aprovadas pela CONTRATANTE:
a) ampliação do objeto pactuado, redução ou exclusão de metas ou etapas, desde que não cause prejuízo da fruição ou funcionalidade do objeto e que não desconfigure a natureza do objeto; e
b) alteração do local de intervenção aprovada pelo concedente ou mandatária, desde que seja previamente ao início da execução física da obra.

19.1 – Os custos de análise das alterações do objeto originalmente pactuado, se houver, nos casos de contrato de repasse, serão de responsabilidade exclusiva do CONTRATADO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES

20 – Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução do Contrato de Repasse deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

20.1 – As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao Contrato serão consideradas como regularmente feitas se inseridas no TRANSFEREGOV ou entregues por carta protocolada, telegrama, fax ou correspondência eletrônica, com comprovante de recebimento, nos endereços descritos no item VIII das CONDIÇÕES GERAIS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA DIVULGAÇÃO DE DADOS PESSOAIS SEGUNDO A LGPD

21 – Em observância aos preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD – Lei 13.709/2018, os signatários autorizam a divulgação de seus dados pessoais constantes neste instrumento para fins de publicidade e transparência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

22 – As partes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste, sempre que viável, à tentativa de conciliação perante a Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Federal (CCAF), da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 37 da Lei nº 13.140, de 2015, do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, e do Decreto nº 11.174, de 16 de agosto de 2022. Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Contrato de Repasse, o foro da Justiça Federal, descrito no item VII das CONDIÇÕES GERAIS, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e pactuados firmam este Instrumento, que será assinado pelas partes, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele.

_____	_____
Assinatura da CONTRATANTE	Assinatura do CONTRATADO
Nome: ANDERSON GIOVANI SIMON OLIVEIRA	Nome: LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT
Matrícula Funcional: c094624	Matrícula Funcional: 851811

_____
Assinatura do Supervisor ou Coordenador
(Contrato em Conformidade)
Nome: MARCELO FANK
Matrícula Funcional: C129267

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

Grau de Sigilo
#PÚBLICO

CONTRATO DE REPASSE Nº 963911/2024/MIDR/CAIXA

CONTRATO DE REPASSE QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, REPRESENTADO(A) PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E O(A) MUNICÍPIO DE TOLEDO, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL E URBANO.

Por este Instrumento Particular, as partes abaixo nominadas e qualificadas têm, entre si, justo e acordado o Contrato de Repasse de recursos orçamentários da União, em conformidade com este Contrato de Repasse e com a seguinte regulamentação: Lei nº 14.133, de 202, Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal vigente, Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e suas alterações, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto n° 11.531, de 16 de março de 2023, e suas alterações, Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações, Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024 no caso de Regime Simplificado, Instrução Normativa MPDG Nº 02, de 24 de janeiro de 2018 e suas alterações, Diretrizes Operacionais do Gestor do Programa para o exercício, Contrato de Prestação de Serviços (CPS) firmado entre o Gestor do Programa e a Caixa Econômica Federal e demais leis e normativos vigentes que tratarem da matéria, as quais os partícipes se sujeitam, desde já, na forma ajustada a seguir:

PARTÍCIPES

I – CONTRATANTE – A União Federal, por intermédio do Gestor do Programa MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.353.358/0001-96, representado pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969 e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 6 de março de 1970, regendo-se pelo Estatuto Social aprovado na Assembleia Geral de 19 de janeiro de 2018, em conformidade com o Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e suas alterações, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.360.305/0001-04, na qualidade de Mandatária da União, nos termos dos instrumentos supracitados, neste ato representada por CELIO AMERICO ALVES IZIDORO, Matrícula Funcional nº c040868-1 , conforme Procuração lavrada em notas do 2º Tabelião de Notas e Protesto BRASÍLIA/DF, no livro 3577-P, folha 065, em 05/09/2023 e substabelecimento lavrado em notas do 2º Tabelião

de Notas e Protesto BRASÍLIA/DF, no livro 3590-P, folha 174, em 19/02/2024, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE.

II – CONTRATADO – MUNICÍPIO DE TOLEDO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.205.806/0001-88, neste ato representado pelo respectivo Prefeito Municipal, Senhor LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT, Matrícula Funcional nº 851811, doravante denominado(a) simplesmente CONTRATADO.

CONDIÇÕES GERAIS

I – OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE

Implantação de um Centro de Fomento à Estruturação de Cadeias Produtivas - 1ª Etapa.

II – MUNICÍPIO(S) BENEFICIÁRIO(S)

Toledo - PR.

III – CONTRATAÇÃO SOB LIMINAR

(x) Não ( ) Sim

Apenas no caso de contratação sob liminar, aplica-se a Cláusula Décima Sétima desse Contrato de Repasse – Condições Gerais.

IV – CONTRATAÇÃO SOB CONDIÇÃO SUSPENSIVA

( ) Não (x) Sim

No caso de “SIM”, informar:

Documentação: Área de Intervenção, Técnica de Engenharia, Licença Ambiental e Plano de Sustentabilidade.

Prazo final para inserção das peças documentais pelo CONTRATADO no TRANSFEREGOV: 9 (nove) meses, contados da data da assinatura do documento, podendo ser prorrogado, desde que o tempo total para cumprimento da condição suspensiva não exceda a 18 (dezoito) meses.

V – DESCRIÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

- Recursos do Repasse da União: R$ 573.843,00 (quinhentos e setenta e três mil oitocentos e quarenta e três reais).
- Recursos da Contrapartida aportada pelo CONTRATADO E/OU UNIDADE EXECUTORA: R$ 6.157,00 (seis mil cento e cinquenta e sete reais).
- Valor de Investimento (Repasse + Contrapartida): R$ 580.000,00 (quinhentos e oitenta mil reais).
- Nota de Empenho nº 2024NE00026, emitida em 27/06/2024, no valor de R$ 573.843,00 (quinhentos e setenta e três mil oitocentos e quarenta e três reais), Unidade Gestora 530020, Gestão 00001.
- Programa de Trabalho: 15244221700SX0001.
- Natureza da Despesa: 444042.

VI – PRAZOS

- Término da Vigência Contratual: 28 de junho de 2027.

- Apresentação da Prestação de Contas Final pelo CONTRATADO: até 60 dias após o término da vigência contratual ou conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro; da denúncia ou da rescisão.
- Arquivamento pelo CONTRATADO: 5 (cinco) anos contados da data de aprovação da prestação de contas final pela CONTRATANTE.

VII – FORO
Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Paraná.

VIII-A – ENDEREÇOS FÍSICOS
Endereço para entrega de correspondências ao CONTRATADO: Rua Raimundo Leonardi, 1586 - Centro - CEP 85900-110 - Toledo - PR
Endereço para entrega de correspondências à CONTRATANTE: Rua Souza Naves, 3891 - Cep - 85810-070 Cascavel - PR

VIII-B – ENDEREÇOS ELETRÔNICOS
Endereço eletrônico do CONTRATADO: tatiane.ferreira@toledo.pr.gov.br; contabil@toledo.pr.gov.br; marcelo.peres@caixa.gov.br; francieli.kunrath@toledo.pr.gov.br; leila.kruger@toledo.pr.gov.br; planejamento.eliana@toledo.pr.gov.br; gabinete@toledo.pr.gov.br; planejamento@toledo.pr.gov.br; deise.santos@toledo.pr.gov.br; planejamento.desiree@toledo.pr.gov.br; jadyr.donin@toledo.pr.gov.br; patricia.caldatto@toledo.pr.gov.br
Endereço eletrônico da CONTRATANTE: regovcv@caixa.gov.br.

Pelo presente instrumento, as partes nominadas no Contrato de Repasse, pactuam as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PLANO DE TRABALHO E DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA
1 – O Plano de Trabalho aprovado no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (TRANSFEREGOV) é parte integrante do presente Contrato de Repasse, independente de transcrição.

1.1 – A eficácia deste Instrumento está condicionada à apresentação pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA da documentação disposta no art. 7° da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU n° 28/2024 na data da celebração do presente instrumento ou no prazo estabelecido no item IV das Condições Gerais deste Contrato.

1.1.1 – O CONTRATADO E/OU UNIDADE EXECUTORA, desde já e por este Instrumento, reconhece e dá sua anuência que o não atendimento das exigências no prazo fixado implicará a:

a) Extinção do presente Contrato de Repasse independente de notificação, quando não houver liberação de recursos de repasse;

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

b) Rescisão imediata do presente Contrato de Repasse, com o ressarcimento de eventuais despesas para elaboração do projeto básico ou termo de referência custeadas com recursos do instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2 – Como forma mútua de cooperação na execução do objeto do Contrato de Repasse, são obrigações das partes, conforme previsto nos artigos 4° e 5° da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024:

2.1 – DA CONTRATANTE

I. Analisar:
a) os requisitos necessários à celebração do Contrato de Repasse e de eventuais Termos Aditivos;
b) o plano de trabalho; e
c) a prestação de contas final do Contrato de Repasse com base nos resultados da execução física e financeira, bem como de outros elementos que comprovem o cumprimento do objeto pactuado;
II. Realizar a análise jurídica necessária à celebração do Contrato de Repasse e eventuais Termos Aditivos.
III. Aprovar ou rejeitar:
a) o plano de trabalho; e
b) a prestação de contas final;
IV. Emitir os empenhos necessários à execução do instrumento;
V. Celebrar o Contrato de Repasse, após atendimento dos requisitos pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, e publicar seu extrato, no Diário Oficial da União (DOU), e respectivas alterações, se for o caso;
VI. Transferir ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA os recursos financeiros, na forma do cronograma de desembolso aprovado, observado o disposto na Cláusula Quinta deste Instrumento;
VII. Aferir a execução do objeto pactuado, conforme pactuado no Plano de Trabalho, por meio da verificação da compatibilidade entre estes e o efetivamente executado, assim como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos;
VIII. Verificar a existência da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou, quando aplicável, Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, quando se tratar de obras e serviços de engenharia;
IX. Divulgar em sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;
X. Fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas ao Contrato de Repasse independente de autorização judicial;
XI. Notificar previamente o CONTRATADO a inscrição como inadimplente no TRANSFEREGOV, quando detectadas impropriedades ou irregularidades no acompanhamento da execução do objeto do instrumento, devendo ser incluída no

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

aviso a respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar, e o Poder Legislativo do órgão responsável pelo instrumento;

XII. Receber e analisar a prestação de contas encaminhada pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, bem como notificá-lo quando da não apresentação da Prestação de Contas no prazo fixado, e/ou quando constatada a má aplicação dos recursos, instaurando, se for o caso, a correspondente Tomada de Contas Especial;

XIII. Efetuar a devolução imediata dos saldos remanescentes da conta vinculada ao instrumento para a conta única do Tesouro Nacional, nos casos aplicáveis;

XIV. Ter a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou de ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;

XV. Realizar tempestivamente no TRANSFEREGOV os atos e os procedimentos relativos ao acompanhamento da execução do objeto, registrando aqueles que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema, mantendo-o atualizado;

XVI. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do presente instrumento, providenciar o cancelamento dos saldos de empenho no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

XVII. Instaurar a Tomada de Contas Especial - TCE, observando os procedimentos e a formalização, de acordo com a legislação específica ao caso.

2.2 – DO CONTRATADO

I. Consignar no Orçamento do exercício corrente ou, em lei que autorize sua inclusão, os recursos necessários para executar o objeto do Contrato de Repasse e, no caso de investimento que extrapole o exercício, consignar no Plano Plurianual os recursos para atender às despesas em exercícios futuros que, anualmente constarão do seu Orçamento;

II. Observar as condições para recebimento de recursos da União e para inscrição em restos a pagar estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

III. Comprometer-se, nos casos em que couber a instituição da contribuição de melhoria, nos termos do Código Tributário Nacional, a não efetuar cobrança que resulte em montante superior à contrapartida aportada ao Contrato de Repasse;

IV. Definir o regime de execução do objeto do Contrato de Repasse, conforme legislação vigente;

V. Definir, por metas e etapas a forma de execução do objeto, observando:

a) a forma e a metodologia de comprovação do cumprimento do objeto estabelecidas pelo Gestor, conforme diretrizes programáticas ou normas complementares; e

b) a descrição dos parâmetros objetivos de referência para a avaliação do cumprimento do objeto estabelecidos pelo Gestor, conforme diretrizes programáticas ou normas complementares.

VI. Definir as necessidades e demandas das obras, realizar os estudos de viabilidade preliminares e ensaios tecnológicos necessários para embasamento das soluções constantes no anteprojeto ou projeto;

VII. Elaborar os anteprojetos, os projetos técnicos ou termos de referência relacionados ao objeto pactuado e apresentar toda documentação jurídica, técnica e institucional

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

necessária à celebração e à eficácia do Contrato de Repasse, de acordo com os normativos do programa;

VIII. Apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente ou entidade da esfera municipal, estadual, distrital ou federal, bem como concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável;

IX. Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Contrato de Repasse, observando prazos e custos, designando profissional habilitado e com experiência necessária ao acompanhamento e controle das obras e serviços com a respectiva ART, RRT ou, quando aplicável, TRT da prestação de serviços de fiscalização a serem realizados, utilizando os aplicativos disponibilizados pelo órgão central do TRANSFEREGOV, para registro da execução física do objeto e quando da realização das atividades de fiscalização;

X. Apresentar declaração de capacidade técnica, indicando o servidor ou servidores que acompanharão a obra ou serviço de engenharia;

XI. Garantir a existência de área gestora dos recursos recebidos por transferência voluntária da União, com atribuições definidas para gestão, celebração, execução e prestação de contas, com lotação de, no mínimo, um servidor ou empregado público efetivo, em cumprimento ao Acórdão nº 1.905, de 2017, do Plenário do Tribunal de Contas da União (Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023);

XII. Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos anteprojetos ou projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios detectados que possam comprometer a fruição do objeto, inclusive se detectados pela CONTRATANTE ou pelos órgãos de controle;

XIII. Garantir a existência de infraestrutura, utilidades, pessoal e licenças necessários à instalação e disponibilização dos equipamentos adquiridos;

XIV. Selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Gestor do Programa, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando à CONTRATANTE sempre que houver alterações;

XV. Realizar o procedimento de compras e contratações, sob sua competência e responsabilidade, observada a legislação vigente e assegurando:

a) a disponibilização da contrapartida, quando for o caso;
b) a correção dos procedimentos legais;
c) a suficiência do anteprojeto, do projeto básico ou do termo de referência;
d) a suficiência da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Encargos Sociais Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) utilizados, cada qual com o respectivo detalhamento de sua composição, por item de orçamento ou conjunto deles; e
e) a utilização do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, conforme previsto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

XVI. Apresentar declaração expressa firmada por representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, ou registro no TRANSFEREGOV que a substitua, atestando o atendimento das disposições legais aplicáveis ao procedimento de compras e contratações;

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

XVII. Exercer, na qualidade de contratante, a gestão e fiscalização sobre o CTEF – Contrato de Execução e Fornecimento de Obras ou Serviços ou Equipamentos;

XVIII. Realizar visitas regulares nos empreendimentos, e apresentar os relatórios referentes às visitas realizadas quando solicitado;

XIX. Estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do Contrato de Repasse, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;

XX. No caso de Municípios e Distrito Federal, notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no município ou Distrito Federal, em conformidade com a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;

XXI. Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Contrato de Repasse, após sua execução, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;

XXII. Prestar contas dos recursos transferidos pela CONTRATANTE destinados à consecução do objeto no prazo fixado no Contrato de Repasse;

XXIII. Fornecer à CONTRATANTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;

XXIV. Prever no edital de licitação e no CTEF que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado;

XXV. Realizar tempestivamente no TRANSFEREGOV os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, licitação, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial do Contrato de Repasse e registrar no TRANSFEREGOV os atos que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema, mantendo-os atualizados;

XXVI. Instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do CTEF ou gestão financeira do Contrato de Repasse, comunicando tal fato à CONTRATANTE;

XXVII. Registrar no TRANSFEREGOV o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com a sua respectiva inscrição ativa no CNPJ, a publicação do termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, a ART, RRT ou, quando aplicável, TRT dos anteprojetos, dos projetos, dos executores e da fiscalização de obras, as ordens de serviço ou autorizações de fornecimento e os atestes dos boletins de medições;

XXVIII. Indicar o sistema Fala.BR como canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento pela União de manifestações dos cidadãos relacionados ao instrumento, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias;

XXIX. Afixar em local visível placa de obra elaborada conforme Manual de Uso da Marca do Governo Federal – Obras, mantendo-a em bom estado de conservação durante todo o prazo de execução das obras;

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

XXX. Quando o objeto do instrumento se referir à execução de obras e serviços de engenharia, incluir, nas placas e adesivos indicativos das obras, o *QR Code* do aplicativo para o cidadão, disponibilizado pelo TRANSFEREGOV, bem como informações sobre canal para o registro de denúncias, reclamações e elogios, conforme previsto no Manual de Uso da Marca do Governo Federal – Obras;

XXXI. Ao tomar ciência de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar os Ministérios Público Federal e Estadual e a Advocacia Geral da União;

XXXII. Obedecer às regras e diretrizes de acessibilidade na execução do objeto dos instrumentos, em conformidade com as leis, normativos e orientações técnicas que tratam da matéria;

XXXIII. Compatibilizar o objeto do Contrato de Repasse com normas e procedimentos de preservação ambiental municipal, estadual ou federal, conforme o caso;

XXXIV. Prever no edital de licitação as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI que integram o orçamento do anteprojeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021, ou do projeto básico da obra e/ou serviço, em cumprimento ao previsto na legislação vigente e conforme a Súmula nº 258 do Tribunal de Contas da União, vedada a utilização de orçamento sigiloso;

XXXV. Nos casos de transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, observar o disposto no Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, e suas alterações, nas licitações que realizar, no caso de contratação de obras ou serviços de engenharia, bem como apresentar declaração firmada pelo representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA acerca do atendimento ao disposto no referido Decreto;

XXXVI. Utilizar, para aquisição de bens e serviços comuns, a modalidade pregão, nos termos da legislação vigente, obrigatoriamente a sua forma eletrônica, devendo ser justificada pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a impossibilidade de sua utilização;

XXXVII. Apresentar declaração expressa ou fornecer declaração emitida pela empresa vencedora da licitação, atestando que esta não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação;

XXXVIII. Registrar no TRANSFEREGOV as atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades juntamente com os pareceres técnico e jurídico que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos na legislação pertinente;

XXXIX. Inserir cláusula nos CTEFs destinados à execução do instrumento, para que a empresa contratada:

a) permita o livre acesso dos servidores do Gestor e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da CONTRATANTE, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas; e

b) insira as informações e os documentos relativos à execução da obra ou serviço de engenharia no TRANSFEREGOV;

XL. Atestar, por meio do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação,

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010;

XLI. Consultar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, sendo vedada a participação na licitação ou contratação de empresa que consta como impedida ou suspensa;

XLII. Consultar no Cadastro Nacional de Condenações Civis a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, no que tange a registro de ato de improbidade administrativa e inelegibilidade supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça;

XLIII. Apresentar relatório de execução do empreendimento contendo informações sobre a execução físico-financeira do Contrato de Repasse, bem como da utilização da contrapartida, conforme o art. 32 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações;

XLIV. Verificar, a cada pagamento de medição, a devida regularidade dos contratos de trabalho pelas empresas que prestam serviços, por meio de CTEF, através da exigência da apresentação das Guias de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP), relativas aos trabalhadores que prestaram serviços no período, no caso de contratação de obras de engenharia. (Ofício nº. 132/2021/AERIN/MAPA – Relatório de auditoria nº 201900014)

XLV. Responsabilizar-se pela conclusão do empreendimento quando o objeto do Contrato de Repasse prever apenas sua execução parcial e for etapa de empreendimento maior, a fim de assegurar sua funcionalidade;

XLVI. Divulgar, em qualquer ação promocional relacionada ao objeto e/ou objetivo do Contrato de Repasse, o nome do Programa, a origem do recurso, o valor do repasse e o nome da CONTRATANTE e do Gestor do Programa, como entes participantes, obrigando-se o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a comunicar expressamente à CAIXA a data, forma e local onde ocorrerá a ação promocional, inclusive entregas e/ou inaugurações, com antecedência mínima de 72 horas, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;

XLVII. Comprometer-se a utilizar a assinatura do Gestor do Programa acompanhada da marca do Governo Federal nas publicações decorrentes do Contrato de Repasse, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;

XLVIII. Responder solidariamente, os entes consorciados, no caso da execução do objeto contratual por consórcios públicos;

XLIX. Aplicar, no TRANSFEREGOV, os recursos creditados na conta vinculada ao Contrato de Repasse em caderneta de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade, e realizar os pagamentos de despesas do Contrato de Repasse também por intermédio do TRANSFEREGOV, observadas as disposições contidas na Cláusula Sétima deste Instrumento;

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

L. Estar ciente de que a CONTRATANTE está autorizada a efetuar o resgate dos saldos remanescentes da conta vinculada ao instrumento, nos casos em que não houver a devolução dos recursos no prazo previsto;

LI. Estar ciente sobre a não sujeição ao sigilo bancário, quanto a União e respectivos órgãos de controle, por se tratar de recurso público;

LII. Dar ciência da celebração do Contrato de Repasse ao conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, quando houver;

LIII. Divulgar em sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;

LIV. Disponibilizar, em seu sítio oficial na internet, ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do instrumento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e o detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, devendo os instrumentos serem separados por ano de celebração, classificados do maior valor para o menor, podendo a disponibilização do extrato na internet ser suprida com a inserção de link na página oficial do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA que possibilite acesso direto ao TRANSFEREGOV;

LV. Indicar a obrigatoriedade de contabilização e guarda dos bens remanescentes e manifestar compromisso de utilização dos bens para assegurar a continuidade da política pública, estando claras as regras e diretrizes de utilização;

LVI. Responder, na figura de seus titulares, na medida de seus atos, competências e atribuições o CONTRATADO e solidariamente, quando for o caso, a UNIDADE EXECUTORA, por desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do instrumento;

LVII. Apresentar, via TRANSFEREGOV, o Plano de Sustentabilidade ou, quando couber, a Declaração de Sustentabilidade do empreendimento ou equipamento a ser adquirido e comunicar ao respectivo Poder Legislativo o compromisso assumido;

LVIII. Observar as condições para reprogramação estabelecidas na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023, na IN MPDG nº 02, de 24 de janeiro de 2018, e suas alterações;

LIX. Tomar outras providências necessárias à boa execução do objeto do Contrato de Repasse.

LX. Caso seja instalada placa de inauguração de conclusão das obras, garantir sua conformidade com o Manual Visual de Placas e Adesivos de Obras, regulamentado e disponibilizado pelo Governo Federal.

LXI. Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica do instrumento em instituição financeira oficial;

LXII. Incluir regularmente no TRANSFEREGOV as informações e os documentos exigidos nas diretrizes programáticas, na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e, se for o caso, na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024, mantendo-o atualizado;

LXIII. Atender ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021, na Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal, no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto nº 7.983, de 2013, nas diretrizes programáticas, na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

de agosto de 2023 e, se for o caso, na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024 e suas alterações, independentemente de formalização de Termo Aditivo ao presente instrumento.

LXIV. Observar os preceitos constitucionais, a legislação ordinária e as normas complementares aplicáveis, bem como suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3 – A CONTRATANTE transferirá, ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, até o limite do valor dos Recursos de Repasse descrito no item V das CONDIÇÕES GERAIS e de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.

3.1 – O CONTRATADO deverá depositar na conta específica do instrumento o valor dos Recursos de Contrapartida descrito no item V das CONDIÇÕES GERAIS, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso, de acordo com os percentuais e as condições estabelecidas na legislação vigente à conta de recursos alocados em seu orçamento.

3.2 – Os recursos transferidos pela União e os recursos do CONTRATADO destinados ao presente Contrato de Repasse, figurarão no Orçamento do CONTRATADO, obedecendo ao desdobramento por fontes de recursos e elementos de despesa.

3.3 – Quando o valor global inicialmente pactuado se demonstrar insuficiente para a execução do objeto, em função da atualização de preços praticados no mercado, poderão ser:

I. utilizados saldos de recursos ou rendimentos de aplicação no mercado financeiro;
II. aportados novos recursos do CONTRATADO; ou
III. reduzidas as metas e etapas, desde que a redução não comprometa a fruição ou funcionalidade do objeto pactuado.

3.4 – Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, na conta vinculada a este Contrato de Repasse, em agência da CAIXA, isenta de cobrança de tarifas bancárias.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO DE INÍCIO DE OBRA

4 – Não haverá análise nem aceite de termo de referência, anteprojeto, projeto, orçamento, resultado do processo licitatório ou outro documento necessário para o início da execução do objeto.

4.1 – O CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA declaram estar cientes da vedação à transferência de recursos durante o período eleitoral, disposta no artigo 73, inciso VI, alínea “a” da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO, LIBERAÇÃO DE RECURSOS E PAGAMENTOS

5 – A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a sua plena execução, respondendo o CONTRATADO

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

e/ou UNIDADE EXECUTORA pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento, não cabendo a responsabilização da CONTRATANTE por inconformidades ou irregularidades praticadas pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, salvo nos casos em que as falhas decorrerem de omissão de responsabilidade atribuída à CONTRATANTE.

5.1 – No acompanhamento da execução do objeto serão verificados:

I. A comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;
II. A compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no plano de trabalho, os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
III. A regularidade das informações registradas pelo CONTRATADO no TRANSFEREGOV;
IV. O cumprimento das metas do plano de trabalho nas condições estabelecidas;
V. A conformidade financeira.

5.2 – A CONTRATANTE comunicará ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica apurados durante a execução do instrumento, procedendo o bloqueio de recursos, ficando estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

5.3 – A CONTRATANTE reportará decisão quanto à aceitação ou não das justificativas apresentadas e, se for o caso, realizará procedimento de apuração de dano ao erário, ensejando registro de inadimplência no TRANSFEREGOV e imediata instauração de Tomada de Contas Especial.

5.4 – A liberação dos recursos financeiros obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho, respeitando a disponibilidade financeira do Gestor do Programa e atendidas as exigências cadastrais vigentes.

5.4.1 – A liberação de recursos deverá ocorrer preferencialmente em parcela única, estando condicionada a:

I – Registro do processo licitatório pelo CONTRATADO no Transferegov.br;

II – Comprovação do envio pelo CONTRATADO do CTEF ou outro instrumento hábil ao PNCP; e

III – No caso de execução de obras e serviços de engenharia, o registro, no Transferegov.br, dos anteprojetos ou projetos de engenharia, documentos de titularidade de área e de licenciamento ambiental.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

5.5 – É vedada a liberação da parcela única ou primeira parcela de recursos para o início de execução do presente Contrato de Repasse caso o CONTRATADO possua instrumentos apoiados com recursos do Governo Federal, no âmbito do mesmo Ministério Concedente, sem execução financeira pelo prazo definido no § 7° do art. 68 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU n° 33/2023 ou no § 15 do art. 41 da Portaria Interministerial n° 424/2016.

5.6 – Os pagamentos realizados pelo CONTRATADO ou UNIDADE EXECUTORA, relativos às despesas de obras executadas com recursos dos instrumentos estão condicionados a:

a. Inserção do boletim de medição, no TRANSFEREGOV, pela empresa contratada para execução do objeto;
b. Ateste do boletim de medição pelo fiscal do CONTRATADO OU UNIDADE EXECUTORA;

5.6.1 – O servidor indicado pelo CONTRATADO responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra deverá assinar e carregar no TRANSFEREGOV o relatório de fiscalização referente a cada medição.

5.6.2 – O CONTRATADO deverá verificar se os materiais aplicados e os serviços realizados atendem aos requisitos de qualidade estabelecidos pelas especificações técnicas dos anteprojetos e dos projetos de engenharia aceitos.

5.6.3 – A execução física será aferida conforme regramento disposto no art. 12 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024 e suas alterações.

5.6.4 – A aferição da execução do objeto, suas metas e fases ou etapas será realizada por meio da verificação da compatibilidade entre o efetivamente executado e o pactuado no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEXTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS

6 – As despesas com a execução do objeto do presente Contrato de Repasse correrão à conta de recursos alocados nos respectivos orçamentos dos contratantes.

6.1 – A emissão do empenho plurianual, quando for o caso, ocorrerá de acordo com determinação específica do Gestor do Programa, com incorporação ao presente Contrato de Repasse mediante Apostilamento.
6.2 – A eficácia deste Instrumento está condicionada à validade dos empenhos, que é determinada por instrumento legal, findo o qual, sem a total liberação dos recursos, o presente Contrato de Repasse fica automaticamente extinto.

6.2.1 – No caso de perda da validade dos empenhos por motivo de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo físico-financeiro poderá ser reduzido, desde que não prejudique a fruição ou funcionalidade do objeto pactuado.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

7 – Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste Instrumento.

7.1 – A programação e a execução financeira deverão ser realizadas em separado, de acordo com a natureza e a fonte de recursos, se for o caso.

7.2 – Antes da realização de cada pagamento, o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA incluirá no TRANSFEREGOV, no mínimo, as seguintes informações:

I. A destinação do recurso;
II. O nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
III. O contrato a que se refere o pagamento realizado;
IV. A meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento;
V. Informações das notas fiscais ou documentos contábeis.

7.3 – Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

7.3.1 – Desde que, justificado pelo CONTRATADO, autorizado pelo Gestor ou pela CONTRATANTE e registrado no TRANSFEREGOV o beneficiário final da despesa, o crédito poderá ser realizado em conta corrente de titularidade do próprio CONTRATADO ou da UNIDADE EXECUTORA, nas hipóteses de:

a. Questões operacionais que impeçam o pagamento por meio do TRANSFEREGOV, excetuando-se falhas de planejamento;
b. Ressarcimento ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo Gestor do Programa e em valores além da contrapartida pactuada, desde que tenha havido a emissão da Autorização de Início de Obra – AIO.

7.3.2 – Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação pela instituição financeira depositária, poderá ser realizado pagamento à pessoa física que não possua conta bancária, restrito ao limite individual de R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) por beneficiário, levando-se em conta toda a duração do instrumento.

7.4 – Os recursos transferidos pela CONTRATANTE não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência do presente Contrato de Repasse, permitido o pagamento de despesas posteriormente desde que comprovadamente realizadas na vigência descrita no item VI das CONDIÇÕES GERAIS.

7.5 – Os recursos financeiros do presente instrumento serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

7.5.1 – Os saldos remanescentes, incluídos os provenientes dos rendimentos de aplicações financeiras, serão restituídos à União e ao CONTRATADO, observada a proporcionalidade dos recursos aportados pelas partes, independentemente da época em que foram depositados.

7.5.2 – Na ocorrência de perdas financeiras decorrentes da aplicação dos recursos, que comprometam a execução do objeto contratual, fica o CONTRATADO obrigado ao aporte adicional de contrapartida.

7.5.3 – É permitida a utilização dos rendimentos de aplicação financeira para:

I. custear valores decorrentes de atualizações de preços, quando o valor global inicialmente pactuado se demonstrar insuficiente;
II. ampliação de metas e etapas, desde que justificado pelo CONTRATADO e autorizado pelo Gestor ou pela CONTRATANTE;
III. reconstrução de obras, relacionadas ao objeto pactuado, danificadas em decorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa ou Câmaras Municipais, na hipótese dos estados, Distrito Federal e municípios, respectivamente;
IV. atualização de preços decorrentes de atualização de data-base, de reajustamento de preços conforme índice previsto no CTEF ou de termo aditivo para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CTEF;
V. os casos em que houver atraso na liberação das parcelas pelo Gestor ou pela CONTRATANTE.

7.6 – Eventuais saldos financeiros verificados quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Contrato de Repasse, inclusive os provenientes das receitas auferidas em aplicações financeiras, deverão ser restituídos integralmente à UNIÃO FEDERAL, no prazo improrrogável de 30 dias do evento, na forma indicada pela CONTRATANTE na época da restituição, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável.

7.6.1 – Nos casos de descumprimento do prazo previsto no item 7.6, a CONTRATANTE solicitará à instituição financeira albergante da conta vinculada a devolução imediata dos saldos remanescentes à conta única do Tesouro Nacional.

7.7 – Deverão ser restituídos, ainda, os valores transferidos acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

a. Quando não houver qualquer execução física referente ao objeto pactuado neste Instrumento nem utilização de recursos;
b. Quando for executado parcialmente o objeto pactuado neste Instrumento;

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

c. Quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas parcial ou final;
d. Quando os recursos forem utilizados em desconformidade com o pactuado neste Instrumento;
e. Quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com o estabelecido no item 7.5.3;
f. Quando houver impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do contrato celebrado.

7.7.1 – Os recursos que permanecerem na conta vinculada, sem terem sido utilizados pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, serão devolvidos acrescidos do resultado da aplicação financeira nos termos do item 7.5, no prazo de até 30 dias do vencimento da vigência do Contrato de Repasse, da conclusão, distrato, extinção ou rescisão contratual, sob pena da imediata instauração de TCE.

7.7.2 – Nos casos de conclusão, distrato, extinção ou rescisão contratual em que o objeto for executado parcialmente, o CONTRATADO deve devolver os recursos utilizados na parte que não possua funcionalidade, devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à conta única do Tesouro.

7.7.3 – Para aplicação do item 7.7.2, a funcionalidade da parte executada será verificada pela CONTRATANTE.

7.7.4 – Vencidos os prazos de devolução descritos no item 7.7.1, os valores devem ser devolvidos devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução de recursos, acrescido a esse montante de 1% no mês de efetivação da devolução de recursos à conta única do Tesouro.

7.7.5 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea “c”, os recursos devem ser devolvidos incluindo os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

7.7.6 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea “d”, será instaurada Tomada de Contas Especial, além da devolução dos recursos liberados devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% no mês de efetivação da devolução dos recursos à Conta Única do Tesouro Nacional.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

7.8 – Para fins de efetivação da devolução dos recursos à União, a parcela de atualização referente à variação da SELIC será calculada proporcionalmente à quantidade de dias compreendida entre a data de referência (conforme IN TCU nº 76/2016, art. 9º) e a data de efetivo crédito do montante devido na conta única do Tesouro.

CLÁUSULA OITAVA – DOS BENS REMANESCENTES AO TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8 – Os bens remanescentes decorrentes do Contrato de Repasse serão de propriedade do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, quando da sua extinção, desde que vinculados à finalidade a que se destinam.

CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS

9 – O Gestor do Programa é a autoridade competente para coordenar e definir as diretrizes do Programa, cabendo à CONTRATANTE o acompanhamento e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho.

9.1 – Sempre que julgar conveniente, o Gestor do Programa poderá promover visitas *in loco* com o propósito do acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas em razão do Contrato de Repasse, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto.

9.2 – É prerrogativa da União, por intermédio do Gestor do Programa e da CONTRATANTE, promover a fiscalização físico-financeira das atividades referentes ao Contrato de Repasse, bem como, conservar, em qualquer hipótese, a faculdade de assumir ou transferir a responsabilidade da execução do objeto, no caso de sua paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

9.3 – As informações relativas à celebração, execução, acompanhamento, fiscalização e de prestação de contas, inclusive àquelas referentes à movimentação financeira dos instrumentos, serão públicas, exceto nas hipóteses legais de sigilo fiscal e bancário e nas situações classificadas como de acesso restrito, consoante o ordenamento jurídico.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO

10 – Obriga-se o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a registrar, em sua contabilidade analítica, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os recursos recebidos da CONTRATANTE, tendo como contrapartida conta adequada no passivo financeiro, com subcontas identificando o Contrato de Repasse e a especificação da despesa.

10.1 – As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA e mantidos em arquivo, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo fixado no Contrato de Repasse.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

10.1.1 – O CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA deverá disponibilizar cópias dos comprovantes de despesas ou de outros documentos à CONTRATANTE sempre que solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11 – A Prestação de Contas referente aos recursos financeiros deverá ser apresentada à CONTRATANTE no prazo descrito no item VI das CONDIÇÕES GERAIS.

11.1 – Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo fixado, a CONTRATANTE estabelecerá o prazo máximo de 45 dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela taxa SELIC.

11.2 – Caso o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA não apresente a prestação de contas nem devolva os recursos nos termos do item anterior, ao término do prazo estabelecido, a CONTRATANTE registrará a inadimplência no TRANSFEREGOV por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

11.3 – Cabe ao representante legal do CONTRATADO prestar contas dos recursos provenientes dos Contratos de Repasse firmados pelos seus antecessores.

11.3.1 – Na impossibilidade de atender ao disposto no item anterior, deve apresentar, à CONTRATANTE, e inserir no TRANSFEREGOV documento com justificativas que demonstrem o impedimento e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público.

11.3.2 – Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo administrador solicitará a instauração de Tomada de Contas Especial.

11.3.3 – Os casos fortuitos ou de força maior que impeçam o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA de prestar contas dos recursos recebidos e aplicados ensejarão o envio de documentos e justificativas à CONTRATANTE, para análise e manifestação do Gestor do Programa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECOLHIMENTO DE TARIFAS EXTRAORDINÁRIAS

12 – Haverá a cobrança de tarifa extraordinária do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA nos seguintes casos em que esse(s) for(em) o(s) causador(es) da demanda:

Descrição	Custo Unitário			
	Regime Simplificado	Nível I	Nível II	Níveis III e IV

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

Descrição	Custo Unitário			
	Regime Simplificado	Nível I	Nível II	Níveis III e IV
Reanálise do Plano de Trabalho	R$ 1.400,00	R$ 1.400,00	R$ 1.400,00	R$ 1.400,00
Verificação do Resultado do Processo Licitatório inapta ou repetida	R$ 3.000,00	R$ 9.200,00	R$ 12.100,00	R$ 33.500,00
Manutenção de contrato, cobrada mensalmente após 180 dias sem execução financeira	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00
Visita ou vistoria in loco em quantidade superior à prevista no Art. 86 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 ou no Art. 12 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024	R$ 4.500,00	R$ 8.300,00	R$ 13.000,00	R$ 23.000,00
Reabertura de PCF ou TCE	R$ 800,00	R$ 4.000,00	R$ 8.200,00	R$ 17.100,00
Alteração de cronograma/eventograma	R$ 1.700,00	R$ 2.400,00	R$ 3.000,00	R$ 3.000,00
Atualização de orçamento	R$ 2.400,00	R$ 4.200,00	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
Exclusão de meta	R$ 3.500,00	R$ 5.500,00	R$ 8.400,00	R$ 8.400,00
Ajustes no anteprojeto ou projeto	R$ 6.500,00	R$ 6.500,00	R$ 9.600,00	R$ 9.600,00
Reprogramação de Remanescente de obra	R$ 5.000,00	R$ 7.500,00	R$ 10.600,00	R$ 10.600,00
Inclusão de meta	R$ 8.500,00	R$ 8.500,00	R$ 12.600,00	R$ 12.600,00
Alteração de escopo	R$ 9.000,00	R$ 14.900,00	R$ 25.700,00	R$ 25.700,00

Descrição	Custo Unitário Nível V	
	Valor de Repasse inferior a R$750.000,00	Valor de Repasse igual ou superior a R$750.000,00
Reanálise do Plano de Trabalho	R$ 1.400,00	R$ 1.400,00
Verificação do Resultado do Processo Licitatório inapta ou repetida	R$ 1.300,00	R$ 4.000,00
Manutenção de contrato, cobrada mensalmente após 180 dias sem execução financeira	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00
Visita ou vistoria in loco em quantidade superior à prevista no Art. 86 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 ou no Art. 12 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024	R$ 3.600,00	R$ 3.600,00
Reabertura de PCF ou TCE	R$ 900,00	R$ 1.700,00
Alteração de cronograma/eventograma	R$ 1.700,00	R$ 2.400,00
Atualização de orçamento	R$ 2.400,00	R$ 4.200,00
Exclusão de meta	R$ 3.500,00	R$ 5.500,00
Ajustes no anteprojeto ou projeto	R$ 6.500,00	R$ 6.500,00
Reprogramação de Remanescente de obra	-	-
Inclusão de meta	R$ 8.500,00	R$ 8.500,00
Alteração de escopo	R$ 2.000,00	R$ 4.000,00

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

12.1 – Os valores dos serviços acima constam em tabela disponível no site do TRANSFEREGOV.

12.2 – O comprovante de pagamento da tarifa extraordinária é apresentado à CONTRATANTE previamente à realização do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA AUDITORIA

13 – Os serviços de auditoria serão realizados pelos órgãos de controle interno e externo da União, sem elidir a competência dos órgãos de controle interno e externo do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, em conformidade com o Capítulo VI do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

13.1 – É livre o acesso dos servidores do Gestor e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da CONTRATANTE, aos processos, documentos e informações referentes aos instrumentos e aos locais de execução do objeto.

13.2 – Em sendo evidenciados pelos Órgãos de Controle ou Ministério Público vícios insanáveis que impliquem nulidade da licitação realizada, o CONTRATADO deverá adotar as medidas administrativas necessárias à recomposição do erário no montante atualizado da parcela já aplicada, o que pode incluir a reversão da aprovação da prestação de contas e a instauração de Tomada de Contas Especial, independentemente da comunicação do fato ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS E DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

14 – É obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido pela CONTRATANTE, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 dias, contados a partir da autorização da CONTRATANTE para o início dos trabalhos, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

14.1 – Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do Contrato de Repasse será obrigatoriamente destacada a participação da CONTRATANTE, do Gestor do Programa, bem como o objeto de aplicação dos recursos, observado o disposto no §1º do art. 37 da Constituição Federal, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

15 – Este Instrumento produzirá efeitos a partir da assinatura de todas as partes, sendo o início de sua vigência a data da última assinatura e o término de acordo com o prazo descrito no item VI das CONDIÇÕES GERAIS, possibilitada a sua prorrogação mediante

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

Termo Aditivo e aprovação da CONTRATANTE, em conformidade com as normas que regulamentam o presente Contrato de Repasse.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DENÚNCIA, RESCISÃO E EXTINÇÃO

16 – O Contrato de Repasse poderá ser:

I. Denunciado a qualquer tempo, por desistência de qualquer um dos partícipes, ficando responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente do acordo, não sendo admissível obrigatoriedade de permanência ou aplicação de sanção aos denunciantes.
II. Rescindido, em função das seguintes motivações:
a) inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;
b) constatação de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado; ou
c) verificação de circunstância que enseje a instauração de TCE; ou
III. Extinto, quando não tiver ocorrido repasse de recursos e houver descumprimento das condições suspensivas, nos prazos estabelecidos no instrumento.

16.1 – São exemplos de motivos para rescisão do Contrato de Repasse a constatação pela CONTRATANTE das seguintes situações:

I. A utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
II. A falsidade ou incorreção de informação de documento apresentado;
III. A verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial;

16.2 – Quando da denúncia ou rescisão do instrumento, o CONTRATADO deverá:

I. devolver os saldos remanescentes, inclusive aqueles oriundos de rendimentos de aplicações financeiras, em até 30 (trinta) dias; e
II. apresentar a prestação de contas final em até 60 (sessenta) dias.

16.3 – A denúncia, rescisão ou extinção deverá ser registrada pela CONTRATANTE no TRANSFEREGOV e publicada no Diário Oficial da União.

16.4 – Os prazos de que trata o item 16.2 deverão ser contados a partir do registro no TRANSFEREGOV.

16.5 – O não cumprimento das disposições de que trata o item 16.2 no prazo previsto ensejará instauração de TCE.

16.6 – Quando da denúncia, rescisão ou extinção do instrumento, o Gestor ou a CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de (60) sessenta dias, contado da data do registro do evento no TRANSFEREGOV, providenciar o cancelamento dos saldos de empenho, independente do indicador de resultado primário.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO PROVIMENTO JUDICIAL LIMINAR

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

17 – A existência de restrição do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA não foi considerada óbice à celebração do presente instrumento, em razão da decisão liminar concedida nos termos especificados no Contrato de Repasse, a qual autorizou a celebração deste instrumento, condicionada à decisão final.

17.1 – Ainda que posteriormente regularizada a restrição apontada no Contrato de Repasse, a desistência da ação ou a decisão judicial desfavorável ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA implicará a desconstituição dos efeitos da respectiva liminar, com a rescisão do presente contrato e a devolução de todos os recursos que eventualmente tenha recebido, atualizados na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

18 – O presente Contrato de Repasse poderá ser alterado mediante proposta, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à CONTRATANTE, em no mínimo 60 (sessenta) dias antes do término da vigência, vedada a alteração do objeto do Contrato de Repasse, exceto para:

a) ampliação do objeto pactuado ou redução ou exclusão de meta ou etapa, desde que não desconfigure a natureza do objeto e não haja prejuízo da fruição ou funcionalidade do objeto; e

b) alteração do local de execução do objeto, desde que, no caso de obras, não tenha sido iniciada a execução física.

18.1 – A alteração do prazo de vigência do Contrato de Repasse, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do Gestor do Programa, será promovida “de ofício” pela CONTRATANTE, limitada ao período do atraso verificado, fazendo disso imediato comunicado ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA.

18.2 – A alteração contratual referente ao valor do Contrato de Repasse será feita por meio de Termo Aditivo, ficando a majoração dos recursos de repasse sob decisão unilateral exclusiva do órgão responsável pela concepção da política pública em execução.

18.3 – São vedadas as alterações da Contrapartida que resulte em valores inferiores ou superiores aos limites mínimos e máximos definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS VEDAÇÕES

19 – Ao CONTRATADO é vedado:

I. Realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;
II. Alterar o objeto do contrato de repasse, exceto para as situações a seguir, desde que previamente aprovadas pela CONTRATANTE:

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

a) ampliação do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta ou etapa, desde que não desconfigure a natureza do objeto e não haja prejuízo da fruição ou funcionalidade do objeto; e

b) alteração do local de execução do objeto, desde que, no caso de obras, não tenha sido iniciada a execução física.

III. Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;

IV. Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas e aos juros, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo Gestor e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

V. Pagar, a qualquer título, empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, dos partícipes, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;

VI. Efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência.

VII. Realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

VIII. Realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no plano de trabalho;

IX. Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal do órgão ou entidade pública da Administração Direta ou Indireta, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

X. Realizar pagamentos de diárias e passagens a militares, servidores e empregados públicos da ativa, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal;

XI. Transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar, quando for o caso;

XII. Computar receitas oriundas dos rendimentos de aplicações no mercado financeiro como contrapartida;

XIII. Adotar o regime de execução direta;

XIV. Utilizar licitação cujo edital tenha sido publicado antes da assinatura do presente Contrato de Repasse ou da emissão Laudo de Análise Técnica, que consubstancia a análise técnica de engenharia e a análise documental de objeto que envolva obra, conforme previsto na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023.

XV. Celebrar parcerias com entidades impedidas de receber recursos federais;

19.1 – Os custos de análise das alterações do objeto originalmente pactuado, se houver, nos casos de contrato de repasse, serão de responsabilidade exclusiva do CONTRATADO.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES

20 – Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução do Contrato de Repasse deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

20.1 – As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao Contrato serão consideradas como regularmente feitas se inseridas no TRANSFEREGOV ou entregues por carta protocolada, telegrama, fax ou correspondência eletrônica, com comprovante de recebimento, nos endereços descritos no item VIII das CONDIÇÕES GERAIS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA DIVULGAÇÃO DE DADOS PESSOAIS SEGUNDO A LGPD

21 – Em observância aos preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD – Lei 13.709/2018, os signatários autorizam a divulgação de seus dados pessoais constantes neste instrumento para fins de publicidade e transparência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

22 – As partes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste, sempre que viável, à tentativa de conciliação perante a Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Federal (CCAF), da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 37 da Lei nº 13.140, de 2015, do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, e do Decreto nº 11.174, de 16 de agosto de 2022. Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Contrato de Repasse, o foro da Justiça Federal, descrito no item VII das CONDIÇÕES GERAIS, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e pactuados firmam este Instrumento, que será assinado pelas partes, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele.

_____	_____
Assinatura da CONTRATANTE	Assinatura do CONTRATADO
Nome: CELIO AMERICO ALVES IZIDORO	Nome: LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT
Matrícula Funcional: c040868-1	Matrícula Funcional: 851811

_____

Assinatura do Supervisor ou Coordenador
(Contrato em Conformidade)
Nome: MARCELO FANK
Matrícula Funcional: C129267

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

Grau de Sigilo
#PUBLICO

INSTRUMENTO DE REPASSE Nº 4127700/2023

INSTRUMENTO DE REPASSE QUE ENTRE SI CELEBRAM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NA QUALIDADE DE REPRESENTANTE DE ITAIPU, E O(A) MUNICÍPIO DE TOLEDO, PARA IMPLANTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE SANEAMENTO AMBIENTAL, MANEJO DE ÁGUA E SOLO, ENERGIAS RENOVÁVEIS E OBRAS SOCIAIS, COMUNITÁRIAS E DE INFRAESTRUTURA DO PROGRAMA ITAIPU MAIS QUE ENERGIA.

Por este Instrumento Particular, as partes abaixo nominadas e qualificadas têm, entre si, justo e acordado o repasse de recursos da entidade binacional ITAIPU, em conformidade com as disposições deste Instrumento de Repasse, ao qual os contratantes se sujeitam, desde já, na forma ajustada a seguir:

SIGNATÁRIOS

I – CONTRATANTE – CAIXA, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969 e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 6 de março de 1970, regendo-se pelo Estatuto Social aprovado na Assembleia Geral de 19 de janeiro de 2018, em conformidade com o Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e suas alterações, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.360.305/0001-04, neste ato representada por MARCOS REBELO LOPES, CPF nº 098.694.197-20, residente e domiciliado(a) em Rua José Loureiro, 195, 15º andar - Ed. Sede I - Curitiba - PR, conforme Procuração lavrada em notas do 2º Tabelião de Notas e Protesto BRASÍLIA/DF, no livro 3577-P, folha 065, em 05/09/2023 e substabelecimento lavrado em notas do 2º Tabelião de Notas e Protesto BRASÍLIA/DF, no livro 3579-P, folha 113, em 29/09/2023, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, na qualidade de REPRESENTANTE de ITAIPU, entidade binacional, constituída nos termos do Artigo III do Tratado firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, em 26 de abril de 1973, com sedes em Brasília/DF, no Setor Comercial Sul, Quadra 09, Lote C, Bloco A, Torre B, Edifício Parque Cidade Corporate, Salas 704 e 705, Asa Sul, CEP 70.308-200, e em Assunção, Paraguai, na Avenida España, 850, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 00.395.988/0001-35.

II – CONTRATADO – MUNICÍPIO DE TOLEDO, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 76.205.806/0001-88, neste ato representado pelo respectivo Prefeito Municipal, Senhor Luis Adalberto Beto Lunitti Pagnussatt, CPF nº 483.580.029-04, residente e domiciliado(a)

em Rua Luzerna, 55, Jardim Gisela, Toledo-PR, doravante denominado(a) simplesmente CONTRATADO.

CONDIÇÕES GERAIS

I – OBJETO DO INSTRUMENTO DE REPASSE
Implementação das ações/atividades selecionadas por Itaipu, conforme o Plano de Ações que integra este instrumento.

II – DESCRIÇÃO FINANCEIRA

- Recursos do Repasse por ITAIPU: R$ 4.018.396,04 (quatro milhões dezoito mil trezentos e noventa e seis reais e quatro centavos).
- Recursos da Contrapartida aportada pelo CONTRATADO: R$ 1.249.128,71 (um milhão duzentos e quarenta e nove mil cento e vinte e oito reais e setenta e um centavos).
- Valor de Investimento (Repasse + Contrapartida): R$ 5.267.524,75 (cinco milhões duzentos e sessenta e sete mil quinhentos e vinte e quatro reais e setenta e cinco centavos).
- Conta vinculada do CONTRATADO: agência nº 0726, conta nº 006.71131-0.

III – PRAZOS

- Vigência Contratual: 36 meses.
- Encerramento do Instrumento de Repasse: até 60 (sessenta) dias após o término da vigência deste instrumento ou conclusão da execução da atividade, o que ocorrer primeiro.
- Arquivamento: serão mantidos nos arquivos do CONTRATADO pelo prazo de 10 (dez) anos a partir do encerramento do instrumento.

IV – FORO
Justiça Federal, Seção Judiciária de Curitiba**.**

V-A – ENDEREÇOS FÍSICOS
Endereço para entrega de correspondências ao CONTRATADO: Rua Raimundo Leonardi, 1586 - Centro - CEP 85900-110 - Toledo - PR.
Endereço para entrega de correspondências à CONTRATANTE: Rua Souza Naves, 3891 - Cep - 85810-070 Cascavel - PR.

V-B – ENDEREÇOS ELETRÔNICOS
Endereço eletrônico do CONTRATADO: guilherme.chiella@toledo.pr.gov.br; marcelo.peres@caixa.gov.br; ellen.macorin@toledo.pr.gov.br; tatiane.ferreira@toledo.pr.gov.br; sincler.miguel@toledo.pr.gov.br; gabinete@toledo.pr.gov.br; jadyr.donin@toledo.pr.gov.br; planejamento.desiree@toledo.pr.gov.br; planejamento.eliana@toledo.pr.gov.br; tesouraria.maicon@toledo.pr.gov.br; contabil.giani@toledo.pr.gov.br.
Endereço eletrônico da CONTRATANTE: regovcv@caixa.gov.br.

Pelo presente documento, as partes nominadas no Instrumento de Repasse, pactuam as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PLANO DE AÇÕES

1 – O Plano de Ações aprovado pela Itaipu é parte integrante do presente Instrumento de Repasse, independente de transcrição.
1.1 – A documentação técnica das atividades selecionadas deve ser apresentada à CONTRATANTE nos prazos previstos no cronograma físico/financeiro aprovado no Plano de Ações.
1.2 – O descumprimento dos prazos pode acarretar na aplicação do previsto nas CLÁUSULAS DÉCIMA QUARTA E DÉCIMA SÉTIMA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2 – Como forma mútua de cooperação na execução das atividades do Instrumento de Repasse, são obrigações das partes:

2.1 – DA CONTRATANTE

I. Analisar a compatibilidade da documentação técnica com os projetos selecionados;
II. Celebrar o Instrumento de Repasse, após atendimento dos requisitos pelo CONTRATADO;
III. Acompanhar e atestar a execução físico-financeira da atividade;
IV. Transferir ao CONTRATADO os recursos financeiros, em conta vinculada sob bloqueio, observado o disposto na CLÁUSULA QUINTA deste Instrumento;
V. Monitorar e acompanhar a conformidade física e financeira durante a execução do presente instrumento;
VI. Analisar eventuais solicitações de reprogramação dos Anteprojetos, Projetos Técnicos ou Termos de Referência, submetendo-as, quando for o caso, a ITAIPU, mediante o pagamento de taxa de reanálise;
VII. Verificar a documentação do resultado do processo licitatório apresentado pelo CONTRATADO, conforme previsto no Processo de Seleção;
VIII. Aferir a execução das atividades pactuadas neste instrumento;
IX. Verificar a existência da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, quando se tratar de obras e serviços de engenharia;
X. Notificar previamente o CONTRATADO, quando detectadas impropriedades ou irregularidades no acompanhamento da execução da atividade do instrumento;
XI. Receber e analisar os documentos comprobatórios do Encerramento do Instrumento de Repasse apresentados pelo CONTRATADO, bem como notificá-lo quando da não apresentação Encerramento do Instrumento de Repasse no prazo fixado, e/ou quando constatada a má aplicação dos recursos;
XII. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do presente instrumento, providenciar a emissão do termo de encerramento do contrato;
XIII. Manter, por si e por seus prepostos, completo sigilo sobre os dados, informações, documentos e pormenores fornecidos pelo CONTRATADO, bem como a não divulgar a terceiros quaisquer informações relacionadas com o objeto deste instrumento, exceto quanto aos órgãos legalmente incumbidos de fiscalização, sem a prévia autorização dada pelo CONTRATADO, por escrito, obrigando-se, também, a não utilizar o nome ou a logomarca do CONTRATADO sem sua prévia autorização, respondendo civil e criminalmente pela inobservância destas obrigações.

2.2 – DO CONTRATADO

I. Consignar no Orçamento do exercício corrente ou, em lei que autorize sua inclusão, os recursos necessários para executar o objeto do Instrumento de Repasse e, no caso de investimento que extrapole o exercício, consignar no Plano Plurianual os recursos para atender às despesas em exercícios futuros que, anualmente constarão do seu Orçamento;
II. Definir o regime de execução da atividade do Instrumento de Repasse como indireto, exceto para as atividades de terraços e recuperação de nascentes que poderão ser executadas de forma direta como contrapartida física, sem o repasse de recursos financeiros;
III. Respeitar as normas aplicáveis na utilização de recursos financeiros da ITAIPU conforme CLÁUSULA SEXTA;
IV. Elaborar os anteprojetos ou os projetos técnicos e apresentar toda documentação técnica necessária à execução do objeto pactuado neste instrumento, bem como os documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, observando o item 1.1 da CLÁUSULA PRIMEIRA;
V. Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução da atividade pactuado no Instrumento de Repasse, observando prazos e custos, designando profissional habilitado e com experiência necessária ao acompanhamento e controle das obras e serviços com a respectiva ART ou RRT da prestação de serviços de fiscalização a serem realizados;
VI. Apresentar à CONTRATANTE a declaração de capacidade técnica, indicando o servidor ou servidores que acompanharão a obra ou serviço de engenharia;
VII. Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos anteprojetos ou projetos e da execução dos serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e o objeto pactuado neste instrumento, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população, quando detectados pela CONTRATANTE ou pelos órgãos de controle;
VIII. Selecionar as áreas de intervenção em conformidade com as localizações informadas no momento da seleção, informando à CONTRATANTE sempre que houver alterações;
IX. Realizar o processo licitatório, sob sua inteira responsabilidade, assegurando a correção dos procedimentos legais, nos termos da Lei de Licitações vigente;
X. Apresentar declaração expressa firmada por representante legal do CONTRATADO atestando o atendimento das disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório;
XI. Exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o CTEF – Contrato de Execução e Fornecimento de Obras ou Serviços ou Equipamentos;
XII. Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Instrumento de Repasse, após sua execução, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;
XIII. Comprovar a boa e regular aplicação da totalidade dos recursos transferidos pela CONTRATANTE e da contrapartida do CONTRATADO, destinados à consecução das atividades no prazo fixado neste Instrumento de Repasse;
XIV. Fornecer à CONTRATANTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;
XV. Prever no edital de licitação e no CTEF que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução da atividade contratado;

XVI. Instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação dos recursos, irregularidade na execução do CTEF ou gestão financeira do Instrumento de Repasse, comunicando tal fato à CONTRATANTE;

XVII. Afixar placas e adesivos indicativos das obras/equipamentos, conforme orientações constantes no processo de seleção de ITAIPU;

XVIII. Iniciar o procedimento licitatório observando o cronograma, conforme o objeto pactuado neste instrumento;

XIX. Responsabilizar-se pelos encargos de natureza trabalhista, previdenciária e tributária, bem como os de natureza securitária, de seu pessoal, próprio ou terceirizado, designado pelo CONTRATADO ou por empresas por ela contratadas que, a qualquer título, exercer atividades relacionadas a este Instrumento de Repasse, não sendo transferida à CONTRATANTE nenhuma responsabilidade a este título;

XX. Responsabilizar-se por prejuízos causados pelo CONTRATADO ou pelos seus prepostos a pessoas ou bens, na execução deste instrumento e resultantes de atos ou omissões dolosas ou culposas, tais como negligência, imprudência ou imperícia;

XXI. Refazer, sob sua exclusiva e integral responsabilidade, sem ônus para a CONTRATANTE, as atividades realizadas em desacordo com o Plano de Ações;

XXII. Não utilizar os recursos recebidos da CONTRATANTE em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Ações e neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

XXIII. Propiciar, no local de realização da atividade, os meios e as condições necessárias para que a CONTRATANTE possa realizar supervisões;

XXIV. Cumprir, na execução das atividades deste instrumento, as normas legais e regulamentares de proteção, preservação e conservação ambiental aplicáveis, obtendo as necessárias licenças ou autorizações ambientais, ou comprovando, quando for o caso, a sua dispensa ou inexigibilidade junto ao órgão ambiental competente;

XXV. Restituir à ITAIPU eventual saldo dos recursos financeiros repassados ao CONTRATADO, inclusive aquele proveniente de rendimentos de aplicação financeira, em virtude da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Instrumento de Repasse;

XXVI. Transferir, mediante iniciativa de ITAIPU, os recursos financeiros originalmente destinados, o saldo de recursos não utilizados e os rendimentos de aplicação financeira deste contrato para contas vinculadas a outros contratos de mesma titularidade ou de titularidade de outros MUNICIPIOS;

XXVII. Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos no local onde forem contabilizados os documentos originais fiscais ou equivalentes, comprobatórios das despesas realizadas com recursos do presente Instrumento de Repasse pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da aprovação, por ITAIPU, do Encerramento do Instrumento de Repasse;

XXVIII. Realizar as despesas para execução das atividades deste Instrumento de Repasse, expresso no Plano de Ações, dentro da vigência deste instrumento;

XXIX. Fazer constar no CTEF a obrigação das empresas contratadas, quando da emissão de notas fiscais ou equivalentes, indicar no corpo das notas fiscais ou equivalentes o número deste Instrumento de Repasse e a fonte dos recursos financeiros;

XXX. Estar ciente de que a CONTRATANTE está autorizada a efetuar o resgate dos saldos remanescentes da conta vinculada ao instrumento, nos casos em que não houver a devolução dos recursos no prazo previsto;

XXXI. Tomar outras providências necessárias à boa execução das atividades do Instrumento de Repasse;
XXXII. Caso seja instalada placa de inauguração de conclusão das obras, garantir sua conformidade com o modelo de placas definido por ITAIPU;
XXXIII. Fazer citação de destaque à ITAIPU em qualquer divulgação/publicidade do objeto contratado;
XXXIV. Utilizar dos sistemas informatizados disponibilizados por ITAIPU para registro fotográfico, documentos fiscais, relatórios, boletins e demais documentos e procedimentos relacionados aos Instrumentos de Repasse.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3 – A CONTRATANTE transferirá, ao CONTRATADO, até o limite do valor dos Recursos de Repasse descrito no item II das CONDIÇÕES GERAIS.
3.1 – O CONTRATADO aportará o valor dos Recursos de Contrapartida descrito no item II das CONDIÇÕES GERAIS previamente ao pagamento dos fornecedores ou prestadores de serviços.
3.2 – Quando o valor da atividade inicialmente pactuado se demonstrar insuficiente para a execução da atividade, em função da atualização de preços praticados no mercado e/ou da modificação dos projetos/atividades, poderão ser aportados novos recursos de contrapartida pelo CONTRATADO.
3.3 – Quando o valor da atividade inicialmente pactuado se demonstrar superior ao necessário para a execução da atividade, em função da atualização de preços praticados no mercado e/ou da modificação dos projetos/atividades, deve ser realizado o reequilíbrio financeiro do contrato, respeitando a contrapartida mínima do CONTRATADO.
3.4 – Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, na conta vinculada ao Instrumento de Repasse, em agência da CAIXA, isenta de cobrança de tarifas bancárias.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DA ATIVIDADE

4 – O CONTRATADO manifesta sua expressa concordância em aguardar a autorização escrita da CONTRATANTE para o início da execução das atividades deste Instrumento de Repasse.
4.1 – A autorização ocorrerá após a finalização da verificação do resultado do processo licitatório pela CONTRATANTE.
4.2 – Eventual execução das atividades realizada antes da autorização da CONTRATANTE não será objeto de medição para liberação de recursos até a emissão da autorização acima disposta.
4.3 – As obras devem iniciar dentro de um prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de emissão da autorização para início da atividade pela CONTRATANTE.
4.4 – Obras e/ou serviços a serem executados com contrapartida física do CONTRATADO podem ser iniciados assim que assinado o Instrumento de Repasse.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO, LIBERAÇÃO E DESBLOQUEIO DE RECURSOS

5 – A execução das atividades será acompanhada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a sua plena execução, respondendo o CONTRATADO pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento, não

cabendo a responsabilização da CONTRATANTE por inconformidades ou irregularidades praticadas pelo CONTRATADO

5.1 – No acompanhamento da execução das atividades serão verificados:

I. A comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma estabelecida no Processo de Seleção;
II. A compatibilidade entre a execução das atividades, o que foi estabelecido no Plano de Ações, os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
III. A regularidade das informações registradas pelo CONTRATADO em sistema disponibilizado por ITAIPU;
IV. O cumprimento das atividades do Plano de Ações nas condições estabelecidas;
V. A conformidade financeira.

5.2 – A CONTRATANTE comunicará ao CONTRATADO quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica apurados durante a execução do instrumento, suspendendo o desbloqueio de recursos, ficando estabelecido o prazo de 30(trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

5.3 – A CONTRATANTE reportará decisão quanto à aceitação ou não das justificativas apresentadas e, se for o caso, encaminhará a ITAIPU para as devidas providências.

5.4 – A disponibilização dos recursos financeiros na conta vinculada da CONTRATADA ocorrerá após assinatura do Instrumento de Repasse e será realizada sob bloqueio.

5.5 – O desbloqueio de recursos ocorrerá na periodicidade mensal, mediante apresentação da documentação constante na CLÁUSULA SEXTA.

5.6 – O servidor indicado pelo CONTRATADO responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra deverá assinar e carregar no sistema de ITAIPU a documentação referente a cada desbloqueio.

5.7 – Após a comprovação da homologação do processo licitatório pelo CONTRATADO, o cronograma de desembolso deverá ser ajustado em observação ao grau de execução estabelecido no referido processo licitatório.

5.8 – A aferição da execução das atividades será realizada por meio da verificação da compatibilidade entre o efetivamente executado e o pactuado no Plano de Ações, conforme os marcos estabelecidos na Tabela 1.

Tabela 1 – Marcos de vistoria por Instrumento de Repasse

	IR até R$750 mil	**IR de R$750 mil até R$1,5 milhões**	**IR de R$1,5 até R$5 milhões**	**IR acima de R$5 milhões**
Número de vistorias	Acompanhamento (vistoria) do serviço na etapa de 100% da execução financeira (conclusão), ou seja, 1 vistoria in loco	Acompanhamento (vistoria) do serviço nas etapas de 50% e 100% da execução financeira (conclusão), ou seja, 2 vistorias in loco.	Acompanhamento (vistoria) do serviço a cada etapa de 33% de execução financeira, ou seja, 3 vistorias in loco.	Acompanhamento (vistoria) do serviço a cada 20% de avanço da execução financeira, ou seja, 5 vistorias in loco.

5.9 – Cabe ao representante legal do CONTRATADO dar continuidade à execução dos Instrumento de Repasse firmados pelos seus antecessores.

5.10 – O desbloqueio dos recursos financeiros será suspenso total ou parcialmente no caso de inadimplemento do CONTRATADO com relação a qualquer cláusula prevista neste instrumento.

5.11 – A falta de entrega da documentação prevista na CLÁUSULA SEXTA pela CONTRATANTE, ou demais irregularidades constatadas, implicará a suspensão dos desbloqueios dos recursos solicitados, até que os problemas sejam sanados.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

6 – Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Ações, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste Instrumento.
6.1 – Antes da realização de cada desbloqueio, o CONTRATADO apresentará, no sistema fornecido por ITAIPU, os documentos detalhados nos subitens a seguir.
6.1.1 – Autorização de Desbloqueio, contendo:

- O nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
- O nº do Instrumento de Repasse a que se refere o pagamento a ser realizado;
- A atividade do Plano de Ações relativa ao pagamento;
- Informações das notas fiscais ou documentos equivalentes;
- Dados bancários do fornecedor/prestador de serviços para a realização do pagamento.

6.1.2 – Cópia das notas fiscais ou equivalentes, observando as seguintes disposições:

- Ser referentes as despesas compatíveis com as atividades previstas no Plano de Ações e realizadas no período de vigência do Instrumento de Repasse;
- Ser emitidas pelo fornecedor contratado, em nome e CNPJ do CONTRATADO;
- Corresponder ao valor solicitado para desbloqueio.

6.1.3 – A documentação fiscal deve ser apresentada acompanhada da “Declaração de Correspondência de Recursos e Despesas” do CONTRATADO, atestando que os comprovantes fiscais correspondem a execução do objeto e utilização exclusiva dos recursos do instrumento, detalhando as fontes de recursos e que serão mantidos nos arquivos pelo prazo de 10 (dez) anos a partir do encerramento do instrumento.
6.1.4 – Quando a atividade for contratação de obras/empreendimentos, também devem ser apresentados:

- Boletim de medição;
- Relatório Resumo do Empreendimento;
- Evidências físicas por meio de registro(s) fotográfico(s);
- Termo de Responsabilidade do uso do sistema de abastecimento de água e/ou sistema de geração fotovoltaica para o último desbloqueio.

6.1.5 – Quando a atividade for aquisição de equipamentos, também devem ser apresentados:

- Termo de Responsabilidade do uso, funcionamento e guarda do equipamento, conforme modelo definido no Programa;
- Evidências físicas da entrega por meio de registro fotográfico, com destaque da comunicação visual do Programa, conforme modelo definido no Programa.

6.1.6 – Quando a atividade for elaboração de planos, estudos e projetos, além dos documentos fiscais, o CONTRATADO também deve apresentar plano, estudo ou projeto contratado, conforme etapa executada, para solicitação de desbloqueio dos recursos financeiros e análise da CONTRATANTE.
6.2 – Os pagamentos serão realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, informados pelo CONTRATADO na solicitação do desbloqueio.
6.3 – Os recursos transferidos pela CONTRATANTE não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência do presente Instrumento

de Repasse, permitido o pagamento de despesas posteriormente desde que comprovadamente realizadas na vigência descrita no item III das CONDIÇÕES GERAIS.
6.4 – No caso de recursos financeiros destinados ao pagamento de obras/empreendimentos, a última parcela dos recursos ficará condicionada à vistoria final in loco para constatação da execução da atividade, ou seja, após a entrega da obra.
6.5 – Os recursos transferidos, enquanto não utilizados, serão aplicados em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal.
6.5.1 – A aplicação dos recursos, creditados na conta vinculada ao Instrumento de Repasse, em fundo de curto prazo será automática, após assinatura pelo CONTRATADO do respectivo Termo de Adesão ao fundo no ato de regularização da conta.
6.5.2 – Desde que autorizado pela ITAIPU, os rendimentos de aplicação financeira e eventuais saldos financeiros poderão ser utilizados para a execução de novas atividades ou ampliação das já existentes, após pagamento de tarifa extraordinária, conforme CLÁUSULAS DÉCIMA PRIMEIRA E DÉCIMA QUINTA.
6.5.3 – O saldo de recursos repassados e os rendimentos provenientes da aplicação dos recursos das contas vinculadas que não tenham sido aplicados devem ser devolvidos a ITAIPU ao final da execução das atividades contratadas, considerando o previsto no inciso XXVI do item 2.2 da CLÁUSULA SEGUNDA, devendo constar no termo Encerramento do Instrumento de Repasse.
6.5.4 – Na ocorrência de perdas financeiras decorrentes da aplicação dos recursos, que comprometam a execução das atividades contratuais, fica o CONTRATADO obrigado ao aporte adicional de contrapartida.
6.6 – Eventuais saldos financeiros verificados quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Contrato de Repasse, inclusive os provenientes das receitas auferidas em aplicações financeiras, deverão ser restituídos integralmente à ITAIPU, no prazo improrrogável de 30 dias do evento, na forma indicada pela CONTRATANTE na época da restituição.
6.6.1 – Nos casos de descumprimento do prazo previsto no item 6.6, a CONTRATANTE solicitará à agência da conta vinculada a devolução imediata dos saldos remanescentes à conta indicada por ITAIPU.
6.7 – Deverão ser restituídos, ainda, os recursos transferidos referentes à atividade, acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

a) Quando não houver qualquer execução física referente à atividade pactuada neste instrumento nem utilização de recursos;
b) Quando for executado parcialmente a atividade pactuada neste instrumento;
c) Quando não for apresentada documentação comprobatória de boa e regular aplicação dos recursos;
d) Quando os recursos forem utilizados em desconformidade com o pactuado neste instrumento;
e) Quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com o estabelecido no item 6.5.2;
f) Quando houver impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do instrumento celebrado.

6.7.1 – Nos casos de conclusão, distrato, extinção ou rescisão contratual em que a atividade for executada parcialmente, o CONTRATADO deve devolver os recursos utilizados na parte que não possua funcionalidade, devidamente atualizados, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos,

acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à conta indicada por ITAIPU.
6.7.2 – Para aplicação do item 6.7.1, a funcionalidade da parte executada será verificada pela CONTRATANTE.
6.8 – Para fins de efetivação da devolução dos recursos a ITAIPU, a parcela de atualização referente à variação da SELIC será calculada proporcionalmente à quantidade de dias compreendida entre a data de referência e a data de efetivo crédito do montante devido na conta de ITAIPU.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS BENS REMANESCENTES AO TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

7 – Os bens remanescentes decorrentes do Instrumento de Repasse serão de propriedade do CONTRATADO, quando da sua extinção, desde que vinculados à finalidade a que se destinam.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PRERROGATIVAS

8 – ITAIPU é a autoridade competente para coordenar e definir as diretrizes do Programa, cabendo à CONTRATANTE o acompanhamento e avaliação das ações constantes no Plano de Ações.
8.1 – Sempre que julgar conveniente, a ITAIPU pode solicitar à CONTRATANTE informações referentes as contas vinculadas, bem como poderá promover visitas *in loco* nos projetos com o propósito do acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas em razão do Instrumento de Repasse, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto.

CLÁUSULA NONA – DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO

9 – Obriga-se o CONTRATADO a registrar, em sua contabilidade analítica, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os recursos recebidos da CONTRATANTE, tendo como contrapartida conta adequada no passivo financeiro, com subcontas identificando o Instrumento de Repasse e a especificação da despesa.
9.1 – As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do CONTRATADO, devidamente identificados com o nome do Programa e o número deste Instrumento de Repasse, e mantidos em arquivo, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo fixado no Instrumento de Repasse.
9.1.1 – O CONTRATADO deverá disponibilizar cópias dos comprovantes de despesas ou de outros documentos à CONTRATANTE sempre que solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA – ENCERRAMENTO DO INSTRUMENTO DE REPASSE

10 – O Encerramento do Instrumento de Repasse consiste na etapa de comprovação de que os recursos previstos neste instrumento tiveram boa e regular aplicação, em atendimento ao que foi planejado e aprovado entre as partes no Plano de Ações.
10.1 – A documentação deve ser inserida no sistema fornecido por ITAIPU.
10.2 – No encerramento do Instrumento de Repasse, o CONTRATADO deve apresentar o Relatório de Conclusão do Objeto, contendo as justificativas de cumprimento parcial ou

não cumprimento do objeto, quando for o caso e o Termo de Aceitação Definitiva no caso de obras de engenharia, conforme modelo definido para o Programa.
10.3 – Findo o presente Instrumento de Repasse, observado o fiel cumprimento das atividades e das obrigações pactuadas, os bens patrimoniais adquiridos, construídos e/ou produzidos serão revertidos ao CONTRATADO.
10.4 – A CONTRATANTE fará o acompanhamento da execução deste instrumento, além do exame das despesas, com avaliação técnica relativa à correta aplicação dos recursos, e o atingimento dos objetivos estabelecidos.
10.5 – Quando a entrega do relatório de conclusão do objeto pelo CONTRATADO não ocorrer no prazo fixado ou caso seja identificada inconsistência na documentação apresentada, a CONTRATANTE estabelecerá o prazo máximo de 30 dias para sua apresentação/regularização, sob a pena de aplicação do previsto na CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA.
10.6 – Caso o CONTRATADO não apresente o relatório ou regularize as pendências apresentadas, ao término do prazo estabelecido, a CONTRATANTE comunicará a ITAIPU, para adoção das medidas necessárias.
10.6.1 – Na impossibilidade de atender ao disposto no item anterior, o CONTRATADO deve apresentar à CONTRATANTE e inserir no sistema de ITAIPU, documento com justificativas que demonstrem o impedimento e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público.
10.7 – Transcorrido o prazo sem que as irregularidades/inconsistências tenham sido solucionadas, não será celebrado o termo de encerramento do instrumento de repasse, sob a pena de aplicação do previsto na CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECOLHIMENTO DE TARIFAS EXTRAORDINÁRIAS

11 – Haverá a cobrança de tarifa extraordinária do CONTRATADO nos seguintes casos em que esse der causa:

Tabela 2 – Serviços Extraordinários

SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS		TARIFA	VALOR MÍNIMO
ANÁLISE TÉCNICA		1,60%	14.900,00
VERIFICAÇÃO DO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO		0,40%	2.000,00
ALTERAÇÃO CONTRATUAL EXTRAORDINÁRIA	ADITIVO	R$ 2.100,00	-
	PARECER DE REPROGRAMAÇÃO	1,60%	8.000,00
VISTORIAS TÉCNICAS EXTRAORDINARIAS		R$ 6.900,00	-

11.1 – O comprovante de pagamento da tarifa extraordinária é apresentado à CONTRATANTE previamente à realização do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS/EQUIPAMENTOS E DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

12 – É obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido por ITAIPU, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 dias, contados a partir da autorização da CONTRATANTE para o início dos trabalhos.
12.1 – Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do Instrumento de Repasse será obrigatoriamente destacada a participação de ITAIPU, bem como o objeto de aplicação dos recursos.
12.2 – Para as atividades que envolvam aquisição de equipamentos, com exceção de materiais de consumo, compreendidas pelos abastecedouros comunitários, distribuidores de dejetos, cisternas, triturador de galhos, biodigestor – pequeno porte entre outros a identificação da parceria se dará por meio da adesivagem contendo os logos da parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

13 – Este Instrumento produzirá efeitos a partir da assinatura de todas as partes, sendo o início de sua vigência a data da última assinatura e o término de acordo com o prazo descrito no item III das CONDIÇÕES GERAIS, possibilitada a sua prorrogação mediante Termo Aditivo, a ser apresentado com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término da vigência, e aprovação da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

14 – O Instrumento de Repasse poderá ser denunciado por qualquer das partes e rescindido a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações assumidas na sua vigência.
14.1 – Constitui motivo para rescisão do Instrumento de Repasse o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pela CONTRATANTE:

I. A utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Ações;
II. Não apresentação das prestações de contas parciais/final, no prazo estabelecido;
III. Não aprovação do Encerramento do Instrumento de Repasse;
IV. A falsidade ou incorreção de informação de documento apresentado;
V. O descumprimento dos prazos para apresentação da documentação técnica, conforme previsto na CLÁUSULA PRIMEIRA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO

15 – O presente Instrumento de Repasse poderá ser alterado mediante proposta, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à CONTRATANTE, em no mínimo 60 (sessenta) dias do término da vigência, a qual será apreciada pela ITAIPU.
15.1 – A alteração contratual referente ao valor do Instrumento de Repasse será feita por meio de Termo Aditivo, não sendo condicionante para o desbloqueio dos recursos.
15.2 – Nos casos em que for admitida a redução ou exclusão de atividades, é necessária a solicitação justificada do CONTRATADO e o atendimento das condições abaixo:

a. não represente prejuízo à funcionalidade da atividade pactuada;
b. haja a redução da participação financeira do valor de repasse proporcional à redução de metas e etapas, com a devolução dos recursos liberados relativos às etapas e às metas reduzidas, inclusive aqueles provenientes de sua aplicação financeira;

c. o CONTRATADO formalize compromisso de arcar com as despesas necessárias à imediata operacionalização da atividade, quando couber;
d. o novo Plano de Ações seja aprovado contemplando os ajustes propostos.

15.3 – As adequações no Plano de Ações de natureza meramente operacional, que não constituam alterações significativas do Instrumento de Repasse, poderão ser realizadas por um Relatório justificado do CONTRATADO com a aprovação de ITAIPU, conforme modelo disponibilizado pela ITAIPU.
15.4 – As tarifas de formalização do Aditivo e dos eventuais serviços que sejam necessários para execução das atividades incluídas serão de responsabilidade do CONTRATADO,
exceto nos casos demandados por ITAIPU.
15.5 – Havendo necessidade de reprogramação deste Instrumento de Repasse, o CONTRATADO deve apresentar a documentação técnica à CONTRATANTE que, após a análise, emitirá o Parecer de Reprogramação a ser submetido à ITAIPU para aceite ou rejeição.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS VEDAÇÕES

16 – Ao CONTRATADO é vedado:

I. Realizar despesas a empregado da ITAIPU, a qualquer título;
II. Realizar despesas a título de taxa de administração ou similar;
III. Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal do órgão ou entidade pública da Administração Direta ou Indireta, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
IV. Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;
V. Realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;
VI. Efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;
VII. Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas e aos juros decorrentes de atraso na transferência de recursos pela CONTRATANTE, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;
VIII. Realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no plano de trabalho;
IX. Pagar, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;
X. Computar receitas oriundas dos rendimentos de aplicações no mercado financeiro como contrapartida.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

17 – O CONTRATADO deve estar ciente de que poderá ser suspenso seu acesso aos recursos de ITAIPU, por período de 12 a 60 meses, conforme Tabela 3, nos seguintes casos:

a. A divulgação/publicidade das atividades contratadas sem a devida citação de destaque de ITAIPU, conforme estabelecido no Manual de Identidade Visual do Programa, disponível no endereço eletrônico: https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/manual-de-utilizacao-da-logomarca;
b. Inexecução e/ou cumprimento parcial do(s) objeto(s) estabelecido(s) no Instrumento de Repasse;
c. Inexecução e/ou descumprimento das obrigações estabelecidas no Instrumento de Repasse;
d. Falha ao reportar e/ou realizar o devido registro das ações exigidas nas obrigações de integridade;
e. Irregularidades na destinação e/ou uso dos recursos.

Tabela 3 - Prazos de Penalidades

OCORRÊNCIA	PRAZOS (MESES)	PENALIDADE
a - b	12	SUSPENSÃO NO ACESSO AOS RECURSOS DA ITAIPU
c - d	24	
e	60	

17.1 – Caso sejam verificadas irregularidades na destinação e/ou uso dos recursos para execução das atividades que compõem o instrumento de repasse durante a vigência, além da suspensão no acesso aos recursos, o CONTRATANTE deve devolver à ITAIPU a totalidade dos recursos investidos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES

18 – Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução do Instrumento de Repasse deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.
18.1 – As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao Instrumento serão consideradas como regularmente feitas se inseridas no sistema de ITAIPU ou entregues por carta protocolada, telegrama, fax ou correspondência eletrônica, com comprovante de recebimento, nos endereços descritos no item V-A e V-B das CONDIÇÕES GERAIS.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA DIVULGAÇÃO DE DADOS PESSOAIS SEGUNDO A LGPD

19 – Em observância aos preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD – Lei 13.709/2018, os signatários autorizam a divulgação de seus dados pessoais constantes neste instrumento para fins de publicidade e transparência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

20 – As partes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste, sempre que viável, à tentativa de conciliação perante a Câmara de

Mediação e de Conciliação da Administração Federal (CCAF), da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 37 da Lei nº 13.140, de 2015, do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, e do Decreto nº 11.174, de 16 de agosto de 2022. Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Instrumento de Repasse, o foro da Justiça Federal, descrito no item IV das CONDIÇÕES GERAIS, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e pactuados firmam este Instrumento, que será assinado pelas partes, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele.

_____	_____
Assinatura da CONTRATANTE	Assinatura do CONTRATADO
Nome: MARCOS REBELO LOPES	Nome: LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT
CPF: 098.694.197-20	CPF: 483.580.029-04

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

CONVÊNIO /MAPA Nº **946305/2023** – TRANSFEREGOV.BR N. **058202/2023**

CONVÊNIO PLATAFORMA TRANSFEREGOV.BR Nº **946305/2023**, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA/MAPA, E O(A) **MUNICIPIO DE TOLEDO/PR.**

A **UNIÃO**, por intermédio **do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.396.895/0001-25, com sede, na Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 70043-900, doravante denominado **CONCEDENTE**, neste ato representado pelo Subsecretário de Orçamento, Planejamento e Administração da Secretaria - Executiva, o Sr. **FERNANDO MAGALHÃES SOARES PINTO**, nomeado pela Portaria n° 1.756, da Casa Civil da Presidência da República de 23/02/2023, publicada no D.O.U em 24 de fevereiro de 2023, Edição: 38, Seção: 2 - Página 1, residente e domiciliado em Brasília - DF, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 609, de 23 de agosto de 2023, publicada no D.O.U em 24 de agosto de 2023, Edição 162, Seção 1, Pág. 11, e o **MUNICIPIO DE TOLEDO/PR**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **76.205.806/0001-8**, com sede **RUA RAIMUNDO LEONARDI, 1586 - CENTRO ADMINISTRATI. Toledo - PR. CEP: 85900-110**, doravante denominado(a) **CONVENENTE**, representada pelo Prefeito Municipal, o Sr. **LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT**, brasileiro(a), portador(a) do CPF/MF nº**483.580.029-04**, residente e domiciliado(a) neste município, RESOLVEM celebrar o presente **CONVÊNIO**, com a finalidade de **"Aquisição de Máquinas e Equipamentos"** registrado no *Transferegov.br*, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no que couber, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício, no Decreto Federal nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto Federal nº 11.351, de 16 de maio de 2023, regulamentado pela Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023, consoante o processo administrativo nº **21000.073210/2023-91**, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto ***"Aquisição de Máquinas e Equipamento"***, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este Termo de Convênio, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho e o Termo de Referência propostos pelo CONVENENTE e aceitos pelo CONCEDENTE no *Transferegov.br*, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

Subcláusula Única. Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente do CONCEDENTE e que não haja alteração do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA

A eficácia do presente Convênio fica condicionada à aprovação pelo CONCEDENTE dos seguintes documentos a serem apresentados tempestivamente pelo CONVENENTE:

I - Termo de Referência, nos termos do art.10, XXV, c/c com o art. 24, inc. II, "a", da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;

II - Plano de sustentabilidade do equipamento a ser adquirido.

III - ..... (outra(s) condição(ções) porventura indicada(s) no parecer técnico de aprovação do Plano de Trabalho).

Subcláusula primeira. O CONVENENTE deverá apresentar o(s) documento(s) referido(s) no caput desta cláusula, antes da liberação da primeira parcela dos recursos, até 09 (nove) meses a contar da assinatura do convênio.

Subcláusula segunda. O(s) documento(s) referido(s) no caput será(ão) apreciado(s) pelo CONCEDENTE e, se aceito (s), ensejará(ão) a adequação do Plano de Trabalho, se necessário.

Subcláusula terceira. Constatados vícios sanáveis no(s) documento(s) apresentado(s), o CONCEDENTE comunicará o CONVENENTE, que deverá providenciar o seu saneamento no prazo determinado pelo CONCEDENTE.

Subcláusula quarta. Caso o(s) documento(s) indicado(s) no caput desta cláusula não seja(m) entregue(s) ou receba(m) parecer contrário à sua aceitação, proceder-se-á à extinção do convênio.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Sem prejuízo do constante nas demais Cláusulas deste Convênio, são obrigações dos partícipes:

I - DO CONCEDENTE:

a) realizar no *TransfereGov.br* os atos e os procedimentos relativos à formalização, alteração, execução, acompanhamento, análise da prestação de contas e, se for o caso, informações acerca de Tomada de Contas Especial, sendo nele registrados os atos que, por sua natureza, não possam ser realizados no sistema;

b) verificar a realização do processo licitatório ou da cotação prévia;

c) transferir ao CONVENENTE os recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio, de acordo com a programação orçamentária e financeira do Governo Federal e o estabelecido no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, na forma estabelecida no art. 68 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;

d) acompanhar, avaliar e aferir, sistematicamente, a execução física e financeira do objeto deste Convênio, bem como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos;

e) analisar e, se for o caso, aceitar as propostas de alteração do Convênio e do seu Plano de Trabalho, observados os regramentos legais e a tempestividade, de forma que não haja prejuízo à execução do objeto;

f) reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento;

g) dispor de estrutura física e equipe técnica adequadas para analisar as peças técnicas e documentais, acompanhar a execução física do objeto pactuado, e realizar a conformidade financeira e a análise da prestação de contas final;

h) divulgar atos normativos e orientar o CONVENENTE quanto à correta execução dos projetos e atividades;

i) adotar as medidas administrativas para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção da regularização e do ressarcimento;

j) instaurar a Tomada de Contas Especial – TCE, observando os procedimentos e a formalização, de acordo com a legislação específica ao caso;

k) analisar a prestação de contas final dos instrumentos com base nos resultados da execução física e financeira, bem como de outros elementos que comprovem o cumprimento do objeto pactuado;

l) aprovar ou rejeitar a prestação de contas final;

m) notificar o CONVENENTE quando não apresentada a prestação de contas ou se constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos; e

n) exigir que o CONVENENTE disponibilize, em seu sítio oficial na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, o extrato do instrumento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação, o detalhamento da aplicação dos recursos e as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, na forma do art. 43 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula primeira. É prerrogativa do CONCEDENTE assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto do Convênio, no caso de paralisação ou ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

II - DO CONVENENTE:

a) executar e fiscalizar o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho e o Termo de Referência aceitos pelo CONCEDENTE, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;

b) aplicar os recursos recebidos por intermédio do Convênio exclusivamente para pagamento de despesas constantes do plano de trabalho ou para aplicação financeira;

c) definir, por metas e etapas, a forma de execução do objeto;

d) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços estabelecidos nos instrumentos, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades;

e) garantir a existência de infraestrutura, utilidades, pessoal e licenças necessários à instalação e disponibilização dos equipamentos adquiridos;

f) apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, órgão ou entidade da esfera municipal, estadual, distrital ou federal, bem como concessionárias de serviços públicos, quando couber, nos termos da legislação aplicável;

g) submeter previamente ao CONCEDENTE qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aceito, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

h) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Convênio em conta bancária específica, aberta em instituição financeira oficial, federal ou estadual, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;

i) proceder ao depósito da contrapartida pactuada neste instrumento, na conta bancária específica vinculada ao presente Convênio, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;

j) realizar no *TransfereGov.br* os atos e os procedimentos relativos à celebração, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de Tomada de Contas Especial do Convênio, quando couber, incluindo regularmente as informações e os documentos exigidos pela Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, mantendo-o atualizado, sendo nele registrados os atos que, por sua natureza, não possam ser realizados no sistema;

k) selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando ao CONCEDENTE sempre que houver alterações;

l) estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do Convênio, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;

m) realizar o procedimento de compras e contratações, sob sua inteira responsabilidade, observada a legislação vigente e assegurando:

i) a correção dos procedimentos legais;

ii) a suficiência do projeto básico ou do termo de referência;

iii) a suficiência da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Encargos Sociais e de Bonificação e Despesas Indiretas – BDI utilizados, cada qual com o respectivo detalhamento de sua composição, por item de orçamento ou conjunto deles; e

iv) a utilização do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, conforme previsto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, c/c o art. 51 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;

n) prever, no edital de licitação e no CTEF, que a responsabilidade pela qualidade dos materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado;

o) inserir cláusula no CTEF destinado à execução do instrumento, para que a empresa contratada permita o livre acesso dos servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da mandatária e do apoiador técnico, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas;

p) exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o contrato administrativo de execução ou fornecimento – CTEF;

q) apresentar declaração expressa firmada por representante legal do CONVENENTE, *ou da UNIDADE EXECUTORA*, ou registro no *Transferegov.br* que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório, observado o disposto no inciso IV, do art. 62 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;

r) registrar no *Transferegov.br* o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela administração pública para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com a sua respectiva inscrição ativa no CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, as ordens de serviços ou autorizações de fornecimento;

s) registrar adicionalmente no *Transferegov.br,* nos casos de inexigibilidade e dispensa de licitação, os pareceres técnico e jurídico que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos na legislação pertinente;

t) executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto, observando prazos e custos;

u) utilizar os aplicativos disponibilizados pelo órgão central do *Transferegov.br*, para registro da execução física do objeto e quando da realização das atividades de fiscalização;

v) realizar visitas regulares nos empreendimentos, e apresentar os relatórios referentes às visitas realizadas quando solicitado;

w) determinar a correção de vícios detectados que possam comprometer a fruição do objeto;

x) incluir, em seus orçamentos anuais, dotação orçamentária referente aos recursos relativos ao presente instrumento;

y) manter os documentos relacionados ao instrumento pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de aprovação da prestação de contas final;

z) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

aa) facilitar o monitoramento e o acompanhamento do CONCEDENTE, permitindo-lhe efetuar visitas **in loco** e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Convênio, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à licitação realizada e aos contratos celebrados;

bb) permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo da *União*, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

cc) apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos por meio deste Convênio, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento;

dd) apresentar todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Convênio, a qualquer tempo e a critério do CONCEDENTE, sujeitando-se, no caso da não apresentação no prazo estipulado na respectiva notificação, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos estipulados neste Termo de Convênio;

ee) assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do CONCEDENTE em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito neste Termo de Convênio e, obedecido o modelo-padrão estabelecido pelo CONCEDENTE, apor a marca do Governo Federal nas placas, painéis e **outdoors** de identificação dos projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Convênio, consoante o disposto em norma do órgão público responsável.

ff) operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Convênio, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades sociais às quais se destina;

gg) fornecer ao CONCEDENTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;

hh) permitir ao CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta bancária específica vinculada ao presente Convênio, não estando sujeita ao sigilo bancário perante a União e respectivos órgãos de controle;

ii) dar ciência aos órgãos de controle ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar a Advocacia-Geral da União, o Ministério Público Federal e o respectivo Ministério Público Estadual;

jj) instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do convênio, comunicando tal fato ao CONCEDENTE;

kk) indicar o sistema Fala.BR como canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento de manifestações dos cidadãos relacionadas ao instrumento, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias;

ll) disponibilizar, em seu sítio oficial na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do instrumento ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e o detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado; e

mm) obedecer às regras e diretrizes de acessibilidade na execução do objeto do instrumento, em conformidade com as leis, normativos e orientações técnicas que tratam da matéria.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

Este Termo de Convênio terá vigência de **24 (vinte e quatro) meses**, contados a partir da data de assinatura do instrumento, podendo ser prorrogada, por solicitação do CONVENENTE devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do seu término.

Subcláusula primeira. A prorrogação, além dos prazos estipulados no art. 35, inciso VII, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, somente será admitida nas hipóteses de que trata art. 35, §4º, da mesma Portaria, e desde que o novo prazo estabelecido seja compatível com o período em que houve o atraso e viável para a conclusão do objeto pactuado.

Subcláusula segunda. O CONCEDENTE prorrogará "de ofício" a vigência deste Termo de Convênio, antes de seu término, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 34, XXIV, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, neste ato fixados em **R$ 237.450,28 (duzentos e trinta e sete mil quatrocentos e cinquenta reais e vinte e oito centavos)**, serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, conforme a seguinte classificação orçamentária:

I - **R$ 231.110,00 (duzentos e trinta e um mil cento e dez reais)**, relativos ao valor de repasse do CONCENDENTE, correrão à conta da dotação alocada no orçamento, autorizado pela Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022; UG **130141**, assegurado pela Nota de Empenho nº **2023NE000295**, **R$ 231.110,00 (duzentos e trinta e um mil cento e dez reais)**, PTRES **224768**, à conta de recursos oriundos do Tesouro Nacional, Fonte de Recursos **100**; Natureza da Despesa **444042/29**;

II - **R$ 6.340,28 (seis mil trezentos e quarenta reais e vinte e oito centavos)**, relativos à contrapartida do CONVENENTE, consignados na Lei Orçamentária vigente.

Subcláusula primeira. Em caso de ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo das metas constante no Plano de Trabalho poderá ser reduzido até a etapa que não prejudique a funcionalidade do objeto pactuado, mediante aceitação do CONCEDENTE.

Subcláusula segunda. O CONCEDENTE deverá cancelar os empenhos das propostas que não tiveram os instrumentos celebrados até o final do exercício financeiro, independentemente do indicador de resultado primário a que se refere a nota de empenho.

Subcláusula terceira. Após o cancelamento dos documentos orçamentários, as propostas serão rejeitadas no *Transferegov.br*, devendo constar justificativa expressa acerca dos motivos da rejeição.

Subcláusula quarta. O CONVENENTE obriga-se a incluir em seu orçamento anual, dotação orçamentária referente aos recursos relativos ao instrumento pactuado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRAPARTIDA

Compete ao CONVENENTE integralizar a(s) parcela(s) da contrapartida financeira, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, mediante depósito(s) na conta bancária específica do Convênio, podendo haver antecipação de parcelas, inteiras ou parte, a critério do CONVENENTE.

Subcláusula primeira. O aporte da contrapartida observará as disposições da lei federal anual de diretrizes orçamentárias em vigor à época da celebração do Convênio ou eventual legislação específica aplicável.

Subcláusula segunda. As receitas oriundas dos rendimentos de aplicação dos recursos no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida.

Subcláusula terceira. A comprovação pelo proponente de que a contrapartida proposta está devidamente assegurada, deverá ocorrer previamente à celebração do instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros relativos ao repasse do CONCEDENTE e à contrapartida do CONVENENTE serão depositados e geridos na conta específica vinculada ao presente Convênio, aberta em nome do CONVENENTE exclusivamente em instituição financeira oficial.

Subcláusula primeira. A conta corrente específica será nomeada fazendo-se menção ao instrumento pactuado e deverá ser registrada com o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ do órgão ou da entidade CONVENENTE.

Subcláusula segunda. A liberação de recursos obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no instrumento, e quando envolver aquisição de equipamentos, a execução de custeio ou serviços comuns, estará condicionada à conclusão da análise técnica e à verificação e aceite da realização do processo licitatório pelo CONCEDENTE.

Subcláusula terceira.A liberação *da primeira parcela ou parcela única* ficará condicionada a(o):

a) cumprimento das condições suspensivas constantes neste instrumento; e

b) conclusão da análise técnica e aceite do processo licitatório pelo CONCEDENTE.

Subcláusula quarta. Os recursos financeiros, enquanto não utilizados, serão aplicados conforme disposto no art. 75 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Sucláusula quinta. Exceto no caso de liberação em parcela única, a liberação das demais parcelas ficará condicionada, em regra, à execução de no mínimo 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente.

Sucláusula sexta. Após a comprovação da homologação do processo licitatório pelo CONVENENTE, o cronograma de desembolso deverá ser ajustado em observação ao grau de execução estabelecido no referido processo licitatório.

Subcláusula sétima. Na hipótese de inexistência de execução financeira após 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da liberação da parcela pelo CONCEDENTE ou do último pagamento realizado pelo CONVENENTE, o CONCEDENTE deverá proceder de acordo com os §§ 7º ao 9º do art. 68 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023.

Subcláusula oitava. A movimentação financeira na conta corrente específica do instrumento deverá ocorrer no *Transferegov.br*, por meio da funcionalidade ordem de pagamento de parcerias – OPP, nos termos do art. 76 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula nona. Os recursos serão liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Governo Federal, em conformidade com o número de parcelas e prazos estabelecidos no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho aprovado no *Transferegov.br*, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do Convênio.

Subcláusula décima. Para recebimento de cada parcela dos recursos, deverá o CONVENENTE:

I - comprovar o aporte da contrapartida pactuada, que deverá ser depositada na conta bancária específica em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, podendo haver antecipação de parcelas, inteiras ou parte, a critério do CONVENENTE; e

II - estar em situação regular com a realização do Plano de Trabalho, com execução de no mínimo 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente, quando não se tratar de liberação em parcela única.

Subcláusula décima primeira. A liberação dos recursos dependerá da disponibilidade financeira do CONCEDENTE e obedecerá a previsão estabelecida no cronograma de desembolso, observadas as

condições do art. 68 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula décima segunda. Os recursos deste Convênio serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

Subcláusula décima terceira. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do instrumento, os rendimentos das aplicações financeiras deverão ser devolvidos ao CONCEDENTE e ao CONVENENTE, observada a proporcionalidade prevista na celebração, sendo vedado o aproveitamento de rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado, salvo as hipóteses do § 4º do art. 75 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula décima quarta. A conta bancária específica do Convênio será preferencialmente isenta da cobrança de tarifas bancárias.

Subcláusula décima quinta. O CONVENENTE autoriza desde já o CONCEDENTE para que solicite junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica:

I - a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União, caso os recursos não sejam utilizados no objeto da transferência pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias e não haja motivada suspensão ou prorrogação deste prazo, nos termos da Subcláusula Sétima;

II - o resgate dos saldos remanescentes, nos casos em que não houver a devolução dos recursos, no prazo previsto no §1º do art. 95 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula décima sexta. O CONCEDENTE deverá solicitar, no caso da Subcláusula décima quinta, junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica, a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União.

Subcláusula décima sétima. No caso de paralisação da execução pelo prazo disposto na Subcláusula sétima, a conta corrente específica do instrumento deverá ser bloqueada pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias e suspensa a liberação de novos recursos para o CONVENENTE no âmbito do mesmo órgão ou entidade CONCEDENTE.

Subcláusula décima oitava. É vedada a liberação de recursos pelo CONCEDENTE nos três meses que antecedem o pleito eleitoral, nos termos da alínea "a" do inciso VI do art. 73 da Lei nº 9.504, de 1997, ressalvadas as exceções previstas em lei.

Subcláusula décima nona. O sigilo bancário dos recursos públicos envolvidos neste Convênio não será oponível ao CONCEDENTE e nem aos órgãos públicos fiscalizadores.

Subcláusula vigésima. Os recursos deverão ser mantidos na conta corrente específica do instrumento e somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação financeira, nas hipóteses previstas em lei, no Decreto nº 11.531, de 2023, ou na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

O presente Convênio deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação aplicável.

Subcláusula primeira. É vedado ao CONVENENTE, sob pena de rescisão do ajuste:

I - utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;

II - realizar despesas em data anterior à vigência do Convênio;

III - alterar o objeto do convênio, exceto para ampliação do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta ou etapa, sem prejuízo da fruição ou funcionalidade do objeto, desde que as alterações tenham sido previamente aprovadas pelo CONCEDENTE;

IV - efetuar pagamento em data posterior à vigência do Convênio, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência deste instrumento;

V - efetuar pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, inclusive por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

VI - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo, exceto no que se refere às multas e aos juros, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo CONCEDENTE e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VII - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

VIII - realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho.

IX - transferir recursos para clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar;

X - transferir recursos liberados pelo CONCEDENTE, no todo ou em parte, a conta que não a vinculada ao presente Convênio;

XI - celebrar contrato, convênio ou outro tipo de parceria com entidades impedidas de receber recursos federais;

XII - pagar, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, salvo nas eventuais hipóteses previstas em leis específicas federais e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XIII - subdelegar as obrigações assumidas por meio do presente convênio, salvo quando houver previsão expressa no plano de trabalho aprovado e não configurar descentralização total da execução; e

XIV - realizar o aproveitamento de rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado, sem justificativa do convenente e autorização do CONCEDENTE.

Subcláusula segunda. Os atos referentes à movimentação dos recursos depositados na conta específica deste Convênio serão realizados ou registrados no *Transferegov.br* e os respectivos pagamentos serão efetuados pelo CONVENENTE mediante crédito na conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço, facultada a dispensa deste procedimento nos seguintes casos, em que o crédito poderá ser realizado em conta corrente de titularidade do próprio CONVENENTE, mediante sua justificativa e autorizado pelo CONCEDENTE, devendo ser registrado no *Transferegov.br* o beneficiário final da despesa:

I - questões operacionais que impeçam o pagamento por meio da emissão de OPP, excetuando-se falhas de planejamento;

II – na execução do objeto pelo CONVENENTE por regime direto; e

III – no ressarcimento ao CONVENENTE por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo CONCEDENTE e em valores além da contrapartida pactuada.

Subcláusula terceira. Antes da realização de cada pagamento, o CONVENENTE incluirá no *Transferegov.br*, no mínimo, as seguintes informações:

I - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;

II - o contrato a que se refere o pagamento realizado; e

III - informações das notas fiscais ou documentos contábeis.

Subcláusula quarta. Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação pela instituição financeira depositária, poderá ser realizado pagamento à pessoa física que não possua conta bancária,

restrito ao limite individual de R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) por beneficiário, levando-se em conta toda a duração do instrumento.

Subcláusula quinta. No caso de fornecimento de equipamentos e materiais especiais de fabricação específica, o desbloqueio de parcela para pagamento da respectiva despesa far-se-á na forma do art. 38 do Decreto nº 93.872, de 1986, e do art. 79, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, observadas as seguintes condições:

I - esteja caracterizada a necessidade de adiantar recursos ao fornecedor para viabilizar a produção de material ou equipamento especial, fora da linha de produção usual, e com especificação singular destinada a empreendimento específico;

II - o pagamento antecipado das parcelas tenha sido previsto no edital de licitação e no CTEF dos materiais ou equipamentos; e

III - o fornecedor ou o CONVENENTE apresentem uma carta fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, ou as demais modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS

O CONVENENTE deverá observar, quando da contratação de terceiros com recursos da União vinculados à execução do objeto deste Convênio, as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº 14.133, de 2021, na Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal, no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, no Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023 e das demais leis e normativos vigentes que tratarem da matéria.

Subcláusula primeira. Nos casos em que empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias participem como convenente ou unidade executora, deverão ser observadas as disposições da Lei nº 13.303, de 2016, quando da contratação de terceiros.

Subcláusula segunda. Os editais de licitação para consecução do objeto conveniado serão publicados pelo CONVENENTE após a assinatura do presente Convênio, devendo a publicação do extrato dos editais observar as disposições da legislação específica aplicável ao respectivo processo licitatório, obedecido, o disposto no art. 12, inciso XIII e art. 53 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula terceira. O prazo para início do procedimento licitatório será de até 60 (sessenta dias), contados da data de assinatura do instrumento ou, havendo cláusula suspensiva, do aceite do termo de referência ou da emissão do laudo de análise técnica, e poderá ser prorrogado, desde que motivado pelo CONVENENTE e aceito pelo CONCEDENTE, permitida o início da contagem do prazo a que se refere esta subcláusula a partir da apresentação de declaração do CONVENENTE informando a abertura do processo licitatório desde que observados os requisitos do art. 52, §2º, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula quarta. Excepcionalmente, quando o objeto envolver a aquisição de equipamentos ou a execução de custeio, serviços comuns, inclusive os de engenharia, ou a retomada de obras paralisadas em casos devidamente justificados pelo CONVENENTE e admitidos pelo CONCEDENTE, poderão ser aceitos, desde que observadas as condicionantes previstas no art. 54 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU n.º 33, de 2023:

a) adesão à ata de registro de preços, mesmo que o registro tenha sido homologado em data anterior ao início da vigência do instrumento;

b) licitação realizada antes da assinatura do instrumento; e

c) contrato celebrado em data anterior ao início da vigência do instrumento.

Subcláusula quinta. Nos casos de que trata a Subcláusula Quarta, somente serão aceitas as despesas que ocorrerem durante o período de vigência do instrumento de transferência voluntária e a liberação dos

recursos está condicionada à conclusão da análise técnica e ao aceite do processo licitatório pelo CONCEDENTE.

Subcláusula sexta. Havendo registro de preços vigente gerenciado pelo Poder Executivo Federal, o CONCEDENTE poderá exigir do CONVENENTE a adesão à respectiva ata, nos termos do art. 86, § 6º, da Lei nº 14.133, de 2021, observados os requisitos do art. 57 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, 2023.

Subcláusula sétima. As competências do CONCEDENTE e do CONVENENTE dispostas nos artigos 11 e 12 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, também deverão ser observadas quando da contratação com terceiros.

Subcláusula oitava. É vedada, na hipótese de aplicação de recursos federais transferidos mediante o presente Convênio, a participação em licitação ou a contratação de empresas que constem:

I - no cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;

II - no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF como impedidas ou suspensas; ou

III - no Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Subcláusula nona. O CONVENENTE deve consultar a situação do fornecedor selecionado no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, por meio de acesso ao Portal da Transparência na **internet**, antes de solicitar a prestação do serviço ou a entrega do bem.

Subcláusula décima. Nos casos em que a execução do objeto do Convênio, conforme previsto no plano de trabalho, envolver parceria do CONVENENTE com entidade(s) privada(s) sem finalidade lucrativa, deverá ser observado o disposto nos artigos art. 45 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, e na legislação específica que rege a parceria.

Subcláusula décima primeira. No caso de termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com Organizações da Sociedade Civil (OSC), deverão ser observadas a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, o Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, e as normas estaduais, distritais ou municipais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO

Este Convênio poderá ser alterado por termo aditivo mediante proposta de qualquer das partes.

Subcláusula primeira. A proposta, devidamente formalizada e justificada, deve ser apresentada ao CONCEDENTE em, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do término de sua vigência.

Subcláusula segunda. Excepcionalmente, poderão ser solicitadas alterações em prazo inferior, desde que sejam motivadas e em benefício da execução do objeto.

Subcláusula terceira. A análise da solicitação de alteração deverá ser realizada pelo CONCEDENTE, observados os regramentos legais e a tempestividade, de forma que não haja prejuízo à execução do objeto.

Subcláusula quarta. Nos eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto, deverá o CONVENENTE demonstrar a respectiva necessidade e os benefícios que se pretende agregar ao projeto, cuja justificativa, uma vez aprovada pela autoridade competente do CONCEDENTE, integrará o Plano de Trabalho.

Subcláusula quinta. No caso de aumento de metas, a proposta deverá ser acompanhada dos respectivos ajustes no Plano de Trabalho, de orçamentos detalhados e de relatórios que demonstrem a regular execução das metas, etapas e fases já pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO

Incumbe ao CONCEDENTE exercer as atribuições de monitoramento e acompanhamento da conformidade física e financeira durante a execução do Convênio, além da avaliação da execução física e dos resultados, na forma da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto.

Subcláusula primeira. É prerrogativa do CONCEDENTE assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade, respondendo o CONVENENTE, em todo caso, pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento.

Subcláusula segunda. No prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da assinatura do presente instrumento, o CONCEDENTE deverá designar formalmente o servidor ou empregado responsável pelo seu acompanhamento.

Subcláusula terceira. No prazo máximo 10 (dez) dias, contados após a designação de que trata a Subcláusula segunda, o CONCEDENTE deverá registrar no *Transferegov.br*, os servidores ou empregados responsáveis pelo acompanhamento.

Subcláusula quarta. O CONCEDENTE deverá realizar o acompanhamento e a conformidade financeira por meio dos documentos e informações inseridos no *Transferegov.br*, verificando:

I - a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;

II - os pagamentos realizados pelo CONVENENTE;

III - a regularidade das informações registradas pelo CONVENENTE no *Transferegov.br*;

IV - o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nas condições estabelecidas, por meio da verificação da compatibilidade entre o pactuado e o efetivamente executado; e

V - as liberações de recursos da União e os aportes de contrapartida, conforme cronograma pactuado.

Subcláusula quinta. No exercício da atividade de acompanhamento da execução do objeto, o CONCEDENTE poderá:

I - valer-se do apoio técnico de terceiros;

II - delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, com tal finalidade;

III - reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento;

~~IV~~ - programar visitas ao local da execução, quando identificada a necessidade, observado o disposto no art. 86 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

V - valer-se de outras formas de acompanhamento autorizadas pela legislação aplicável.

Subcláusula sexta. Os processos, documentos ou informações referentes à execução deste instrumento não poderão ser sonegados aos servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como ao eventual apoiador técnico.

Subcláusula sétima. Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo Federal, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais transferidos, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

Subcláusula oitava. Quaisquer pendências de ordem técnica, jurídica, ambiental ou institucional verificados pelo CONCEDENTE deverão ser informados ao CONVENENTE, por meio do *Transferegov.br*, para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, na forma do art. 87 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula nona. A utilização dos recursos em desconformidade com o pactuado no instrumento ensejará obrigação do CONVENENTE devolvê-los devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior

ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à conta única do Tesouro Nacional.

Subcláusula décima. Nos casos de identificação de irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, CONCEDENTE e CONVENENTE observarão o disposto no art. 89 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula décima primeira. Os agentes que fizerem parte do ciclo de transferência de recursos são responsáveis, para todos os efeitos, pelos atos que praticarem no acompanhamento e fiscalização da execução deste instrumento, não cabendo a responsabilização do CONCEDENTE por inconformidades ou irregularidades praticadas pelo CONVENENTE, salvo nos casos em que as falhas decorrerem de omissão de responsabilidade atribuída ao CONCEDENTE. O CONVENENTE responde pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Convênio.

Subcláusula décima segunda. O CONCEDENTE comunicará aos órgãos de controle qualquer irregularidade da qual tenha tomado conhecimento e, havendo fundada suspeita da prática de crime ou de ato de improbidade administrativa, cientificará a Advocacia-Geral da União, os Ministérios Públicos Federal e Estadual e a Controladoria-Geral da União, nos termos do art. 90 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

Incumbe ao CONVENENTE exercer a atribuição de fiscalização, a qual consiste na atividade administrativa, prevista nas legislações específicas de licitação e contratos, que deve ser realizada de modo sistemático pelo CONVENENTE e seus prepostos, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.

Subcláusula única. O CONVENENTE designará e registrará no *Transferegov.br* representante para o acompanhamento da execução deste Convênio, o qual anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENENTE deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos, por meio do seu representante legal em exercício, nos prazos estabelecidos por este Convênio.

Subcláusula primeira. Compete ao prefeito e ao governador sucessor prestar contas dos recursos provenientes deste Convênio celebrado por seus antecessores.

Subcláusula segunda. Na impossibilidade de atender ao disposto na Subcláusula primeira, deverá ser apresentada, ao CONCEDENTE, justificativa que demonstre o impedimento de prestar contas e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público.

Subcláusula terceira. Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo prefeito ou governador comunicará o CONCEDENTE e solicitará instauração de TCE, prestando todas as informações e documentos necessários.

Subcláusula quarta. Os documentos que contenham as justificativas e medidas adotadas serão inseridos no *Transferegov.br*.

Subcláusula quinta. Nos casos de que tratam as Subcláusulas segunda, terceira e quarta, o CONCEDENTE, ao ser comunicado das medidas adotadas e após avaliação, suspenderá de imediato o registro da inadimplência efetuado em decorrência da omissão de prestar contas.

Subcláusula sexta. A prestação de contas deverá ser registrada pelo CONCEDENTE no *Transferegov.br*, iniciando-se concomitantemente com a liberação da primeira parcela dos recursos financeiros do Convênio.

Subcláusula sétima. A prestação de contas final deverá ser apresentada pelo CONVENENTE no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados:

I - do encerramento da vigência ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro;

II - da denúncia; ou

III - da rescisão.

Subcláusula oitava. Quando o CONVENENTE não enviar a prestação de contas no prazo de que trata a Subcláusula sétima, o CONCEDENTE o notificará, estabelecendo prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação.

Subcláusula nona. Nos casos de descumprimento do prazo de que trata a Subcláusula oitava, o CONCEDENTE deverá:

I - registrar a inadimplência do CONVENENTE no *Transferegov.br*, por omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos; e

II - comunicar o CONVENENTE para que, no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, proceda a devolução dos recursos repassados pela União, incluídos os provenientes de aplicações financeiras, corrigidos na forma da Subcláusula nona da Cláusula décima segunda.

Subcláusula décima. Quando não houver a devolução dos recursos no prazo de que trata o inciso II da Subcláusula nona, o CONCEDENTE adotará as providências para resgate dos saldos remanescentes, observado o disposto na Subcláusula segunda da Cláusula Décima Quinta, e para a imediata instauração da TCE.

Subcláusula décima primeira. A prestação de contas final tem por objetivo a demonstração e a verificação de resultados e deve conter elementos que permitam avaliar a execução do objeto, sendo compostos por:

I - documentos inseridos e informações registradas no *Transferegov.br*;

II - Relatório de Cumprimento do Objeto;

III - declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento;

IV - recolhimento dos saldos remanescentes, quando houver;

V- apresentação da licença ambiental de operação, ou sua solicitação ao órgão ambiental competente, quando necessário; e

V - termo de compromisso por meio do qual o CONVENENTE será obrigado a manter os documentos relacionados ao instrumento, nos termos da alínea “x” do inciso II da Cláusula Quarta.

Subcláusula décima segunda. O Relatório de Cumprimento do Objeto deverá conter os subsídios necessários para a avaliação e manifestação do CONCEDENTE quanto à execução do objeto pactuado.

Subcláusula décima terceira. Em até 15 (quinze) dias, contados do envio da prestação de contas pelo CONVENENTE, o CONCEDENTE deverá registrar o recebimento da prestação de contas no *Transferegov.br*, para fins de sensibilização nas contas contábeis do instrumento.

Subcláusula décima quarta. O prazo para análise da prestação de contas final e manifestação conclusiva pelo CONCEDENTE será de:

I - 60 (sessenta) dias, nos casos de procedimento informatizado, prorrogável no máximo por igual período, desde que devidamente justificado; ou

II - 180 (cento e oitenta) dias, nos casos de análise convencional, prorrogável no máximo por igual período, desde que devidamente justificado.

Subcláusula décima quinta. A contagem do prazo de que trata o inciso I da Subcláusula décima quarta terá início a partir da data de atribuição da nota de risco ao instrumento no *Transferegov.br*.

Subcláusula décima sexta. A contagem do prazo de que trata o inciso II da Subcláusula décima quarta dar-se-á a partir do envio da prestação de contas no *Transferegov.br*, e será suspensa quando houver a solicitação de complementação, sendo retomada quando do envio dos documentos ou informações complementares.

Subcláusula décima sétima. Constatadas impropriedades ou indícios de irregularidade, o CONCEDENTE estabelecerá o prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias para que o CONVENENTE saneie as impropriedades ou apresente justificativas.

Subcláusula décima oitava. O CONCEDENTE notificará o CONVENENTE caso as impropriedades ou indícios de irregularidade não sejam sanadas ou não sejam aceitas as justificativas apresentadas.

Subcláusula décima nona. A notificação prévia, prevista na Subcláusula décima oitava, será realizada por meio de correspondência com aviso de recebimento - AR, com cópia à respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar, devendo ser incluída no *Transferegov.br*.

Subcláusula vigésima. Findo o prazo de que trata a Subcláusula Décima Quarta, considerada eventual prorrogação, a ausência de decisão sobre a prestação de contas pelo CONCEDENTE poderá resultar no registro de restrição contábil do órgão ou entidade pública referente ao exercício em que ocorreu o fato.

Subcláusula vigésima primeira. O registro da inadimplência no *Transferegov.br* só será efetivado após a concessão do prazo da notificação prévia, caso o CONVENENTE não comprove o saneamento das irregularidades apontadas.

Subcláusula vigésima segunda. A análise da prestação de contas final poderá ser realizada por:

I - procedimento informatizado, baseado na utilização de trilhas de auditoria e no cotejo entre a nota de risco dos instrumentos, apurada a partir de um modelo preditivo supervisionado, e o limite de tolerância ao risco da faixa de valor; ou

II - análise convencional, realizada de forma detalhada, sem a utilização do procedimento informatizado.

Subcláusula vigésima terceira. A análise convencional da prestação de contas final dar-se-á por meio da avaliação:

I - das informações e documentos de que trata a Subcláusula Décima Primeira;

II - da nota de risco do instrumento; e

III - quando houver, de relatórios, trilhas de auditorias, boletins de verificação ou outros documentos produzidos pelo CONCEDENTE, Ministério Público ou pelos órgãos de controle interno e externo, durante as atividades regulares de suas funções.

Subcláusula vigésima quarta. A conformidade financeira deverá ser realizada durante o período de vigência do Convênio, devendo constar, do parecer final de análise da prestação de contas, a manifestação quanto as impropriedades ou irregularidades, com destaque para as que não foram sanadas até a finalização do documento conclusivo.

Subcláusula vigésima quinta. A análise convencional da prestação de contas final contemplará a avaliação da execução física do objeto e da execução financeira do instrumento.

Subcláusula vigésima sexta. O resultado da análise convencional da prestação de contas final será consubstanciado em parecer técnico conclusivo.

Subcláusula vigésima sétima. O parecer técnico conclusivo de que trata a Subcláusula vigésima sexta deverá sugerir a aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição da prestação de contas e embasará a decisão da autoridade competente.

Subcláusula vigésima oitava. A análise convencional da prestação de contas final pelo CONCEDENTE poderá resultar em:

I - aprovação;

II - aprovação com ressalvas, quando evidenciada impropriedade ou outra falta de natureza formal da qual não resulte dano ao erário; ou

III - rejeição.

Subcláusula vigésima nona. A decisão sobre a aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição da prestação de contas final compete:

I - ao CONCEDENTE; e

II - à autoridade competente para assinatura do instrumento, permitida delegação nos termos do § 2º do art. 38 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula trigésima. Nos casos de extinção do órgão ou entidade CONCEDENTE, o órgão ou entidade sucessor será o responsável pela decisão sobre a regularidade da aplicação dos recursos transferidos.

Subcláusula trigésima primeira. A rejeição da prestação de contas final dar-se-á em decorrência da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, especialmente nos casos de:

a) inexecução total ou parcial do objeto pactuado;

b) desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;

c) impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições constantes deste Convênio ou da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;

d) ausência de depósito ou depósito em montante inferior da contrapartida pactuada, observadas as disposições dos arts. 63 e 64 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;

e) não utilização, total ou parcial, da contrapartida pactuada, na hipótese de não haver recolhimento proporcional aos aportes realizados, na forma prevista na Cláusula Décima Quinta;

f) movimentação e gestão dos recursos em desacordo com o disposto nas arts. 75 e 76 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;

g) não devolução de eventuais saldos remanescentes, observada a proporcionalidade; e

h) ausência de documentos exigidos na prestação de contas que comprometa o julgamento do cumprimento do objeto pactuado e da boa e regular aplicação dos recursos.

Subcláusula trigésima segunda. A decisão sobre a aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição da prestação de contas do instrumento deverá ser registrada no *Transferegov.br*, cabendo ao CONCEDENTE prestar declaração expressa acerca do cumprimento do objeto e de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Os saldos remanescentes, incluídos os provenientes dos rendimentos de aplicações financeiras, serão restituídos à União e ao CONVENENTE, observada a proporcionalidade dos recursos aportados pelas partes, independentemente da época em que foram depositados.

Subcláusula primeira. Caberá ao CONVENENTE, no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados da denúncia, da rescisão, da conclusão da execução do objeto ou do término da vigência, o que ocorrer primeiro:

I - devolver os saldos remanescentes proporcionais aos repasses da União, para a CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL, no Banco do Brasil S.A*, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, disponível no site* www.tesouro.fazenda.gov.br*, portal SIAFI, informando a Unidade Gestora (UG)* **130141** *e Gestão 00001 (Tesouro)*; e

II - transferir os saldos remanescentes proporcionais à contrapartida aportada, para uma conta de livre movimentação de sua titularidade.

Subcláusula segunda. Nos casos de descumprimento do disposto na Subcláusula primeira, o CONCEDENTE solicitará, à instituição financeira albergante da conta específica do instrumento, a imediata devolução dos saldos para a Conta Única do Tesouro Nacional, na forma indicada no inciso I da Subcláusula primeira.

Subcláusula terceira. Caso não tenha havido qualquer execução física ou financeira, deverão ser recolhidos à Conta Única do Tesouro Nacional, na forma indicada no inciso I da Subcláusula primeira, os recursos recebidos e os respectivos rendimentos de aplicação financeira, sem a incidência de atualização e juros de mora de que trata a Subcláusula nona da Cláusula Décima Segunda.

Subcláusula quarta. Quando houver a rejeição total ou parcial da prestação de contas final pelos motivos relacionados na Subcláusula trigésima primeira da Cláusula Décima Quarta, o CONCEDENTE deverá notificar o CONVENENTE para que, no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, proceda à devolução dos recursos correspondentes ao valor rejeitado, corrigidos na forma da Subcláusula nona da Cláusula Décima Segunda.

Subcláusula quinta. A não devolução dos recursos de que trata a Subcláusula quarta ensejará o registro de impugnação das contas do Convênio no *Transferegov.br* e instauração da TCE.

Subcláusula sexta. O CONCEDENTE efetuará o registro do CONVENENTE, em cadastros de inadimplência, nas seguintes hipóteses:

I - após o julgamento da tomada de contas especial ou de procedimento análogo pelo Tribunal de Contas da União, nas hipóteses de rejeição total ou parcial da prestação de contas; ou

II - após a notificação do CONVENENTE e o decurso do prazo previsto na Subcláusula oitava da Cláusula Décima Quarta, nas hipóteses de omissão na apresentação da prestação de contas, independentemente de instauração ou de julgamento da tomada de contas especial.

Subcláusula sétima. Após a rejeição total ou parcial das contas, o saldo referente à rejeição constará como impugnado e o CONVENENTE será cadastrado como inadimplente somente após o julgamento de que trata o inciso I da Subcláusula sexta.

Subcláusula oitava. Na hipótese de aplicação de ato normativo do Tribunal de Contas da União que autoriza a dispensa da Tomada de Contas Especial, a autoridade administrativa adotará medidas administrativas ao seu alcance, como o registro da inadimplência do CONVENENTE no *Transferegov.br* e a inclusão nos cadastros de inadimplência, sem prejuízo de requerer ao órgão jurídico pertinente as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com vistas à obtenção do ressarcimento do débito apurado, inclusive o protesto, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS BENS REMANESCENTES

Os bens remanescentes adquiridos ou produzidos no âmbito deste Convênio serão de propriedade do CONVENENTE, observadas as disposições do Decreto nº 11.531, de 2023, e da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33 de 2023.

Subcláusula primeira. Consideram-se bens remanescentes os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos dos instrumentos necessários à consecução do objeto, mas que não se incorporam a este.

Subcláusula segunda. O CONVENENTE deverá contabilizar e proceder à guarda dos bens remanescentes, bem como encaminhar manifestação ao CONCEDENTE com o compromisso de utilizá-los para assegurar a continuidade do programa governamental, devendo estarem claras as regras e diretrizes de utilização desses bens.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DENÚNCIA, RESCISÃO E EXTINÇÃO

O presente Convênio poderá ser:

I - **denunciado** a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença;

II - **rescindido**, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

b) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

c) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, observado o disposto nos artigos 106 e 107 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;

III - extinto, quando não tiver ocorrido repasse de recursos e houver descumprimento das condições suspensivas, nos prazos estabelecidos no instrumento.

Subcláusula primeira. O CONDEDENTE registrará no *Transferegov.br* e publicará no Diário Oficial da União a denúncia, rescisão ou extinção.

Subcláusula segunda. Quando da denúncia ou rescisão do instrumento, o CONVENENTE deverá:

I - devolver os saldos remanescentes, inclusive aqueles oriundos de rendimentos de aplicações financeiras, em até 30 (trinta) dias; e

II - apresentar a prestação de contas final em até 60 (sessenta) dias.

Subcláusula terceira. No prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do registro da denúncia ou rescisão do instrumento no *Transferegov.br*, o CONCEDENTE providenciará o cancelamento dos saldos de empenho, independente do indicador de resultado primário.

Subcláusula quarta. A rescisão do Convênio decorrente de dano ao erário provocado por ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, de acordo com a legislação específica, exceto se houver a devolução dos recursos devidamente corrigidos, sem prejuízo, no último caso, da continuidade da apuração, por medidas administrativas próprias, quando identificadas outras irregularidades decorrentes do ato praticado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICIDADE

A eficácia do presente Convênio fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, a qual deverá ser providenciada pelo CONCEDENTE no prazo de até 10 (dez) dias a contar da respectiva assinatura.

Subcláusula primeira. Será dada publicidade em sítio eletrônico específico denominado *Transferegov.br* aos atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente instrumento.

Subcláusula segunda. O CONCEDENTE notificará a celebração deste Convênio, facultada a comunicação por meio eletrônico, à Câmara Municipal, Assembleia Legislativa ou Câmara Legislativa, conforme o caso, no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura bem como da liberação dos recursos financeiros correspondentes, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data da liberação, facultando-se a comunicação também por meio eletrônico.

Subcláusula terceira. O CONVENENTE obriga-se a:

I - caso seja município ou o Distrito Federal, a notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no município, quando da liberação de recursos relativos ao presente Convênio, no prazo de até dois dias úteis, nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;

II - cientificar da celebração deste Convênio o conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência de recursos, quando houver; e

III - disponibilizar, em seu sítio eletrônico na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato deste Convênio, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento na aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, ou inserir **link** em sua página eletrônica oficial que possibilite acesso direto ao *Transferegov.br*.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - todas as comunicações relativas a este Convênio serão consideradas como regularmente efetuadas quando realizadas por intermédio do *Transferegov.br*, exceto quando a legislação regente tiver estabelecido forma especial;

II - as mensagens e documentos resultantes de eventual transmissão via fac-símile, não poderão constituir-se em peças de processo e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de 05 (cinco) dias;

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Convênio, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados; e

IV - as exigências que não puderem ser cumpridas por meio do *Transferegov.br* deverão ser supridas através da regular instrução processual, sem prejuízo do posterior registro do ato no mesmo sistema *Transferegov.br*.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

Os partícipes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste, à tentativa de conciliação e mediação administrativa perante a Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal, da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 37 da Lei nº 13.140, de 2015, do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, e do art. 41, inciso III, alínea "b" do Anexo I ao Decreto nº 11.328, de 1º de janeiro de 2023.

Subcláusula única. Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Convênio, o foro da Justiça Federal, *Seção Judiciária do Distrito Federal*, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado e assinado eletronicamente pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Pelo CONCEDENTE:

_____

FERNANDO MAGALHÃES SOARES PINTO
Subsecretário de Orçamento, Planejamento e Administração da Secretaria - Executiva

Pelo CONVENENTE:

_____

LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT
Prefeito Municipal

Documento assinado eletronicamente por **LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT**, **Usuário Externo**, em 11/12/2023, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO MAGALHAES SOARES PINTO**, **Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração**, em 12/12/2023, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **32598990** e o código CRC **DD0D7A6D**.

LEI "R" Nº 10, de 8 de março de 2016

Procede à desafetação e autoriza o Município de Toledo a outorgar a concessão de direito real de uso de imóvel à Cooperativa Agroindustrial Leite Oeste – CooperMilch.

O POVO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Esta Lei procede à desafetação e autoriza o Município de Toledo a outorgar a concessão de direito real de uso de imóvel à Cooperativa Agroindustrial Leite Oeste – CooperMilch.

Art. 2º – Fica desafetado de bem de uso especial para bem de uso dominical o lote rural nº 254.B.1, integrante do 4º Perímetro da Fazenda Britânia, com área de 24.200,00m² (vinte e quatro mil e duzentos metros quadrados), situado no Distrito de Dez de Maio, neste Município, Matrícula nº 36.176 do 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Toledo, com as acessões e benfeitorias sobre ele existentes, possuindo o imóvel as seguintes delimitações:

Iniciou-se a demarcação no Marco 254/255/253, correspondente ao canto Leste do lote rural nº 254, situado no alinhamento do travessão geral, seguindo-se daí na direção Sudoeste, pela divisa dos lotes rurais nºs 255 e 254, com o rumo de 222º45', numa distância de 120,0 metros, defletindo-se daí à direita e seguindo-se na direção Noroeste, com o rumo de 285º18'30", numa extensão de 171,05 metros. Desse ponto, seguiu-se na direção Nordeste, com o rumo de 42º45', numa distância de 198,85 metros, alcançando-se outra vez o travessão inicial e seguindo-se por esse, na direção Sudeste, com o rumo de 132º45', numa extensão de 151,8 metros, atingindo-se outra vez o ponto de partida descrito acima, tendo as confrontações que seguem: a Nordeste, com o lote rural nº 253; a Sudeste, com o lote rural nº 255; a Sudoeste, com o lote rural nº 254.B.2; a Noroeste, com o lote rural nº 254.A.

Art. 3º – Fica, também, o Município de Toledo autorizado a outorgar à Cooperativa Agroindustrial Leite Oeste – CooperMilch a concessão de direito real de uso do imóvel descrito no artigo anterior, incluídas todas as acessões, benfeitorias, infraestrutura e equipamentos que integram a Unidade de Recebimento de Leite sobre ele existente.

§ 1º – Caberá à concessionária especificada no **caput** deste artigo:

I – manter em funcionamento, no imóvel descrito no artigo anterior, a Unidade de Recebimento de Leite, desempenhando todas as atividades e serviços a ela inerentes;

II – iniciar as atividades de recebimento de leite no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da concessão;

III – gerar, no mínimo, cinco empregos diretos, no prazo de até 75 (setenta e cinco) dias do início da concessão;

IV – receber, no mínimo, 20.000 (vinte mil) litros de leite/dia na Unidade mencionada no inciso I deste parágrafo;

V – implantar, no imóvel descrito no artigo anterior, plataforma de industrialização no prazo máximo de 12 (doze) meses, a contar do início da concessão;

VI – efetuar a devida conservação e manutenção do imóvel, das benfeitorias e dos equipamentos da unidade, custeando as respectivas despesas;

VII – tomar medidas permanentes de preservação e defesa do meio ambiente;

VIII – manter a finalidade industrial da concessão de que trata a presente Lei.

§ 2º – Descumprida uma das determinações fixadas nos incisos do parágrafo anterior, será procedido o cancelamento da outorga da concessão de direito real de uso autorizada por esta Lei.

§ 3º – Determinarão, também, o cancelamento da outorga autorizada pela presente Lei a inatividade ou a extinção da concessionária.

§ 4º – Nos casos previstos nos parágrafos anteriores, as benfeitorias porventura implantadas pela concessionária no imóvel a que se refere o artigo anterior passarão, sem qualquer ônus para o Município, a integrar o patrimônio municipal.

Art. 4º – A concessionária de que trata esta Lei responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir, a partir da publicação desta Lei, sobre o imóvel a ela concedido.

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 8 de março de 2016.

LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

NÉLVIO JOSÉ HÜBNER
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Publicação: ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO, nº 1.456, de 14/03/2016

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
09.385.895/0001-02 **MATRIZ**		**11/02/2008**

NOME EMPRESARIAL
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LEITE OESTE - COOPERMILCH

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
COOPERMILCH	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.21-1-03 - Comércio varejista de laticínios e frios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
01.61-0-99 - Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente
01.62-8-99 - Atividades de apoio à pecuária não especificadas anteriormente
46.11-7-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos (Dispensada *)
46.18-4-99 - Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente (Dispensada *)
47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
47.71-7-04 - Comércio varejista de medicamentos veterinários (Dispensada *)
47.89-0-02 - Comércio varejista de plantas e flores naturais (Dispensada *)
47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
214-3 - Cooperativa

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
ROD TOLEDO A DEZ DE MAIO KM 20	**SN**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.901-000	**DEZ DE MAIO**	**TOLEDO**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
COOPERMILCH@GMAIL.COM	**(45) 3254-2965**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**11/02/2008**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

(*) *A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **12/12/2024** às **15:00:43** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**